Giovanni Levi
A HERANÇA IMATERIAL
Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Material com direitos autorais

Quinze anos após a edição original em italiano (Einaudi, 1985), chega ao Brasil o hoje clássico *A herança imaterial*. E chega bem, porque no caminho acabou por incorporar o belo prefácio que Jacques Revel escreveu para a edição francesa, lançada pela Gallimard em 1989.

Talvez Revel esteja correto, e o livro de Giovanni Levi seja um sintoma da urgência de renovação há muito buscada pela historiografia ocidental. Afinal, nem o marxismo nem o estruturalismo, apenas para citar dois exemplos de perspectivas hegemônicas do pós-guerra, são hoje portos seguros. Creio que *A herança imaterial* é, porém, muito mais do que isto, pois responde categoricamente a esta urgência, contribuindo de modo original para o estabelecimento de outras formas de fazer história.

É absolutamente magistral o modo como Levi tece sua estratégia micro-histórica. Escolhe o povoado piemontês de Santena, em princípio desprovido de maior importância no século XVII, e uma trajetória pessoal (a de Giovan Battista Chiesa) igualmente comum. O quadro pacientemente montado remete-nos a

traços típicos do Antigo Regime, sem contudo deixar de inovar. É quando se demonstra o quanto pode ser profícuo o diálogo entre a História e a Antropologia, especialmente com a corrente substantivista de Karl Polanyi.

Mas *A herança imaterial* não pode ser lido sob uma ótica maniqueísta, própria daqueles que estão muito mais à cata de novidades e da palavra fácil do que do enfrentamento dos impasses por que passa a disciplina História hoje em dia. Especialmente em países como o nosso — cuja produção historiográfica é pobre, mesmo no âmbito da América Latina —, o livro de Giovanni Levi não deve ser apreendido a partir de uma difusa e estéril contraposição entre o micro e o macro, entre o coletivo e o individual, entre as regularidades e as singularidades. Ao contrário, para nós, brasileiros, é possível que a riqueza deste trabalho radique exatamente em prover-nos de pistas extremamente ricas para que possamos circular com alguma firmeza nas tênues e delicadas fronteiras entre estes eixos.

Manolo Florentino
Departamento de História/UFRJ

capa Evelyn Grumach

TÍTULO ORIGINAL ITALIANO
L'eredità immateriale: Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento

CAPA
Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS
Nerval Mendes Gonçalves

TRADUÇÃO DO PREFÁCIO
Fernanda Abreu

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Imagem Virtual

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

L644h Levi, Giovanni
A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII / Giovanni Levi; prefácio de Jacques Revel; tradução Cynthia Marques de Oliveira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
272p.

ISBN: 85-200-0497-0

1. Chiesa, Giovan Battista — Séculos XVII e XVIII. 2. Exorcismo — Itália — História — Século XVII. 3. Cura espiritual — Itália — História — Século XVII. 4. Itália — História — Século XVII. I. Título.

99-0475 CDD — 945.07
CDU — 945

Direitos desta edição adquiridos pela BCD União de Editoras S.A.
Av. Rio Branco 99 / 20º andar, 20040-004, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Telefone (21) 263-2082, Fax / Vendas (21) 263-4606

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ, 20922-970

Impresso no Brasil
2000

Sumário

Prefácio*

A HISTÓRIA AO RÉS-DO-CHÃO

1. Aos leitores que esperam de um livro de história algo mais do que uma narrativa envolvente, um exotismo previsível, o eco de sua própria nostalgia, *A herança imaterial* deveria proporcionar os prazeres sutis e complicados de uma experiência intelectual. O livro não lhes propõe nada menos do que associá-los à reflexão de um historiador à procura de seu objeto. Nada menos pretensioso, nada mais ambicioso também do que este pequeno livro, cujo primeiro mérito é nos oferecer a chance de um verdadeiro *dépaysement*. Chance por demais rara para não ser aproveitada.

A obra foi traduzida para o francês quatro anos depois de sua publicação em italiano com o título *L'eredità immateriale*. A herança imaterial anunciada por essa fórmula cristalina e secreta é, como logo saberemos, a do poder no interior de uma comunidade rural reinserida em seus diversos contextos. Teremos ocasião de voltar a isso. Mas é conveniente lembrar que o livro foi publicado na coleção "Microstorie" (Micro-histórias), que seu autor, Giovanni Levi, dirige com Carlo Ginzburg

* Este prefácio foi publicado na edição francesa com o título "L'histoire au ras du sol" Paris, Éditions Gallimard, 1989.

desde 1980 na editora turinense Einaudi. O livro adquire sentido dentro de um projeto conjunto para cuja formulação e ilustração contribuiu, e ao qual deve ser relacionado.

A micro-história nasceu a partir de uma série de propostas enunciadas há dez ou quinze anos por um grupo de historiadores italianos dedicados a empreitadas comuns. Não constitui absolutamente uma técnica, menos ainda uma disciplina, ao contrário do que por vezes tentou-se fazer dela: uma opinião historiográfica ávida ao mesmo tempo de novidades e de certezas. Deve na verdade ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos. Não pareceu inútil evocar aqui os grandes traços do debate.

2. Há mais de meio século, a importância da história social não pára de aumentar, ao mesmo tempo que parecia ser capaz de renovar incessantemente seus objetos e seus procedimentos. Mesmo que, hoje, ela esteja longe de ter invadido o conjunto das práticas historiográficas — ao contrário do que é por vezes afirmado com demasiada complacência, seja para se alegrar ou para lamentar —, é verdade que ampliou seu território de forma desmedida. O sucesso dessa metáfora espacial (e de bom grado imperialista) sugere os progressos de uma disciplina à qual, durante muito tempo, nada parecia poder resistir. Ela não foi capaz de anexar territórios considerados, por definição ou tradição, irredutíveis: ontem, a história das culturas, hoje, talvez, a história política?

Essa história tinha por base inicialmente uma convicção simples. Contra os mais antigos hábitos historiográficos, afirmava que o destino coletivo havia tido mais peso do que o destino dos indivíduos, mesmo reis ou heróis; que as evoluções maciças eram as únicas capazes de desvendar o sentido — entenda-se a direção e o significado — das transformações das sociedades humanas através do tempo. Tal afirmação é hoje banal, a tal ponto que nos é difícil conceber que não tenha sido sempre assim. É no entanto recente, e inseparável da reflexão que vem sendo conduzida pelas sociedades democráticas a seu próprio respeito

há dois séculos. Não nos cabe aqui retraçar sua história. Lembremos apenas que ela encontrou pontos de fixação a partir do século XIX em propostas de natureza muito diversa: no campo da análise sociológica, é claro, de Tocqueville a Marx e de Durkheim a Weber, mas também em uma reflexão psicológica desde então esquecida, ou ainda no romance, para não falar no *ethos* populista nunca desmentido do qual Michelet permanece o profeta genial. De um país a outro, segundo a força e o agenciamento das tradições culturais nacionais, com descompassos inevitáveis e através de formulações algumas vezes muito diferentes tanto pela argumentação quanto pelo tom, uma evolução comparável parece ter imposto lentamente a convicção de que não existe história verdadeira a não ser a do coletivo.

Na França, como se sabe, foi o movimento dos *Annales* que, desde o final dos anos 20, se identificou essencialmente com essa inflexão historiográfica. Em seu nascimento bem como em suas reformulações, ele não pode ser separado de um conjunto de debates e de tensões que atravessam a vida intelectual francesa no século XX.[1] De qualquer modo, seu sucesso catapultou os *Annales* para muito além das fronteiras nacionais e transformou-os — ao preço, é bem verdade, de muitos mal-entendidos — em um dos termos de referência do trabalho histórico no mundo. Não é portanto abusivo evocar em linhas gerais, a partir de seu exemplo particular, as conseqüências para o trabalho dos historiadores acarretadas pela escolha da história social. O privilégio dado ao grande número, em detrimento do singular, exigia a invenção de fontes adequadas, ou ainda um novo tratamento das fontes tradicionais. Supunha também, e ao mesmo tempo, o ajuste de tratamentos adaptados aos materiais, na maior parte das vezes imperfeitos, conservados nos arquivos. A história dos procedimentos de quantificação e aquela, complementar, das formas de classificação ainda estão integralmente para ser escritas. Elas nos interessam aqui, sobretudo, pelas transformações que induziram.

Mencionaremos três dessas transformações principais. A primeira está diretamente ligada ao projeto de medir os fenômenos sociais a partir de indicadores simples ou simplificados. A primeira forma são os preços ou a renda; depois os níveis de fortuna e das distribuições profissionais, nas-

cimentos, casamentos e falecimentos; enfim, as assinaturas contadas embaixo dos atos notariais ou documentos de estado civil, ou ainda cláusulas testamenteiras que permitiam reconstruir as atitudes de determinados grupos em relação à morte. Reconhece-se, por trás desses exemplos escolhidos dentre muitos outros possíveis, alguns dos grandes sucessos da história social francesa no último meio século. Todos esses índices têm em comum o desejo de extrair do documento bruto uma propriedade, um traço isolado cuja crítica permita acompanhar sua evolução através do tempo. Eles podem em seguida ser aproximados uns dos outros, suas correlações podem ser medidas, de forma que possam entrar na constituição de modelos mais ou menos complexos. Mas eles só são pertinentes se permitirem destacar da matéria histórica uma realidade restrita e de natureza constante. Trata-se de uma constatação trivial, mas cujas conseqüências para a produção histórica não foram poucas.

O segundo dos efeitos evocados também remete à ambição, que foi a dos fundadores dos *Annales*, de uma história que se desviaria do único, do acidental, para investir-se completamente no estudo das regularidades — e, por que não, das leis — do social. Aqui a referência durkheimiana, retomada com vigor por François Simiand, é decisiva. Mas a primazia dada às regularidades, em detrimento do acidente, às repetições em detrimento do incidente, permite sem dúvida compreender por que essa história interessou-se quase imediatamente pelos sistemas e pelas estabilidades, em vez de pela mudança. História pesada, história lenta, e que encontrou instintivamente, nas sociedades pré-industriais, em uma Idade Média quase milenar e em uma modernidade que se estende por mais de três séculos, a longa duração necessária à execução de seu projeto. Tal escolha implicava, é claro, a renúncia a um certo número de objetos de estudo. Também servia de reconforto à convicção de que a única história importante escapava, para parafrasear uma célebre fórmula de Marx, ao conhecimento e, mais ainda, à vontade dos homens da história. O curto e mesmo o médio prazo tornavam-se, assim, de difícil compreensão. Mas há mais ainda. A valorização diferencial dos níveis e dos ritmos da realidade histórica parecia, sem que isso fosse dito de maneira tão clara, favorecer as evoluções mais lentas, ao ponto delas

tornarem-se praticamente indiscerníveis. A admirável primeira parte de *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel (1947), nos deixou, depois dos *Traços originais da história rural francesa* de Marc Bloch (1931), o protótipo de uma história estrutural de início atenta àquilo que não mudava. Mais perto de nós, o sucesso da "história imóvel" de Emmanuel Le Roy Ladurie (1973) junto a um público que as vicissitudes da história real, as do fim do crescimento e da crise econômica mundial haviam tornado cético, dá uma boa idéia do enraizamento de uma convicção implícita.[2] Paradoxalmente, tudo aconteceu como se os historiadores se convencessem, de bom grado, que nas sociedades que estudavam nada acontecia realmente, ou talvez até elas só fossem tão interessantes justamente porque nada acontecia.

Uma terceira grande transformação remete também ao projeto científico — alguns dirão, sem indulgência, cientista — que desde a origem inspirou a empreitada dos *Annales*, ao mesmo tempo que à dinâmica de uma pesquisa ativa, produtiva, segura de seus objetivos e de seus recursos. Bloch, Febvre e uma parte de sua geração haviam aprendido com seus mestres durkheimianos que só existe objeto de estudo construído através de procedimentos explicitados em função de uma hipótese dada, e em seguida submetido a validação. Essas regras de método elementares foram respeitadas sempre? Sem dúvida a história da pesquisa é a história da construção de objetos cada vez mais sofisticados. Os procedimentos tornaram-se mais complexos e mais controlados. No entanto, ao mesmo tempo, o caráter experimental, hipotético desses objetos foi algumas vezes deixado de lado. Com freqüência ficou-se tentado a considerá-los como coisas. A evolução da história dos preços entre os trabalhos do primeiro Labrousse (1933) e os anos 60 é um bom exemplo dessa tendência ao endeusamento dos recortes e das categorias, assim como o é, a uma geração de distância, a história das classificações socioprofissionais ou a das unidades espaciais de observação.[3] A prioridade parece ter sido dada cada vez mais à acumulação de dados classificados de acordo com categorias sedimentadas e não criticadas, descritas mais que anali sadas, e que pensa triunfar hoje com o estoque informatizado de enormes bancos de dados inertes, que deveriam um dia poder servir para

tudo (ou seja, possivelmente, a nada). Talvez esse achatamento da pesquisa também faça compreender que se tenha, afinal, refletido muito pouco sobre as articulações internas da realidade histórica assim reconstituída. Durante muito tempo, contentou-se em justapor seus diferentes aspectos. Na tradição dos *Annales*, sabe-se, a história dos grupos sociais entrou no molde proposto pela história econômica; e as primeiras tentativas de uma história social da cultura, a partir da metade dos anos 60, submeteram-se por sua vez instintivamente à grade de leitura socioeconômica que lhe era oferecida. Pode-se ver aí menos a influência de um marxismo que, devido à sua própria mediocridade teórica em nosso país, provavelmente não exerceu uma influência determinante na reflexão dos historiadores franceses, do que o efeito de uma espécie de dormência epistemológica que foi como o contragolpe de uma pesquisa superativa, que multiplicou suas áreas de interesse e suas conquistas durante quatro ou cinco décadas.

3. Esse quadro é, naturalmente, tendencioso. Insiste nas dificuldades ou impasses de um empreendimento generoso, inventivo, poderoso e que se revelou de uma fecundidade surpreendente. Não menciona tampouco os esforços, individuais ou coletivos, para repensar novamente o projeto e os recursos de uma história social problemática. Nos próprios *Annales*, e em torno deles, esses esforços apareceram, mesmo se continuamos com a impressão de que eles nem sempre foram escutados como deveriam ter sido. Trata-se aqui, aliás, não de fazer um julgamento, fácil demais *a posteriori*, mas sim ao contrário de compreender como, a partir da própria prática dos historiadores do social, nasceram as reflexões e as exigências que esboçam há cerca de dez anos um ponto crítico.[4]

Há muito tempo algumas pessoas vêm denunciando o que chamavam, de modo ambíguo, "os cansaços de Clio" — entenda-se a desproporção entre os árduos trabalhos da história quantitativa e os resultados obtidos. Mas é em torno do final dos anos 70 que a dúvida parece instalar-se no seio da corporação. É então que Lawrence Stone, grande praticante da história social — se algum dia existiu tal coisa — e um dos

editores de *Past and Present*, profetiza a "volta da narrativa" ao mesmo tempo que oferece um diagnóstico pessimista e raivoso sobre o trabalho realizado por sua geração de historiadores.[5] Se, a despeito de suas aproximações e de seus equívocos, esse exame de consciência teve tamanha repercussão internacional, foi sem dúvida porque Stone foi um dos primeiros a formular, sem se preocupar com sutilezas, um mal-estar, questões esboçadas por toda parte, e mais ainda porque convidava, a seu modo, a refletir sobre um momento da historiografia.

O otimismo que havia animado os grandes empreendimentos da pesquisa, e que culminava com a introdução dos métodos informatizados, parece então se obscurecer. Ainda deve-se buscar uma explicação para essa mudança recente. Assinalemos ao menos que ela remete a ordens de raciocínio muito diversas. Algumas delas são internas à disciplina. É provável que muitos historiadores tenham tido a sensação de um rendimento decrescente das vastas pesquisas quantitativas dos anos 1960-1970 (mesmo que o estabelecimento dos questionários estivesse, sem dúvida alguma, muito mais na berlinda do que a abordagem pesada propriamente dita). Ao mesmo tempo, seus próprios avanços empurravam a história social em direção a formas de especialização técnica definidas por competências e muitas vezes aceitas como pressupostos. Os *Annales* quiseram criar condições para uma interdisciplinaridade maleável. No entanto via-se o reaparecimento de circunscrições bem delimitadas, ciosas de sua nova autonomia. A "história total" ou "história global", essa palavra de ordem algo nebulosa mas apesar de tudo empolgante e que havia impulsionado três gerações de pesquisadores parecia esquecida em prol de formas mais rígidas de institucionalização. Era evocada então de maneira nostálgica. Ao mesmo tempo, essa tendência ao esfacelamento, aliás previsível, encontrava-se reforçada por uma evolução intelectual mais profunda e mais ampla. Esses mesmos anos viram o colapso de grandes paradigmas, particularmente os do marxismo e do estruturalismo, que, juntos ou em concorrência, haviam dominado durante algum tempo a história e as ciências sociais. Com eles apagava-se, ao menos provisoriamente, o projeto, e talvez a ambição, de uma síntese dos saberes sobre as sociedades.

Deve-se acrescentar a essas razões internas, que aqui apenas evoca-

mos de maneira difusa e que, algum dia, deverão ser objeto de um exame mais sério, outras de ainda mais difícil delimitação e que remetem a uma mutação bastante repentina das atitudes coletivas. Os anos de crise mundial foram um momento de revisão brutal, que anunciava inclusive as revisões suaves das quais 1968 havia sido o sintoma generalizado nas sociedades ocidentais. O progresso deixava de ser uma certeza ao mesmo tempo que se começava a duvidar da capacidade indefinida dessas sociedades para resolver seus problemas latentes. A angústia ecológica, hoje mundial, é um bom exemplo disso. O passado deixava de ser um terreno de experiência, o palco onde se construíam cenários que tornariam o presente mais inteligível, para tornar-se o alvo da melancolia desamparada dos contemporâneos. Dever-se-ia crer que os historiadores escapam mais do que os outros às solicitações da moda? Não é absurdo pensar que o movimento que carrega a história social há mais de meio século não é ele próprio completamente desvinculado do dinamismo e do voluntarismo de uma época que, apesar (ou na companhia) dos dramas que conheceu, pretendia dominar e organizar o seu futuro. Essa ascensão estagnou, esse desejo é, hoje, menos certo. Quanto aos historiadores, eles estão talvez menos certos de ser absolutamente capazes de administrar a duração que pretendem analisar.

Insistimos até agora nos aspectos negativos de uma crise vivida de forma confusa, pouco à vontade, e raramente explicitada. Seria talvez igualmente legítimo arriscar uma interpretação menos pessimista. Podemos sugerir, por exemplo, que o desaparecimento dos principais paradigmas colocou os historiadores diante de suas próprias responsabilidades; o que, aliás, coincidiu com o fim de um período em que muitas vezes os programas superaram as realizações. O "esfacelamento" da história que se denuncia com demasiada complacência constitui, certamente, um risco. Mas ele também pode traduzir o fato de que os historiadores, assim como os outros praticantes de ciências sociais, limitam provisoriamente suas ambições a objetos mais restritos e mais fáceis de serem manipulados, no interior de campos circunscritos definidos não mais por hábitos disciplinares ou técnicos, segundo recortes conceituais preestabelecidos, mas sim por práticas. As ambições

certamente diminuem, os discursos tornam-se mais modestos, pelo menos de imediato. Mas esse tempo de recuo aparente poderia ser o de uma reconstrução. A micro-história deve ser compreendida como uma tentativa nesse sentido.

4. Os textos que definem o projeto micro-histórico são pouco numerosos, e são breves. Poder-se-ia ver aí a confissão de uma insuficiência teórica radical, ou ainda a expressão de uma modéstia insistente. Por minha parte, escolho compreender essa discrição como a reivindicação de princípios de um direito à experimentação em história, o que não desassociaria a afirmação de propostas gerais de um trabalho específico. Pode ser a chance de lembrar aqui que a micro-história nasceu das trocas de um pequeno grupo de historiadores italianos reunidos em torno de uma revista, *Quaderni Storici*, que retomaram em 1970 e transformaram, em alguns anos, em um dos palcos centrais do debate historiográfico. Os mais conhecidos na França são sem dúvida Carlo Ginzburg, Carlo Poni, Edoardo Grendi e Giovanni Levi (mesmo se o movimento que conduzem tenha se ampliado consideravelmente de quinze anos para cá). O primeiro é um historiador da cultura. Os três outros são historiadores da economia. Mas essas especialidades de nada importam aqui — menos, em todo caso, do que a preocupação, comum a todos eles, de redefinir certas modalidades do trabalho histórico.

Para melhor compreender seu procedimento, partamos, apesar de tudo, de um texto programático. Há dez anos, Ginzburg e Poni publicavam em sua revista uma dezena de páginas curiosamente intituladas "O nome e como".[6] Seu texto abre com uma pergunta: como pôde a historiografia italiana ter sido tão obstinadamente reticente à história social? Certas respostas são classicamente conhecidas. O pesado legado do idealismo crociano, trazendo consigo uma suspeita generalizada em relação às ciências sociais, constituiu uma barreira eficaz para as inovações. De maneira mais prosaica, a organização ao mesmo tempo hierarquizada e atomizada da universidade italiana se adaptava mal, até uma época muito recente, a empreitadas coletivas e anônimas, adaptadas ape-

nas aos grandes temas da história nova, mesmo que as incríveis riquezas dos arquivos da península tivessem podido lhe oferecer recursos extremamente favoráveis. Nesse bloqueio duplo, esboçado de maneira um tanto alusiva, os autores viam a origem de uma situação característica de seu país: os historiadores ciosos de se afastar de caminhos já demasiado percorridos não teriam tido nenhuma outra escolha a não ser entrar na dependência de modelos historiográficos importados, principalmente da França ou dos países anglo-saxões, e aos quais seus recursos eram decididamente mal-adaptados.

Essa análise envelheceu. Uma década depois, sua rudeza lhe empresta ares ironicamente terceiro-mundistas que convencem ainda menos devido ao fato da cultura italiana, mais cedo obrigada a revisões cruéis, ter-se aberto mais rapidamente e com mais facilidade do que a nossa às renovações externas, e soube tirar partido de um verdadeiro cosmopolitismo. Resta que, quando este texto foi escrito, ele propunha — e é isso que importa — um convite ao trabalho com os recursos disponíveis, que estavam longe de ser derrisórios. Faltava logística? Convinha portanto delimitar o trabalho de outra maneira, limitar o tamanho dos objetos estudados inventando regras de aproveitamento intensivo onde as grandes pesquisas históricas se contentavam muitas vezes com uma cultura extensiva. A micro-história não foi portanto um eco italiano do *small is beautiful*, então tão em voga (mesmo que tenha se beneficiado, mais tarde, dessa estética perecível). Sugeria uma resposta possível a uma situação concreta.

Ainda assim, as limitações que pesam sobre o trabalho dos historiadores não são suficientes para explicar, menos ainda para justificar o projeto micro-histórico. A redução de escala proposta por Ginzburg e Poni, depois de Grendi,[7] convidava a uma outra leitura do social. A história social dominante refletia sobre agregados anônimos acompanhados durante um longo período. Seu próprio peso ameaçava não lhe permitir articular entre si os diferentes aspectos das realidades pelas quais se interessava através de categorias precocemente solidificadas. Ela tinha dificuldades para apreender as durações médias ou curtas, e com mais razão ainda os acontecimentos; não sabia muito o que fazer com

os grupos restritos, recusava-se por definição a levar em conta o individual. Assim, vastos territórios permaneciam abandonados, que se poderia tentar reconhecer. Aqui explica-se o sentido algo sibilino do artigo de 1979. Apoiados pela enorme jazida arquivística italiana, os autores propunham uma outra "maneira" de conceber a história social acompanhando o "nome" próprio dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos. O paradoxo é apenas aparente. Pois a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico — o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra —, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve. De certa maneira, é o antigo sonho de uma história total vista de baixo que Ginzburg e Poni encontram então: "A análise micro-histórica tem portanto duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula."

Deve-se, a exemplo de nossos dois autores, definir a micro-história como "ciência do vivido" ao final desta análise? A fórmula não conquista necessariamente uma adesão unânime. Evoca sem dúvida o antigo apetite dos ogres-historiadores pela carne fresca, mas também corre o risco de dissolver a originalidade do projeto em uma generalidade um pouco indistinta. Parece-me mais importante o desejo fortemente afirmado de estudar o social não como um objeto dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação. Percebe-se bem aqui a influência de uma antropologia anglo-saxã menos afetada do que a nossa pelas grandes arquiteturas sistemáticas, mas mais atenta, por vezes, à construção de papéis sociais e à sua interação. Reencontra-se em todo caso uma fascinação comum e algo melancólica do historiador pela experiência de terreno, privilégio do etnólogo. Sente-se isso desde o início do livro de Giovanni Levi: "Tentei, portanto, estudar um minúsculo fragmento do Piemonte do século XVII, utilizando uma técnica intensiva de reconstrução das vicis-

situdes biográficas de cada habitante do lugarejo de Santena que tenha deixado vestígios documentados." Mas a fascinação logo encontra suas justificações: "Todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais." A intenção anuncia-se claramente: a abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva.

Pode-se ver claramente: a micro-história não propõe uma revolução epistemológica, nem tampouco limita-se ao engenhoso quebra-cabeça recomendado por Ginzburg e Poni a seus colegas italianos no início de seu artigo. Trata-se de um procedimento prático — o que não quer absolutamente dizer que não tenha implicações ou conseqüências teóricas. Em todo caso, pode-se compreender que não se trata aqui, em absoluto, de uma renúncia à história social, mas sim de um esforço decidido a reconsiderar e aprofundar seus conceitos no momento em que seu dinamismo parecia perder o fôlego. Essa primazia da prática pode ajudar a compreender o aspecto de canteiro de obras, um pouco desordenado aos olhos do espectador afastado ou apressado, das realizações da micro-história. O catálogo da coleção "Microstorie"[8] é testemunho disso: há dez anos, reúne títulos cuja unidade pode nem sempre parecer evidente, seja pelos assuntos abordados ou pelos gêneros histórico-literários usados. Ocorre que essa unidade deve ser buscada menos em uma coleção de objetos sinalizadores do que em um repertório comum de interrogações, em uma certa maneira de proceder, em uma forma de atenção — se nos permitimos dizer: em uma certa qualidade de sensibilidade, que ainda temos esperança de explicar aqui.

Tudo isso, percebe-se, não implica em nada uma definição rigorosamente unificada. No entanto, foi isso mesmo que Carlo Ginzburg pro-

pôs, no mesmo ano de 1979, em um artigo célebre: "Sinais: raízes de um paradigma indiciário".[9] Decidido a estabelecer a legitimidade do procedimento que defendia com seus amigos, Ginzburg sugeria, como um virtuoso, que a micro-história, no fundo, apenas manifestava a originalidade do procedimento histórico em geral. Este último teria errado ao tomar como exemplo as ciências sociais e, mais ainda, as ciências exatas; ter-se-ia enganado ao se esforçar em estabelecer regularidades enquanto sua vocação seria, pelo contrário, partir em busca do "indício", do resto significativo, autorizando um conhecimento "indireto" e "conjectural", segundo o autor próximo da interpretação psicanalítica ou ainda da investigação policial. Ninguém duvidará um só instante que essas propostas são testemunhas explícitas de uma crise contemporânea da razão. Parece mais duvidoso que bastem para esboçar um paradigma científico alternativo, e na minha opinião vestem a empreitada dos micro-historiadores com uma vestimenta teórica ao mesmo tempo um pouco grande e um pouco larga. Se buscamos uma unidade para as realizações da micro-história, poderemos encontrá-la mais modestamente em alguns traços que me parecem significativos. Citarei três, para ser breve.

O primeiro, que pode ser deduzido com bastante clareza do que foi dito anteriormente, consiste em uma relação que poderíamos qualificar de inventiva com a realidade histórica. Todos sabemos que os historiadores devem se esforçar para construir seu objeto, mas muitas vezes tiramos disso conseqüências medíocres. Por terem escolhido fazer variar de forma sistemática e controlada o foco de sua lente, os micro-historiadores têm em comum a qualidade de estarem, talvez mais do que outros, atentos à construção do real e ao papel que aí desempenham o observador e seus instrumentos. A matéria histórica que nos oferecem é muitas vezes rica, mas é também problemática. Encontraremos a prova disso na recusa, muito praticada por esses autores, das hipóteses funcionalistas, das "explicações que tendem a simplificar os mecanismos causais e a descrever o passado como um entrelaçamento inevitável de necessidades biológicas, políticas, econômicas". A redução de escala, o interesse por destinos específicos, por escolhas confrontadas a limita-

ções, convidam a não se deixar subjugar pela tirania do fato consumado — "aquilo que efetivamente aconteceu" — e a analisar as condutas, individuais e coletivas, em termos de possibilidades, que o historiador pode tentar descrever e compreender. Ela movimenta as imagens recebidas, pois, regulando de maneira diferente a distância e a abertura de sua objetiva, os observadores fazem aparecer outra trama, recortes diferentes, e ao mesmo tempo a inadequação parcial dos instrumentos conceituais de que dispunham até então. (Notemos que, a esse respeito, a dimensão "micro" não goza de nenhum privilégio particular. Ela é hoje a mais exótica por ser a mais estrangeira aos hábitos intelectuais dos historiadores; mas esse, não duvidemos, foi o caso da dimensão "macro" quando, há cinqüenta anos, começou-se a refletir sobre agregados. O ponto importante aqui é, portanto, o princípio mais do que a direção da variação.)

O segundo traço se deduz com bastante facilidade do precedente. Os trabalhos dos micro-historiadores exibem deliberadamente uma dimensão experimental, e *A herança imaterial* é o melhor exemplo disso. O termo requer um comentário. O que pode ser uma experimentação em história, ou seja, em uma disciplina que toma por objeto fatos ocorridos e não-reproduzíveis, por oposição àqueles estudados pelas outras ciências sociais? A pergunta admite várias respostas. Há vinte anos, os praticantes da *New Economic History* sugeriam a seus colegas quantitativistas o recurso a hipóteses contrafactuais para a construção de modelos alternativos: qual teria sido o crescimento econômico dos Estados Unidos no século XIX se não se levasse em conta a existência e o desenvolvimento da ferrovia? A proposta é intelectualmente interessante na medida em que convida a escapar da evidência das evoluções conhecidas, mas sua implementação é necessariamente limitada a dados quantitativos se desejamos testar a validade heurística da hipótese. O procedimento sugerido pela micro-história é ao mesmo tempo mais discreto e, provavelmente, mais suscetível de ser generalizado. Consiste na criação de condições de observação que farão aparecer formas, organizações, objetos inéditos. Traduz-se, por outro lado, por um recurso constante a condições assim definidas ao mesmo tempo, é claro, que a suas modi-

ficações posteriores durante a análise. Nasce assim uma forma de exposição que pode parecer sinuosa, complicada, mas que reintroduz a todo instante as regras do jogo na própria narrativa do jogo. Giovanni Levi gosta de comparar o trabalho do historiador àquele da heroína de uma novela de Henry James: a telegrafista trancada *Na jaula*,[10] ela reconstrói o mundo exterior a partir de fragmentos de informação que recebe para transmitir. Mas a metáfora tem seus limites: pois o que distingue, eventualmente, o historiador da telegrafista é que, tão desmunido quanto ela, ele sabe que sua informação é uma escolha na realidade, à qual superpõe outras escolhas. Ele pode tentar ao menos medir suas conseqüencias e tirar partido delas.

Abordemos enfim o terceiro traço. Dentre os instrumentos à disposição dos historiadores, há os clássicos, ou que, pelo menos, são reconhecidos como tal pela profissão. É o caso dos conceitos, ou ainda dos métodos de investigação, das técnicas de medição etc. Há outros, não menos importantes mas sobre os quais raramente refletimos, seja por serem objeto de uma convenção tácita, ou porque, mais simplesmente, parecem já aceitos: formas argumentativas, modos de enunciação, maneiras de citar, jogos de metáforas ou, de maneira mais geral, formas de escrever a história. Aproximamo-nos aqui de um vasto conjunto de problemas que surgem hoje de modo um tanto selvagem, em todo caso desordenado, nas preocupações dos historiadores (e daqueles que observam seu trabalho). Durante muito tempo, essas questões não pareciam sequer se prestar à interrogação: a escrita da história parecia às vezes decidida a ser apenas o estrito protocolo de um trabalho científico; mais freqüentemente, fazia referência (ao menos implicitamente) ao modelo clássico do romance de quem o organizador domina soberanamente os atores e seu destino; tentava-se até mesmo misturar os dois gêneros. Essa época de certezas passou. A escrita romanesca, desde Proust, Musil ou Joyce, está sempre experimentando novas fórmulas. A escrita histórica, com algum atraso, faz o mesmo: pode-se também, afinal, ler as três temporalidades inventadas por Braudel em *O Mediterrâneo* como uma tentativa de contar a mesma história de três pontos de vista e em três registros diferentes, fragmentando-a e recompondo-a em seguida. Em

todo caso, o problema está colocado. Parece-me evidente que, em seus trabalhos, os defensores da micro-história consideram essa dimensão de seu trabalho tão experimental quanto os procedimentos da própria pesquisa. Na verdade, os dois aspectos não são dissociáveis. Limitaríamos abusivamente essa exigência se nos propuséssemos a restringi-la a um simples jogo, estetizante, com as formas (ainda que o problema, aqui mais uma vez, esteja longe de ter uma importância secundária). Enganar-nos-íamos do mesmo modo se estimássemos que, devido à mudança de escala proposta, a escrita biográfica fosse o gênero privilegiado, ou até mesmo único, sobre o qual os micro-historiadores refletem e trabalham. É apenas um gênero entre outros, e se possível associado a outros, como veremos em um instante. O que é central, por outro lado é a invenção de um modo de exposição que contribui explicitamente para a produção de um certo tipo de inteligibilidade nas condições definidas. O problema, hoje colocado de frente, trata de objetos de tamanho incondicionalmente reduzido. Mas nada impede que trate em breve de outras áreas, outras dimensões da pesquisa histórica.

5. Chegamos portanto, enfim, ao livro de Giovanni Levi. Trata-se, à primeira vista, de um objeto complexo, complicado, de difícil apreensão. De que fala, na verdade, *A herança imaterial*? O leitor apressado perceberá de passagem diversas respostas possíveis, das quais nenhuma é absolutamente errada, mas que tampouco são exatas e que, por outro lado, são aparentemente difíceis de ajustar entre si. Assim: a) o livro relata, como indica seu subtítulo, a carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII; b) o estudo está centrado nas estratégias familiares e individuais, com particular insistência na lógica dos comportamentos econômicos e no funcionamento do mercado da terra; c) podemos encontrar, no centro da análise, as relações hierárquicas, as formas de poder que estruturam o Antigo Regime; d) o eixo da demonstração é formado antes de tudo pelas relações entre centro e periferia, entre a capital e uma comunidade local, durante um período decisivo para a construção do Estado moderno; e) cada um desses itens (e alguns outros ainda) está

presente, mas sob a forma de uma variação mais ou menos acabada sobre um tema que nunca aparece.[11]

O jogo poderia ser prolongado por algum tempo, sem grandes vantagens. Cada um dos leitores deste livro terá provavelmente o gosto de recompô-lo como quiser. Mas o essencial está em outro lugar: uma das originalidades do trabalho de Levi é não se limitar a categorias aceitas. Creio que os militares chamam de estratégia o engano do dispositivo que consiste em atrair o adversário a um terreno onde já não se estará. Suspeito que o autor use o mesmo artifício. Darei dois exemplos. *A herança imaterial* começa efetivamente como uma história de vida: a do padre Giovan Battista Chiesa, vigário da paróquia de Santena e herói involuntário destas páginas; encontramo-lo em meio a uma campanha de exorcismos que o leva de vilarejo em vilarejo durante o verão de 1697, até que a atenção das autoridades eclesiásticas seja atraída para esses acontecimentos, e esta se esforce para dar-lhes fim e comece a ditar ordens. Mas, tirando o fato de que não sabemos grande coisa a seu respeito, Chiesa logo desaparece do livro. A partir da página 72, o destino do padre Chiesa perde-se no vazio com "as últimas palavras [dele] que nos foi dado conhecer" — assim como o de certos personagens de Queneau ou de Tex Avery; e nada saberemos de seu destino depois disso. Quando o reencontramos (no capítulo V), é em um período anterior de sua vida e em condições que não nos permitem saciar, reconheçamos, nosso apetite biográfico. Trata-se mesmo, a propósito, de uma biografia? Não, no sentido clássico do termo, com todas as limitações que este implica: um começo, um fim, uma continuidade da narrativa. Mas sim, sem dúvida, se aceitamos refletir "sobre o que é importante e o que não o é quando se escreve uma biografia", ou seja, sobre as condições e os contextos nos quais tal história toma corpo e sentido.[12]

Estaríamos mais felizes se escolhêssemos o gênero da monografia de vilarejo, gênero canônico por excelência na produção histórica contemporânea? Eis aqui uma comunidade, Santena, situada a cerca de vinte quilômetros de Turim. Ela foi sistematicamente fichada. O trabalho exaustivo em arquivos, principalmente notariais e cadastrais, serviu de base para uma vasta pesquisa prosopográfica abrangendo quarenta anos

(1672-1709), que permitiu reunir mais de 32.000 referências nominativas. Mas o enfoque demográfico é mais que lacunar, assim como nos escapa a gestão administrativa e política do vilarejo em seu dia-a-dia, por falta de fontes. Não conheceremos nem o número aproximado de habitantes de Santena nem as atividades de toda uma parte da população, que não deixou vestígios documentais. Existem certamente centenas de comunidades, na Itália como em outros países, mais documentadas e aparentemente mais atraentes para alguém que deseje descrever as distruibuições sociais, a estrutura da propriedade e da renda, a evolução dos nascimentos, dos casamentos e das mortes, a produção agrícola ou a tecnologia agrária, todas etapas costumeiras desse tipo de pesquisa. Aqui, as descrições estão em grande parte ausentes. A tendência portanto é pensar que Giovanni Levi não teve a intenção, apesar das aparências enganosas, de nos dizer tudo o que podemos saber sobre um vilarejo do século XVII.

Seu livro não se situa portanto onde se poderia esperar. Parece-me articular dois projetos, um definido de modo muito aberto, o segundo de modo mais estreito. O primeiro é claramente formulado desde a introdução. Consiste na tentativa de reconstrução, tão exaustiva quanto possível, de uma série de destinos inscritos no espaço de uma comunidade restrita. Mas isso, parafraseando Musil, para "mostrar quantas coisas importantes podemos ver acontecer enquanto aparentemente nada acontece". Eis aqui a segunda proposta: "A hipótese da qual partimos é [...] a da assunção de uma racionalidade específica do mundo camponês [...] Esta racionalidade pode ser mais bem descrita se admitirmos que ela se expressava não só através de uma resistência à nova sociedade que se expandia, mas fosse também empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural. E neste sentido que usei a palavra estratégia."

6. Interessemo-nos um instante por essas propostas. A primeira parece conduzir-nos pelo caminho, já percorrido, da reconstituição histórica. Ele poderia sugerir o sonho de um conhecimento integral (ou quase) de

um objeto convenientemente limitado. Seria ainda necessário que o jogo valesse a pena. Tal não é o caso, evidentemente. O lugar da pesquisa não é, como já dissemos, excepcionalmente favorecido pelas fontes. Mas não o é por mais nada tampouco: "[...] escolhi um lugar banal e uma história comum. Santena é uma pequena aldeia e Giovan Battista Chiesa é um tosco padre exorcista." E, mais longe: "O que espero tenha me permitido mostrar, onde aparentemente nada há, não é uma revolta aberta, nem uma crise definitiva, uma heresia profunda, ou uma inovação extraordinária, e sim a vida política, as relações sociais, as regras econômicas e as reações psicológicas de uma cidadezinha comum." Banalidade, normalidade: em todo caso, nenhum desses elementos de dramatização que parecem abrir caminhos na espessa camada do social. Essa história cotidiana é privilegiada, menos porque seria mais representativa de uma situação normal na zona rural do Antigo Regime — o problema, na verdade, não se coloca nestes termos — do que por permitir ver outra coisa, de um ponto de vista diferente. Ela nos mostra a história ao rés-do-chão.

Não a mesma história dos acontecimentos desse final de século XVII: a guerra européia, na qual o Piemonte se deixou levar contra a França de Luís XIV esperando encontrar benefícios políticos e simbólicos incertos, mas que, a curto prazo, devasta seu território; a afirmação do Estado centralizado, de seus valores, de seus procedimentos, de suas exigências também, tal como impunham os representantes da capital; a competição das grandes dinastias aristocráticas que tecem suas estratégias na escala de toda a Europa. Mas tampouco uma história completamente diferente, aquela que, se acreditarmos nas centenas de monografias rurais, aconteceria longe das principais vicissitudes desse mundo em uma espécie de isolamento feliz ou miserável, e que só despertaria de sua letargia para ser confrontada com evoluções então inevitáveis. A hipótese de Giovanni Levi reúne essas duas sugestões preguiçosas para nos convidar a ler, em Santena, a modulação local da grande história.

Ela se inscreve em acontecimentos minúsculos: a multiplicação das vendas e compras de terra, o movimento incessante, porém mais difícil de acompanhar, do crédito; o destino coletivo dos conjuntos familiares,

com seus ganhadores e perdedores; a luta pelo prestígio e pelo poder local, que parece muitas vezes se limitar ao pagamento de algumas taxas em mercadorias, a alguns galos, a uma presença na igreja aos domingos. Individualmente, nenhum desses detalhes tem a menor importância. Tratados juntos, permitem reconstruir os contornos de um grande jogo social e político que é o verdadeiro assunto deste livro. Sem dúvida, nenhum dos habitantes de Santena, sequer as grandes famílias nobres que dividem o controle do lugar, é capaz de influir no destino da guerra e nem mesmo nos progressos do Estado administrativo e fiscal. Mas todos, e cada um em seu lugar, se esforçam para encontrar uma resposta para os problemas que lhes vêm da grande história. Fazem-no com mais ou menos sucesso, com mais ou menos cartas na mão; são submetidos a limitações e solidariedades, verticais mas também horizontais, que restringem sua capacidade de manobra e sua possibilidade de invenção. Mas procuram proteger-se dos acontecimentos e, melhor, neles se apoiar para melhorar suas chances.

A herança imaterial é portanto uma tentativa de decifrar a repartição local de uma história que pensávamos conhecer e que não deve ser lida apenas de cima para baixo; um esforço para colocar alguma ordem na desordem aparentemente não-essencial do cotidiano. Esse esforço, portanto, vira heroicamente as costas aos dois modelos de análise que têm prevalecido nas ciências sociais contemporâneas: ao modelo funcionalista e ao modelo estruturalista,[13] para opor-lhes uma análise de tipo estratégico. Assim compreende-se, sem dúvida, que o personagem central deste livro não seja nem o exorcista Giovan Battista Chiesa nem mesmo a comunidade de Santena, mas sim uma noção abstrata e no entanto onipresente por trás dos comportamentos e das escolhas: a incerteza.

Ela é a principal figura através da qual os homens de Santena apreendem seu tempo. Eles devem entrar em um acordo com ela e, na medida do possível, reduzi-la. Podemos encontrá-la em toda parte: na espera dos pacientes que, junto ao exorcista, vêm menos procurar a cura de seus males do que a diabolização da infelicidade capaz de dar uma explicação simples e única de seu sofrimento; nas estratégias coletivas das

famílias que, com suas alianças e suas aquisições, esperam menos um resultado econômico imediatamente quantificável do que uma garantia coletiva reforçada contra aquilo que pode acontecer; nos cálculos dos notários de Santena que, através da diversificação de suas atividades e do recurso a modos sutis de transmissão de seus privilégios ao longo de suas linhagens entrecruzadas, buscam a proteção de sua posição; enfim, no investimento espiritual e afetivo no sagrado, onde, qualquer que seja a ligação de uma família a uma devoção e a uma confraria, evita-se colocar todos os ovos em uma mesma cesta. De cima para baixo, e em todos os registros da vida cotidiana, esses homens são obcecados por ameaças individuais e coletivas que pesam sobre eles: a incerteza das colheitas, a fragilidade da vida, a relação, constantemente questionada, do grupo familiar com as exigências e as possibilidades da exploração, a relação com o mundo exterior. Eles respondem ao seu modo, que é a matéria deste livro. Mas fazem mais ainda: "Esta sociedade, como qualquer outra, é composta por indivíduos conscientes da imagem de imprevisibilidade que organiza cada comportamento. Esta incerteza não deriva apenas da dificuldade em prever o futuro mas, também, da consciência de que dispõe de informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual se deve agir. Tal sociedade não era, todavia, paralisada pela insegurança, hostil a qualquer risco, passiva ou enraizada sobre fatores imóveis de autoproteção. O aprimoramento da previsibilidade para aumentar a segurança foi um motor potente de inovação técnica, psicológica e social [...]." A terra, a produção agrícola, as rendas, as alianças, as solidariedades locais (e, para alguns, supralocais), o além são portanto, e ao mesmo tempo, objeto de estratégias complexas que não obedecem a uma racionalidade abstrata (por exemplo: maximizar os ganhos, ou ainda: aumentar sistematicamente o capital em terras) mas à busca da melhor adaptação em um mundo de alto risco e cujas principais coordenadas estão sempre em movimento. Essas estratégias não são livres: estão ligadas a valores, cercadas por limitações. Não são tampouco ditadas por uma lei de reprodução simples. Reconhecem, ao mesmo tempo que nos permitem ver, os intervalos, as ambigüidades deixadas abertas pelos sistemas de dominação e de controle e pelas ins-

tâncias de sociabilidade. Encontram pontos de apoio que autorizam uma ação, na maior parte das vezes coletiva, cujos caminhos podem ser sinuosos mas cuja finalidade é clara: a sobrevivência biológica do grupo, a conservação do *status* social de uma geração para outra (e, se possível, seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social.

7. Isso tudo sem dúvida ajuda a compreender melhor a complexidade deste pequeno livro. Trata-se aqui de nada menos do que compreender como uma sociedade fortemente diferenciada responde aos acidentes da história. Não retomarei o detalhe das análises, longas e persuasivas, que Levi dedica ao agenciamento dessas estratégias. Mas vale a pena insistir na construção do social que torna possível tal trabalho. Ela obedece a uma máxima que todo historiador poderia, me parece, tomar como sua: por que ser simples quando se pode ser complicado? Ou, para ser um pouco menos trivial: o papel do observador não é ler a realidade que estuda com os instrumentos geralmente simplificadores que recebeu (simplificadores na maior parte das vezes porque ele os recebeu, na verdade). Cabe-lhe pelo contrário enriquecer o real introduzindo na análise o maior número possível de variáveis, sem no entanto renunciar a identificar suas regularidades. O desafio aqui é conseguir construir uma série de modelos a partir de uma informação em parte descontínua e em um período de tempo médio — meio século, *grosso modo* — com uma seqüência de fases extremamente contrastadas. Ela é bastante dominada, mas ao preço de uma constante reelaboração dos instrumentos de observação que responde a uma não menos radical redefinição dos objetos de estudo. Tomarei três exemplos.

Todo autor de monografia sabe que deve situar sua unidade de estudo em um contexto: ecológico e demográfico (a terra e os homens, mais recentemente o clima), contexto administrativo e político, contexto econômico e, por que não, cultural. Cada monografia apresenta sem dúvida traços próprios, mas de uma para outra a concepção do contexto é marcadamente repetitiva. Na verdade, ela é um sumário, e enquadra as generalizações mais obrigatórias do campo de análise. Um dos interesses principais do procedimento de Levi me parece ser, pelo contrário,

estar sempre inventando um contexto pertinente, ou seja, a moldura referencial que torna inteligível sua Ilíada camponesa, das habitações reunidas entre as duas pontes até o tabuleiro de xadrez europeu no qual se traçam, parcialmente, os destinos das famílias aristocráticas. Para citar apenas um contexto particular, o das relações de poder, ficaríamos tentados a reduzir a história de Santena a um episódio, entre tantos outros, da tensão que opõe uma comunidade periférica às solicitações insistentes do absolutismo piemontês em plena expansão. Mas, justamente, os personagens da peça são muito mais numerosos. Entre Santena e Turim se interpõem, ou interferem, as pretensões de Chieri, cidade de médio porte que no entanto estima ter sua palavra a dar; as do arcebispado de Turim, do qual a paróquia depende; as dos principais feudatários, que afirmam sua dominação local. A própria sociedade do vilarejo se divide em função dos interesses divergentes dos grupos específicos de que é composta. Esses atores coletivos se afrontam, mas também se aliam de acordo com as possibilidades, elas mesmas em constante mutação. As frentes estão sempre se deslocando para em seguida se recomporem. Foram precisamente a multiplicidade e a complexidade dos interesses em jogo que permitiram a Santena a sorte coletiva de permanecer um "lugar escondido", como que à margem das grandes manobras do Estado central. A crise política, econômica, social, ideológica dos anos 1690 demole todo esse belo equilíbrio, não apenas porque as necessidades de Turim se fazem mais exigentes mas também porque a interação local das forças de resistência e a gestão local dos poderes se desfazem. Em um desses vilarejos onde nada nunca acontece, certamente aconteceu algo que é como o avesso da história do absolutismo — e que torna essa história possível.

Meu segundo exemplo remete a um quebra-cabeça clássico com o qual todos os historiadores sociais tiveram um dia que se defrontar: como construir uma grade de leitura que represente as sociedades que estudam? Como identificar as unidades pertinentes, ou seja, aquelas que permitirão integrar o maior número possível de fatos observados? Classicamente opõem-se as classificações abstratas, ou supostamente abstratas (de acordo com a origem social, a fortuna, o tipo e o nível da renda,

a profissão, o lugar no processo de produção etc.), às classificações indígenas, que por sua vez retomam antigos recortes, significativos em sua época (por exemplo, de acordo com o poder, a estima, as diferentes distribuições profissionais, de novo a fortuna etc.). Giovanni Levi não ignora nenhuma das duas, e boa parte do enorme trabalho prosopográfico que conduziu serviu à construção de tais quadros descritivos — mesmo que nunca apareçam em seus textos como tais. Ainda assim, sua concepção das identidades sociais é diferente, mesmo que não seja capaz de ignorar as propriedades "objetivas" da população analisada. Ela é, em primeiro lugar, inseparável da interrogação sobre a "racionalidade limitada" que ele tenta explicitar nos comportamentos do mundo camponês. Testemunha exemplar disso é o longo e importante debate sobre a família "tradicional". Levi não se contenta em lembrar que não se trata aqui de uma sociedade onde a aventura — a aventura do sucesso ou, na maior parte dos casos, a luta pelo *statu quo* — pode ser pensada em termos de empreitada individual: ela é fundamentalmente familiar. Ele demonstra ainda que as estratégias familiares não podem ser compreendidas ao nível da família tomada como unidade residencial (ou seja, da realidade que é alvo de atenção dos arquivos fiscais ou paroquiais que os registram e nos permitem, conseqüentemente, reconstruir). Essas estratégias colocam em jogo, e é esse um dos aspectos mais importantes deste livro, "frentes familiares" formadas por unidades que não residem juntas mas "unidas por laços de parentesco consangüíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias". Efetivamente, é nesse nível que se pode evitar a incerteza própria às sociedades rurais do Antigo Regime, que os cálculos em termos de ganho ou perda tornam-se significativos ao longo de gerações (como demonstra, em particular, a longa discussão sobre o funcionamento do mercado da terra).

Mas há mais ainda. Essas identidades sociais ainda são concebidas como realidades dinâmicas, plásticas, que se constituem e se deformam diante dos problemas com os quais os atores sociais são confrontados.[14] É claro, os senhores continuam sendo senhores e seus assalariados continuam sendo, na maior parte das vezes, assalariados. As características rígidas existem e seu papel é sem dúvida predominante. Mas o capítulo

dedicado aos notários — definição improvável e no entanto evidente na história do vilarejo — mostra como, durante um período relativamente longo, um grupo que não pode ser limitado nem em termos de classificação indígena nem tampouco de acordo com uma taxinomia moderna toma forma diante de situações semelhantes; como um grupo que joga deliberadamente com a diversificação de suas atividades e de seus recursos, sem a transmissão, em parte oculta, de seu capital social, que nunca detém nenhum poder institucional visível, se afirma de modo a vir a ter um peso decisivo na política local, até poder ele também ser descrito em suas propriedades sociais.[15]

Chego enfim ao tema que dá título à edição francesa deste livro e que o atravessa de ponta a ponta: o tema do poder.* Se existe um conceito que fascina os historiadores e os especialistas em ciências sociais, com certeza é este, talvez devido a uma espécie de compensação melancólica. E se existe um conceito constantemente e abusivamente endeusado, mais uma vez é este. Inclusive, talvez as duas constatações não sejam completamente estranhas uma à outra. Segundo as inclinações dos que o estudam, o poder será colocado do lado do comando, de um capital de estima ou de fidelidade, do lado da detenção de um capital de bens materiais ou culturais, ou ainda nos esforçaremos para demonstrar que todos esses capitais obedecem a uma lei tendencial de concentração, que eles se acumulam de acordo com regras mais ou menos complexas. Levi parte da hipótese contrária: o poder não é uma coisa. Decifrado ao nível de um mundo minúsculo como o de Santena, o sistema aparece bem diferente: identifica-se a uma rede tradicional constantemente em movimento. Sem dúvida há ali, como em toda parte, ricos e pobres; empreendedores "livres" e trabalhadores presos a laços de dependência. Sem dúvida também, a luta pelo simbólico está sempre pronta para despertar: não se poderia de outro modo explicar o conflito, ao mesmo tempo burlesco e grave, das duas principais casas senhoriais

* O título do livro em sua edição francesa, publicada pela Gallimard e da qual foi tirado este prefácio, é *Le pouvoir au village — Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e^ siècle (N. da T.).*

do lugar, os Tana e os Benso, a respeito de onde colocar suas armas ou da obtenção de seu banco de honra na igreja paroquial. Mas tudo isso faz parte da ordem das coisas e é, se nos permitimos dizer, tautológico. O poder inédito, o que não esperávamos, o que vemos se construir ao longo do livro, é aquele que não é garantido por nenhuma instituição e que traduz uma influência imprevista sobre a realidade social.

É claro, a saga dos Chiesa ilustra esse fato de maneira incomparável. Oferece também, é bom notar, o único momento dramático de um livro jansenista e que se recusa a lançar mão de qualquer efeito. O leitor pode, efetivamente, se interrogar a respeito do que liga a campanha de exorcismos de Giovan Battista Chiesa entre 1694 e 1697 à tentativa de descrição do mundo de Santena que constitui o corpo da obra. No entanto, o poder espiritual do exorcista não veio do nada. Chiesa também é um herdeiro. De seu pai, Giulio Cesare, recebeu uma "herança imaterial" que tentou interpretar a seu modo. Esta herança existe, mas não é separável de uma prática social que lhe empresta corpo e eficácia. Esse pai apareceu no vilarejo meio século antes, na metade dos anos 1640, levado por uma rede de alianças e solidariedades, e também requisitado pelo conflito sociopolítico que atingia então a comunidade e ameaçava fragilizá-la diante do mundo exterior. A conquista de Giulio Cesare Chiesa, que se tornou o podestade de Santena, terá sido encontrar os caminhos para um novo equilíbrio entre os protagonistas locais assim como entre o vilarejo e aqueles que, de fora, tivessem a pretensão de influenciar seu destino. Terá também consistido em tornar-se indispensável às diferentes facções tornando-se seu mediador obrigatório, aquele que, justamente, dispõe da informação tão preciosa às estratégias coletivas e que a modula segundo sua vontade. Ei-lo portanto transformado em faz-tudo e em homem indispensável. É a ele que Santena deve quarenta anos de paz e o fato de ter se tornado o lugar escondido que escapa em grande parte à autoridade central. Em contrapartida, Chiesa torna-se uma espécie de chefe do vilarejo, o primeiro dos notários. No entanto, sua promoção não vem acompanhada de nenhum dos sinais esperados. Ele não investe em terras, enquanto seria o homem mais bem capacitado para fazê-lo. Seu capital é constituído por uma espécie de crédito generalizado sobre

a comunidade, feito de serviços prestados, de fidelidade reconhecida, de respeito e de dependência. É, ao pé da letra, imaterial. Não nos espantamos então com o fato de ter escolhido transmiti-lo ao mais velho de seus filhos, Giovan Battista, o padre, que consegue colocar como vigário de Santena. Quem melhor do que aquele que tem a cura das almas poderia ter condições de fazer frutificar esse capital impalpável? O filho herda portanto uma renda de situação. Ela não autoriza tudo, e o vigário pagará caro, no início de sua função, pelo fato de não ter compreendido que os limites do poder espiritual também são claramente marcados. Então se converterá, com um sucesso inegável, à cura e ao exorcismo. Mas é decididamente um mau intérprete da política do vilarejo. Não se deu conta de que a geopolítica local, assim como o equilíbrio de forças do ducado, se modificaram. Os equilíbrios que haviam tornado o pai um intermediário indispensável modificaram-se. Giovan Battista pagará com sua queda esse desconhecimento do terreno.

Portanto, a definição do poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas. Novamente, o poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partido das ambigüidades e das tensões que caracterizam o jogo social. Alguém questionará que se trata de ruínas derrisórias, de uma espuma de história? Responderemos que essa atividade minúscula, precária, em perpétuo movimento foi provavelmente o que deu corpo e forma às grandes entidades abstratas cuja irrepreensível afirmação na história estamos sempre evocando: o crescimento do Estado, o fim do isolamento das zonas rurais, a reforma católica e tantas outras. Também é ela que faz com que, lida ao rés-do-chão, a história de um lugar seja provavelmente diferente da de todos os outros lugares.

8. Eis que surge outro problema, que é na verdade inseparável do próprio projeto da micro-história. Admitamos que, ao limitar o campo de observação, façamos surgir dados não apenas mais numerosos, mais refinados, mas que além disso se organizam de acordo com configurações

inéditas e fazem aparecer uma outra cartografia do social. Qual poderia ser a representatividade de uma amostra tão circunscrita? O que ela pode nos ensinar que seja generalizável?

A pergunta foi feita muito cedo e recebeu respostas que não convidavam de modo algum à adesão. Em um artigo já antigo, Edoardo Grendi previra a objeção criando um oxímoro elegante: propunha a noção de "excepcional normal".[16] Esse diamante obscuro deu muito o que falar. Exerce a fascinação dos conceitos que gostaríamos de poder utilizar se apenas soubéssemos defini-los exatamente. Devemos ver no "excepcional normal" um eco, em total consonância com a sensibilidade dos anos pós-1968, da convicção segundo a qual as margens de uma sociedade dizem mais sobre ela do que o seu centro? Que os loucos, os marginais, os doentes, as mulheres (e o conjunto dos grupos dominados) são os detentores privilegiados de uma espécie de verdade social? Deve-se compreender isso em um sentido diferente, o de um afastamento significativo (mas de quê)? Ou ainda como uma primeira formulação do paradigma indiciário mais tarde proposto por Carlo Ginzburg? Essas diversas hipóteses, e outras ainda, talvez sejam verdadeiras; são em todo caso plausíveis; e pode até ser que tenham coexistido no pensamento de Grendi, sob a reserva de serem compatíveis entre si (o que não é certo). Não sendo o autor desse mistério epistemológico, não fingirei organizá-lo e evitarei escolher uma dessas diferentes interpretações. Observo simplesmente que qualquer uma delas deixa em aberto o problema de saber quais ensinamentos gerais podemos esperar tirar de uma pesquisa local, pontual, ancorada em sua própria excepcionalidade.

A esse debate aberto, o livro de Giovanni Levi me parece trazer um certo número de respostas que deslocam a argumentação de maneira útil. Ele lembra em primeiro lugar que se pode refletir sobre a exemplaridade de um fato social sem ser em termos rigorosamente estatísticos. O segundo capítulo, dedicado às estratégias desenvolvidas por três famílias de meeiros de Santena, opera uma escolha entre algumas centenas de outros casos possíveis, que não recebem nenhum tratamento comparável mas que estão todos presentes no dossiê prosopográfico. O procedimento, portanto, não consistiu em inserir esses três exemplos na

totalidade da informação constituída, mas sim em extrair deles os elementos para um modelo. Essas três biografias familiares, bastante contrastadas, são suficientes para fazer aparecer regularidades nos comportamentos coletivos de um grupo social específico. Testar a validade do modelo consiste portanto não em uma verificação de tipo estatístico, mas sim em sua experimentação sob condições extremas, quando uma ou muitas das variáveis que o formam são submetidas a deformações excepcionais. A formação de um dossiê sistemático é precisamente o que torna possível uma verificação desse tipo.

O percurso sinuoso, complicado, proposto por Levi me parece por outro lado ter o mérito de nunca fechar o campo restrito da pesquisa pesada sobre si mesmo, mas sim examinar de maneira racional o que poderíamos chamar de variações de escala de observação.[17] Da própria Santena, sabemos *grosso modo* tudo o que hoje se pode saber sobre um período de meio século: tudo, ou seja, muito sobre as realidades econômicas e sociais, e alguma coisa, muitas vezes vestígios mais reduzidos, sobre a dinâmica política que anima essa comunidade. Mas a inteligência dessa aventura paroquial não pode ser apreendida apenas no nível local. É através do recurso sistemático a variações de distância focal, que permitem inscrever Santena em uma série de contextos encaixados, que essa história toma aos poucos sentido. A cada nível de leitura, a realidade aparece diferente, e o jogo do microistoriador consiste em conectar essas realidades em um sistema de interações múltiplo. Da mesma forma que o destino do Estado moderno se desenhou no palco de centenas, de milhares de Santenas, o agenciamento delicado e sutil dos equilíbrios no interior da comunidade é resultado de forças plurais, orientadas em todos os sentidos, que ora são ampliadas, ora obscurecidas. A manipulação deliberada desse jogo de escalas sugere uma paisagem totalmente diferente, ao mesmo tempo que uma outra idéia da representatividade de um caso local. Os acontecimentos são, naturalmente, únicos, mas só podem ser compreendidos, até mesmo em sua particularidade, se forem restituídos aos diferentes níveis de uma dinâmica histórica.

9. Contentamo-nos aqui em puxar alguns dos fios da teia sabiamente tecida por Giovanni Levi. Resta ao leitor recompor, de acordo com sua vontade e seu prazer, o belo objeto que lhe é proposto. Gostaria no entanto de lembrar, para terminar, que é no ponto ao qual chegamos, onde os privilégios da micro-história parecem mais evidentes, que estes me parecem se dissolver e nos remeter à lei comum dos historiadores do social. Pois o conjunto das exigências e ambições que acabam de ser rapidamente citadas não é, ou não deveria ser, privilégio dos micro-historiadores. É justo: não se pode ver muito bem o que poderia impedir os macro-historiadores (ou qualquer outro membro da tribo) de usar os mesmos procedimentos, em particular de buscar escalas variáveis de observação mais adequadas ao estudo de fenômenos relacionados entre si. O mérito da proposta micro-histórica terá sido ao menos de chamar a atenção, através do exemplo e através do fato, para essas verdades de bom senso, ao sugerir uma mudança de parâmetros eficaz. De reafirmar também que o social não é um objeto definido, mas que deve ser construído a partir de interrogações cruzadas. Nesse sentido, *A herança imaterial* pode servir de modelo, já que nos conduz por caminhos um pouco negligenciados da história-problema.

JACQUES REVEL

NOTAS

[1] Cf. J. Revel, "Histoire et sciences sociales: les paradigmes des Annales", *Annales E.S.C.*, 6, 1979, pp. 1360-1376.

[2] E. Le Roy Ladurie, "L'histoire immobile", aula inaugural no Collège de France, 30 de novembro de 1973, publicado em *Annales E.S.C.*, 3, 1974, pp. 673-692, e em *Le territoire de l'historien*, tomo II, Paris, Gallimard, 1978, pp. 7-34. Note-se a inflexão do tema no espaço de alguns anos: *Les paysans de Languedoc* (1966) evocava um grande ciclo agrário de mais de quatro séculos, cujo imobilismo aparente encobria, na verdade, oscilações muito importantes. A estabilidade das antigas sociedades rurais tornou-se tema predominante da aula de 1973. Nenhuma dúvida de que ele foi ainda mais amplificado

pelos múltiplos ataques de um público decididamente nostálgico do "mundo que perdemos" nos anos de *Montaillou* e do *Cheval d'orgueil* (1975).

[3] Sobre este último ponto, remeto aos artigos incisivos de J. Rougerie, "Faut-il départementaliser l'histoire de France?", *Annales E.S.C.*, 1, 1966, pp. 178-193, e de Christophe Charle, "Histoire professionnelle, histoire sociale?", *Annales E.S.C.*, 4, 1979, pp. 787-794.

[4] Cf., mais recentemente, o apelo "Histoire et sciences sociales: un tournant critique?", *Annales E.S.C.*, 2, 1988, pp. 291-294.

[5] L. Stone, "The Revival of Narrative. Reflections on a New Old History", *Past and Present*, 85, 1979, pp. 3-24, bem como numerosos outros artigos do mesmo autor decididamente "revisionistas".

[6] C. Ginzburg e C. Poni, "Il nome e il come: mercato storiografico e scambio disuguale", *Quaderni Storici*, 40, 1979, pp. 181-190. Ver também a apresentação da coleção "Microstorie" por G. Levi, Turim, Einaudi, 1980.

[7] E. Grendi, "Microanalisi e storia sociale", *Quaderni Storici*, 33, 1972, pp. 506-520.

[8] Dezesseis volumes publicados até 1989.

[9] C. Ginzburg, "Spie. Radici di un paradigma indiziario", em A. Gargani, *Crisi della ragione. Nuovi modelli nel rapporto tra sapere e attività umane*, Turim, 1979, pp. 56-106.

[10] H. James, *Dans la cage* (*Na jaula*), trad. franc., Paris, Stock, 1982.

[11] Tal é, por exemplo, o ponto de vista desenvolvido por Sergio Bertelli em um inventário muito negativo (e, pode-se dizer, pouco compreensivo) publicado na *Revue d'humanisme et Renaissance*, 1987, pp. 297-302.

[12] São estes os termos de uma discussão, evocada em uma nota, do autor com seu pai, Riccardo Levi, a quem o livro é dedicado e ele mesmo autor de uma bela autobiografia cívica e política.

[13] Aproximaremos essas propostas das de P. Bourdieu em *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris e Genebra, Broz, 1973, desenvolvidas em *Le Sens pratique*, Paris, Éd. de Minuit, 1981. Notemos no entanto que Levi nem sempre escapa da tentação funcionalista. É o caso, em particular, quando as lacunas documentais o forçam a reconstruir hipoteticamente uma dinâmica histórica a partir de resultados constatáveis: assim é no relatório de atividades de Giulio Cesare Chiesa enquanto podestade de Santena, no final do capítulo IV.

[14] Devemos evocar aqui a obra que continua a ser o modelo deste tipo de análise, o livro de E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Londres, 1963.

[15] Para um exemplo contemporâneo comparável, cf. L. Boltanski, *Les Cadres. La formation d'un groupe social*, Paris, Éd. de Minuit, 1982.

[16] E. Grendi, "Microanalisi...", art. cit.

[17] Essas linhas devem muito às discussões que tive sobre esse tema com Bernard Lepetit, acerca de questões que nos pareceram comuns. Sou o único responsável, é evidente, pela leitura aqui proposta.

A herança imaterial

Abreviações

AAT Arquivo Arquiepiscopal de Turim
APS Arquivo da Paróquia de Santena
AHPC Arquivo Histórico da Prefeitura de Chieri
AET Arquivo de Estado de Turim

TABELA DE EQUIPARAÇÃO DE PESOS E MEDIDAS

Medidas agrárias (de superfície):
giornata = 100 *tavole*; *tavola* = 3,6 metros
giornata = 0,33 hectare

Medidas de capacidade (secas):
sacco = 5 heminas
sacco = 138,33 litros; hemina = 23,055 litros

Medidas de capacidade (líquidos):
carra = 10 *brente*
carra = 493,07 litros; *brenta* = 49,31 litros

Peso:
rubbo = 25 libras; libra = 12 onças
rubbo = 9,222 quilos; libra = 0,369 quilo;
onça = 30,74 gramas

As medidas da madeira para queimar que se encontram nos atos tabelionais de Santena são diferentes daquelas em uso na província de Turim: 1 *carra* corresponde a cerca de 4 metros cúbicos. Cf. B. Borghino. *Tavole di ragguaglio da un sistema all'altro dei pesi e delle misure degli Stati di S. M. in Terraferma, pubblicate dal Governo nel 1849... con tutte le aggiunte e correzioni contenute nel volume pubblicato con R. Decreto del 5 maggio 1851*, Favale, Turim, 1853.

Todas as moedas foram convertidas em liras piemontesas: lira piemontesa = 20 *soldi*; *soldo* = 12 *denari*. A *doppia* é uma moeda cujo valor é igual a 15 liras piemontesas.

Introdução

A sociedade camponesa do Antigo Regime viveu mudanças muito profundas ao longo do tempo: as inovações técnicas e os comportamentos religiosos são as duas áreas onde, talvez, os fenômenos tenham sido mais clamorosamente evidentes, por estarem freqüentemente associados a rupturas repentinas e brutais. Entretanto, as estruturas familiares, as regras comunitárias, o mundo político, as estratégias econômicas e os comportamentos demográficos também sofreram mudanças que nos parecem de enorme importância durante um longo período. Apesar disso, a opinião corrente é a de que este mundo era imóvel, defensivo, conservador, fragmentado pela ação de forças totalmente externas, e incapaz de, por si só, engendrar iniciativas autônomas e, portanto, dedicado tão-somente ao esforço para se adaptar e repropor continuamente uma racionalidade própria, que se tornava progressivamente anacrônica e falha.

O conflito e a solidariedade se misturavam na realidade concreta, tornando difícil a construção de um modelo. A comunidade camponesa ou as massas populares urbanas apresentam em seu interior um processo matizado e mutável de divisão e desarmonia: não podem ser descritas através da imagem idílica de uma sociedade solidária e sem conflitos e no entanto parece existir uma homogeneidade cultural que se manifesta particularmente nos momentos de conflito aberto com as classes dominantes e com o mundo externo. Os modelos construídos pelos historiadores e antropólogos se serviram (o que talvez fosse inevitável) de definições que tentassem agrupar os comportamentos sob uma única norma explicativa, e, por essa razão, eles oscilaram freqüentemente entre uma caracterização rica e articulada, muito embora imóvel, da cultura das classes populares e uma outra, que traçava um quadro desagregado e

sem defesas em função do próprio atraso dos princípios econômicos e sociais que permeavam tais classes.

Neste sentido, dois exemplos são particularmente significativos, em vista do grande peso que tiveram no debate historiográfico. O primeiro deles diz respeito àquela que pode ser definida como a economia moral das classes populares e que sugere a existência de uma cultura complexa, na qual os direitos da sociedade prevalecem sobre aqueles impessoais da economia e as revoltas anonárias pressionam os especuladores e exploradores.[1] Por outro lado, apresenta-nos a definição, embora referida a situações enormemente diferentes, que tece a descrição de uma cultura popular permeada pela imagem da quantidade limitada e imutável dos recursos disponíveis. Não é possível, portanto, o crescimento econômico, e cada tentativa de redistribuição da riqueza é necessariamente acompanhada pelo pauperismo de alguns em favor do enriquecimento de outros. Nasce uma guerra paralisante de todos contra todos, um estado de tensão permanente e de desconfiança generalizada.[2]

São modelos — dentre os quais especialmente o de Thompson — a que se fará referência ao longo deste livro. Eles sugerem, porém, algo de conservador: entendidos como modelos de comportamento e de orientação cognitiva representados por grupos sociais amplamente homogêneos, eles apresentam o mesmo caráter polêmico que pretendem combater, ou seja, o teleologismo corrente que só vê no mundo totalmente mercantilizado do capitalismo a realização plena da racionalidade econômica, que antes se apresentava de forma parcial e latente.

A realidade estudada neste livro ofereceu um modelo de comportamento e uma perspectiva diferentes, que não partem da idéia do desaparecimento lento de um sistema social ante a consolidação agressiva do poder centralizador do Estado absolutista e a generalização das relações de mercado. Este é o estudo de uma fase do conflito do qual saíram transformados tanto a sociedade local quanto o poder central. Não se trata de um problema puramente interpretativo: as explicações, que se limitam a localizar fora das pequenas e frágeis comunidades rurais o mecanismo da transformação social que destruiu o sistema feudal, só conseguem abordar a heterogeneidade dos resultados deste processo

recorrendo à hipótese de que o modo de adaptação das situações locais é diverso porque foram também diversos seus pontos de partida. Este raciocínio, entretanto, contorna o problema sem, contudo, resolvê-lo.[3]

Tentei, portanto, estudar um minúsculo fragmento do Piemonte do século XVII, utilizando uma técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante do lugarejo de Santena que tenha deixado vestígios documentados. Todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais.

Os conflitos e as contradições vêm acompanhados da contínua formação de novos níveis de equilíbrio, instavelmente sujeitos a novas rupturas. Normalmente, nós observamos esta sociedade de longe, estando, portanto, atentos aos resultados finais que, em regra, escapam ao controle das pessoas e às suas próprias vidas. Parece-nos que as leis do Estado moderno se tenham imposto sobre resistências importantes e, historicamente, irrelevantes. Mas as coisas não se deram exatamente dessa forma: nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las.

A hipótese da qual partimos é, portanto, a da assunção de uma racionalidade específica do mundo camponês, porém não em termos de uma realidade cultural inconsciente da existência de uma sociedade complexa destinada a sufocá-la progressivamente. Esta racionalidade pode ser mais bem descrita se admitirmos que ela se expressava não só através de uma resistência à nova sociedade que se expandia, mas fosse também empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural. É neste sentido que usei a palavra estratégia.

É uma racionalidade seletiva: com muita freqüência a interpretação do sistema decisório de indivíduos ou grupos de indivíduos, hoje ou no passado, se baseou em um sistema funcionalista e neoclássico. Maximização dos resultados prefixados e minimização dos custos, disponibilidade total ao esforço em direção a uma determinada meta, ausência de inércia, irrelevância na determinação dos objetivos da interação entre as pessoas e do contexto específico, coerência dos interesses e dos mecanismos psicológicos de todos os grupos sociais, total disponibilidade das informações são todas simplificações da realidade que tornam mecânicas as relações entre indivíduos e normas e entre decisões e ações. Na situação que narraremos aqui as categorias interpretativas são outras: a ambigüidade das regras, a necessidade de tomar decisões em situações de incerteza, a quantidade limitada de informações que, todavia, não impede a ação, a tendência psicológica a simplificar os mecanismos causais considerados relevantes para a determinação de comportamentos e, enfim, a utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e de sanções. Uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição. Na verdade, a incoerência entre as normas, a ambigüidade das linguagens, a incompreensão entre grupos sociais ou simples indivíduos, a ampla inércia ditada pela preferência por um estado habitual ou pelos custos que derivam de escolhas feitas em condições de extrema incerteza não são obstáculos que nos impeçam de considerar esta sociedade como sendo ativa e consciente em cada uma de suas partes, nem de vermos seu sistema social como o resultado da interação entre comportamentos e decisões assumidos no âmbito de uma racionalidade plena embora limitada.[4]

Foi desta forma que escolhi um lugar banal e uma história comum. Santena é uma pequena aldeia e Giovan Battista Chiesa é um tosco padre exorcista. Entretanto, é exatamente esta cotidianidade de uma situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais mas, ao mesmo tempo, interligadas a fatos políticos e econômicos que fogem a seu controle direto, a nos colocar problemas bem interessantes

no que concerne às motivações e estratégias da ação política. O que espero tenha me permitido mostrar, onde aparentemente nada há, não é uma revolta aberta, nem uma crise definitiva, uma heresia profunda, ou uma inovação extraordinária, e sim a vida política, as reações sociais, as regras econômicas e as reações psicológicas de uma cidadezinha comum. São, enfim, as estratégias cotidianas de um fragmento do mundo camponês do século XVII, a nos colocarem por analogia, temas e problemas gerais e a porem em discussão algumas hipóteses que uma visão de fora, menos microscópica, nos habituou a aceitar.

O caminho que percorri foi o de inserir a situação narrada em seu contexto local. A documentação utilizada era, portanto, constituída de dados usuais que consentissem uma prosopografia generalizada: registros paroquiais, atos de ofício, dados cadastrais e documentos administrativos.

A história de Chiesa foi, portanto, não apenas o objeto da narrativa, mas também o pretexto para a reconstituição do ambiente social e cultural da cidade. Ele assumiu conotações que envolveram o funcionamento concreto, em uma realidade específica, de leis gerais que permitem a identificação de elementos constantes e a elaboração de comparações. Os próprios documentos mudaram de sentido, perderam sua obviedade e mostraram como seu uso imediato e literal distorce os significados, já que foram produzidos em uma cadeia informativa que não pode ser arbitrariamente interrompida. A referência dos atos de ofício a um único núcleo familiar oculta as estratégias a cunho de núcleos parentais não-residentes no mesmo local. Compra e venda de terras, se vistas como expressão de um mercado impessoal, encobrem as regras de reciprocidade que antecedem as transações.

Este sistema de contextualização e de interligação entre regras e comportamentos, entre estrutura social e imagem impressa nas fontes escritas e entre literalidade do documento e série documental será, como se poderá ver, parte primordial da história de Giovan Battista Chiesa.

Deixei que a ordenação da pesquisa dominasse a das situações. As perguntas que expressei excederam, na verdade, a elementaridade da história que funcionou como conexão para a narrativa. O primeiro capítulo trata da apresentação do episódio culminante de uma história que

durou trinta anos. Uma pregação teoricamente pobre e um entusiasmo camponês, aparentemente imotivado, nos conduziram a problemas complexos que dizem respeito à orientação cognitiva, a explicações causais e ao comportamento psicológico em relação ao sagrado, à autoridade e à crise social, econômica e demográfica.

O segundo e terceiro capítulos tratam da descrição estrutural das estratégias familiares e do comportamento em relação à terra e à sua mercantilização. Estes são dois aspectos muito significativos para focalizarmos a dependência da realidade econômica em relação ao mundo social. Todavia, a estrutura não fornece explicações sobre os comportamentos e os acontecimentos. Quando muito, ela descreve algumas das características fundamentais de uma cultura, seus valores e seus comportamentos gerais e modais. Era, portanto, necessário superar esta descrição estática da comunidade. O que se apresentava em toda a sua importância era o peso das relações sociais nas transações econômicas e o sistema de relações interpessoais, e não o funcionamento concreto destas transações como base da dinâmica social da cidade.

O sistema de dominação e o modo como foi vivida a crise geral do feudalismo diante do Estado absolutista e suas novas instituições compõem o objeto do quarto capítulo. Os documentos nos levaram a cinqüenta anos antes. O poder e seus mecanismos de integração social foram vistos através da vida e do papel de Giulio Cesare Chiesa, juiz e tabelião de Santena, pai de Giovan Battista. A frágil ordenação das relações horizontais entre as classes e verticais entre grupos e clientelas é continuamente quebrada e reconstruída em um conflito jurisdicional no qual os senhores, a monarquia, a cidade, a aldeia, os tabeliães e os camponeses expõem suas exigências, estratégias e vontades diversas. A legitimidade política de um mediador local é, assim, construída sobre um frágil equilíbrio de interesses inconciliáveis, de perspectivas incertas e de prestígio pessoal.

Quando voltamos a Giovan Battista, no quinto capítulo, os acontecimentos que precedem a sua pregação e o seu processo assumem um significado diverso. O seu modo de pensar o poder e a transmissão do prestígio paterno como uma espécie de herança imaterial têm, ainda,

como pano de fundo, uma comunidade camponesa ativa e consciente. Embora finalmente vencida no enredo de hostilidades e acordos entre os feudatários, a cidade de Chieri, o Estado e o arcebispo de Turim, ela foi protagonista de um longo período de emergência política autônoma e esteve ao centro de um episódio específico, relacionado ao sobrenatural, como parte de um esquema ideológico próprio, de um modo de agir e de tomar decisões. Percebe-se, mais uma vez, que a relação entre crer e decidir não vai numa direção única: a pregação pobre de Chiesa teve sucesso não porque fosse coerente com um sistema imóvel, de idéias e valores preconcebidos, mas porque aquele tipo de pregação era uma proposta que permitia que aqueles camponeses, em plena fúria da guerra, se organizassem a partir de uma crença e de uma personagem ambíguas que lhes davam a possibilidade de agir.

Diante dos problemas colocados pelas transformações históricas, pelas crenças e ideologias e pelas relações de domínio e autoridade, tentei descrever a instabilidade das preferências individuais, das ordens institucionais, das hierarquias e dos valores sociais. Em poucas palavras, quis mostrar o processo político que gera mudanças sem deixar, porém, de abordar as direções imprevisíveis que este processo apresenta como fruto do seu encontro com protagonistas ativos.

Muitos amigos estiveram envolvidos na discussão do manuscrito. Antes de mais nada, gostaria de agradecer a Luisa Accati, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi, que aceitaram fazer repetidas leituras e que dedicaram muito tempo não só a mostrarem-me erros e imprecisões, mas também a desmontarem sabiamente algumas das certezas a que tinha chegado; aos alunos da Faculdade de Letras de Turim com os quais levei adiante a pesquisa durante um seminário entre 1978 e 1979; a Luciano Allegra, Simona Cerutti, Maria Carla Lamberti, Sandro Lombardini, Franco Ramella, Silvana Patriarca e Angelo Torre, que leram meu primeiro rascunho e me fizeram críticas severas e afetuosas que tentei levar em conta.

A última revisão do livro foi feita, em grande parte, em 1983-84, enquanto era membro anual do Institute for Advanced Study of Prince-

ton. Ter sido acolhido pela School of Social Science, apesar de minha qualificação como historiador, me permitiu trabalhar e discutir com colegas de muitas disciplinas e, em particular, com Phil Benedict, Marcello De Cecco, John Elliott, Gillian Feeley, Clifford Geertz, Albert Hirschman, Axel Leijohnufvud, Donald McCloskey, Theo Ruiz e Jerry Seigel. A presença em Princeton de Marino Berengo me deu a chance de submeter este livro à sua leitura minuciosa, da qual nasceram muitíssimas sugestões.

Os capítulos sobre as famílias e sobre o comércio da terra obtiveram críticas especiais durante seminários ou discussões privadas. Pude, assim, ter a sorte de obter indicações preciosas feitas por Maurice Aymard, Gregory Clark, Gérard Delille, Andrea Ginzburg, Laurie Nussdorfer, Marta Petrusewicz, Pasquale Villani, Lenore Weitzman, Stuart Woolf e Natalie Zemon Davis. Herbert Hamber passou algumas tardes comigo para elaborar os gráficos do terceiro capítulo.

Este livro é dedicado a meu pai Riccardo: a idéia de narrar a história de Giovan Battista Chiesa nasceu durante uma discussão com ele a respeito do que é ou não relevante quando se escreve uma biografia.

NOTAS

[1] Refiro-me ao ensaio de E. P. Thompson, "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century", in *Past and Present*, 50 (1971), pp. 76-136 (traduzido em italiano como "Societá patrizia, cultura plebea. Otto saggi di antropologia storica sull'-Inghilterra del Settecento", elaborada por E. Grendi, Einaudi, Turim, 1981, pp. 57-136).

[2] G. Foster, "Peasant Society and the Image of Limited Good", in *Americam Anthropologist*, 67 (1965), pp. 293-315; Id., Tzintzuntzan: "Mexican Peasants in a Changing World", Little Brown, Boston, 1967.

[3] As explicações correntes sobre o nascimento do Estado moderno são freqüentemente baseadas em uma perspectiva globalizante, que tende a desvalorizar o papel da sociedade e das realidades locais como condicionadoras do caráter político das estruturas nacionais. Isto não acontece apenas nas explicações baseadas no desenvolvimento evolutivo e que vêem na formação do Estado um estágio uniforme da modernização (como exemplos, T. Parsons, "Societies, Evolutionary and Comparative Perspectives", Prentice Hall, Engle-

wood Cliffs, 1966 (trad. it. Il Mulino, Bolonha, 1971). Algumas posições, apesar de sublinharem o caráter de extensão progressista do monopólio estatal da autoridade e do controle social, acreditam que o poder central esteja em condições de exercer um domínio uniforme e uniformizante. A transformação do papel das várias classes sociais se dá dentro de um quadro substancialmente estático: como exemplo, L. Stone, "The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641", Oxford University Press, Oxford, 1965 (trad. it. Einaudi, Turim, 1972). Há, ainda, muitas outras posições que vêem no desenvolvimento do mercado mundial capitalista a principal realidade explicativa para o deslocamento das várias nações em direção ao centro ou à periferia do sistema geral de exploração. Tendem, assim, a desconsiderar qualquer importância das diferenças locais que não sejam determinadas por variáveis totalmente exógenas em relação à estrutura social interna (por exemplo, I. Wallerstein, "The Modern World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century", Academic Press, Nova York, 1974 (trad. it. Il Mulino, Bolonha 1978).

O que acredito deva ser mais bem salientado é o fato de que a estrutura com a qual as novas formações estatais vieram se organizando durante a fase de transição do feudalismo ao capitalismo é amplamente determinada, em seus aspectos políticos sucessivos, pelo modo através do qual cada realidade camponesa local reagiu tanto ao desenvolvimento do mercado quanto ao sistema de arrecadação, redistribuição e controle efetuado pelo poder central. É desta perspectiva que se baseiam os estudos feitos por C. Tilly, "The Formation of National States in Western Europe", Princeton University Press, Princeton, 1975 (trad. it. Il Mulino, Bolonha, 1984), e mais organicamente B. Moore jr., "Social Origins of Dictatorship and Democracy. Lord and Peasant in the Modern World", Beacon Press, Boston, 1966 (trad. it. Einaudi, Turim, 1969). A interligação entre centralização e conflito dos grupos sociais se torna o mecanismo fundamental que diferencia e caracteriza os sistemas políticos, a segunda de seus resultados. A força do Estado é fruto da função controladora que os grupos dominantes deram ou puderam dar ao poder central, o que dependeu de sua capacidade hegemônica e de suas orientações periféricas sobre as quais o Estado teve que exercer o próprio poder e que tornaram também diversos os condicionamentos que delas derivam. O papel de mediadores entre a periferia e o Estado, desempenhado pelos grupos locais de importância, é um aspecto fundamental da realidade política em muitas nações modernas e é um dos aspectos que este livro pretende abordar.

No que diz respeito a toda esta questão, faço referência à ótima síntese de A. Torre, "Stato e Società nell'Ancien Régime", Loescher, Turim, 1983.

[4] A crítica das teorias da otimização como um modelo explicativo aceitável do comportamento produziu, nos últimos anos, uma enorme literatura, à qual me refiro neste livro. Particularmente H. Simon, "Models of Thought", Yale University Press, New Haven 1979; H, Leibenstein, "Beyond Economic Man. A New Foundation for Microeconomics", Harvard University Press, Cambridge (Mass.), 1976; Id., "General X-Efficiency Theory and Economic Development", Oxford University Press, Nova York, 1978. É interessante para o estudo de situações de incerteza e para uma analogia ainda que remota com a

realidade camponesa aqui estudada a leitura de J. A. Roumasset, "Rice and Risk. Decision Making Among Low-income Farmers", North-Holland Publishing Company, Amsterdam, 1976 (particularmente pp. 1-47), e P. F. Barlett, "Agricultural Choice and Change. Decision Making in a Costa Rican Community", Rutgers University Press, New Brunswick, 1982. E, em termos mais gerais, a coletânea de ensaios elaborada por S. Fiddle, "Uncertainty. Behavioral and Social Dimension", Praeger, Nova York, 1980.

[5] Sobre a relação entre sistema de decisão e crenças religiosas, cf. P. Brown, "Society and the Holy in Late Antiquity", University of California Press, Berkeley, 1982.

CAPÍTULO I Os exorcismos de massa: o processo de 1697

1. Não é possível estabelecer com exatidão há quanto tempo Giovan Battista Chiesa, pároco vigário de Santena, havia começado a sua atividade de exorcista e curandeiro,[1] mas temos certeza de que havia menos de um mês que a sua pregação se tinha intensificado e se tornado sistemática quando recebeu uma injunção escrita do canônico Giovan Battista Basso, protonotário apostólico e vigário geral do arcebispo de Turim. Ordenavam-lhe que viesse para a cidade e parasse com os exorcismos até que obtivesse a permissão do próprio arcebispo. Era o dia 13 de julho de 1697. "E tendo vindo", contou durante o processo quatro meses depois, "com o senhor Dom Vittorio Negro, capelão do dito local de Santena, a nosso encalço, veio uma grande multidão de pessoas que ao longo do caminho se multiplicavam; e dentre elas se viam aleijados, mancos, corcundas e outras pessoas deformadas com uma carroça, ou seja, uma carreta cheia de muletas." Giovan Battista vinha à frente, a cavalo, e, assim que chegou ao arcebispado, foi imediatamente interrogado pelo canônico Basso, enquanto a multidão dos seus seguidores cercava o local. "Os senhores", continuou a contar, "para convencerem estas pessoas que cercavam o Palácio a se retirarem, me disseram que deveria me transferir privadamente para a casa do excelentíssimo senhor marquês Tana, senhor de Santena, e foi o próprio monsenhor quem me mandou para a casa do dito marquês em sua liteira para evitar o assédio da multidão, e os mesmos senhores acrescentaram que deveria me manter afastado até quando me mandassem chamar, o que de fato aconteceu três dias depois, logo após o anoitecer." Durante esses três dias Giovan

Battista ficou escondido em Turim, na casa que o marquês Federico Tana, cavaleiro da Annunziata, havia construído em 1662 do lado poente da praça San Carlo.[2]

Desta vez, porém, o interrogatório foi muito mais aprofundado e, além do canônico Basso, estavam também presentes "o reverendíssimo padre inquisidor e padre vigário do Santo Ofício, o senhor teólogo Carroccio e canônico Vola della Metropolitana, o reverendo padre Valfré da Congregação de San Filippo, o reverendo padre Provana da Companhia de Jesus e os reverendos padres Cipriano e Illario de San Michele della Redenzione de' Schiavi, o padre Damiano da Madonna degl'Angeli e o senhor Dom Cervone, da cúria de Santa Croce, além de outros que não me recordo".[3] Como se pode ver, o caso tinha provocado alarde. As autoridades máximas das dioceses de Turim estavam reunidas para examinar "a maneira como eu executava meus exorcismos e as liberações que eles proporcionavam". Giovan Battista entrega um livro intitulado *Manuale exorcistarum*[4] e um rascunho "no qual havia anotado as liberações das vítimas de obsessões e malefícios conseguidas até aquele momento, graças a mim".

Giovan Battista não tinha razões teóricas a defender e, durante o processo, contou que teria afirmado, antes mesmo de ter começado a ser interrogado, "que havia ido muito longe, que reconhecia a minha ignorância e pedia perdão". O arcebispo e os outros prelados, "vista a minha desculpa e o fato de que havia errado antes por ignorância do que por malícia", liberaram-no sem sequer seqüestrarem o livro de rascunhos no qual anotara as curas que havia operado.

Mesmo que suas declarações posteriores tenham dado a entender que ele tivesse sido suspenso da cúria de Santena, nos dias que se seguiram os registros paroquiais continuaram a apresentar a sua assinatura nas certidões de morte e de matrimônio.[5] Logicamente lhe foi proibido praticar exorcismos, mas a impressão que ficou da carta endereçada ao Santo Ofício de Roma foi a de que se tratava de um pobre pároco do campo que era "realmente ignorante".[6]

Todavia, Giovan Battista não voltou para casa: no dia seguinte, 17 de julho, ele se encontrava em Carmagnola, onde exorcizou doze pes-

soas. Depois de três dias de silêncio, ele foi para Vinovo e retomou freneticamente as atividades, talvez porque pressionado pela multidão que o seguia ou, quem sabe, na esperança de legitimar a sua vocação de taumaturgo perante as autoridades eclesiásticas, que se tinham mostrado tão indulgentes e incertas. Entre 29 de junho e 13 de julho, ele tinha feito, em média, pouco mais de seis curas por dia; já entre 17 de julho e 14 de agosto, a média subiu para dezoito curas por dia, com poucos momentos de repouso e em um ritmo sempre incrementado. Nos rascunhos onde anotava as curas efetuadas, passaram a ser registrados com precisão não apenas os nomes dos pacientes, mas também as doenças, sua duração, e a proveniência das pessoas curadas; os casos enfrentados pareciam tornar-se progressivamente mais difíceis.[7]

Não existem documentos que nos permitam explicar por que não houve outra intervenção imediata, diante desse modo de agir de Chiesa. Talvez o processo continuasse clandestinamente, ou talvez a proteção da família Tana tivesse exercido pressões de algum tipo; ou talvez, enfim, as curas fossem efetivas, o que dificultava uma nova intervenção da cúria e da Inquisição. Mas todas as praças dos vilarejos entre Chieri e Carmagnola estavam em alvoroço e a situação ameaçava se expandir ainda mais: em 16 de agosto Giovan Battista Chiesa foi novamente preso, mas de uma forma mais clandestina, já que desta feita não se viram multidões que o seguissem. Por maiores que tenham sido minhas pesquisas, não o encontrei mais em nenhum documento posterior aos atos do processo.

2. O processo começa em 16 de novembro diante do canônico Basso e do reverendo senhor Dom Francesco Leonetti, procurador fiscal geral da cúria arquiepiscopal de Turim. A essa altura, tanto a acusação quanto a defesa já haviam selecionado as testemunhas contra e a favor do réu e já se tinha indagado não apenas a respeito das obras de Giovan Battista, mas também quanto à veracidade das curas, das técnicas utilizadas e do efeito delas eventualmente derivados. Vejamos, portanto, como se tinha encaminhado o inquérito.

No dia 26 de agosto, Dom Giovanni Grampino, da cidade de Turim,

prelado da paróquia de Bricherasio, encarregado pelo padre inquisidor geral de Turim, interrogou Anna Maria Bruera, de Scalenghe, registrada no caderno de Chiesa no dia 10 de agosto como "aleijada de um pé há 25 anos". "Há aproximadamente um mês", disse Anna Maria, uma moça solteira de seus 28 anos, "correu a voz de que o senhor prelado de Santena... libertava milagrosamente cegos, aleijados e vítimas de malefícios e, sendo eu aleijada de uma coxa e uma perna, me dirigi até lá com dificuldade... quando cheguei, e depois de haver explicado tudo ao já referido religioso, mostrando-lhe meu pobre estado, tendo-me feito deitar por terra, ele me fez uma série de sinais sobre as costas com um bastão que tinha entre as mãos e colocou um pé sobre meu pescoço, e então, afirmando-me que estava curada, me fez jogar fora a muleta que me sustentava em pé... disse-me, ainda, para benzer-me com vinho aplicando-o sobre as partes enfermas... o que, embora tenha feito, não me trouxe algum alívio e na verdade me encontro tão doente quanto antes."

Esta foi a única paciente de Giovan Battista interrogada por Dom Grampino. Porém, a None, no dia 10 de agosto, se tinha dirigido muita gente das aldeias vizinhas; e tal multidão não era constituída apenas por camponeses e mendigos; ali se aglomeraram também numerosos padres. E foram exatamente estes padres que Dom Grampino procurou interrogar.

Ele se dirigiu, antes de tudo, ao rico padre celebrante de Airasca (os seus bens, segundo declarou, valiam dez mil liras), Dom Antonio Ferreri, de 45 anos. "Movido, eu também", disse ele, "pelo desejo de conhecer a verdade de tais fatos, dirigi-me ao mencionado local de None em companhia de muitos concidadãos." Na casa do prior de None, Giovan Battista Chiesa exorcizava "e ali pudemos entrar apenas com muito esforço, dado o número de pessoas presentes, e atesto ter visto e ouvido este senhor da cúria de Santena exorcizar cada um que a ele se apresentava, afirmando estarem sendo oprimidos por Demônios, e ele afirmava publicamente que os Demônios ao oprimirem as criaturas abreviavam suas vidas, razão pela qual os homens não mais chegavam, como em outras épocas, à idade de quatrocentos anos, mas, quando muito, viviam até os setenta". Ele acrescentou, ainda, que Giovan Battista dizia "que a maior parte das criaturas

se encontra oprimida por Demônios e que a cada dez mil pessoas mais de nove mil eram vítimas destas opressões". Além disto, narrou o padre de Airasca, "depois de operar esses seus exorcismos, ele se entretinha a tocar em companhia de outro músico que ele ali havia conduzido".[8] Enfim "comandava e falava com todos em latim e se fazia entender tratando-os como pessoas idiotas ou como crianças".

Quanto às libertações, ele se lembrava apenas de duas que não constavam da lista de Chiesa. Uma mulher aparentemente saudável, livrada de demônios que ela não tinha percebido que a possuíam, e a irmã do próprio pároco de None, enferma de uma perna e que depois do exorcismo andava sem o uso de bengala.

Dom Giovanni Lorenzo Cauda, vice-pároco de None, mas habitante de Airasca, também fez uma parada em sua paróquia, durante uma viagem a Turim, tanto por curiosidade quanto para ver se podia ser curado de sua surdez. Ele tinha, na época, 42 anos e não era rico (seus bens valiam 2.000 liras). Pedira, então, a Chiesa que o exorcizasse, para ver se podia ser curado de sua deficiência auditiva; e Giovan Battista o tinha exorcizado. Entretanto, seu testemunho é incerto: Dom Cauda se contradisse ao longo do depoimento e, como acontece com freqüência com os deficientes auditivos, em um segundo momento ele afirmou não ser surdo, apesar da opinião dos seus paroquianos. "Eu estou e sempre estive bem."

Em Volvera foi ouvido o pároco Dom Gaspare Garis. Ele não foi de imediato a None, mas foram todos os seus paroquianos que sofriam de diversos males, "todos os meus paroquianos apresentam, no momento, as mesmas enfermidades... muito embora alguns deles, em seu retorno, tenham afirmado que pareciam se sentir um pouco melhor". Alguns dias depois, Chiesa estava de novo em None e, desta vez, Dom Garis foi vê-lo ("fui movido pela curiosidade"). Aos exorcismos públicos acorria "um grande número de pessoas" e a elas Chiesa "dizia publicamente que Deus havia feito as criaturas perfeitas, que tinham sido os Demônios e os Espíritos a estragarem-nas e que a maior parte delas que sofria de doenças era endemoninhada: sendo assim, a cada cem pessoas, noventa eram mortas pelas mãos do Demônio e de todos os confins da terra teriam vindo até ele pessoas oprimidas, para que fossem libertadas". Em toda

a narrativa de Dom Garis, há muita desconfiança, senão mesmo incredulidade total. Tratava-se sempre de um inquérito do tribunal da Inquisição e, mais do que em outros depoimentos, a sua posição era prudente e ambígua. "Comandava-os em latim, dirigindo-se aos Demônios opressores, e tinha boa retórica, muito embora falasse a pessoas idiotas e sem estudo; eu, de meu lado, ao ver esse seu modo de agir e falar, ria e não o louvava mas me impressionava. Percebi que muitos dos presentes também se impressionavam, outros diziam que era louco, outros o louvavam muito, e outros, enfim, diziam que ele ou era um grande Santo ou um Diabo." Também Dom Garis afirmou que, depois de fazer os exorcismos, Chiesa "começava a tocar violino, juntamente com outro músico que o acompanhava, e mandava que as pessoas que ele dizia oprimidas ou libertadas dançassem e saltassem em honra de Santo Antônio e elas assim o faziam". Além disso, ele distribuía bilhetes e orações contra os malefícios, mas pelas mãos de um outro religioso, que recebia dinheiro em troca.

Dom Garis conhecia Giovan Battista, "desde quando estudávamos juntos em Turim há uns 10 ou 12 anos... Já naquela época ele tinha tais coisas na cabeça, como eu avalio, tendo-me contado que outrora alguns de seus antepassados haviam lidado com estes malefícios, visto que, segundo registros por ele encontrados, tinha havido em sua casa uma serva ou pessoa de sua família endemoninhada que havia matado crianças e bois em um número tal que excedia o de cueiros e arreios que pudessem ser colocados sobre uma carroça". Não mais se falaria a esse respeito durante o processo. Na verdade, Gaspare Paolo Garis era oito anos mais moço do que Chiesa (tinha trinta e dois anos), era rico, pois possuía bens avaliados em dez mil liras, e parece improvável que tenha tido muita familiaridade com o pároco de Santena, cujos estudos em Turim não são documentados e, portanto, não devem ter durado muito, se é que foram feitos.

Como se pode ver, eram muitas as opiniões negativas sobre Chiesa mas permanecia uma incerteza substancial. As curas eram verdadeiras? Dom Giovanni Grampino enviou as informações recolhidas para Turim e, com base neste material, começou-se a montar as acusações contra

Giovan Battista. Lidos os depoimentos decidiu-se ampliar o inquérito, especialmente em relação aos exorcismos de animais, que não são, porém, mencionados nos rascunhos de Chiesa. Começou-se a abordar uma nova área, examinada pelo prior Pietro Francesco Appendino, pároco de Poirino e provigário, que recebeu, ele também, tal encargo, do canônico Basso que conduzia o inquérito.

No dia 12 de setembro ele interrogou Emanuel Marrucco, um seu paroquiano que, aconselhado por alguns conhecidos, tinha levado seu cavalo doente a Santena "mesmo duvidando que ele fosse vítima de feitiçaria". Foi em julho, "mais ou menos na época da festa dos santos Giacomo e Anna". Todavia, era tal a multidão que cercava a casa de Giovan Battista Chiesa que ele tinha esperado todo um dia e uma noite sem conseguir obter o exorcismo de seu cavalo. Finalmente, no dia seguinte, ele foi recebido por Chiesa que, tendo examinado o cavalo, concluiu que era vítima de malefícios. Ele "o abençoou com água benta e abençoou também um balde de água que lhe deu para beber", além disso, deu a Emanuel um bilhete em latim para ser colocado no pescoço do animal durante oito dias; "mas, vendo que meu cavalo não melhorava, retirei o bilhete".[9] Chiesa recusou o dinheiro que Marrucco lhe ofereceu.

Dois dias depois, Appendino interrogou um outro camponês daquela zona, Bartolomeo Fea de Isolabella. Ele também tinha um animal doente — desta vez um burro — "e, duvidando de que não se tratasse de um mal natural", no dia 20 de julho, aconselhado por amigos, conduziu o burro a Santena. O procedimento tinha sido o mesmo, água benta, bênção e um bilhete. Entretanto, também neste caso, "apesar do bilhete, meu animal até agora não foi curado". Chiesa não tinha querido dinheiro, mas, assim mesmo, Fea fez "uma doação a um tal que era seu secretário".

Com este complemento de investigações, terminou o inquérito e, baseados nos testemunhos aqui reproduzidos, lavraram-se os atos de acusação que iriam conduzir o interrogatório de Giovan Battista. Não foi o tribunal da Inquisição que se ocupou do caso diretamente, muito embora o seguisse de longe e mantivesse Roma informada. Coube ao foro eclesiástico da diocese de Turim tentar resolver o problema de forma administrativa, sem alarde e sem rigor. Tratava-se de um caso dúbio,

no qual a ação ilegítima era o abuso da prática do exorcismo, não havendo aspectos evidentes de heresia. Procedeu-se, portanto, pela via administrativa, seqüestrando o *Livro das libertações feitas no ano de 1697 em malefícios etc.*, ou seja, o rascunho elaborado por Chiesa e que apresentava um elenco minucioso dos lugares e casos enfrentados e resolvidos. Por enquanto, era-lhe somente proibido o exercício do exorcismo e a cura das almas de Santena, sem que lhe fosse reduzida a liberdade pessoal.

3. A este ponto convém voltarmos um pouco e examinarmos a atividade documentada do pároco vigário de Santena. Seu livro contém os nomes, as cidades de origem e os tipos de doença de 539 pessoas por ele exorcizadas entre 29 de junho e 15 de agosto de 1697, e nos permite acompanhar seus rápidos traslados e sua atividade, sempre mais intensa.

A pregação de Giovan Battista Chiesa não nasceu como uma prática localizada em torno de sua paróquia para difundir-se em um segundo momento. Seu movimento foi exatamente o contrário, e Santena só apareceu no ápice da sua atividade. Mesmo os vestígios da sua obra, referentes a um momento que precede aquele documentado nos seus rascunhos, indicam uma prática essencialmente externa à comunidade na qual era pároco.[10] A partir de fins de junho nos é possível seguir, graças aos seus registros, a estratégia de difusão da pregação de Giovan Battista na qual Santena desempenhou um mero papel de eixo. No final de junho ele se encontrava nos campos entre Carmagnola e Racconigi, onde exorcizou mais de vinte pessoas. Entre 2 e 7 de julho ele estava do lado oposto a Santena, nas colinas, e efetuava exorcismos em Mombello, Montaldo, Riva e nos campos em torno de Chieri. Após a primeira suspensão de suas atividades ele foi, em 17 de julho, para Caramagna, atendendo a um chamado oficial do conselho da comunidade, e, em 20 de julho, ele se dirigiu a Villanova e a Ferrere na Asteggiana. Foi somente a partir desta data que começaram a aparecer registros dos primeiros habitantes de Santena libertados, e os testemunhos falaram de um afluxo de gente ao redor de sua casa. Ele permaneceu em Santena entre 20 e

22 de julho mas depois ampliou o seu raio de ação dirigindo-se à colina de Asti. A partir do dia 22, ele se encontrava em Dusino e em Villafranca. Voltou, então, a Santena, onde ficou durante três dias em uma casa circundada, dia e noite, por uma multidão que vinha de todas as localidades próximas. Todavia, ele retornou imediatamente a seus traslados e desceu a planície ao sul de Turim, na direção de Pinerolo, onde se estabeleceu durante dois dias como hóspede das paróquias em None, Airasca e Scalenghe, ao centro de uma vasta área, da qual partiam muitas pessoas que iam a seu encontro para serem exorcizadas ou por simples curiosidade. Continuando sempre neste movimento pendular, ele se dirigiu a San Damiano e Cisterna, na direção de Asti, para voltar depois, rapidamente, para None e Vinovo, onde ficou durante cinco dias, antes de retornar a San Damiano. No dia 14 de agosto ele fechou o círculo indo a Sommariva e a Ceresole, onde nasceu. E, enfim, no dia seguinte, o último de sua atividade livre, provavelmente se encontrava em Santena, onde exorcizou quatro mulheres de Gassino, um mendigo de Linguadoca e um soldado de Roccaforte, no Monregalese.

Durante este seu movimento oscilante, que talvez tenha sido ditado pelo desejo de tornar-se menos vulnerável ao controle episcopal ou pela vontade estratégica de difundir sua atividade, ele registrou a libertação de 270 mulheres e 261 homens (quanto a outros oito não foi possível estabelecer o sexo), vindos de uma série de vilarejos em torno de sua paróquia. Significativamente, porém, ele nunca parou em nenhuma das aldeias que faziam fronteira com Santena, e atuou ao longo de um círculo que compreendia Volvera (5 exorcizados), Airasca (6), None (23), Vinovo (12) Carmagnola (30), Racconigi (6), Caramagna (2), Sommariva Bosco (22), Ceresole (5), Montà (9), Cisterna (8), San Damiano (24), Villafranca (7), Poirino (6), Ferrere (10), Villanova (20), Riva (18), Mombello (15), Montaldo (16), Pino (6), Pecetto (7), Moncalieri (15), Trofarello (5), Chieri (50). Em Santena, Villastellone e Cambiano, os centros deste círculo, as libertações foram, em proporção, poucas, ou seja, respectivamente 27, 10 e 8.

À primeira vista, não existe nenhuma caracterização social precisa que qualifique as pessoas que recorreram a essas práticas terapêuticas.

GRÁFICO I

Exorcismos executados por Giovan Battista Chiesa entre 29 de junho e 15 de agosto de 1697.

GRÁFICO I
Exorcismos executados por Giovan Battista Chiesa entre 29 de junho e 15 de agosto de 1697.

Localidades de proveniência dos exorcizados

Chivasso 2
Pó
Gassino 8
Sciolze 5
Cinzano 2
Turim 8
Baldissero 2
Montaldo 16
Moncucco 2
Pino 6
Marentino 2
Mombello 15
Andezeno 5
Arignano 6
Castelnuovo 2
Pecetto 7
Chieri 50
Cumiana 3
Moncalieri 15
Trofarello 5
Riva 18
Volvera 5
Vinovo 12
Cambiano 8
San Paolo Solbrito 3
Cortazzone 4
None 23
Settime 2
Santena 27
Villanova 20
Roattò 2
Ariasca 6
Piobesi 2
Poirino 6
PINEROLO
Carignano 5
Villastellone 10
Isolabella 2
Villafranca 7
Scalenghe 4
Valfenera 4
Cantarana 3
ASTI
Tigliole 3
Ferrere 10
Tanaro
Carmagnola 30
San Damiano 24
Casalgrasso 4
Cisterna 8
Ceresole 5
Montà 9
Pó
Caramagna 2
Exorcizados:
Racconigi 6
Monteu Roero 2
de 2 a 5
Sommariva Bosco 22
de 6 a 9
Vezza 2
de 10 a 19
de 20 a 29
Bra 8
de 30 em diante
ALBA

Ricos e pobres, mendigos e camponeses, todos procuravam Chiesa. A curta duração deste acontecimento não permitiu, ao que tudo indica, que dentre os seguidores de Chiesa se formasse algum tipo de polarização social que acompanhasse a sua trajetória desde a crescente aceitação de sua atividade até a repressão e o isolamento. Entretanto, ele falou de multidões de mendigos e aleijados que o seguiram até Turim em julho. Aparentemente ele não fez tal menção apenas para acentuar a ênfase coreográfica da sua narrativa, mas para demonstrar que procurá-lo durante a primeira fase de sua pregação era substancialmente diferente de fazê-lo depois de sua primeira captura, especialmente no caso de pessoas importantes que, desta forma, estariam dando publicamente apoio a Chiesa contra a repressão do arcebispo. Veremos que, através de uma análise mais completa e com horizontes mais distantes, se perceberá um sentido mais preciso das posições dos grupos e um quadro motivado de tais posições. Certamente não se pode esperar o envolvimento de vilarejos inteiros, mas a desconfiança crescente que se percebe nos depoimentos dos párocos parece contradizer a acolhida das paróquias nas quais Chiesa permanecera. O caminho através do qual se difundiu a fama de Chiesa foi a corrente de amigos e conhecidos que penetrou e fragmentou as realidades locais. A multidão dos exorcizados compõe um quadro despedaçado de uma população atormentada pela violência, pelo reumatismo, pela loucura, pela paralisia e pela perda da audição e da visão. É um quadro, portanto, que esfacela, ao invés de confirmar, a estrutura de comunidades camponesas distintas e que não vê, durante o breve tempo das atividades de Chiesa, a formação de ritos e grupos localizados com algum tipo novo de institucionalização e permanência. Mobilizaram-se os indivíduos juntamente com suas cadeias de relacionamentos mas não se criaram solidariedades novas que não fossem aquelas universais e impotentes, movidas pela desgraça pessoal. Procurarei, porém, demonstrar que mesmo não existindo uma correspondência entre representações simbólicas e mundo social, o comportamento dos protagonistas deste desencadear-se de uma guerra local contra o demônio esteve ligado a um profundo contexto de paixões e conflitos que

cresceram ao longo dos anos, não tendo sido, portanto, um fenômeno momentâneo de um novo culto.

Nem sempre as ânsias que atormentavam aqueles que recorreram ao exorcista são descritas com precisão suficiente para nos fornecer um quadro mais do que meramente aproximativo. De 98 pessoas não se conhece o mal do qual foram libertadas: 225 são genericamente descritas como "obsessas" ou "vítimas de malefícios", ou, então, "enfeitiçadas" ou "invadidas por espíritos imundos". Dos 210 indivíduos que restam, 109 são aleijados, paralíticos, coxos ou sofrem de ciática. Um deles estava coberto de sarna, 18 eram cegos, 13 eram surdos, 5 eram tísicos, 10 eram hidrópicos, 4 eram epilépticos, 9 tinham tumores nas pernas ou nos braços, 8 sofriam de gota, 3 tinham problemas no baço, 4 no estômago, 3 eram mudos ou gagos, 2 sofriam dos rins, 20 sofriam de outras doenças não-definidas e 2 tinham feridas provocadas por armas de fogo. Todos males físicos evidentes que levavam a uma incapacidade profunda. Só alguns poucos pediam para ser exorcizados por apresentarem comportamentos derivados de malefícios, e ainda menos são aqueles que fizeram declarações mais extremadas do tipo "possuído pelo demônio tal ou qual, que o atormentou durante 30 anos" ou de terem "as pálpebras dos olhos quase fechadas, o que os privava da visão, antes de serem libertados dos espíritos imundos". Tratava-se, portanto, de uma multidão de pessoas com os membros deformados e os sentidos defeituosos, apoiadas em suas bengalas e muletas. Sua opinião não fora ouvida. A essa gente, ao que parece, não se podia pedir um testemunho sensato, além de serem difíceis de encontrar em meio à população camponesa das aldeias ou à multidão de vadios marginalizados. Não foi, portanto, a eles que o tribunal recorreu, excetuando-se o interrogatório de Giovanna Bruera. Também não foram eles que Giovan Battista procurou ao recolher provas aceitáveis de suas curas, mesmo tendo exatamente esses infelizes formado o cortejo que o seguira a Turim depois de sua primeira captura, a cercarem o arquiepiscopado e a preocuparem e surpreenderem o canônico Basso e as autoridades eclesiásticas da capital.

4. Mesmo antes da definitiva intervenção episcopal de 16 de agosto, Giovan Battista Chiesa já devia ter percebido o peso da sua pregação e a preocupação que ela suscitava nas autoridades da diocese. Os indícios desse fato não se encontram apenas na estratégia de difusão espacial da sua atividade. De fato, no dia 7 de agosto ele havia começado a recolher uma documentação mais rica do que a simples lista que mantinha em seus rascunhos. Tratava-se de testemunhos de curas feitas no passado e que ele havia oficializado por meio de um tabelião. Ele queria poder apresentá-las "diante de qualquer juiz eclesiástico ou secular". Havia começado a partir de Castagnole delle Lanze, aonde voltou para pedir a Pietro Balbis, um camponês ignorante de Pinerolo, que declarasse sob juramento, em sua presença e do tabelião Antonio Cane, que um dia antes, ao final da festa de São Damião, tinha sido exorcizado e benzido por Chiesa "depois de encontrar-me incapacitado há quase trinta anos, dos quais, nos últimos seis, vinha recorrendo a muletas para me movimentar". Àquela altura já podia andar livremente. Para possibilitar a aceitação do testemunho do camponês, dois padres, Dom Paolo Francesco Ardizzone e Giuseppe Antonio Valsania, também assinaram o documento, afirmando terem presenciado a cura.

Na realidade, esta foi a única precaução que Giovan Battista tomou antes de 15 de agosto. Foi somente no período sucessivo que ele multiplicou sua lista de testemunhos, mas provavelmente de forma um tanto clandestina, já que não mais se fez presente nos depoimentos, mesmo tendo todos sido feitos explicitamente a seu pedido. Foi seu irmão menor, Gabriele, quem percorreu os campos em busca dos testemunhos mais qualificados para ajudar Chiesa a garantir a preparação de uma boa quantidade de declarações sobre as quais basear sua defesa.

No dia 13 de outubro, dois farmacêuticos de Chieri foram ao tabelião Francesco Giuseppe Molineri, a pedido de Giovan Battista. O senhor Giuseppe Matteo Montefameglio contou que suas duas filhas, ainda crianças, estavam gravemente doentes e apresentavam sinais que indicavam, às pessoas que as visitavam, que eram vítimas de malefícios, por isto ele as havia levado para uma consulta com Chiesa, que as tinha libertado.

O outro farmacêutico é Giovanni Antonio Canavesio. Ele narrou

que, "durante o mês de março, estando o senhor Dom Baldassarre Ghinarella muito doente, mesmo tendo já tomado por muito tempo os remédios que os senhores médicos lhe haviam prescrito e que eu havia vendido, suspeitei que ele pudesse ser vítima de um malefício". Depois que Chiesa foi chamado, Dom Baldassarre ficou curado.

E, ao lado destes, outros tantos testemunhos se acumulavam. Em junho curou o filho de Giovanni Andrea Ruscha, a filha de Orazio Prieris e a de Giovanni Tommaso Molinaro e, também, a senhora Margherita Pastora. Todos declararam que ele havia recusado qualquer pagamento: "Eu quis lhe dar um escudo *bianco*", diz Canavesio, "pelo incômodo, mas ele o recusou e se mostrou indignado comigo, dizendo que sua atividade não era mercenária e que tudo aquilo que fazia era por caridade e para levar ao próximo a glória maior de Deus." E "que consideramos o citado reverendo senhor Chiesa, da paróquia de Santena, um bom religioso e devoto que durante as ocasiões sobre as quais depusemos efetuou os exorcismos através de orações que não consideramos ofensivas a nossa Santa Fé Católica".

Entre 20 e 23 de outubro Gabriele foi a Sommariva Bosco para registrar o depoimento de alguns personagens importantes do lugar. O advogado Tommaso Ghersi, algum tempo antes, havia levado seu filho Battista a Santena para uma consulta, porque "há três dias ele não podia tomar leite e seu intestino não funcionava". Depois de ter sido exorcizado por Chiesa, "vi que ele melhorou, que tomou leite e no dia seguinte seu intestino funcionou". O menino se tornou um cliente fixo do pároco de Santena porque se encontrava incapaz de mover o braço esquerdo, "onde, talvez, se tivessem concentrado os espíritos antes que Giovan Battista o libertasse definitivamente".

Mas em Sommariva havia toda uma rede de parentela que tinha apelado para Chiesa. O senhor Carlo Francesco Allasia é tio do pequeno Battista e tinha sido ele a chamar Chiesa e a hospedá-lo em sua casa da primeira vez. Chiesa tinha curado a mulher de Carlo Francesco, "vítima de malefício, como era também do parecer de outros religiosos". E, sempre em Sommariva, havia libertado das febres Alice, mulher de An-

drea Boeto, e, das dores renais, Maria Cattarina Roccha. Em todas estas ocasiões ele havia sempre recusado qualquer recompensa.

No dia 23 de outubro, Gabriele se dirigiu a Castagnole di Piemonte, onde Michel Pinardo declarou que em 6 ou 7 de agosto tinha ido a None para ver Giovan Battista "porque me encontrava com a perna e o pé direitos totalmente inchados, com dores que não me deixavam ficar de pé e me obrigavam a ir a cavalo... Antes, porém, de apelar para Chiesa mostrei meu pé inchado a muitos cirurgiões, especialmente a dois deles que afirmaram desconhecer o meu mal, e que o mais conveniente teria sido amputá-lo, o que simplesmente teria me deixado aleijado". Giovan Battista Chiesa, "depois de haver descoberto em mim o malefício", o tinha libertado, tanto que ele "voltou a pé para casa".

5. No dia 15 de agosto, portanto, Giovan Battista Chiesa tinha sido suspenso de suas funções legítimas ou ilegítimas; mas não tinha sido preso. Ele foi para Santena, na paróquia onde morava, com uma irmã. O prior Bronzini, o verdadeiro titular da paróquia mas não obrigado à residência, havia cedido seu encargo a Chiesa desde 5 de setembro de 1689. Ele sepultou três mortos em 20 e 28 de agosto e em 2 de setembro, mas a partir de 15 de outubro foi substituído, por ordem de Bronzini, pelo padre Giovanni Gaspare Asti.

O prior Bronzini estava, com certeza, preocupado com o rumo que as coisas estavam tomando. Por esta razão, mandou a Santena o filho de sua irmã, Giovanni Andrea Ambrosini, com o pretexto de verificar as condições do curral da paróquia, mas ele foi, na verdade, procurar o vigário. "Em casa encontrei apenas sua irmã", disse em um depoimento, "e, tendo-lhe pedido notícias de Chiesa, ela me informou que ele estava fora havia cerca de oito dias e que não sabia com precisão onde ele se encontrava, tendo-lhe sido dito por alguns que estava em Canale e por outros que se encontrava em Cisterna."

O jovem Ambrosini continuou sua busca, tendo vindo a conhecer, desse modo, a última tentativa de Giovan Battista para dar seqüência a sua atividade. Ele tinha se colocado sob a proteção do bispo de Asti,

para continuar a mostrar suas extraordinárias capacidades, em vista da pressão exercida por uma multidão de seguidores. "Sábado, dia de São Bartolomeu Apóstolo (24 de agosto), várias pessoas pediram a Chiesa que as exorcizasse; a quantidade dessas pessoas, segundo me disseram, era grande. Nesta ocasião o monsenhor de Asti estava visitando Castagní em companhia do arquipresbítero de Canale... Ele então começou a exorcizar em Castagní, na presença deste monsenhor e de outros canônicos." Chiesa certamente sabia que estava jogando uma cartada desesperada: "Dizia que pela grande fé que tinha no poder de Deus esperava curar a todos e... gritava para que todos acreditassem firmemente que Deus os curaria."

O bispo não interveio, mas esteve apenas olhando por algum tempo, circundado pelos sacerdotes da sua comitiva. Depois, tendo consultado brevemente os outros eclesiásticos, "impediu-o de exorcizar em sua diocese, visto o impedimento já declarado pelo monsenhor arcebispo".

Derrotado, Chiesa voltou para sua casa de Santena em companhia do arquipresbítero de Canale, enquanto sua fama permanecia muito viva. "Corre viva voz", concluiu o jovem Ambrosini, "em Santena e Cambiano, que ele curou muitos, sobretudo pessoas aleijadas, com milagres evidentes."

6. Enquanto Gabriele recolhia os testemunhos para o processo, no dia 16 de novembro o canônico Giovan Battista Basso, assistido por Dom Giovanni Francesco Leonetti, procurador-geral fiscal da cúria de Turim, começou o interrogatório de Giovan Battista Chiesa a quem já tinha sido imposta "a seu encargo" a pena de 100 liras. Ao que parece não o prenderam.

A ele foi mostrado, antes de tudo, o *Manuale parochorum et exorcistarum* que lhe havia sido seqüestrado, e lhe foram acrescentadas duas páginas manuscritas que continham uma lista de libertações. Mas nem este livro nem as duas páginas foram encontrados no fascículo do processo. Dele emergiu somente "uma papelada que começava em 29 de junho e terminava em 15 de agosto, contendo 15 folhas escritas", e sobre

a qual já vimos o conteúdo. Só uma pequena parte foi escrita diretamente por Chiesa. A maioria foi redigida por Dom Vittorio Negro e pelo clérigo Biaggio Romano, de Santena, seus dois colaboradores.

Giovan Battista começou a contar a sua história. Era filho de Giulio Cesare, morto havia alguns anos. Dizia ser de Santena "mas nascido acidentalmente em Ceresole". Tinha aproximadamente quarenta anos e havia quase dez era pároco de Santena, embora não fosse o titular da paróquia mas estivesse somente "em administração" como vigário, já que o pároco titular era o prior Bronzini, que morava entre Chieri e Turim. A 5 de setembro de 1689, depois de ter sido examinado por representantes do sínodo, recebeu as cartas arquiepiscopais e a nomeação a pároco vigário. Nenhum antepassado seu foi exorcista e "nem tampouco alguém de minha casa foi endemoninhado". Havia mais ou menos dois ou três anos, ele começara a benzer as febres segundo a forma do ritual romano "e os doentes me diziam que a febre passava. Isto começou a ser divulgado de boca em boca, crescendo o número de pessoas que provinham das cercanias"; até que um dia veio uma jovem vítima de malefício, que já tinha sido exorcizada em Chieri e em outros lugares, sem ter sido curada, e ele a libertou. Foi esse o acontecimento que o havia convencido a aprender a exorcizar. "Veio a mim um jovem que servia em Cambiano, do qual não sei o nome nem o sobrenome, parente do falecido prior Pistono, também de Cambiano. Ele queria benzer a febre e eu lhe disse que procurasse em meio à herança do já mencionado prior, que foi um grande exorcista, um livro sobre esse assunto e ele me trouxe o *Manuale exorcistarum*, do qual há nove ou dez meses venho me servindo. Comecei a exorcizar alguns dos meus paroquianos sem ter, porém, a permissão do meu prelado, mas me parecia que pudesse fazê-lo ou, antes, que fosse obrigado a fazê-lo, segundo diz o manual: *Parochus tenetur.*"

Perguntaram-lhe, imediatamente, se as pessoas que constavam daqueles elencos "tinham sido libertadas e permaneciam, ainda hoje, em tal estado". "Eu acredito", disse ele, "que muitos daqueles que tiveram fé em Deus tenham ficado livres... Outros, porém, não foram libertados

por ocasião dos primeiros exorcismos porque talvez não tenham tido fé em Deus."

A sua defesa se articulou em três pontos. Primeiramente, a perfeita conformidade de suas práticas e fórmulas com aquelas contidas no manual, tanto para os exorcismos "recitados" quanto para os bilhetes colocados no pescoço dos animais. A utilização de um bastão era "para me sustentar, porque estava tão fraco que não conseguia ficar de pé", e o violino, "se o toquei, fi-lo para meu divertimento, como também outros instrumentos. Porém, toquei-os privadamente, em meu quarto, sem misturar essa recreação com os exorcismos".

A segunda acusação da qual teve que se defender foi a de ter obtido lucros com esta atividade. "Nunca aceitei dinheiro ou coisa alguma por esses exorcismos, e os fiz por pura caridade; foi como pároco que me pareceu uma obrigação usar tal caridade... e o podem confirmar os párocos e as comunidades aonde fui chamado com esta finalidade e onde recebi somente comida, que aceitei por amor a Deus."

A terceira acusação se referia à desobediência às ordens recebidas do arcebispo através de duas cartas de impedimento que lhe tinham sido enviadas. Ele respondeu que sempre fez o possível para obedecer, e que até seu afastamento de Santena em agosto teria acontecido para "fugir de tanta gente que ali vinha para ser exorcizada".

Todavia, as acusações eram numerosas e as defesas, como se pode ver, eram improváveis e embaraçadas. Por outro lado, Chiesa não acreditava ter que lutar no Tribunal nem desejava convencer ninguém. Provavelmente se sentia derrotado e tentava tornar o mais leve possível a condenação que deveria sofrer. "Não ambicionei adquirir glória ou aplauso nem ser visto como um grande homem, mas quando fiz o que fiz, foi com humildade. Eu afirmava que era um grande pecador e dizia que apelassem a Deus e tivessem fé para obterem a libertação; e, se errei, peço perdão a Deus e aos meus superiores."

Três dias depois o pároco de Santena é chamado para confirmar o seu depoimento. Acrescentou apenas que depois do primeiro interrogatório em Turim, o arcebispo, em pessoa, "me mandou continuar a exor-

cizar e a fazer a caridade àquelas pessoas que me haviam pedido, e eu, assim, continuei".

Estas foram as últimas palavras de Giovan Battista que nos foi dado conhecer: no fascículo não existe uma sentença, se é que houve uma sentença formal. Nem os *Registra causarum*, nem os *Registra sententiarum*, nem as *Provvisioni* do arcebispado falaram mais dele. Nem nos papéis tabelionais, nem naqueles paroquiais de Santena, de Ceresole, sua cidade de origem, de Borgaro, onde era pároco o irmão de seu pai, nem em Martinengo, onde vivia sua irmã Vittoria, mulher do médico Giovan Battista Massia, nem em Canale, onde morava o arquipresbítero seu amigo, nem em Turim, para onde se tinha transferido seu outro irmão Francesco Maurizio, depois de seu segundo casamento, foram encontradas referências posteriores. Enfim, não foram mais encontrados vestígios seus em parte alguma. Uma vez suspenso, ele deve ter partido para alguma cidade onde ninguém ainda o conhecesse e só algum caso fortuito nos teria permitido reencontrá-lo. Não sabemos, portanto, sua data de morte, seu destino, nem as novas relações que terá estabelecido. A sua história pode ser retomada apenas voltando no tempo, perguntando-se quem era, de onde vinha, quem eram os seus amigos, os seus familiares, por que se tinha tornado um curandeiro e por que havia tido seguidores.

7. A história de Giovanni Battista não é incomum no cenário camponês do século XVII. Sua excepcionalidade consiste especialmente na meticulosa atenção com a qual mantinha seu livro de curas, o que nos dá um quadro quantificado da sua obra, com os nomes, os lugares e os males de uma multidão de camponeses infelizes. Até aqui deixei todo o espaço para a história, sem tecer hipóteses ou fazer comentários. Este é o momento narrativo que será dedicado à análise da vida social de Santena. Evidentemente outros elementos serão acrescentados, assim como outros acontecimentos e um panorama do sistema cultural dentro do qual esta história assume um aspecto de normalidade.

E exatamente a estrutura desta narração, que a simples reconstrução

dos fatos nos permite apreender, permitirá que nos aproximemos dos comportamentos concretos, em toda a sua ambigüidade, no que se refere a normas múltiplas e contraditórias. Entretanto, algumas hipóteses podem ser feitas sobre a relação entre a pregação de Chiesa e o entusiasmo camponês.

Ao longo do tempo, mudou muito o conceito do que fosse a sanidade e a doença, de qual fosse o espaço ocupado pelo estado físico (e naturalmente psíquico) normal e por aquele anormal e, ainda, de qual fosse a esfera realmente definida como pertencente à medicina. Há, na verdade, uma diversidade entre as culturas, uma relatividade dos conceitos médicos paralela àquela dos conceitos mágico-religiosos.

Também no caso de Giovan Battista devemos nos perguntar que imagem de doença, de etiologia, está implícita neste apanhado de histórias das desgraças da multidão de camponeses que o circundavam em cada lugarejo. As explicações, que comparem o estágio da ciência hoje com aquele do passado, ou estabeleçam um paralelo entre um ambiente natural mais favorável com um outro hostil e sem controle da sociedade pré-industrial, tendem a propor uma visão evolucionista, de um lado pleonástica (a ciência acumulou conhecimentos progressivamente) e, por outro, insensível ao problema de uma diversa e não-linear percepção das causas das doenças. É mais acertada a distinção entre etiologias personalistas e naturalistas, que considere os elementos de ambas as explicações como ativos contemporaneamente em cada sociedade, com diferenças (no tempo, através dos grupos sociais, e nos lugares) de ênfase e de percepção na prevalência ou na interligação de fatores causais.

Se por sistema personalista entendemos o de uma cultura dentro da qual se considere que a doença possa ser o efeito mais ou menos ativo e intencional da intervenção de um agente que tenha um seu significado (seja ele divino, sobrenatural ou humano), a pessoa doente será vista como objeto de uma agressão (às vezes, de uma auto-agressão) e de uma punição que a ela se referem como pessoa específica. Estes sistemas, portanto, se ocupam daqueles que estão doentes e da razão, e não apenas do modo, de estarem doentes. Ao contrário, nos sistemas naturalistas, a doença é explicada em termos impessoais como se os elementos físicos

que compõem o corpo se encontrassem em desordem e com seu equilíbrio perturbado, e a causa desta situação pudesse ser totalmente explicada em termos naturais.[11]

É óbvio que esta descrição de sistemas é uma abstração. Na verdade, os sistemas etiológicos, em geral, foram, ou ainda são, o fruto da convivência relativamente calibrada de elementos de ambos os sistemas, com variações que não se referem apenas a culturas e tempos diversos mas que servem para diferenciar os comportamentos entre grupos e indivíduos mesmo no interior de cada sociedade e situação separadamente. O desaparecimento dos elementos sobrenaturais no interior de um sistema pluricausal como este, ou a acentuação do papel do inconsciente na etiologia personalista, ou, enfim, o conflito entre uma atenção mais naturalista da ciência e uma mais personalista do senso comum não alteram substancialmente a validade formal deste modelo. Ele acentua os fatores percebidos como causas das doenças e não a evolução de um modelo personalista em um naturalista, considerado mais de acordo com a ciência.[12]

Logicamente, o que requer estas considerações não é apenas a tentativa de evitar, complicando o modelo, as conseqüências simplistas implícitas na sucessão de sistemas. Porque, se desviarmos a atenção do conteúdo dos conhecimentos médicos para a percepção das causas das doenças e para o sistema geral de explicação causal, podemos compreender os motivos do sucesso da pregação de Chiesa. Havia outros homens que curavam os males gerados por causas naturais ou que se ocupavam do sobrenatural; portanto, não se pode explicar o sucesso de um novo curandeiro só em função das curas obtidas ou das novas esperanças que ele oferecia para aqueles já desiludidos com outros curandeiros. Também não podemos reduzir completamente um fenômeno emergente à cultura prevalente em circunstâncias normais.

É, na realidade, a ampliação e restrição da variedade das causas que geram as doenças, o que produz um determinado comportamento dos homens em relação à possibilidade de intervenção e de cura. Isto se dá não só do ponto de vista da diversa identificação das técnicas e das pessoas capazes de curar, mas também em relação ao sentimento geral de confiança na eficácia das curas e na autoridade social de um gênero

específico de curandeiro. A atribuição de uma doença a uma pluralidade de causas possíveis, não hierarquicamente organizadas (as relações sociais, a natureza e o sobrenatural), é bem diferente da atribuição a uma causa única ou a uma hierarquia ordenada de causas possíveis.

A diferença entre etiologia naturalista e etiologia personalista está também presente, portanto, na forma da estrutura causal.[13] A primeira segue, na verdade, o seguinte sistema simples:

Natureza ⟶ equilíbrio interrompido ⟶ doença;

a segunda segue um processo:

Causas naturais
Causas sobrenaturais
Causas sociais
Causas pessoais } ⟶ doença

A primeira conclusão é, portanto, a de que, mesmo tendo adotado a linguagem e as explicações de uma etiologia personalista, a proposta de Chiesa, dada a sua forte ênfase na unicidade da origem dos males (confirmada até mesmo em percentuais como sendo de 90 casos a cada 100) tem, formalmente, uma estrutura semelhante à da medicina naturalista e se afasta da percepção de causas múltiplas, provavelmente muito difundidas na sociedade em que viveu. É aqui que reside a novidade da proposta de Chiesa, sendo este o motivo de seu sucesso.

Santena passava por um período difícil durante aqueles anos de fins do século XVII, atormentada pela guerra e pelas suas conseqüências.[14] Houve uma drástica redução das colheitas de grãos e vinho pela devastação produzida pelos soldados e, em função disto, vinha aumentando a mortalidade. Havia, ainda, a crise social e psicológica de uma incerteza nova, de um controle mais difícil dos mecanismos de relação, além de uma mais árdua previsibilidade dos acontecimentos e, portanto, uma

capacidade reduzida para dominar as situações e organizar os comportamentos. O que Chiesa propunha era uma simplificação dentro dessa atmosfera que aumentava a angústia diante de males que se desenvolviam pelos campos e cujas causas eram novas e desconhecidas, pelo menos em sua extensão. Passava-se, assim, de um modelo pluricausal a um nexo monocausal. A autoridade que provinha de sua posição de pároco acrescentava mais força a sua pobre pregação teórica.

Não desejo sugerir que a necessidade de uma teoria explicativa represente essencialmente a procura da unidade escondida sob a diversidade aparente, da simplicidade sob a complexidade, da ordem sob a desordem, da regularidade sob a anomalia. Esta não é, certamente, uma lei universal. Na verdade, não quero excluir que, em outras situações, ao excesso de ordem e simplicidade seja preferível justamente o oposto, ou seja, a desordem e a multiplicidade. Porém, no caso que estamos examinando, não nos encontramos diante de uma normal multiplicidade da percepção de nexos causais que produzam a doença, e sim de um estado incomum de angústia derivado de uma intensificação das incertezas. E se nos é possível elaborar uma formulação geral, ela é a de que, nestes casos nos quais se apresenta um aumento angustiante das variedades causais, se cria uma forte propensão à receptividade de propostas explicativas que estejam em condições de ordenar hierarquicamente as causas e de simplificá-las.

8. É portanto inadequado acreditar que o "declínio do mágico" na explicação de doenças tenha sido a conseqüência de uma difusão progressiva da prática e dos conhecimentos médicos. Seria mais correto afirmar que, como nos mostra o caso de Santena, existiu um longo período de convivência e de fortalecimento conscientemente recíproco entre curas naturais e curas sobrenaturais. E isto não se deu apenas durante uma fase inicial confusa, mas também ao longo de um período no qual se iam isolando as explicações naturalistas da nova cosmologia médica produzida pelo racionalismo. Esta é uma questão de grande interesse até mesmo para compreendermos um caso de difusão lenta e não-conflituosa

da inovação. Pode-se observar, neste setor, uma distinção relevante quanto aos processos dilacerantes que freqüentemente aparecem relacionados, de forma rígida, às mudanças técnicas.

Os testemunhos recolhidos por Gabriele se referiam, ao todo, a 22 curas, todas muito estereotipadas. Um elemento presente em quase todos os casos foi o de que, "depois de ter recorrido a vários remédios e não vendo melhoras na doença", se recorria ao exorcista, em *segunda instância*. Em muitos casos foram pessoas que trabalhavam no setor médico, como os farmacêuticos Montefameglio, Giovanni Antonio Canavesio e Giovanni Antonio Tesio, para não falar propriamente de médicos, como aparece em alguns depoimentos, que recomendavam o recurso ao exorcista, já que a incapacidade de cura dos sistemas médicos sugeria a existência de malefícios, ou seja, de causas não-naturais, posto que esta distinção, evidente para nós, tivesse o mesmo significado para os camponeses do século XVII.

Salta aos olhos o enorme efeito de irresponsabilização que a existência da hipótese sobrenatural tem sobre a ciência médica, levando, portanto, também ao enraizamento ideológico da prática dos médicos, cujo *status* social já era muito alto (o que constatamos nos casos de Tesio e de Castagna em Santena) e trazia riqueza, prestígio e poder. Não houve uma guerra entre medicina e exorcismo, pelo menos, não na prática cotidiana do mundo camponês e urbano, mas, ao contrário, o que ocorreu foi uma forte solidariedade autojustificante.

9. Existe um outro aspecto muito importante para ilustrar o sistema de valores que vigorava no mundo rural aqui analisado. A presença de uma ideologia pluricausal, ampliada ao ponto de aceitar as causas sobrenaturais como coisa banal, tornava muito difícil a constatação de doenças incuráveis. Criava-se um mecanismo infinito de busca de causas e explicações em uma situação de ausência de certezas definitivas, o que, em ultima análise, multiplicava a sobreposição de doenças e de culpas, da natureza e do sobrenatural, do corpo e da alma.

Já é conhecida a análise de Evans Pritchard, retomada como base

das interpretações sobre feitiçaria e medicina feitas por Gluckmann, Turner e muitos outros antropólogos. A crença na feitiçaria Azande é interpretada como uma teoria das causas; como uma atribuição de responsabilidades e um mecanismo alargado de explicações causais.[15]

Também neste caso, o mal físico é sempre visto dentro de um contexto que não é naturalista, e sim cósmico. Normalmente se recorre a explicações sobrenaturais apenas quando as explicações naturais não têm sucesso e nos casos em que as doenças se encontrem nos limites entre a vida e a morte, seguindo um instinto que não é abstrato, e sim relacionado a uma situação social determinante. Neste caso, também se instaura uma complementaridade entre diferentes técnicas de cura que se sustentam reciprocamente. A ineficácia de uma delas conduz não apenas a um outro curandeiro mas, igualmente, a uma etiologia diferente.

Entretanto, no que concerne a outros aspectos, o quadro é bem diferente, especialmente porque em Santena, no século XVII, não parece que se atribuísse a responsabilidade do malefício a determinados indivíduos, fisicamente identificados e ativamente operantes, ainda que um deterioramento das relações familiares pudesse ser concebido como causa involuntária de doenças. Estamos em um período em que as explicações naturalistas perderam sua dimensão e no qual foi dada maior ênfase às culpas pessoais do que aos efeitos de um malefício ativo. E foi exatamente nesta direção que se moveram as preocupações de Chiesa, que leva ao extremo a busca do mal em uma pura e simples causa metafísica, sem que fossem perseguidos inimigos físicos, a não ser, na melhor das hipóteses, o nosso próprio estado de pecadores, ou seja, nós contra nós mesmos, ainda que com a intervenção do demônio, em um quadro que Giovan Battista com certeza terá tido que lembrar repetidamente a seus paroquianos. "A cada dez mil de nós, nove mil são possuídos por demônios." Foi esta a origem do mal, e não os mecanismos de relacionamento da comunidade.

De resto, não se tratava de um problema de eficácia terapêutica, o que teria sido difícil de se avaliar. Giovan Battista foi circundado pela áurea de curas efetivas e atuou no contexto de uma sociedade repleta de males, de desadaptações pessoais e de dificuldades físicas e psíquicas. O que parece específico deste período foi a convivência de dois sistemas de morbidez, com o aparecimento caótico de causas possíveis e não-amalgamadas, como em outras sociedades, sobre a base de premissas mágico-religiosas, nem ladeadas *a priori* por alguns dos diversos âmbitos dos males a serem curados. A explicação dada por Chiesa permitiu uma melhor definição de uma hierarquia já presente nestes campos piemonteses de fins do século XVII. A magia, o exorcismo, o milagre curaram aquilo que a medicina não pode curar, definindo, assim, os seus próprios limites e, ao mesmo tempo, consolidando-a, já que a sua falibilidade não era vista como uma incapacidade técnica ou teórica, e sim como a conseqüência de causas metafísicas atribuíveis a determinadas doenças. A medicina escapou, assim, em sua ação, a qualquer verificação, tendo sido excluída como causa de suas próprias falências e podendo crescer com orgulho, desde que aceitasse, sem relutar, os limites da sua potência (e desconhecê-los era ironicamente condenável, como vimos no depoimento de Michel Pinardo).

10. Existe ainda um aspecto muito específico dos sistemas personalistas que me parece ser, hoje em dia, muito atenuado nas perguntas que, pelo menos conscientemente, nos fazemos quanto às causas das enfermidades. Mesmo no que se trata de males conhecidos e curáveis, pergunta-se: por que aconteceu justamente comigo? Mais do que os aspectos gerais já tratados antes, este tipo de pergunta foi pouco pertinente nas culturas, no interior das quais prevaleceram as explicações naturalistas, ao passo que na sociedade camponesa do Antigo Regime ela estava no centro da problemática. O malefício pode ser uma das explicações. Se considerarmos aqueles que procuravam Chiesa para se libertar de suas condições de aleijados, coxos e cegos, parece ter sido esta a questão mais importante. Mas estes não eram os únicos: havia também aqueles que tinham cometido atos que não sabiam explicar e estiveram à mercê de desgraças. Estes desejavam não apenas uma cura, se é que se tratasse de cura, e sim a libertação. Foi por isso que, por exemplo, no dia 5 de agosto, Filippo Berté, de None, pediu auxílio a Chiesa. Ele tinha "um tumor em um joelho e havia cinco anos tinha disparado um tiro de pistola em sua mulher". A conexão entre estes dois fatos justificou o pedido de liber-

tação da única causa demoníaca. Este foi, também, o caso de Domenico Giana de Roccaforte, de Mandovi, registrado em 15 de agosto e que se encontrava "há um ano vítima de malefício e aleijado por um tiro de espingarda". Há ainda o caso, registrado no mesmo dia, de Guglielmo Dalabru, "de Langdoch, na França, também aleijado há um ano em virtude de um disparo de pistola". Do que eram libertadas estas pessoas? Certamente não do fato de serem aleijadas ou de possuírem feridas, mas sim do fato de terem sido elas próprias atingidas por meio de malefícios.

É por esta razão que, na lista de Chiesa, nem todos os nomes recebem a indicação da parte atingida pelo malefício. As 225 indicações gerais de obsessão por malefício e a ausência total de indicações em outros 98 casos nos conduzem a outras explicações. O mal-estar físico ou moral que os havia levado a um exorcista tinha sido resolvido, a causa do problema já tinha sido encontrada, ainda que, às vezes, a cura deixasse marcas físicas irreparáveis. Não se tratava de milagres, mas a cura era tão eficaz que centenas de pessoas procuravam Chiesa.

É claro que os homens são pecadores, mas um importante motivo do sucesso de Chiesa era o fato de que seu modo de explicar os males era amplamente aceitável. O inimigo era totalmente externo, o que permitia justificações que não recorressem sempre a culpas pessoais. Para as autoridades eclesiásticas, uma explicação deste tipo, ainda que tosca, devia parecer muito perigosa. Chiesa foi eliminado, ao contrário dos outros tantos operadores de milagres que abundavam no mundo rural da época e que faziam uma referência mais explícita à culpa e ao arrependimento.

Naqueles anos atuavam nesta mesma zona (a área rural ao sul de Chieri) outros exorcistas, como foi lembrado por alguns dos testemunhos recolhidos para a defesa de Giovan Battista. Suas atuações eram, porém, mais raras e autorizadas pelo bispo. Todavia, sabe-se que havia, pelo menos, dois operadores de milagres.

Em primeiro lugar a imagem de Nossa Senhora, venerada na igreja da Santissima Annunziata, em Chieri. Suas curas milagrosas normalmente se manifestavam depois dos médicos terem declarado que o mal era incurável. Não possuímos uma lista dos seus milagres após 1655, "embora mesmo depois a virgem santíssima tenha continuado a atuar em

favor daqueles que honravam essa sua imagem". Isto acontecia nos mesmos meios rurais nos quais atuou o pároco de Santena.[16]

Para nós é ainda mais interessante o caso do padre filipino Agostino Borello, que durante sua breve vida[17] havia operado muitas curas com a imposição das mãos e a bênção, e que continuou a realizar milagres póstumos em uma atividade que durou, pelo menos, até os primeiros anos do século XVIII (ele morreu em 1673), quando a sua congregação recolheu mais de cem testemunhos para requerer sua beatificação.[18] Neste caso, também foram curadas muitas paralisias e ciáticas que os médicos não souberam superar, embora no caso do padre Agostino houvesse certa especialização na cura de mulheres. As bordas do hábito e o lenço com o qual enxugou seu suor no leito de morte ajudavam nos partos e faziam voltar o leite às puérperas.

Todavia, estes dois casos tratavam de milagres que eram diferentes dos exorcismos de Giovan Battista Chiesa. Eles premiavam a fé muito mais do que a libertação de possessões demoníacas e propunham, talvez de um modo algo paradoxal, um modelo causal mais duradouro e que sobreviveu até hoje, porque, mesmo tendo convivido com sistemas prevalentemente naturalistas, não combateram diretamente as forças demoníacas, consideradas responsáveis pelas doenças. Eles se dirigiam a seres sobrenaturais que, como advogados, podiam interromper a ordem natural para ajudar o sofredor.

Agora, porém, devemos nos afastar destas considerações. Na realidade elas são tão-somente hipóteses, e grande parte do sistema cultural dos camponeses de Santena ainda deve ser esclarecido e, por esta razão, a própria história de Chiesa permanece de difícil compreensão. É, portanto, necessário estudarmos mais de perto a realidade social na qual a história do vigário de Santena teve lugar. Devemos analisar os camponeses, os homens importantes, os senhores e o universo das relações deste vilarejo piemontês. Uma ampla procura de segurança tinha favorecido o sucesso da pregação de Giovan Battista Chiesa. Não se tratava, contudo, de uma segurança derivada da imobilidade, visto que estava relacionada a uma pregação simples mas inovadora. A tentativa de simplificar o mundo, de torná-lo mais previsível, que parece notável neste

episódio, devia possuir alguma relação com os comportamentos que dominavam as práticas cotidianas. Dois campos de verificação são particularmente favoráveis do ponto de vista documental: a organização familiar e a relação com a terra.

NOTAS

[1] Toda a documentação relativa à atividade de G. B. Chiesa entre 1694 e 1697 se encontra nos atos processuais em AAT 19, 154, Atos criminais *Del Fisco Arcivescovile di Torino et il Signor Dom Chiesa curato di Santena,* 1697. O processo teve lugar no tribunal eclesiástico da diocese de Turim. Entretanto, ele é mantido sob o controle da Inquisição. O cardeal Cybo, com uma carta de 7 de setembro de 1697, de Roma, aprovou a suspensão de Chiesa da atividade de pároco vigário e pediu que se enviasse à sagrada Congregação do Santo Ofício, em Roma, uma cópia dos atos do processo.

[2] O marquês Federico Tana foi governador de Turim a partir de 1683 e tinha sido nomeado lugar-tenente coronel em 1690. AST, seções reunidas, *Patenti controllo finanze,* Índice para A e B. Possuía um oitavo do feudo de Santena. Quando morreu, em 14 de novembro de 1690, o feudo e o palácio passaram para o primogênito Carlo Giovanni Battista. Sobre a família Tana cf. G. Bosio, *Santena e i suoi dintorni. Notizie storiche,* Michelerio, Asti, 1864, pp. 136-70; A. Manno, *Il Patriziato subalpino. Notizie di fatto, storiche, genealogiche, feudali ed araldiche desunte da documenti,* vol. 2, Civelli, Florença, 1906 (com muitas inexatidões).

[3] A figura mais conhecida é, obviamente, a de Sebastiano Valfré, orador de San Filippo, um dos maiores criadores da política religiosa e da repressão antivaldesa no último quartel do século XVII, sob Vittorio Amedeo II. Sobre ele cf. *Vita del Venerabile Servo di Dio P. Sebastiano Valfré della congregazione dell'Oratorio di Torino, raccolta dai processi fatti per la sua beatificazione.* Vimercati, Turim, 1748; P. Capello, *Della vita del B. Sebastiano Valfré confondatore della torinese congregazione dell'Oratorio di San Filippo Neri con notizie storiche de' suoi tempi. Libri cinque,* Marietti, Turim, 1872. Notável é também a figura do padre Luigi Provana, reitor do colégio dos nobres de Turim; cf. A. Monti, *La Compagnia di Gesú nel territorio della provincia torinese,* vol. 1, *Fondazioni antiche,* Ghirardi, Chieri, 1914, pp. 219-20. Sobre Ignazio Carroccio cf. *Orazione funebre alla memoria dell'illustrissimo e reverendissimo signor Abate Ignazio Carroccio, preposito della metropolitana di Torino e vicario generale dell'abbazia di San Michele della Chiusa,* Mairesse e Radix, Turim, 1716.

[4] Nem esta indicação, nem a sucessiva (*Manuale parochorum et exorcistarum*), nem os textos que Chiesa dirá ter copiado do manual foram suficientes para identificar o livro.

Alguns anos atrás comprei, em Turim, um livro que em vários pontos apresentava o nome Chiesa escrito a caneta: mas é difícil supor que tenha pertencido a Giovan Battista. Trata-se de: P. A. Giustoboni, *Il medico spirituale al punto, aggiuntovi in questa impressione dallo stesso autore L'esorcista istrutto,* Vigone, Milão, 1694.

[5] Nel *Registrum mortuorum I* — a série mais completa — da igreja paroquial de San Paolo de Santena, a última sepultura assinada por G. B. Chiesa é de 2 de setembro de 1697. Depois de um intervalo, em 15 de outubro, o novo vigário, Asti, escreveu: "Comecei na cúria de Santena sob as ordens do senhor prior Bronzino", que era o titular da paróquia, sem obrigação de residência, e que nomeava um vigário.

[6] A já citada carta do cardeal Cybo de 7 de setembro recordava e aprovava a suspensão do exercício do exorcismo, decidida pelo juiz do Tribunal de Turim, dizendo que a decisão tinha sido motivada pela ignorância de Chiesa, "mesmo tendo seus exorcismos curado malefícios e outros males e mesmo tendo vindo até ele pessoas de todas as partes" (AAT, 19, 154, Atos criminais, *Del Fisco Arcivescovile* cit.).

[7] O rascunho (ibid.) se intitulava *Libro delle liberasioni fatte dell'Anno 1697 in malefici ecc.* Nele constavam 38 cartas que traziam nominalmente os casos de 533 exorcizados, feitos entre 29 de junho e 15 de agosto.

[8] Giovan Battista, na última fase da sua pregação, estava sempre acompanhado por dois outros religiosos de Santena, o padre Dom Vittorio Negro e o clérigo Biaggio Romano, ambos membros de importantes famílias da região.

[9] O texto do bilhete, originariamente em latim, diz: "Eis a Cruz do Senhor; fujam, pestes inimigas de Cristo filho de Deus. Piedade de nós pelas cinco chagas de Cristo, por interseção da Beata Maria sempre virgem, dos santos apóstolos Pedro e Paulo. Liberta o animal de teu servo de toda a possessão e infestação do Diabo maligno. Amém" (ibid. c. 16).

[10] A atividade de Chiesa teve certa analogia com os assim definidos cultos regionais, ou seja, fenômenos religiosos de extensão média, que se difundiam para além de uma única comunidade, permanecendo, porém, sempre locais e caracterizados por uma topografia específica. Superavam-se as barreiras sociais de um lugar determinado mas não a ligação com a ordem local, e foi, ainda, freqüente o caso em que o principal autor das obras agisse, inicialmente, em uma área próxima mas não coincidente com a sua comunidade de origem, mesmo seguindo os canais sociais preexistentes. Cf. R. P. Werbner (organizado por), *Regional Cults,* Academic Press, Nova York, 1977, principalmente pp. IX-XXXVII. Cf. também V. W. Turner, *Dramas, Fields and Metaphors. Symbolic Action in Human Society,* Cornell University Press, Ithaca, 1974, cujo esforço tipológico, todavia, tende a transcurar casos viscosos como o que é aqui tratado.

[11] Esta distinção se deve a G. M. Foster e B. G. Anderson, *Medical Anthropology,* Wiley, Nova York, 1978. Retomada e discutida em P. Worsley, *Non-Western Medical Systems,* in "Annual Review of Anthropology", II (1982), pp. 315-48. Cf. também D. Landy (organizado por), *Culture, Disease and Healing. Studies in Medical Anthropology,* Macmillan,

Londres, 1977; J. B. Loudon (organizado por), *Social Anthropology and Medicine*, Academic Press, Nova York, 1977.

[12] Apesar das cautelas, principalmente nas conclusões, o livro clássico de K. Thomas, *Religion and Decline of Magic*, Weidelfeld e Nicolson, Londres, 1971 (trad. italiana Mondadori, Milão, 1984), se desenvolve em uma perspectiva evolucionista que tentamos evitar aqui.

[13] Cf. R. Horton, *African Traditional Thought and Western Science*, em "Africa", XXXVII (1967), pp. 50-71 e 155-87 (particularmente pp. 169-70); e, ainda, L. Wittgenstein, *On Certainty*, Blackwell, Oxford, 1969 (trad. it. Einaudi, Turim, 1978).

[14] Entre 1690 e 1696, o Piemonte é sacudido pela guerra que combateu contra a França, ao lado da Espanha e das outras nações da Grande Aliança.

[15] E. E. Evans-Pritchard, *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande*, Clarendon Press, Oxford, 1937, pp. 96-115 (trad. it. Angeli, Milão, 1976); M. Gluckman, *Moral Crises: magical and secular solutions*, in Id. (organizado por), *The allocation of responsability*, Manchester University Press, Manchester, 1972, pp. 1-50; V. W. Turner, *Schism and continuity in an African Society*, Manchester University Press, Manchester, 1957.

[16] T. Care, *Notizie storiche della miracolosa immagine della Beat(issi)ma Vergine dell'Annunciazione venerata nella sua Chiesa della Città di Chieri*, Chieri, 1753.

[17] Sobre Borello cf. G. Marciano, *Memorie Historiche della congregatione dell'Oratorio nelle quali si dà ragguaglio della fondazione di ciascheduna delle Congregationi fin'hora erette e de' soggetti più cospicui che in esse hanno fiorito*, vol. V, De Bonis, Nápoles, 1702, pp. 341-54

[18] AAT, XVII. 3, *San Filippo di Chieri*, maço 2, *Attestazione su santità del padre Agostino Borello.*

CAPÍTULO II

Três histórias de família: os núcleos parentais

1. Não faltam notícias sobre os habitantes de Santena do século XVII: no meu arquivo foram recolhidas 32.000 ocorrências nominativas, ou seja, em média, mais de vinte referências para cada pessoa que viveu em Santena entre 1672 e 1709.[1] A distribuição é, naturalmente, muito desigual e respeita a relevância pública de cada um, já que os documentos que foram conservados refletem comportamentos institucionalmente reconhecidos, como ser testemunha ou protagonista de atos tabelionais, de atos paroquiais, de atos de propriedade ou de atos criminais. A parcialidade da documentação tem um caráter substancialmente social: as mulheres, os pobres e as crianças quase não são representados, mesmo aparecendo freqüentemente como parte passiva nas relações. De qualquer forma, as fontes documentais nos mostram uma grande quantidade de personagens de todos os tipos, o que é suficiente para descrever uma comunidade e seus comportamentos. Qualquer pesquisa prosopográfica sobre uma população pequena e anônima deve desistir da idéia de totalidade e não pode acompanhar seus atores para além da quantidade mais condensada de documentos. Principalmente, a mobilidade geográfica une sua seleção diferenciada àquela mais constante, da capacidade jurídica.

Se a nossa pesquisa fosse sobre acontecimentos atuais, obviamente poderíamos dar uma organicidade diferente às informações recolhidas, simplesmente interrogando os protagonistas. A leitura de um amplo maço de documentos heterogêneos e cotidianos é, porém, semelhante à pesquisa de campo, como se estivéssemos na praça de Santena ouvindo,

durante 25 anos, tudo aquilo que aconteceu nas famílias e que, graças ao acúmulo de notícias, se define sempre mais, como fisionomias e acontecimentos particulares. Está tudo nos documentos, ou seja, os nascimentos, as mortes, os casamentos, as compras, as falências, os sucessos, as relações com os senhores feudais, as tempestades, as colheitas, os homicídios, os ferimentos e as passagens dos soldados. A conexão entre tais elementos sugere escolhas, estratégias, paixões e incertezas. Tudo isto é possível, embora seja difícil controlar a seleção que o tempo casualmente produziu em relação à conservação de documentos que já tinham sido o fruto de uma seleção social mais sistemática.

Tudo aquilo que podemos saber sobre esta pequena quantidade de pessoas que viveram em fins do século XVII é, portanto, o resultado do acaso, bem como do caráter da estratificação na sociedade na qual viveram e, por isto, existem lacunas, imprecisões, obscurantismos e ausências. Por esta razão, a reconstrução dos acontecimentos e das biografias será, freqüentemente, impressionista, alusiva e até, talvez, imaginária. Serei, assim, obrigado a descrever uma pequena população com base em indicações ricas e esporádicas, muito mais do que sobre séries homogêneas e comparáveis de dados. Em relação a cada personagem dispomos de várias fontes específicas que raramente apresentam um consenso entre elas. Os problemas que nascem destas dificuldades exigem um esforço de fantasia ativa por parte do leitor.

São problemas que se tornam imediatamente evidentes quando nos perguntamos quem eram os 27 habitantes de Santena que foram exorcizados por Giovan Battista Chiesa; 12 homens e 15 mulheres das quais só duas têm um título registrado antes do nome. Um senhor é farmacêutico e certo fulano é habitante de Villastellone; 19 são simplesmente "vítimas de malefício", duas mulheres e um homem são hidrópicos (um deles é indicado como vítima de malefício e hidrópico), um outro é "tísico e vítima de malefício", outro é "vítima de malefício no baço" (o farmacêutico) e há, ainda, um que era "há dois anos vítima de malefício em um braço" (o tal fulano), uma mulher é "vítima de malefício em uma perna" e um outro homem (um habitante de Chieri) é "vítima de malefício e obsessão há quatro anos". Apenas sobre alguns poucos viremos

a saber o acontecimento ou acidente biográfico que os levou a procurar o exorcista. Entretanto, em relação a todos, coletivamente, tentarei esclarecer o contexto cultural e social, a ordem de valores e os acontecimentos vividos que expliquem suas escolhas e seu recurso à atividade de Giovan Battista Chiesa.

2. Santena, a aldeia onde tem lugar uma parte importante da nossa história, não era uma comunidade autônoma. Durante o século XVII, o seu estatuto jurídico era ambíguo e fonte de uma série de conflitos de jurisdição que, como veremos, tem grande importância para a compreensão das estratégias sociais e políticas dos seus habitantes.

Santena se encontrava a sudeste de Turim, a menos de vinte quilômetros da capital, e a menos de oito de Chieri, comarca dentro da qual ela se encontrava, pelo menos em nível administrativo. Sua terra não era das melhores do ponto de vista agrícola e se localizava, em toda a sua extensão, sobre uma planície em leve declive. O lugarejo era dividido pelo Banna, um pequeno afluente do Pó, e pelo rio Tepice, que delimitavam a parte central da cidade, onde se encontravam a paróquia e os castelos dos Tana e dos Benso, as principais famílias de senhores feudais do local, durante o século XVII. Uma série de pequenos currais e castelos estava espalhada em forma de arco em volta da aldeia: Ponticelli em direção a Cambiano, San Salva e Tetti Girò em direção a Villastellone.

Não é fácil determinar quantos fossem os habitantes: a paróquia não conserva registros de suas almas e os documentos fiscais e militares são repletos de lacunas. Somente duas avaliações estão disponíveis em relação a todo o século.

Em 20 de agosto de 1629, o corregedor Filippo Vernoni, por ordem do juiz de Chieri, recolhe de casa em casa os jarros com grãos a serem moídos, logicamente entre as famílias que deviam pagar imposto para moerem estes grãos.[2] Não estavam incluídos, portanto, aqueles que ainda não tinham sete anos de idade. Contavam-se, assim, sessenta famílias, em seis das quais era uma mulher que chefiava a casa. Só um grupo doméstico foi indicado como miserável. Estavam, talvez, excluídos os

imigrantes e as famílias dos nobres residentes e dos eclesiásticos. A tabela 1 mostra a distribuição segundo as dimensões.

Tabela 1 — População de Santena segundo o levantamento de 1629

Componentes	Famílias	Total de pessoas
1	7	7
2	13	26
3	16	48
4	13	52
5	4	20
6	3	18
7	2	14
8	—	—
9	1	9
10	1	10
Total	60	204

Este é um dado pouco indicativo, devido à incerteza das fronteiras de uma comunidade sem uma autonomia administrativa definida, e se torna impossível estabelecer quais foram as famílias e os indivíduos que entraram no cálculo. Além disto, este levantamento foi feito poucos meses antes da peste e, embora a epidemia não tenha sido particularmente forte em Santena as mortes e transferências devem ter tido seu peso, dada a proximidade de Moncalieri e Chieri, locais onde a mortalidade foi bem alta.

Entretanto, durante muito tempo não houve outro dado disponível. Na verdade, os dados só voltaram a aparecer depois de trinta anos, quando, em 31 de janeiro de 1661 e 24 de julho de 1662, duas ordens ducais encomendaram o levantamento das pessoas de todas as comunidades da província de Chieri, para que fosse restaurado o moinho. Eram 77 comunidades, dentre as quais estava Santena. Ao que tudo indica, os pesquisadores não encontraram obstáculos, já que de cada lugarejo houve um número preciso de pessoas e animais. Mas, justamente em Santena, eles não conseguiram executar a ordem do duque e escreveram em seu caderno: "Os habitantes de Santena, embora citados e intimados, não quiseram comparecer."[3] Este foi um episódio do conflito aberto entre a aldeia e a cidade de Chieri e entre os feudatários e o Estado; um assunto sobre o qual terei que voltar a falar. Por enquanto, é suficiente dizer que os zelosos funcionários encarregados desse levantamento encontraram uma resistência provavelmente violenta e tiveram que recorrer a meios indiretos para calcular a população de Santena, dando finalmente (em 1663) uma estimativa, "servindo-se dos cadastros e anotações dos lugarejos de Cambiano e Villastellone, próximos de Santena". Feita a comparação com levantamentos precedentes (talvez exatamente os de 1629), eles concluíram que o número de pessoas acima dos sete anos era de 338, distribuídas em 82 famílias. Todavia, talvez o despeito os tenha levado a uma avaliação punitiva, que calculava um aumento de mais de 35% dos indivíduos e famílias durante um período de trinta anos e uma composição média de 3,4 a 4,2 pessoas por família, após um período muito difícil para todo o Piemonte. De qualquer forma, não devia ser fácil contar os habitantes de Santena. O arcebispo de Turim, Michele Beggiamo, tinha feito uma visita pastoral àquela paróquia naquele mesmo ano, 1663, mas não encontrou registros do número de pessoas que comungavam, ao contrário do que havia ocorrido em muitas outras paróquias nas vizinhanças.[4]

Tampouco são mais úteis os dados sobre o movimento da população: os registros paroquiais[5] a respeito são mal conservados e começam tarde. Os casamentos entre 1660 e 1671 foram, em média, seis por ano e em muito menor número entre 1693 e 1701 (depois de uma lacuna nos registros entre 1672 e 1692). Os mortos foram registrados por Giovan Battista Chiesa em meio a uma total desordem e não oferecem, portanto, qualquer garantia de exatidão: entre 1689 e 1700, durante um período de mortalidade particularmente alta, a média é de 34,1 mortos por ano. Não há registros de batismos. Enfim, não parece haver correspondência entre a dimensão administrativa de Santena e a área coberta pela paróquia, já que, ao que tudo indica, no fim do século, os

paroquianos eram pouco menos de mil, segundo as taxas de matrimônios e mortalidade calculadas para outras zonas do Piemonte.

Em 1728, durante a sua visita pastoral, o arcebispo Francesco Arborio di Gattinara confirmará as vastas dimensões da paróquia, avaliando-a em 1.600 almas, das quais mil comungavam.[6] Todavia, também este dado é, evidentemente, uma avaliação grosseira fornecida pelo pároco da época, e parece pouco provável um número tão alto (37,5%) de pessoas que ainda não comungavam. Entretanto, essa fluidez de Santena, a incerteza sobre sua verdadeira dimensão, a escassez e imprecisão dos dados estão bem de acordo com as características políticas e jurisdicionais deste lugarejo e aparecerão em primeiro plano ao longo dos acontecimentos aqui narrados. Por enquanto, o que podemos concluir é que esta parte rural do território de Chieri apresentava uma intensa tendência ao crescimento se comparada a um profundo declínio da população urbana durante todo o século XVII e grande parte do XVIII. Este fato é conseqüência da crise da produção de algodão, que, a esta altura, tendia a se difundir pelos campos, rompendo os vínculos corporativos que a tinham mantido nas cidades até a metade do século XVII.[7]

3. As terras de Santena não eram das melhores. Embora em planície, na avaliação preparatória do cadastro de 1701, elas foram consideradas, em grande parte, terras aráveis de quarta categoria.[8] Os melhores terrenos estavam nas mãos dos senhores feudais ou compunham parte do patrimônio eclesiástico e eram o único tipo de propriedade organizado em amplos assentamentos policulturais, administrados sob a forma de culturas de parceria. Eram poucos os prados, e os habitantes de Santena os possuíam, em sua maior parte, no território da comunidade de Cambiano ou na direção de Villastellone. Havia pastos relativamente grandes apenas em Broglia e Broglietta, e eles eram anualmente alugados a pastores de Entracque que ali passavam todo o inverno. Os vinhedos estavam no território de Chieri, nos declives das colinas, e as filas de videiras se alternavam àquelas plantadas havia pouco nos *alteni*, formando uma paisagem tipicamente agrária do Piemonte do Antigo Regime.[9] As nozes

para óleos, as macieiras, as amoreiras para a criação, já muito difundida, dos gusanos e os carvalhos cujos ramos eram usados como madeira para o trabalho, muito mais do que para o aquecimento, assinalavam as fronteiras dos pedaços de terrenos e das propriedades. O horto e as plantações têxteis estavam incluídos na aldeia em parcelas muito pequenas e bem disputadas. Em relação aos bosques para o cultivo dos vinhedos e para a madeira para o fogo e a construção, muitos habitantes de Santena possuíam pequenos lotes no território de Villastellone, que, em geral, eram indivisíveis no âmbito de várias famílias da mesma estirpe.

É muito difícil reconstruir a propriedade de cada um, já que eram registradas em cadastros numerosos e heterogêneos de comunidades diferentes e lavrados separadamente ao longo do século XVII. De qualquer forma, o resultado teria sido uma polarização de grandes terrenos pontilhados de pequenas propriedades fragmentadas. Entre as grandes terras dos nobres e das pessoas importantes e as terras para subsistência dos camponeses não existia uma propriedade intermediária nem em termos de extensão nem no que concerne à qualidade e, por esta razão, se verificava — como veremos — uma espécie de ausência de comunicação comercial entre os dois setores, o que tornava estas terras objeto de lógicas diversas na troca, quase como se fossem bens completamente diferentes. No território de Santena, em 1682, os Benso possuíam 337 *giornate*; os vários ramos da família Tana, 285; os Broglia, 240; os Simeone, 90; os Birago di Roaschia, 114; os Robbio, 127; os Fontanella, 80; os priores e a paróquia de Santena mais de 100. Somente três proprietários não-nobres superavam as 30 *giornate* (mas não 50) e menos de dez tinham mais de 12 *giornate*, ou seja, mais de quatro hectares.[10]

Do ponto de vista da estratificação social, esta situação da propriedade da terra não nos oferece um quadro suficiente porque o grupo mais numeroso dos agricultores ricos era formado não por proprietários, e sim por arrendatários de Santena ou de outros lugarejos próximos, que administravam sítios de 20 a 30 *giornate* por família, recebidos em regime de colônias pelos nobres proprietários. Ao lado deles se encontravam, nos vértices da comunidade, agentes e intendentes que se ocupa

vam da administração direta dos bens feudais, onde os proprietários raramente residiam.

Abaixo dos proprietários mais ricos e dos arrendatários encontrava-se uma multidão de camponeses pobres, que, para sobreviver, tinham que integrar seu plantio para a subsistência com outras atividades bem diferentes. Eram empregados no trabalho agrícola temporário, durante os momentos de pico (no plantio ou na colheita), ou se dedicavam a atividades do setor têxtil (criação de bichos-da-seda, fiação da seda e do algodão) ou, ainda, à pesca no Pó, no Banna ou nos viveiros que estavam espalhados por todo o território.

4. O discurso sobre a estratificação social não pode, portanto, ficar limitado às dimensões das propriedades e nos conduz à compreensão de estratégias familiares complexas, sobre as quais funcionavam mecanismos fatais, que filtravam o sucesso e o insucesso, a sobrevivência e o desaparecimento. Como em qualquer sociedade, a definição ambígua das instituições nos leva à análise de seu funcionamento real e ao exame concreto dos comportamentos. Do lado oposto, a rede formal das relações de consangüinidade ou de aliança tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico. Era esta estratégia que predominava nos cálculos cotidianos que os camponeses pobres do século XVII deviam fazer para organizar o presente e o futuro, em uma sociedade continuamente ameaçada pela fome e pelo cansaço. Somente de forma confusa podemos dar a devida importância ao peso, que para nós hoje é atenuado, dos mecanismos de relação através dos quais passava tanto a vida quanto a morte: como sobreviverá um velho que não é mais capaz de trabalhar ou um camponês em um ano sem colheitas? As estruturas familiares, os mecanismos protetores da caridade e da clientela e uma certa rede de amizades, vínculos e proteções deviam preencher um quadro que os cálculos estritamente econômicos representavam apenas de maneira parcial e distorcida. Desta forma, torna-se difícil evitar a impressão que muitas das colocações concernentes

à estratificação social jamais foram formalizadas e que a base do sentimento de identidade pessoal da psicologia de um camponês miserável eram as seguranças emocionais que passaram ao largo da documentação que chegou até nós. Tais seguranças transparecem em imagens de solidariedade e de proteção, em relações de reciprocidade generalizada e em linhas verticais de dependência.

Todavia, é igualmente inegável que existe, por parte dos historiadores, uma tendência quase instintiva a procurar seguranças demonstrativas em dados quantitativos, em tipologias e em modelos formais simplificados que comparam situações longínquas através de semelhanças ou diferenças cujas causas permanecem fugazes. A vida cotidiana do passado e os comportamentos individuais das massas pobres ou marginalizadas pela sociedade institucionalizada deixaram vestígios que podem se revelar desviantes. Estes vestígios documentados, lidos por funcionários que vinham de fora, contados por motivos de controle e avaliados monetária ou fiscalmente em um mundo que vivia o mercado como fato parcial, e era regulado nos comportamentos sexuais e afetivos pelas autoridades religiosas, que propunham um modelo que corrigisse modos de vida condenados como pagãos e imorais, apresentaram, desde suas origens, uma parcialidade etnocêntrica que levou os historiadores de hoje a seguirem a trilha fácil das explicações simplistas e das causas únicas. E é um fato inegável que a pedra fundamental sobre a qual se construiu o debate histórico atual teve que ser, freqüentemente, baseada em uma esquematização simplificadora. Um exemplo disto é a discussão sobre a família e a sua história. De um lado, existe a hipótese de que a família tendeu a perder gradualmente diversas de suas funções, que foram entregues a instituições externas, para que se especializassem, sempre mais, nos afetos com uma conseqüente mudança de estrutura da ampla família patriarcal para a família nuclear, que surgiu após a industrialização. Do outro lado, encontra-se a suposição de que a família nuclear sempre dominou a Europa, ainda que sob modelos diversos. Durante mais de dez anos de discussão sobre a história da família, construiu-se um desenho fechado que se limitou a definições funcionais e estruturais sem que se encontrassem explicações menos mecânicas do

que as regras que diferenciavam as características de cada tipo e as suas transformações.[11]

Neste capítulo terei que me afastar destes modelos que fornecem muitas explicações mas que soam de forma um pouco anacrônica quanto à escolha do que é relevante. Na verdade, tudo gira em torno a uma simplificação: uma definição de família como unidade de residência ou como um agrupamento ao redor do fogo para cozinhar. Evidentemente, trata-se de uma definição forte já que as determinações fiscais e os estados das almas a usaram em seus levantamentos. Os controles estatais e religiosos passam pelas estreitas faixas obrigatórias de um monolitismo físico que são as mesmas que consentem verificações para além dos meticulosos estratagemas defensivos utilizados exatamente para escapar a estes controles. Entretanto, as respostas, ainda que ricas, que conseguimos por estas vias, as tipologias por área geográfica e a história das transformações e difusões podem, realmente, satisfazer todas as nossas dúvidas?

Nem mesmo as políticas dotais ou hereditárias resolvem o problema dos contextos nos quais uma estratégia familiar se desenvolve. Escapam à nossa apreensão as redes mais complexas de sustentação material e psicológica, afetiva e política que, freqüentemente, vão além do restrito núcleo co-residente.

Ao contrário, podemos supor que grande parte das transformações reais não deva ser procurada na estrutura interna da família, difusa ou nuclear, que permaneceu formalmente igual, ao longo dos séculos, como que indiferente às profundas transformações econômicas, políticas e religiosas. Tais transformações devem ser buscadas no campo menos homogêneo e institucionalizado das relações externas entre núcleos estruturados. Em outras palavras, devemos observar as formas de solidariedade e cooperação seletiva adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento, ou seja, as amplas fontes de favores, dados ou esperados, através dos quais passam informações e trocas, reciprocidades e proteções.

A análise das estratégias das famílias de Santena será buscada, portanto, em um contexto que vai além da unidade de residência. Falaremos de família no sentido de grupos não-co-residentes mas interligados por vínculos de parentela consangüínea ou por alianças e relações fictícias

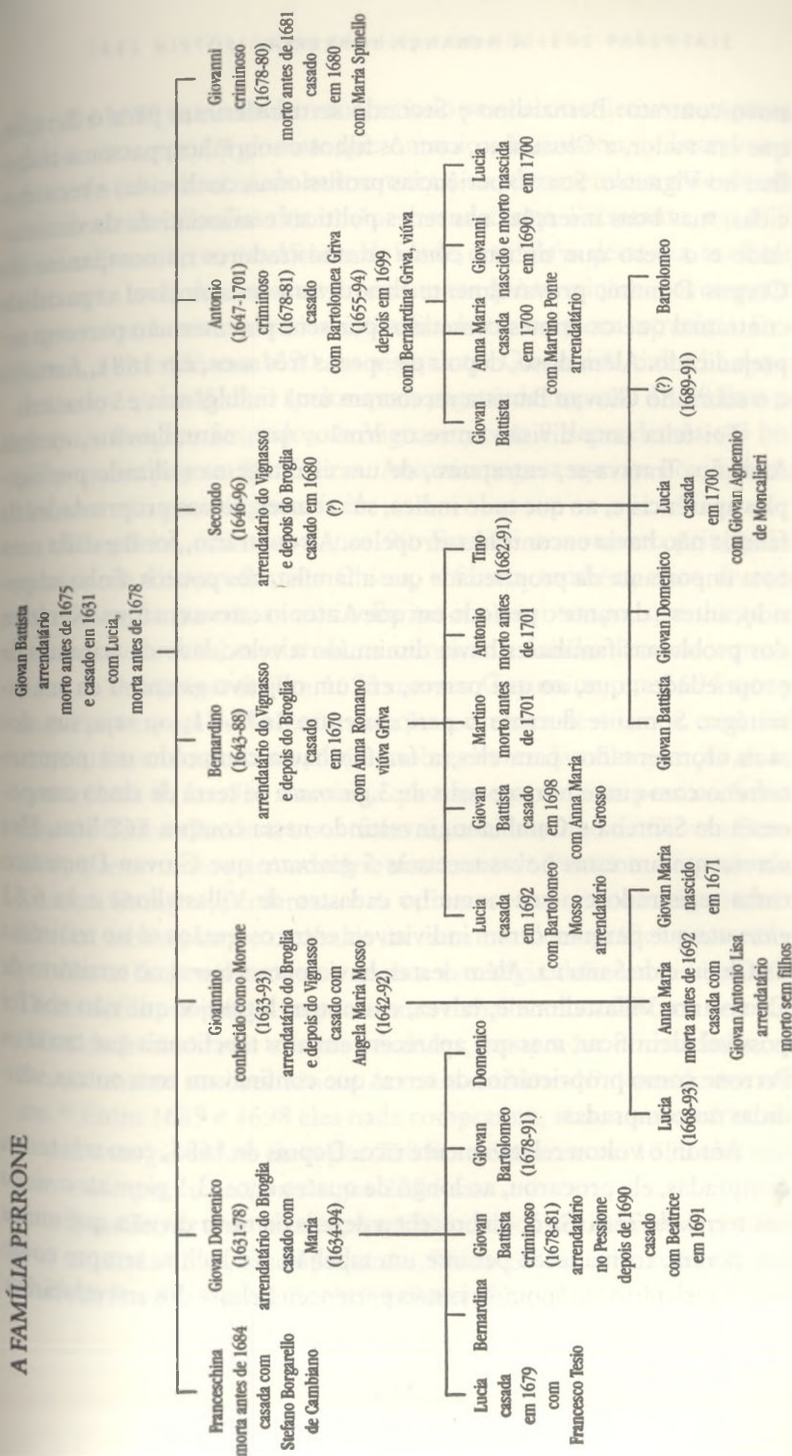
que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime, como cunhas estruturadas que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social, mesmo no contexto de uma pequena aldeia.

As histórias de família que serão narradas aqui e que estão baseadas, quase que exclusivamente, em atos tabelionais, não devem ser vistas como a reconstrução de situações típicas, mas servem para ressaltar os elementos constitutivos de um modelo. Neste sentido examinaremos três histórias de arrendatários que formavam, como veremos, o grupo social no qual os fatos estratégicos se realizavam de forma mais simples e bem acabada e serviam de base ao comportamento e ao sistema de valores de todos os habitantes de Santena do fim do século XVII. A realização deste modelo, de forma mais ou menos ampla, com suas variações e com certa flexibilidade quanto às possibilidades de escolha, determinou a diversidade em outros estratos e grupos sociais. Ele não parece contradizer, em linhas gerais, uma forte e difundida coerência ideológica em relação às regras da ação social das famílias que viviam sob o regime de parceria. A sua base era a procura de segurança, na qual a conservação de um *status* era a sua transmissão de geração em geração. Não se tratava tanto de um objetivo, e sim de um vínculo preliminar de comportamentos que tentavam melhorar o controle sobre o ambiente social e natural.

5. Giovan Battista Perrone se casou com Lucia logo após a peste de 1630. Eles tiveram muitos filhos mas as notícias que chegaram até nós se referem apenas aos sete que morreram depois de seus pais: Franceschina e seis meninos. Giovan Battista morreu ainda jovem e provavelmente (mas não encontrei o seu testamento) estabeleceu como condição para a sua herança que os filhos permanecessem unidos sob o controle do primogênito, Giovan Domenico, que nasceu em 1631 e que foi aceito como uma autoridade indiscutível entre os irmãos "por ele ter sido", dirá Secondo, o quarto filho, em um documento tabelional, "um verdadeiro pai".[12] Entretanto, do ponto de vista patrimonial, permanecer unido não significava viver sob o mesmo teto, como se verá em relação a este e a

outros casos de famílias de arrendatários da nossa região. Na verdade, a força da estratégia econômica deste grupo consangüíneo estava exatamente na separação das residências e na unidade dos negócios. E, de fato, eles foram arrendatários de duas terras diferentes. Secondo e Bernardino cuidavam do "Vignasso" do marquês Balbiano, no qual já havia sido arrendatário seu pai, enquanto Giovan Domenico e Gioannino cuidavam do "Broglia" (nome do proprietário das terras), cujo contrato havia sido feito quando seu pai ainda estava vivo. Os outros dois irmãos, Antonio e Giovanni, que tinham pouco mais de 30 em 1678, eram perseguidos pela justiça criminal, juntamente com o sobrinho Giovan Battista. Eles devem ter cometido uma violência grave sobre a qual não possuímos uma documentação judiciária, mas que sabemos que os tinha "desgraçado aos olhos do príncipe".[13] Por esta razão, foram excluídos da propriedade comunal para evitar um seqüestro, comum nestes casos, que danificasse o patrimônio indivisível de todo o grupo. Eles viveram, assim, como salteadores, provavelmente fora da comarca, onde Giovanni, que nesta época casou-se com Maria Spinello, morreu.

O ano de 1678 constituiu-se em um período extraordinariamente difícil para a família, não apenas por este, mas também por outros acontecimentos. No dia 14 de novembro Giovan Domenico morreu repentinamente (segundo os registros paroquiais) com apenas 47 anos. Ele teve tempo somente para organizar tudo de modo que os bens não corressem o risco de seqüestro e provavelmente ele também deve ter pensado em como ajudar o filho e os irmãos em sua vida vadia. Ele havia feito um testamento, no qual proibia expressamente os filhos de se dividirem antes de completarem 22 anos. Quem fosse embora antes seria excluído da herança. Tratava-se de três meninos e duas meninas que ficaram sob a tutela do tio Gioannino, que se tornou o novo chefe da família.

Aquele ano, portanto, foi um difícil momento de mudança na história da família. A morte de um homem não pôde ser contrabalançada pelos outros membros da família que vinham sendo perseguidos pela justiça, nem pôde ser superada pela contratação de um servo. Por esta razão, eles entraram em acordo com os proprietários para criarem um

novo contrato: Bernardino e Secondo se transferiram para o Broglia, que era maior, e Gioannino, com os filhos e sobrinhos, passou a trabalhar no Vignasso. Suas experiências profissionais conhecidas e reconhecidas, suas boas inserções nas redes políticas e associativas da comunidade e o peso que tinham como administradores na companhia do Corpus Domini, provavelmente lhes deram uma notável capacidade contratual que os crimes cometidos por seus parentes não parecem ter prejudicado. Além disso, depois de apenas três anos, em 1681, Antonio e o sobrinho Giovan Battista receberam uma indulgência e voltaram.

Foi feita uma divisão entre os irmãos que, naturalmente, excluía Antonio. Tratava-se, entretanto, de um estratagema utilizado por simples aparência e, ao que tudo indica, sua reinserção nas propriedades da família não havia encontrado atropelos. Ao contrário, foi-lhe dada uma cota importante da propriedade que a família, aos poucos, tinha adquirido, antes e durante o período em que Antonio esteve em fuga. Nenhum dos problemas familiares havia diminuído a velocidade de acúmulo de propriedades, que, ao que parece, era um objetivo essencial da sua estratégia. Somente durante o período entre 1675-81, ou seja, um dos mais atormentados para eles, a família havia comprado um pequeno terreno com eira e horto e mais de 3 *giornate* de terra de cinco camponeses de Santena e Cambiano, investindo nessa compra 868 liras. Eles acrescentaram estas novas terras às 5 *giornate* que Giovan Domenico tinha registrado em seu nome no cadastro de Villastellone e às 6,62 *giornate* que permaneceram indivisíveis entre os irmãos só no território de Chieri e de Santena. Além destas, havia outras terras no território de Cambiano, Villastellone e, talvez, em outros lugarejos que não nos foi possível identificar, mas que aparecem em atos tabelionais que citam os Perrone como proprietários de terras que confinavam com outras, vendidas ou compradas.

Antonio voltou relativamente rico. Depois de 1685, com três terras compradas, ele procurou, ao longo de quatro anos, 3,5 *giornate* e viveu nas terras de Tetti Girò, que recebeu depois da nova divisão que nunca foi, porém, formalizada perante um tabelião. Trabalhou sempre como um proprietário autônomo e jamais pertenceu à classe dos arrendatários.

Até 1689 os irmãos Perrone, a título pessoal ou coletivo, compraram pelo menos, mais 9 *giornate* que Antonio administrou, utilizando a reserva de mão-de-obra de outras terras, ou absorvendo a mão-de-obra excedente das famílias dos irmãos arrendatários. Entretanto, em 1688, Bernardino morreu aos 45 anos de idade, e, também desta vez, se efetuou uma nova troca das terras no momento em que terminaram os contratos, o que colocou em evidência a estrutura desta complexa estratégia. Desta forma, a situação em 1690 era a seguinte: Gioannino tinha 11 dependentes e 2 pares de bois (pelos quais pagava de imposto 48.10 liras por ano) no Broglia; Secondo, no Vignasso, com 8 dependentes e 3 bois, pelos quais pagava 30.10 liras. Antonio pagava apenas por 3 dependentes e não possuía animais.[14]

Chegamos, assim, aos anos 90. Este foi o momento principal da história de Giovan Battista Chiesa, e foram, também, anos de crises dramáticas: a guerra, as más colheitas e o mau tempo, que durou seis anos consecutivos, assolaram os campos. A família Perrone correu o risco de desagregar-se. Em 1693 morreu Gioannino; em 1694 morreu de parto a esposa de Antonio, com pouco menos de 40 anos, e em 1696 morreu Secondo. Antonio, último sobrevivente da velha geração, se tornou o chefe da família, mas tinha que alimentar muitas pessoas. Salvo o caso de Giovan Battista, o sobrinho mais velho, filho de Giovan Domenico, que se tornou arrendatário nas terras de Pessione, do general de finanças Garagno, perderam-se os velhos contratos de arrendamento da família, talvez porque os abalos na estrutura demográfica tivessem superado os limites dentro dos quais a estratégia delineada era possível. Todos os filhos e sobrinhos passaram a trabalhar no cultivo e a viver com dificuldade nas terras em propriedades, compradas ou herdadas, que lhes garantiam a sobrevivência. Antonio declarou 10 dependentes adultos.[15] Entre 1689 e 1698 eles nada compraram, mas, ao contrário, venderam uma *giornata* e meia por 250 liras. Somente em 1700 eles voltaram a comprar uma *gionata* por 220 liras.

Quando Antonio morreu, em 1701, deixou seis sobrinhos já adultos e os seus três filhos, ainda pequenos, foram postos sob a tutela do novo chefe da família, Giovan Battista, o mais velho dos sobrinhos e que, nesta

época, tinha voltado a ser arrendatário. A família entrou, portanto, no novo século insistindo na relação sem fraturas entre propriedade da terra e arrendamento e preparava a nova geração para a manutenção da estratégia que os havia permitido superar a difícil década precedente.

Estes foram os acontecimentos em seu desenvolvimento cronológico. Reconstruir uma história de família com base em documentos pouco discursivos, como compras, vendas e testamentos, exerce um fascínio semelhante ao de um quebra-cabeça. As coerências e os encaixes, que aos poucos vão sendo encontrados, causam uma satisfação que talvez não seja automaticamente transmitida ao leitor. De qualquer forma, graças a estes pequenos acontecimentos familiares, é possível observar aspectos relevantes da lógica social que operou sob o Antigo Regime.

A dificuldade em generalizar tipologias comportamentais, do tipo das que foram aqui descritas, deriva exatamente do fato de que as formas concretas e atuantes de organização não são pré-constituídas para além do esquema geral do pensamento que delimita as expectativas e os objetivos. Trata-se de formas relativamente elásticas que se adaptam às situações que os ciclos de vida, os acontecimentos políticos ou econômicos externos e os incidentes mais inesperados podem, aos poucos, criar. Esta sociedade, como qualquer outra, é composta por indivíduos conscientes da margem de imprevisibilidade que organiza cada comportamento. Esta incerteza não deriva apenas da dificuldade em prever o futuro mas, também, da consciência de que dispõe de informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual se deve agir. Tal sociedade não era, todavia, paralisada pela insegurança, hostil a qualquer risco, passiva ou enraizada sobre fatores imóveis de autoproteção. O aprimoramento da previsibilidade para aumentar a segurança foi um motor potente de inovação técnica, psicológica e social e as estratégias nas relações, sobre as quais os Perrone fornecem um exemplo, foram parte das técnicas de controle do ambiente.[16]

O homem que toma decisões com uma função de utilidade bem definida faz suas escolhas no interior de um conjunto também definido de alternativas e dispõe de uma imagem sólida da distribuição das probabilidades em cada conjunto de eventos futuros, maximizando os valores esperados e também, em larga medida, uma certa ficção teórica mesmo nos casos de sociedades contemporâneas. É, porém, essa imagem de um homem absolutamente racional, psicologicamente uniforme, disposto ao máximo esforço, sem momentos de indiferença quanto aos estímulos econômicos, perfeitamente informado sobre os dados que são necessários a sua ação e sem vínculos sociais e de memória que criou a imagem etnocêntrica oposta, que caracteriza o camponês do Antigo Regime como um indivíduo sujeito aos arbítrios dos elementos da tradição, da incerteza e, portanto, incapaz de um comportamento ativo e estratégico. É como se não pudesse existir nada que estivesse entre a razão, assim entendida, e a total passividade animal. A própria redação da história da família como história *interna* da família é conseqüência desta imagem do homem do Antigo Regime — e especialmente do camponês — completamente manobrado pela natureza e pelas instituições: "Uma aldeia", dizia Turgot, "é um aglomerado de cabanas e de habitantes tão passivos quanto elas."[17]

O mundo mental no qual teve lugar a pregação de Chiesa era o de uma sociedade à procura de segurança. A melhoria econômica era um objetivo subordinado à ampliação e confirmação das relações sociais sobre as quais se fundavam as necessidades de subsistência. Foi dentro deste contexto que as formas de associação entre famílias se tornaram significativas como um dos elementos estratégicos para a criação de uma certa segurança. As relações eram evidentemente provenientes da consangüinidade e das alianças. Entretanto, esta foi apenas a via principal que pôde ser ampliada ou reduzida e na qual se pode escolher e criar hierarquias. Na medida em que foi a própria incerteza a dar lugar à criação de normas que tornassem previsível o comportamento de cada indivíduo para todos os outros, foi a mesma dificuldade de previsão que fez com que estas normas fossem elásticas e ambíguas de forma a consentirem uma contínua adaptação.

Neste sentido, podemos chamar a atenção para algumas características gerais que parecem relevantes no caso dos irmãos Perrone. Antes de mais nada, uma forte endogamia de classe, já que as alianças construídas ou reiteradas se referem especialmente a outras famílias de arrendatários

daquela zona, particularmente os Lisa e os Mosso. As explicações a respeito podem correr o risco de ser puramente mecânicas. Os arrendatários viviam em suas terras, fora, portanto, da vida do vilarejo no qual residiam os pequenos proprietários, o que criava uma certa solidariedade de grupo entre as terras vizinhas, freqüentemente habitadas por várias famílias de colonos e agrupadas ao redor de um terreno comum. Mas a rivalidade pelos contratos e o jogo complexo entre propriedade de família e aquisição de uma terra em colonato contrastariam uma leitura assim tão linear, se não acrescentássemos a questão do prestígio social, que fazia parecer uma queda de *status* o parentesco com pequenos proprietários, sempre a meio caminho entre o autoconsumo e o trabalho assalariado, entre a sobrevivência e a fome, quando não conseguiam ou não queriam adquirir terras como colonos para diversificar a própria atividade. De qualquer forma, a homogeneidade entre os arrendatários era um dado de fato: pelas condições, pela cultura, por pertencerem à companhia Corpus Domini, pela mesma técnica agrária utilizada, diferente, em suas dimensões, daquela da terra em propriedade pelo mesmo tipo perfeito de lavoura múltipla e pela presença de instrumentos de trabalho e animais de melhor qualidade. Enfim, este grupo se definia mais pelo contrato de colonato do que pela propriedade, criando assim uma área bastante impermeável às alianças exogâmicas.

A exclusão das mulheres do processo de heranças era muito nítida. Não apenas as mulheres não possuíam a terra como herança ou dote, como também os dotes recebidos e pagos não parecem ser, no interior deste grupo, de forma alguma, compatíveis com os níveis de riqueza. Eles variavam entre 100 e 200 liras.

Este fato não contrasta com o papel relativamente forte da mulher na família, enquanto garantidora da continuidade de um núcleo no interior de uma estirpe. A viúva do chefe da família permanecia sempre usufrutuária, juntamente com os filhos, da herança do marido, além de lhe ser garantida em testamento uma rica alimentação. Além disto, ela participava da tutela dos filhos menores ao lado do cunhado que assumia o papel de chefe da família, ao contrário do que acontecia nas famílias

dos pequenos proprietários, nas quais a regra era a existência de um tutor único e de sexo masculino.

O prestígio dos arrendatários perante a comunidade era bem alto. Muito embora todos os Perrone fossem analfabetos, possuíam o título de *senhor* à frente do nome, nos documentos públicos que a eles se referiam (os camponeses não possuíam títulos de nenhum tipo a não ser que fossem proprietários de terras relativamente amplas). Além do aumento do dote que o marido oferecia à esposa no momento do contrato nupcial, como era a regra em Chieri, ser de um quarto do total do dote e nunca inferior, como acontecia entre os camponeses, os presentes de núpcias eram realmente imponentes. Nesta zona, as *benisaglie* se juntavam ao dote da noiva documentando, de certa forma, a estima e o peso das relações de amizade e clientela que caracterizavam aquela determinada família: no caso das mulheres da família Perrone estes presentes superavam, quase sempre, as 50 liras. Já falamos aqui que eles pertenciam, todos, à companhia Corpus Domini. Os dois irmãos mais velhos exerceram, várias vezes, o cargo de administradores na companhia, e isto aconteceu exatamente no momento em que eles foram, também, os chefes da família. Após a morte, foram enterrados no mesmo mausoléu de seus confrades.

Duas considerações gerais ainda devem ser feitas. Em primeiro lugar, embora não tenhamos dados sobre as dimensões exatas de todas as terras em arrendamento, na totalidade dos casos conhecidos, sua extensão é bem maior do que a das terras em propriedade de qualquer família camponesa da comunidade. E esta é uma dimensão bem rígida, porque o próprio sistema do colonato previa um equilíbrio, difícil de ser alterado, entre as várias culturas (aratório, videira, prado, bosque e horto) de forma a consentir, sob a ótica do proprietário, a melhor utilização possível da força de trabalho, sem que a parte em colonato tivesse que garantir a subsistência de muitos e de modo que a parte sob domínio fosse a maior possível. Ao contrário de outras situações, neste caso, a permanência da família sobre as mesmas terras parece bem longa — mais de trinta anos no caso do chefe da estirpe Perrone e de seu filho Giovan Domenico. Este é um fato confirmado, também, por outras famílias de

arrendatários de Santena, mas não era uma regra geral. Encontramos, às vezes, deslocamentos de famílias inteiras ou de indivíduos entre terras, até mesmo de diferentes proprietários. Eles acompanhavam a força de trabalho distribuída em relação às dimensões das terras, que permaneceram o elemento menos elástico. O poder contratual geralmente parece tomar o partido dos camponeses, baseado em elementos de relação e de qualificação profissional difíceis de serem convertidos em um modelo quantificado. Entretanto, a raiz de toda esta situação parece assentar-se sobre uma forte cooperação interna entre núcleos não-co-residentes e rigidamente governados por um único chefe de família, que movia estrategicamente uma massa de pessoas freqüentemente de mais de 20 a 30 adultos. Eles se deslocavam de terra em terra e entre famílias co-residentes, garantindo, porém, ao proprietário uma fonte continuamente renovada de mão-de-obra e de instrumentos de trabalho, de conhecimentos técnicos e fidelidade política, de disciplina e de estabilidade. Não nos foi possível captar o que pensavam os proprietários e seus agentes. Todavia, podemos imaginar que houvesse um interesse recíproco e sólido na utilização deste mecanismo elástico e eficiente.

Para os Perrone a posse da terra teve um papel fundamental não só durante a crise dos anos 90, mas, em geral, ao longo de todo o complexo ciclo de vida deste grupo de irmãos. Ela foi importante, por exemplo, no momento da perseguição da justiça, como no caso de Antonio, ou diante da morte precoce dos homens adultos ou quando havia um excesso de filhos e sobrinhos a serem sustentados, durante as fases fisiologicamente difíceis do ciclo demográfico normal ou ainda diante dos problemas que surgiam no momento da renovação de um contrato de arrendamento. A terra em propriedade era um refúgio que tornava possível, e ao mesmo tempo necessária, a colaboração entre núcleos conjugais de irmãos. A plasticidade que foi dada a este tipo de organização econômica garantiu uma produção de renda relativamente mais uniforme e uma solidez permanente sobre a qual basear a subsistência de todo o grupo.

Como veremos, este é um modelo difundido entre todas as famílias de arrendatários daquela região, ainda que os Perrone tenham constituído um caso, de certa forma, exemplar.

Aqui, a grande propriedade não impedia a participação dos arrendatários no mercado da terra, mesmo que de uma terra fragmentada. Nesta zona a desapropriação não era rígida como em outras áreas sob o regime do colonato e também não era comum a transferência de famílias. Além disto, nesta região havia outros elementos que contribuíam para o favorecimento da força contratual dos arrendatários, tornando-a maior do que a das áreas onde a concorrência entre os proprietários para garantir um arrendatário capaz constituía a única e fraca arma contratual nas mãos dos camponeses.[18]

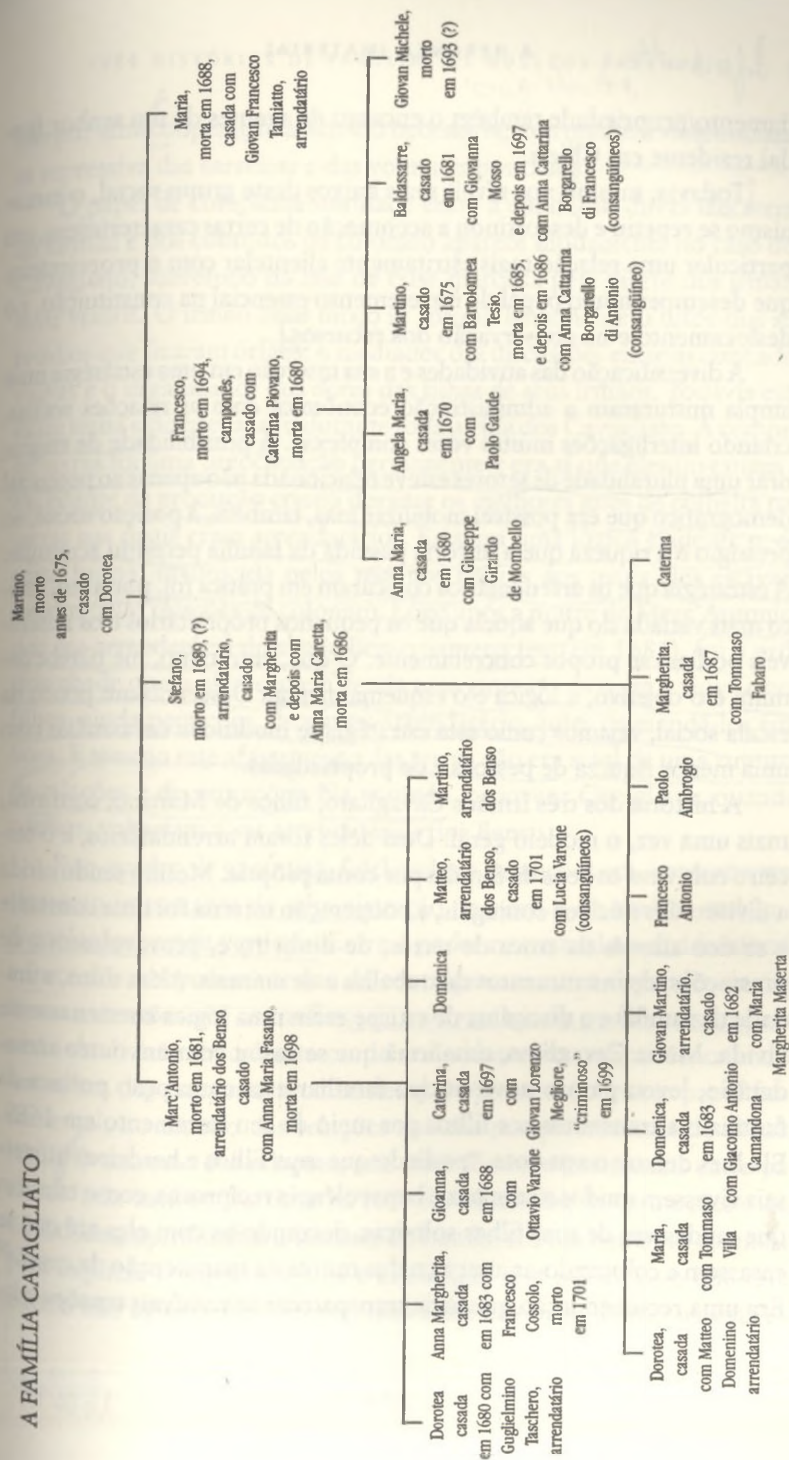
No Piemonte e em outras áreas da Itália norte-ocidental o colonato teve um destino diferente, tendo sido, desde o século XVIII, freqüentemente substituído por formas de administração assalariada, talvez como uma conseqüência importante desta diversidade nas relações de força. Era exatamente esta elasticidade do sistema em relação aos camponeses que impedia que os proprietários encontrassem soluções que dessem um resultado economicamente mais vantajoso, dentro dos vínculos jurídicos do uso consolidado das relações clientelares. Além das formas muito semelhantes, das cláusulas contratuais nos acordos de colonato, também o contexto específico me parece contribuir para a explicação da relativa velocidade com a qual o arrendamento desapareceu nesta área e, talvez, em toda a Itália setentrional, em relação à longa permanência que apresentou nas regiões centrais da península. Assim sendo, foi a força dos camponeses, mais do que a sua fraqueza, a condenar o arrendamento e a estimular soluções de tipo capitalista.[19]

Voltamos, portanto, ao ponto de partida. A longa discussão sobre a família como unidade de residência deixou em aberto um vasto campo de pesquisas, sociologicamente muito relevantes, constituído pelas estratégias em jogo na cooperação entre vários núcleos, como aparece nos diversos "escritos" que as tratam em separado. A meu ver, uma série de perguntas sobre a evolução da família nos tempos modernos deveria se voltar nesta direção. A separação da família co-residente é, talvez, uma tendência crescente, ao longo deste período, ainda que a forma familiar, aparentemente predominante, não mudasse. Modos diversos de produção e a organização pública da assistência social para os indivíduos excluídos da atividade pro-

dutiva, mais do que modificar a estrutura dos núcleos familiares, restringiram o significado das complexas estratégias de aliança e de sustentação. A hierarquização das estruturas e a subordinação das decisões a uma política de grupo perderam progressivamente sua importância e se tornaram difíceis de ser suportadas do ponto de vista individual, fazendo com que fossem moral e psicologicamente inaceitáveis.

A história da família deve ser, portanto, contextualizada. A família isolada nos dá informações, não raro, desviantes, até porque nos leva a supor uma igualdade de condições entre pares, o que não é confirmado quando nos colocamos no âmbito de um quadro mais complexo. De fato, a família, entendida como um conjunto de parentes e aliados, não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de deveres e direitos iguais, e sim como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso. No contexto da autoridade reconhecida de um chefe de família, escolhido por ancianidade ou por outro critério, atuavam núcleos dedicados a atividades diferentes mas complementares (arrendatários e administradores de terras em propriedade, no caso dos Perrone, ou em outros casos nos quais a lógica formal era idêntica) em um quadro que misturava aspectos de igualdade (confirmada no papel dos homens rigorosamente igualados nas heranças, nas divisões e nos prestígios em relação ao mundo exterior) e de desigualdade (os dotes das filhas de Giovan Domenico eram de 100 liras; os das filhas de Secondo, 150; e os das filhas de Gioannino, 200) para conservar as propriedades, a igualdade do *status* social e as alianças comuns estabelecidas por um interesse coletivo que superasse as desventuras e as características desiguais de cada núcleo da estirpe ou de cada indivíduo do grupo.

6. Outras grandes famílias de arrendatários tiveram uma história e comportamentos análogos, como os Lisa e os Mosso, que eram famílias amplas e muito semelhantes aos Perrone no que concerne à posição social e ao potencial econômico e demográfico. Os Mosso tiveram, aliás, uma estratégia ainda mais rica, porque acrescentaram à combinação arren-

damento/propriedade também o encargo de agentes de um senhor feudal residente em Chieri.

Todavia, mesmo nos níveis mais baixos deste grupo social, o mecanismo se repetiu e descortinou a acentuação de certas características, em particular uma relação mais estritamente clientelar com o proprietário, que desempenhou o papel de um elemento essencial na constituição, no deslocamento e na conservação dos recursos.

A diversificação das atividades e a sua inserção em uma estratégia mais ampla misturaram a administração econômica com as relações sociais, criando interligações muitas vezes complexas. A possibilidade de engendrar uma pluralidade de setores esteve relacionada não apenas ao potencial demográfico que era possível mobilizar mas, também, à posição social, ao prestígio e à riqueza que a história passada da família permitiu acumular. A estratégia que os arrendatários colocaram em prática foi, portanto, muito mais variada do que aquela que os pequenos proprietários e os miseráveis podiam se propor concretamente. O que, entretanto, me parece comum é o objetivo, a lógica e o esquema mental. Descendo um pouco na escala social, vejamos como esta estratégia se modificou em famílias com uma menor riqueza de pessoas e de propriedades.

A história dos três irmãos Cavagliato, filhos de Martino, confirma, mais uma vez, o modelo geral. Dois deles foram arrendatários, e o terceiro cultivava os bens da família por conta própria. Mesmo sendo nítida a divisão dos núcleos conjugais, a cooperação interna foi uma constante e se deu através da troca de terras, de dinheiro e, provavelmente, de prestações, de instrumentos de trabalho e de animais. Além disto, a unidade da família e a disciplina de estirpe eram uma lógica continuamente vivida. Maria Cavagliato, uma irmã que se casou com um outro arrendatário, levou para o novo núcleo familiar esta concepção política da família e a transmitiu aos filhos por meio de seu testamento em 1688. Ela lhes deixou o seu dote, "pedindo que seus filhos e herdeiros universais vivessem unidos e com paz e benevolência recíprocas, como também que cuidassem de suas filhas solteiras, deixando-as com eles até que se casassem e colocando-as a serviço dos outros na manutenção da casa".[20] Era uma recomendação que fazia transparecer as possíveis tensões cria-

das por uma cooperação assim tão necessária, mas também violentamente repressiva das carreiras e das vontades pessoais.

O papel de complementaridade entre a condução direta das terras da família e dos contratos de colonato aparece nitidamente no caso dos Cavagliato, sobretudo na fase de crise marcada pela morte dos irmãos mais velhos. O irmão mais moço se tornou lentamente o tutor dos sobrinhos que ficaram órfãos, o mediador das discussões entre as cunhadas viúvas e o organizador dos dotes das filhas de seus irmãos. Todavia este êxito tinha sido preparado durante toda a vida dos Cavagliato. A compra de terras foi uma preocupação permanente e era aí que eles investiam o excedente da produção criado durante os melhores anos de colheita nas terras nas quais eram arrendatários. Esta era uma lógica evidente e, de certa forma, favorecida pelos mesmos nobres aos quais eles estavam ligados pelas relações de colonato. Logo após a morte de Marc'Antonio, que era arrendatário do abade Benso Santena (isto em 1681), foi o próprio abade quem ofereceu em venda uma *giornata* de terra à viúva e aos filhos, ainda pequenos, de seu ex-arrendatário, antes de mandá-los embora. E mesmo este afastamento das terras não era sinal de uma ruptura de relações e de proteções. Na verdade, os jovens Cavagliato, quando adultos, voltariam a ser arrendatários dos Benso.

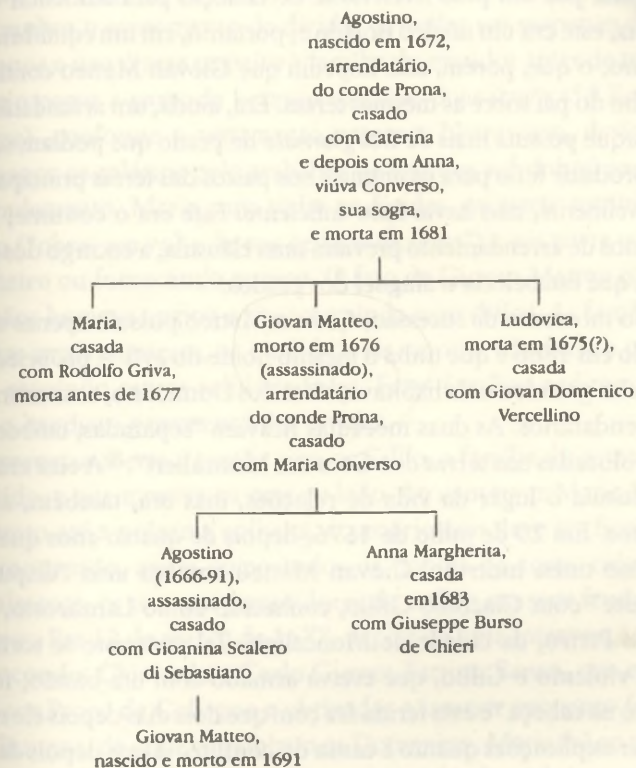
Este quadro de garantias, fidelidades e proteções era, portanto, um elemento importante da administração da terra e do caráter ambíguo das relações sociais verticais. Entre o poder contratual e a dívida moral, a força dos camponeses serviu de contrapeso em uma dependência que freava as tensões que os conflitos de interesse teriam podido suscitar, em razão da divisão da colheita ou do endividamento camponês, criando, assim, um dos esquemas recorrentes que operavam, com um papel fundamental, no mundo das relações nos campos piemonteses do século XVII. O universo das relações, não mais somente horizontais entre parentes, mas também verticais na rede das clientelas, das proteções e das fidelidades, aprofundou a história da família em um contexto essencial para explicar comportamentos e estratégias que faziam com que cada núcleo não agisse isoladamente, mas fosse chamado a fazer as suas es-

colhas ao longo de um sinuoso percurso de uma pequena rede social, essencial a sua sobrevivência.

A história dos Perrone foi, em vários pontos, confirmada pela dos Cavagliato e corre o risco de insinuar, sob uma luz um tanto simplificada, que exista um comportamento modelo que, embora complexo, era sempre vitorioso. Certamente as regras, também no caso dos Cavagliato, foram sempre as mesmas, no que dizia respeito a um amplo quadro dimensional que garantia uma contínua substituição demográfica. A endogamia de grupo era muito estreita, o nível dos dotes pagos e recebidos era baixo em relação ao peso econômico e social da família (aqui também entre 150 e 200 liras), o papel das viúvas dos chefes de família era importante, como eixo em uma situação de cooperação tensa e periclitante. Entretanto, na história dos Cavagliato, além do intenso investimento em terras, se fez presente, também, uma forte atividade de emprestadores de dinheiro a pequenos camponeses, ao reverendo Negro ou a comerciantes de cereais, aos quais cediam, a título de crédito, o seu produto excedente. Além disso, foi mais nítida a sólida relação com alguns dos nobres da zona, os Benso e os Bertone (o segundo filho é seu arrendatário em San Salvà). Tratou-se, enfim, de um mecanismo que, apesar das suas crises, funcionou sem grandes dificuldades e que serviu para reajustar certas imperfeições, acrescentando recursos um pouco diversos.

E, no entanto, todas estas variáveis podiam ser alteradas por casos fortuitos, por dificuldades demográficas, por uma crise econômica prolongada ou por mortes repentinas. Em um nível apenas um pouco mais baixo, a estratégia podia ser a mesma, só que ela encontrava dificuldades às vezes insuperáveis, levando à falência do projeto ou, até mesmo, ao desaparecimento de uma estirpe.

Vejamos, então, a história dos Domenino. Agostino Domenino, arrendatário do conde de Collegno, em Moncalieri, morreu bastante velho em 1672, deixando duas filhas e um só filho homem, Giovan Matteo. A longa vida e, talvez, a força física que o pai possuía mesmo na velhice haviam permitido que a família tivesse sempre um certo potencial de força

ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA DOMENINO

de trabalho — pelo menos dois homens e duas mulheres adultas —, tudo isto, apesar da pouca fecundidade que, por outro lado, tinha sido contrabalançada por um peso irrelevante de crianças para alimentar e cuidar. Todavia, este era um núcleo isolado e, portanto, em um equilíbrio sempre inseguro, o que, porém, não impediu que Giovan Matteo continuasse o trabalho do pai sobre as mesmas terras. Era, ainda, um arrendatário ideal, até porque possuía mais de três *giornate* de prado que podiam ser usadas para produzir feno para os animais nos pastos das terras principais, onde, provavelmente, não havia feno suficiente. Este era o costume; todos os contratos de arrendamento previam uma cláusula, a encargo dos arrendatários, que estabelecia o aluguel dos prados.

No momento da sucessão, Giovan Matteo possuía apenas um filho, nascido em 1666 e que tinha o mesmo nome do avô. A propriedade não era muito grande e nela habitava, além dos Domenino, uma outra família de arrendatários. As duas moradias ficavam "separadas, embora próximas, colocadas nas terras dos Gora em Moncalieri".[21] A eira era comum e constituía o lugar da vida de relações, mas era, também, a área de conflitos. Em 20 de julho de 1676, depois de quatro anos que o velho Agostino tinha morrido, Giovan Matteo começa uma "disputa e um contraste" com Giacomo Gillio, conhecido como Lanzarotto, filho de Giovan Pietro, da cidade de Moncalieri. Tal contraste se tornou logo muito violento e Gillio, que estava armado com um bastão, feriu Domenino na cabeça "e esta ferida fez com que dois dias depois ele morresse sem dar explicações quanto à causa do conflito, já que depois de ter sido ferido não mais pôde falar". Logicamente, jamais saberemos a verdadeira razão desta disputa mas, talvez, se tratasse de simples motivos fúteis ou de conflitos comuns entre vizinhos.[22] Podemos supor, entretanto, que o acesso aos contratos de arrendamento, por mais que percorressem os caminhos complexos das relações clientelares, devia criar um conflito potencial, neste caso acentuado pelo fato de Domenino ter sido um arrendatário vindo de Santena, o que, talvez, ferisse as prerrogativas e precedências dos camponeses de Moncalieri. É inútil fazermos outras perguntas e basta dizer, para continuarmos a narrativa desta história de família, que a morte de Giovan Matteo deixou, até a próxima colheita,

sua viúva Maria, com dois filhos, um menino e uma menina, como titular do contrato de colonato. Uma morte, porém, traz sempre um novo momento de devolução de bens, que, para deixar a situação ainda mais difícil, implica o saneamento de dívidas deixadas em suspenso durante muitos anos e que dizem respeito à família do marido: antes de tudo era necessário pagar a parte da herança das suas duas irmãs (50 liras para cada uma), conforme o testamento paterno. Neste caso, deviam ser, ainda, pagos os salários pelo trabalho de um dos sobrinhos nas terras em arrendamento. Maria paga todas as dívidas, em parte restituindo o trabalho ("obras em volta de seu pedaço de terra") e em parte pagando em dinheiro ou fornecendo esterco. O fato de Giovan Matteo não possuir irmãos homens tornou a situação ainda mais difícil. As famílias nas quais suas irmãs entraram, na qualidade de esposas, não faziam parte da estirpe, seguindo outras solidariedades. Estas famílias pediram, cruelmente, o imediato pagamento das dívidas.

Permanecia aberta a tensão com os Gillio, a família do assassino de seu marido, e que morava na casa ao lado. Ao conservar Maria à frente do contrato até a próxima colheita, o proprietário deve ter ficado bastante preocupado, assim como todos os nobres da zona, cujo papel, informalmente, os tornava garantidores da ordem em seus feudos e em suas terras. Em 12 de março de 1677, depois de uma intervenção explícita dos condes Chiafredo e Carlo Giovan Battista Benso, que estavam ligados aos Prona de Collegno e obrigados a intervir enquanto feudatários de Santena, de onde provinham os Domenino, Maria foi ao tabelião para assinar um primeiro documento que punha fim à briga que havia durado até aquele momento, com os Gillio, "dando a sua palavra de que não haveria mais ofensas entre as partes". Esta relação de patronato entre os Benso e os Domenino, apareceu, freqüentemente, em documentos posteriores e foi sob esta proteção (os Benso serviram de testemunhas ao documento) que Maria investiu em um pequeno estábulo com horto e 80 *tavole* de terras, parte do dinheiro líquido que o marido lhe tinha deixado. O custo foi de 383 liras, além de mais 45 liras pagas a um seu primo com uma carroça com ferros. Foi nestas terras que ela pôde viver, uma vez terminado o arrendamento. Passados cinco dias desta compra,

por intervenção dos dois condes Benso, Maria assinou, na presença do próprio irmão, e em nome também de seu filho, a paz definitiva com os Gillio, ou seja, com Gian Giacomo e com "todos aqueles da sua família, tanto as crianças quanto os adultos, com os filhos e com outros parentes ausentes". Ela impôs só uma condição que deixava transparecer, apesar da frieza do documento tabelional, a sua comoção: pedia que o assassino do marido "não apareça no período em que ela, o filho e os parentes, deverão fazer sua colheita e que seus irmãos, ao encontrá-la, ao filho ou aos parentes, a saúdem, respeitem e honrem, eliminando qualquer ocasião de ódio maior ou de ira". Gillio a reembolsou pelas despesas feitas por ela em Turim "para obter este documento". Depois do acordo, que não previu nenhuma forma de indenização pelo homicídio, "as partes se abraçaram em sinal de paz". A paz resolveu o conflito mesmo do ponto de vista penal. Esta era uma briga em que a justiça não podia reconhecer quem tivesse razão.

Ao vê-la protagonista deste e de outros documentos, Maria parece uma mulher de muita energia. Ela pôde contar com o sólido apoio da sua família de origem, os Converso, que, por outro lado, sempre foram estreitamente ligados aos Domenino, em um acento paroxístico do comportamento endogâmico dos arrendatários e que, neste caso, contrabalançou as limitações demográficas do grupo. Maria era a esposa de Giovan Matteo mas também sua irmã por parte de pai, já que Agostino, o chefe da estirpe dos Domenino, havia se casado, em segundas núpcias, com Anna, a viúva Converso e sua consogra.

Há ainda um outro comportamento que é induzido pelas limitações do grupo (e que em certos aspectos já tinha sido praticado pelos Cavagliato). Uma vez adquirida uma certa quantidade de terra, diretamente cultivável, sem a necessidade de servos ou assalariados, e suficiente para a sobrevivência, Maria encontrou uma outra forma de investimento, seguindo sempre a regra da diversificação das atividades e das fontes de renda: o empréstimo de dinheiro. Quando Giovan Matteo morreu, os bens consistiam em 4 *giornate* de prado, 2 de vinhedos e meia de bosques. Faltava uma casa e, como já vimos, Maria comprou um estábulo e um horto que, em 1686, transformou em "uma casa com terras e

estábulo" com 80 *tavole*, nas quais produziu cereais, vendendo 1 *giornata* de prado. Tratava-se de um bom conjunto para uma família de agricultores diretos, onde cada item de um cultivo variado para a subsistência era bem representado.

Não lhe serviam mais terras, e o dinheiro líquido foi investido com juros de 5%. Certamente, não podemos saber quais foram os modos de organização destes empréstimos. Em 1686, Maria possuía aproximadamente nove promissórias, estipuladas entre 1676 e 1682, com oito famílias de camponeses da aldeia, além do crédito de 1027.10 liras com os arrendatários Mosso, sendo ainda credora de 234.7.6 liras de juros atrasados. Uma boa disponibilidade de dinheiro (em 1681 a mãe de Maria havia deixado seus bens para o neto Agostino, ainda menor de idade) fez com que Maria fosse uma das mais importantes protagonistas da rede de crédito necessário às famílias camponesas para pagar dotes, para enfrentar conjunturas familiares e agrícolas particularmente desfavoráveis e para comprar instrumentos de trabalho e animais a serem empregados em suas pequenas fazendas.

Em 1683, a filha, Anna Margherita, casou-se com Giuseppe Burso e passou a ter direito, além do dote, à metade dos bens paternos, já que a morte violenta não havia permitido que seu pai fizesse um testamento que a excluísse da herança, como era de costume. Na verdade, a legislação piemontesa previa uma divisão da herança em partes iguais, a não ser que a dotação (que acarretava a renúncia a qualquer pretensão aos bens) ou o testamento não tivesse excluído as mulheres da herança. Os testamentos não representavam, portanto, como muitas vezes se pensa, um reflexo da prática automática da devolução dos bens, mas sim o explícito desejo de restringir apenas aos homens o acesso às propriedades. Eles não refletiam uma norma jurídica, mas um comportamento voluntário; não uma devolução automática, e sim uma devolução governada pela escolha de impedir o fracionamento dos bens, com prejuízo para as mulheres, que iriam fazer parte de uma outra estirpe.

No caso de Santena não é possível avaliar a relevância da divisão igualitária entre os filhos de ambos os sexos nem separar a divisão voluntária daquela involuntária, em razão da quantidade de mortes repen-

tinas. Nem o percentual de chefes de família mortos sem deixar testamento pode nos oferecer respostas sequer aproximativas, porque a pobreza ou o número e o sexo dos filhos podia não requerer (ou impedir) o recurso ao tabelião. Todavia, os arrendatários, dada sua política de parentela e de propriedade em geral, faziam um testamento, em presença dos irmãos, como se fosse um pacto de família, mesmo muito tempo antes de morrerem, no momento em que a organização patrimonial estivesse consolidada. Portanto, provavelmente, Giovan Matteo teria se preocupado em excluir a filha da herança, mas tinha sido assassinado antes de tomar as providências necessárias e, durante seus dois dias de agonia, não tinha voltado a si.

Maria se encontrou em dificuldades e, juntamente com o filho, iniciou uma briga com Anna Margherita que durou três anos, sem que, porém, tivessem recorrido ao tribunal. Entretanto não havia — segundo as leis — qualquer possibilidade de sucesso. Foi novamente a intervenção do conde Chiafredo Benso que, em 29 de março de 1686, levou a um acordo. A terra foi dividida e a Anna Margherita foi entregue, também, como dote, 1200 liras de créditos e promissórias.

Tornava-se necessário recomeçar a comprar terras: meia *giornata* de aratório em 1689 por 68 liras e uma *giornata* de prado em 1690 por 306.18 liras. A esta altura, Agostino já era maior de idade e Maria desaparecera dos atos tabelionais, condenada ao anonimato que a sua condição de mulher lhe destinava nos atos públicos. A terra era pouca para viver e os braços eram insuficientes para cultivá-la. Havia chegado o momento de pensar em uma futura nova sucessão, mas as recentes desventuras não permitiam que Agostino conseguisse um bom matrimônio. Ele se casou, portanto, em 1690, com Gioanina Scalero di Sebastiano, uma das moças mais pobres de Santena, sem dote e com pouco enxoval. Ela era tão pobre a ponto de constituir o único caso que encontramos no qual a mulher perde até mesmo o seu nome: depois do casamento ela apareceu nos atos paroquiais como Agostina, assumindo, assim, o nome do marido.

Gioanina logo engravidou e, em setembro de 1691, trouxe ao mundo um filho varão. Mas a falta de sorte já perseguia os Domenino. Depois

de pouquíssimos dias, em 1 de outubro, os soldados invadiram e saquearam a casa na qual moravam, em Tetti Girò, e onde Gioanina ainda se recuperava do parto. Talvez Agostino tenha tentado se defender (nenhum documento nos narra os fatos com exatidão) e os soldados o mataram. Quinze dias depois morria, também, seu filho recém-nascido.

É de junho de 1692 o último documento relacionado à história desta família. Os Domenino desapareceram e Gioanina Scalero se tornou herdeira universal. Ela foi ao tabelião e contou que "Agostino morreu há cerca de oito meses, mais ou menos, pelas mãos dos soldados, deixando-a viúva com um filho de ambos que ao tempo da morte de seu pai tinha a idade de um mês e meio. Mais ou menos quinze dias após a morte de seu pai, o filho também morreu e, assim, conseqüentemente, Gioanina, sua mãe, se tornou herdeira universal, já que Agostino morrera sem deixar nenhum testamento e de uma forma tão violenta". Gioanina deseja "beneficiar Sebastiano, seu pai, com qualquer porção da dita herança... conhecendo a sua pobreza". Ela renunciou a "qualquer dote que lhe tinha sido prometido na época do casamento" e o presenteou com 50 *tavole* de campo com "metade da *melica* que já estava plantada nestes campos", metade da colheita de *barbariato* e frumento plantados no terreno próximo às terras em arrendamento e "uma tina e um bosque cercados com ferro".[23]

Maria, já velha, não apareceu mais nos documentos. Ela, provavelmente, se perguntava o porquê de sua falta de sorte e encontrou a resposta no demônio que a possuía e contra o qual ela se fez exorcizar por Giovan Battista Chiesa. No caderninho das libertações, ela foi registrada na data de 17 de julho de 1697 como "obsessa".

8. Se tentarmos esquematizar o comportamento deste grupo, podemos caracterizá-lo em itens:

a) *A aliança entre famílias não-co-residentes*, ligadas, na maioria dos casos, por laços de consangüinidade em linha masculina, é um elemento fundamental para o equilíbrio das relações contratuais externas. Sua

condição é a existência de um amplo potencial demográfico, mantido ao longo de gerações.

Os historiadores da família, em geral, consideram que a unidade de pesquisa a ser privilegiada é o grupo doméstico co-residente. Porque "os laços entre pessoas que não vivem juntas e que não estão ligadas de forma tangível ao resto da comunidade ou a algum poder superior quase não deixaram vestígios na documentação".[24] A história das famílias de arrendatários que foram, aqui, reconstituídas sugere que a utilização de séries de documentos interligados e diferentes dos meros registros de população dá resultados importantes, que esclarecem as relações que vão além da simples co-residência. Na realidade, há um certo anacronismo ao considerarmos os grupos domésticos como unidade de análise, porque, em tal caso, se presume que as escolhas, as estratégias e a organização do grupo doméstico levem em consideração somente o grupo co-residente, em contraposição a um outro, externo, ou seja, o contexto social com o qual disputar e condividir atribuições e funções.[25]

Esta é uma deformação das análises semelhante àquela com a qual se isola cada pessoa do grupo, referindo-se a sociedades totalmente individualistas, em grande parte hipotéticas.[26] Na verdade, as relações internas ao núcleo, bem como aquelas entre os núcleos, criam condicionamentos complexos e significativos. São aspectos evidentes o estrato de nascimentos e sua posição relativa, a complementaridade dos papéis na produção e no consumo das rendas e a situação em relação ao ciclo de desenvolvimento do complexo.

b) A base desta aliança de grupo é a *diversificação das atividades* entre arrendamento e pequena propriedade no caso deste estrato, mas, como objetivo geral, também em outros estratos. Não existiu, portanto, uma especialização profissional e social de toda a família, e sim uma diversificação que foi mais ou menos acentuada de acordo com os recursos econômicos, demográficos e sociais disponíveis. A possibilidade de diversificação foi medida, portanto, segundo a potencialidade e o prestígio social de um grupo parental.[27]

A posse da terra é, sem dúvida, o elemento fundamental da diversificação profissional, no caso dos arrendatários. Os contratos de arren-

damento da Itália central parecem se referir a famílias camponesas isoladas, passivamente à mercê da rígida vontade do proprietário, que podia escolher uma família de colonos, estruturada segundo as suas necessidades, em um amplo mercado de oferta de trabalho. Nestes casos, vêem-se os camponeses serem expulsos continuamente de suas terras depois de contratos breves que eram revogados segundo os controles voluntários ou involuntários da fecundidade, ou seja, se eles não fossem suficientes, mudava-se drasticamente a composição da força de trabalho disponível e, se fossem grandes demais, aumentava o peso de crianças ou velhos sobre os adultos em condições de trabalhar. O estudo de um núcleo parental maior provavelmente nos mostraria que, também na Itália central, havia uma capacidade camponesa para atuar em um papel mais complexo contra as exigências dos proprietários. Entretanto, no caso de Santena, esta capacidade é evidente. É, principalmente, a posse de terra a criar um campo de subsistência no qual criar mão-de-obra para suprir possíveis necessidades nas terras em colonato, na qual receber mão-de-obra em excesso caso o proprietário ameaçasse rescindir o contrato com uma família considerada grande demais, ou quando qualquer forma de crise demográfica ou econômica exigisse a intervenção de reservas que fizessem com que o sistema voltasse a funcionar e devolvessem à família camponesa a sua capacidade de contratação.

c) A quantidade de *terra em propriedade* é sempre relativamente pequena, mas pode existir um limite demográfico além do qual se tornem convenientes outros empregos do dinheiro, como a qualificação profissional de um membro da família (mas este não é o caso dos arrendatários), ou a concessão de empréstimos.

d) A fragilidade da potencialidade do grupo é proporcional à *dependência clientelar* em relação ao proprietário nobre.

e) O nível dos dotes não é igual para todas as mulheres do grupo, não sendo, portanto, um indicador do grau de prestígio. Todavia, este dote funciona como uma estratégia complexa que *não incide no nível de consideração do grupo, visto como um todo*. É, porém, um índice de prestígio para os arrendatários o respeito rigoroso à regra do aumento

de um quarto do dote por parte do marido, como também o alto nível dos presentes de núpcias em dinheiro.

f) A *endogamia* de grupo é *estrita*, em função de um comportamento rígido do ponto de vista da dependência de cada um em relação a uma política coesa, onde os papéis e os comportamentos são amplamente predeterminados.

g) *A tutela e o usufruto* têm um papel importante quanto à hierarquia das autoridades nas fases de devolução. As viúvas dos chefes de família e os irmãos sucessivos indicam respectivamente a continuidade do núcleo na estirpe e a prevalência da estirpe sobre o núcleo.

h) Os *atos criminosos* e as manifestações de hostilidade em relação a pessoas externas ao grupo parental, são assumidos como responsabilidade coletiva, sem que haja uma exclusão do réu ou uma diminuição do prestígio do grupo como um todo.

Este não é um comportamento exclusivo dos arrendatários. Certamente este grupo tem um vínculo contratual com o proprietário que impõe uma simplificação das estratégias e uma definição das relações que não encontramos entre os pequenos proprietários ou entre figuras importantes. Entretanto a lógica é a mesma. Este é um grupo médio para o qual os camponeses olham como a um resultado ideal e dos quais os personagens de relevo se afastam somente em relação à riqueza de suas estratégias de diferenciação e não pelo quadro conceitual de referência. Os arrendatários chegam a uma segurança de sobrevivência que os camponeses não têm e que os personagens importantes tentam transformar na base de uma política de prestígio, riqueza e poder.

Esta é, portanto, a escala da estratificação social. Para todos os grupos, os pontos a, b e c são basilares e o sucesso é medido segundo a possibilidade e a intensidade destes parâmetros.

A relação de clientela sobre a qual falamos (ponto d) é um termo amplo que pode indicar muitas coisas. É verdade que a sociedade do Antigo Regime é caracterizada pelas relações desiguais, mas varia a força com a qual se entra na relação de dependência e varia o interesse dos nobres em se oferecerem como patronos, porque entram em jogo a ordem e a disciplina, a conservação social e o prestígio, a caridade bondosa

e a caridade interesseira. É, portanto, possível descrever a patronagem nobiliar como uma relação muito diversificada segundo a escala social. Ela varia desde a proteção de um personagem de relevo que garante a ordem nas comunidades locais (que é somente uma retaguarda da estratégia social da nobreza) até a relação com os arrendatários (que se torna mais paternalista e agressiva na medida em que o arrendatário é socialmente fraco) ou até o interesse movido pela pura caridade aos camponeses pobres da própria jurisdição feudal, e ativado em razão do prestígio mundano e da salvação *post mortem*.

Os últimos quatro pontos do esquema precedente são, de certa forma, dependentes variáveis. Eles têm um significado diferente segundo a posição social que se deseja analisar. O nível dos dotes e a estratégia das alianças matrimoniais, o papel das viúvas e dos filhos e, até mesmo, o uso da violência e a proteção dos culpados variam no tom e na direção.

As estruturas fundamentais da comunidade são definidas, portanto, no contexto de uma série de relações não-rígidas. Cada situação individual pode ser descrita como um caso em uma ampla série de relações entre parâmetros, em base a um modelo processual de interação que leva a muitas combinações de fatores ao redor do estereótipo descrito em relação aos arrendatários neste capítulo.

E assim, novamente, à procura de segurança que parecia expressar-se nos comportamentos dos camponeses diante de um fato excepcional, a pregação de Giovan Battista Chiesa é confirmada por estes aspectos mais estruturais. No modelo aqui delineado, os efeitos da estratégia familiar não derivam da procura de resultados econômicos imediatos em uma competição entre núcleos isolados que lutam por bens limitados, ainda que este fenômeno esteja presente, por exemplo, na história dos Domenino. Muitos mecanismos atuam no sentido de deslocar a acentuação sobre a tendência a reforçar a previsibilidade, a diminuir a incerteza e a tornar a vida menos dependente da oscilação do ciclo agrícola e daquele da família nuclear isolada. O vínculo representado pela obtenção de um resultado econômico suficiente é importante, mas o que se deve melhorar é, principalmente, o controle sobre o futuro, a orga-

nização social dentro da qual os resultados econômicos satisfatórios sejam, o mais possível, constantes.

Não é o equilíbrio tendencialmente estático entre o esforço que se está disposto a empregar e os resultados econômicos esperados a diminuírem a velocidade de crescimento da economia camponesa em termos de produtividade ou de renda. Nem o é o prudente mundo das sanções e solidariedades da guerra de todos contra todos pela divisão de bens considerados como uma quantidade constante. Mas as escolhas econômicas estão subordinadas ao mundo social, às relações de parentesco, de aliança e de clientela que devem ser mantidas sob controle, antes de tudo, como garantia de cada escolha e de cada atividade.

Neste capítulo as formas de organização da família apareceram como fruto exatamente deste modelo, como resultado de uma estratégia e não como um produto passivo de necessidades econômicas ou biológicas. Nos próximos capítulos veremos que também os mecanismos mercantis serão legíveis somente dentro de um quadro das relações sociais que os condiciona e que as escolhas políticas serão julgadas pelos camponeses de Santena de acordo com uma necessidade análoga de aumentar a segurança em relação ao futuro. Elas serão, portanto, consideradas positivas se consentirem um melhor conhecimento, real ou presumido, das instituições estatais e feudais e do seu funcionamento. E, ainda, se elas parecerem em condições de fornecer um modo útil de tornar menos incerta uma realidade em dramática transformação.

É uma ideologia comum, que não exclui um conflito, até muito intenso, dentro da comunidade, mas que tende a produzir uma solidariedade corporativa nas relações com o mundo exterior e diante das inovações econômicas, políticas e religiosas.

NOTAS

1 Depois de 1610 passa a existir nos estados do duque de Savóia uma dupla série de documentos tabelionais, ou seja, aquela diretamente conservada nas minutas dos tabeliães e aquela centralizada segundo as etapas lembradas. Isto permitiu uma conservação muito ampla dos atos que passaram pelas mãos dos tabeliães. E são as lembranças que constituem a principal fonte do trabalho de reconstrução prosopográfica que fizemos aqui. A pesquisa foi minuciosa para os anos 1672-1709 nos seguintes lugarejos: Santena, Chieri, Cambiano, Villastellone, Marentino, Poirino, Pino, Trofarello, Pecetto, Riva di Chieri, Andezeno (todos em ASCC, Insinuação). Além de Ceresole e Carmagnola (em AST, seções reunidas, Insinuação, *Tappa di Carmagnola*); Moncalieri (ivi, *Tappa di Moncalieri*). Em relação a Turim, o trabalho se resumiu aos nomes recorrentes em Santena, partindo dos índices (ivi, *Tappa di Torino*). Outras pesquisas, mais esporádicas, foram feitas em relação a certos personagens e certos períodos, segundo os índices fornecidos por documentos ou referentes a outros atos tabelionais; particularmente nos casos de Santena e Ceresole, no período 1610-71.

Para os habitantes de Santena foi feita uma ficha nominativa, na qual foram indicadas todas as citações encontradas, tanto como personagens ativos nas transações quanto como presenças *labili* (testemunhas). Nestas fichas foram posteriormente incluídas todas as referências encontradas em outras fontes documentárias. Foi esta a base que permitiu a reconstrução de histórias pessoais e de família que foram utilizadas neste texto. As lacunas nas fontes demográficas paroquiais impediram uma completa reconstrução das famílias biológicas. Todavia foi vantajoso termos baseado a reconstrução dos grupos familiares nas agremiações sociologicamente mais significativas e nos grupos domésticos, frutos de relações não exclusivamente de sangue, mas de escolhas e seleções segundo as redes sociais reais. Não nos é possível reproduzir as referências de cada ato tabelional utilizado e, por isso, escolhemos citar mais especificamente apenas os atos sobre os quais faremos citações textuais. As outras fontes utilizadas para a reconstrução prosopográfica serão lembradas à medida que aparecerem no texto.

2 ASCC, Art. 22 par. I, 37, *Consegna delle Boche delli Particolare di Santena... fatta per me sottoscritto Filippo Vernoni nodaro de Poyrino et Podestà d'esso luogo... li 26 d'Agosto 1629 in virtú d'ordine del signor Giudice di Chieri dellegato, delli 19 di detto Agosto.*

3 AST, seções reunidas, sec. III, art. 531, *Consegna bocche umane*, maço C/3, *consegna prov. di Chieri 1662-63.*

4 AAT, 7-1-10, c. 390, *Visitatio Parochialis Santinae*, 10 de setembro de 1663. O mesmo acontece para a visita de Beggiamo de 1671 (ivi, 7-1-18, cc. 112 sgg., 12 de outubro de 1671).

5 Estão conservados em APS.

6 AAT, 7.1.23, cc. 500-13, 2 de outubro de 1728.

7 Cf. L. Giordano, *L'Università dell'arte del fustagno in Chieri*, Turim, 1895; A. M.

Nada. Patrone. *Studio introduttivo a Statuti dell'arte del fustagno di Chieri*, organizado por V. Balbiano di Aramengo, Deputazione Subalpina di Storia Patria, Turim, 1966. Todavia, falta, ainda, um estudo sobre a decadência da manufatura de Chieri no século VII. A coletânea de documentos mais completa é A. Valori e A. Gagliardi, *L'industria del cotone a Chieri tra '600 e '700*, tese universitária, Facoltà di Lettere e Filosofia di Torino, 1982-1983.

[8] AST, seções reunidas, Cadastro, anexo I, maço I, *Villastellone*, julho de 1701; maço 2, *Chieri e Cambiano*, julho de 1701.

[9] Entende-se por *alteno* uma cultura mista na qual o mesmo pedaço de terra recebe o cultivo de cereais, em listras, e intercalados por filas de videiras sustentadas por paus.

[10] ASCC, 143/I, nn. 86-93, *Consegne 1682* (8 vols.). Tratava-se de censo feito pelos próprios proprietários e não de um levantamento direto.

[11] Refiro-me à vasta produção historiográfica que seguiu a diretriz dada por T. Parsons e R. F. Bales, *Family, Socialization and Interaction Process*, Free Press, Nova York, 1955 (trad. it. Mondadori, Milão, 1974), mas que aprofunda as suas raízes na sociologia do século XIX e particularmente em Le Play. A crítica feita por Laslett suscitou controvérsias, mas substancialmente mostrou o quanto era incorreta esta visão evolucionista: a família nuclear já era o modelo principal da sociedade européia desde a Idade Média (cf. P. Laslett e R. Wall (organizado por), *Household and Family in Past Time*, Cambridge University Press, Cambridge, 1972). Depois, porém, a pesquisa no campo da história da família se tornou mais rígida nesta polarização, mesmo ampliando a análise sobre os condicionamentos culturais, psicológicos e econômicos, sobre as diferenças entre áreas e sobre o ciclo de vida. Uma vastíssima quantidade de estudos foi conduzida a partir de 1972, sintetizadas, por exemplo, por M. Anderson, *Approaches to the History of the Western Family, 1500-1914*, Macmillan, Londres, 1980 (trad. it. Rosenberg e Sellier, Turim, 1982) e por J. Goody, *The development of the Family and marriage in Europe*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983 (trad. it. Mondadori, Milão, 1984). Entretanto, a discussão sempre esteve ligada à tipologia interna da família; pouca atenção foi dada à rede de relações externas nas quais a família está imersa e pela qual é condicionada e assume um significado; uma perspectiva que ainda é excluída por R. Wall, J. Robin e P. Laslett, *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983 (trad it., parcial, Il Mulino, Bolonha, 1984), que apesar disso propõe uma mais precisa geografia européia da tipologia proposta dez anos antes.

[12] ASCC, Insinuação, Santena, vol. 3, c. 188, *Testamento di Secondo Perrone di Santena*, 23 de novembro de 1678.

[13] Ibid.

[14] ASCC, 149.3.13, *Quinternetto bocche umane e giogatico per l'anno 1690.*

[15] Ibid. (ano 1698).

[16] Desejo sublinhar aqui uma diferença importante entre esta interpretação e algumas oposições recentes de orientação neoclássica, que introduzem uma imagem anacrônica de um homem econômico e racional mas que evita a inovação, porque não inovar é, dentro da economia agrária pré-capitalista, mais rentável do que arriscar. Neste sentido são exemplares D. N. McCloskey, *English Open Fields as Behavior towards Risk*, in "Research in Economic History: An Annual Compilation of Research", I (1976), pp. 124-70. O que me parece ser o resultado da história dos Perrone é uma complexa estratégia, na qual as cautelas e as diversificações não impedem a iniciativa empresarial.

[17] Cit. in A. de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*, vol. I, Gallimard, Paris, 1952, p. 121.

[18] Algumas diferenças, portanto, em relação ao caso da Emilia Romagna estudado por C. Poni, *Fossi e cavedagne benedicon le campagne*, Il Mulino, Bolonha, 1982, pp. 283-356. Entretanto, não tenho certeza que mesmo na Itália central a posse da terra por parte das estirpes de arrendatários não tivesse um papel significativo.

[19] Discordo aqui do quadro elaborado por G. Giorgetti, *Contadini e proprietari nell'Italia moderna. Rapporti di produzione e contratti agrari dal secolo XVI a oggi*, Einaudi, Turim, 1974, que aproxima demais a análise da Itália setentrional àquela da Itália central em um processo plurissecular de exacerbação dos pactos de colonato e que termina nos séculos XVIII e XIX (em particular as pp. 282-340).

A difusão e a resistência da colônia suscitaram, mesmo para além do caso italiano, um novo e recente interesse por parte dos historiadores e dos economistas agrários. Muitos dos aspectos estratégicos da diversificação das culturas, das atividades e das relações contribuem para criar um tipo de contrato agrário particularmente elástico. Cf. S. N. S. Cheung, *The Theory of Share Tenancy, with Special Application to Asian Agriculture and the First Phase of Taiwan Land Reform*, University of Chicago Press, Chicago, 1969; T. J. Byres (organizado por), *Sharecropping and Sharecroppers*, número especial de "The Journal of Peasant Studies", X (1983), ns. 2-3.

[20] ASCC, Insinuação, *Chieri*, 1688, vol. I, c. 602, *Testamento di Maria vedova del fu Gio. Francesco Tamiatto.*

[21] Esta e as próximas citações dos acontecimentos foram extraídas de ivi, *Santena*, vol. 3, c. 61 r, *Pace seguita fra Maria vedova del fu Gio. Matteo Domenino et altri parenti con Gio. Giacomo figlio di Gio. Pietro Gillio*, 10 de maio de 1677.

[22] Na verdade, a família Gillio devia ser muito violenta. Também o primo do protagonista do homicídio de Domenino se tornará homicida no ano seguinte. A situação é praticamente igual: um conflito por um prado entre arrendatários do conde Tana em Santena. Giovanni Francesco, filho de Giovan Battista Gillio, utiliza um tridente para ferir Francesco Domenico Chiaudano "nas costas, ou seja, no flanco direito, que morreu devido a essa ferida sem poder dizer coisa alguma". Também neste caso, "graças à intermediação de amigos e patronos comuns", a paz foi rapidamente assinada (ivi, c. 87, 2 de novembro de 1678). Entre os exorcizados por Chiesa aparece, em data de 5 de agosto de 1697, um Gio. Battista Gillio de Moncalieri.

[23] ASCC, Insinuação, *Cambiano*, vol. 19, *Donatione di Sebastiano Scalero fu Francesco fattagli da Gioanina vedova del fu Agostino Domenino, delle fini di Chieri, sua figliola* (2

de junho de 1692). *Melica* significa milho e *barbariato* é uma mistura de centeio e frumento, feita durante o plantio.

[24] R. Wall, *Introduction*, in *Family forms* cit., p. 7.

[25] Ainda Wall, na *Introduction* citada, acredita que a rede das relações referida ao mundo exterior não seja um problema central. Ele considera resolvido o problema mesmo afirmando que "o grupo doméstico não pode ser entendido se isolado do resto da sociedade da qual faz parte" (p. 7).

[26] Um caso clamoroso é a história do alfabetismo, medido em termos de percentuais de indivíduos alfabetizados (em vez do percentual de famílias nas quais pelo menos um indivíduo soubesse ler e escrever), mesmo no caso de sociedades nas quais a complementaridade das funções no grupo doméstico exercia um papel diferente daquele da sociedade atual.

[27] Um exemplo urbano de diversificação profissional em S. Cerutti, *Matrimoni del tempo di peste. Torino nel 1630*, in "Quaderni Storici", XIX (1984), pp. 65-106.

CAPÍTULO III Reciprocidade e comércio da terra

1. O que significava possuir uma *giornata* de terra? Qual era o sentido de uma dimensão patrimonial, do nível dos dotes, da extensão das terras? Não são perguntas de resposta fácil, mas não se pode ter uma percepção real dessa sociedade sem tentar transformar em grandezas mensuráveis os comportamentos que a caracterizavam.

Não há dúvidas de que fosse muito grande a fragmentação da propriedade e de que a quantidade de terra disponível para cada família camponesa fosse tão pequena a ponto de tornar significativa qualquer mínima parcela, até mesmo de poucas *tavole*. É uma característica da variada agricultura camponesa das zonas de montanhas e morros da Itália do norte. As mínimas propriedades ficavam lado a lado com as terras administradas sob a forma de colônias de parceria, que tinham dimensões bem maiores, mas que, mesmo assim, permaneciam pequenas se comparadas com a agricultura da Europa setentrional e oriental, com as zonas de criação e com as áreas especializadas na agricultura mercantil.

Ao lado dos elementos técnicos, também aqueles culturais ajudam a explicar a enorme intensidade dessa agricultura, em grande parte voltada para a produção direta de tudo aquilo que a cada ano era necessário para a sobrevivência da família e para a reprodução das sementes e dos animais. Desta forma, o papel dos hortos, dos galinheiros, da criação de coelhos, que só deixaram vestígios documentados nos altos preços de mínimos terrenos destinados a estes usos, deviam ser muito relevantes para a subsistência, assim como as eventuais atividades de colheita de produtos naturais dos bosques, dos rios e dos pântanos. As rãs, as mi-

nhocas, os cogumelos, as amoras, os peixes, os vermes e as verduras selváticas deviam constituir parte importante da alimentação cotidiana dos camponeses.

Devemos, portanto, procurar uma resposta pelas vias indiretas. Não nos restou uma contabilidade sequer fragmentária das terras camponesas dessa área e, provavelmente, de nenhuma área do Piemonte. Tudo que possuímos são as prestações de contas que, às vezes, os tutores forneciam a seus pupilos, mas que só nos consentem a avaliação das quantidades vendidas, que excediam o consumo individual, a dimensão da terra, a produção anual e as características da família.

Uma única fonte me parece de utilidade neste caso. Trata-se de uma fonte que nunca foi usada sistematicamente[1] e que poderia nos consentir, para além dos dados, a disposição sobre Santena, uma comparação com áreas geográficas e cronológicas distantes. Referimo-nos ao sustento que, nos testamentos, é deixado para as viúvas.

Nem todos deixavam testamentos. Somente as famílias mais articuladas de camponeses médio-ricos, de artesãos, de profissionais e de arrendatários tinham problemas de sucessão que implicavam escolhas complexas e não-automáticas. Nestes casos a despesa com um tabelião se tornava necessária. Deviam ser regulamentados vários aspectos, tais como a exclusão das filhas, as regras para impedir uma fragmentação do patrimônio e da família, mesmo nos casos de divisões, a tutela dos menores, o prestígio a ser conservado através de um nível decoroso dos dotes e o usufruto das viúvas, juntamente com o controle sobre o seu dote. E o sustento, também, entrava nessa política de controle e de tutela. Todavia isso diz respeito apenas aos estratos sociais não obrigados ao mínimo alimentar e que, portanto, fornecem o quadro de uma alimentação específica do lugar e da época superior ao estritamente necessário.[2]

São dados ímpares, expressão do desejo de garantir a subsistência da velha esposa, por parte do chefe da família às portas da morte. A esposa se encontrava em uma situação difícil em sua nova e frágil condição de viúva, sofrendo uma queda em seu papel e, portanto, em seu prestígio e, até mesmo, na certeza de garantir-se o que comer. Essa preocupação que o tabelião transcreve em termos contábeis precisos aparece,

freqüentemente, ao lado de expressões de afeto e doçura. Nota-se, também aqui, uma brutal procura de segurança, uma expressão de proteção que confirma, mais uma vez, o quadro dos valores dessa sociedade camponesa, onde as emoções se expressam nas práticas mais cotidianas.

Para Santena, dispomos de 43 testamentos que prevêem o sustento para as viúvas. Elas podiam viver em casa com os herdeiros universais de sexo masculino. Entretanto "se não quiser ou não puder" fazê-lo deveria ser-lhe garantido um sustento para que pudesse se aquecer, se vestir e se calçar todos os anos. Organizei na tabela 2 os dados disponíveis. É uma variedade de casos bem diferentes, que à primeira vista podem desiludir aqueles que deles quiserem extrair concreções regulares de comportamento, mas que se sobressaem quando é feita uma leitura atenta das uniformidades.

Já de início, percebe-se que os dotes eram entregues a todos, o que já é uma garantia de base alimentar. Entretanto, dotes que oscilavam entre 100 e 200 liras, por quanto tempo podiam garantir a sobrevivência? Uma taxa de juros de 5%, que era o corrente em fins do século XVII, rendia de 5 a 10 liras por ano, o preço de algumas heminas de frumento, ou seja, nada que pudesse ser suficiente. O dote que era restituído servia, no melhor dos casos, para as despesas extraordinárias como vestidos, sapatos, instrumentos, um enriquecimento do conduto, o pagamento de uma missa, a sepultura ou a inscrição na companhia das Umiliate. Não era, portanto, daqui, que provinha o grosso do sustento.

Todavia, o dote contava até mesmo como garantia e empenho do marido. Entre os testamentos dos habitantes de Santena são poucos aqueles duros e punitivos em relação às viúvas, mas quando havia uma recusa quanto ao sustento de uma mulher, ela derivava sempre do fato de que esta não tivesse dado um dote. Ela devia voltar à sua família de origem, ao pai e aos irmãos, porque o contrato não tinha sido completado, a passagem de uma família à outra não tinha sido sancionada pelo ato simbólico, além de financeiro, do pagamento do dote (atos 33 e 39, que limitam a apenas um ano o pagamento de um sustento).[3] Estes eram, porém, casos extremos. Todos os outros prevêem formas de sustento das quais é possível individuar costumes muito condensados: 25 prevêem

um quarto ou uma casa para habitação (em 2 atos o aluguel da casa), 38 prevêem o vinho, entre 2 e 20 *brente*, com uma forte e significativa concentração nas 5 *brente* (18 casos: apenas em 1 caso, ao invés do pagamento *in natura*, se designa o dinheiro correspondente: uma *doppia* da Espanha, cerca de 15 liras, por ano), ou seja, 246 litros; 38 prevêem frumento e *barbariato* (centeio e frumento misturados), aqui também com uma forte concentração: em 16 casos, 3 sacos, ou seja, 259kg e em 9 casos, 4 sacos, correspondentes a 345kg por ano, sem considerar um caso intermediário de 3 sacos e meio. Para o presigo a situação é mais variada, porque em 11 casos se fala de dinheiro "para o presigo, a cada ano", enquanto em outros testamentos é previsto o pagamento *in natura*. Trata-se sempre de queijo, carne de porco conservada, azeite ou óleo de nozes e sal. Um modelo estatístico não muito artificial pode ser avaliado em 2 *rubbi* de queijo (ou seja, 18kg), 9kg de sal, 9kg de óleo. Menos freqüente é o modelo de 2 *carre* de madeira para o aquecimento.

Naturalmente existem casos que requerem uma atenção particular, porque vão além de um comportamento padrão e têm indicações mais específicas. Giovanni Romano, em 1686, deixou para sua esposa Margherita "o usufruto de sua casa ou da sala no térreo ou sobre o sótão, à sua escolha, e, para viver, o usufruto de meia *giornata* de aratório, obrigando seus herdeiros universais ao trabalho e ao cultivo nessas terras sem nada pretenderem dela, isto para sempre. Quanto às sementes, cabia à mulher colocá-las e aos herdeiros pagarem os encargos da comunidade". Ele lhe deixava, ainda, 2 *brente* de vinho por ano, "caso seus *alteni* os produzam, e 2 sacos de maçãs, caso as suas árvores as produzam, e não havendo tais produções desaparecem todas as obrigações a respeito". Finalmente, deixava-lhe em herança os lençóis, os móveis "e todos os instrumentos necessários para que ela possa tecer a seda, além da possibilidade de possuir 3 galinhas, que ele lhe deixa".[4]

Observamos, também, o caso de Giovan Domenico Perrone, do qual já falamos anteriormente, e que deixou para Maria, "sua querida esposa", meia hemina de arroz e meia de feijões (ou seja, 9kg de cada um) para que ela "preparasse sua comida", juntamente com um sustento relativamente rico em gorduras e proteínas.[5] Esses eram casos particu-

Tabela 2 — Sustento anual deixado às viúvas nos testamentos

	Vinho (*brente*)	Grão (*sacchi*)	Queijo (*rubbi*)	Carne de porco (*rubbi*)	Óleo (*rubbi*)	Outras gorduras: toucinho, manteiga (*rubbi*)	Sal (*rubbi*)	Madeira (*carra*)	Dinheiro para o presigo (liras)	Habitação ou aluguel de casa
1 (1675)	5	3	—	—	—	—	—	—	—	sim
2 (1677)	10	4	1	1	—	—	—	4	—	—
3 (1678)	5	4	1	—	1/2	1/2	—	—	—	sim
4 (1678)	10	6	3	2	2	2	1	4	—	sim
5 (1678)	5	4	1	1	—	—	—	—	—	sim
6 (1679)	5	4	2	2	1	—	1/2	2	—	sim
7 (1679)	10	3	—	—	—	—	—	1	—	sim
8 (1681)	15	3	—	—	—	—	—	—	10	—
9 (1681)	5	2	—	—	—	—	—	—	10	—
10 (1681)	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—
11 (1681)	10	3 1/2	—	—	—	—	—	2	15	—
12 (1681)	5	5	—	—	—	—	1/2	—	—	—
13 (1683)	5	4	—	—	—	—	—	—	10	sim
14 (1683)	20	10	—	—	—	—	—	—	—	sim
15 (1684)	5	3	—	—	—	—	—	—	—	sim
16 (1686)	2	—	—	—	—	—	—	—	—	sim
17 (1687)	4	3	1	—	—	—	—	—	—	—
18 (1687)	4	3	1	—	—	—	—	—	—	—
19 (1687)	5	5	—	—	—	—	—	—	6	sim
20 (1688)	—	—	—	—	—	—	—	—	30	—
21 (1688)	5	5	—	—	—	—	—	—	—	sim
22 (1688)	5	5	—	—	—	—	—	—	—	sim
23 (1689)	5	3	1	1/2	—	—	—	—	6	sim
24 (1690)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
25 (1691)	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—
26 (1691)	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—
27 (1692)	5	4	1	—	1	—	—	—	—	sim
28 (1692)	5	4	1	—	1	—	—	—	—	sim
29 (1693)	5	3	—	—	—	—	—	—	—	sim
30 (1694)	4	3	—	—	—	—	—	—	3	sim
31 (1694)	—	—	—	—	—	—	—	—	50	—
32 (1695)	10	4	2	2	1	—	1	3	—	sim
33 (1696)	—	3	—	—	—	—	—	1/2	—	—
34 (1696)	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—
35 (1698)	4	3	—	—	—	—	—	—	28	sim
36 (1698)	4	3	—	—	—	—	—	—	28	sim
37 (1699)	6	4	—	—	—	—	—	2	25	—
38 (1700)	5	3	—	—	—	—	—	1	—	sim
39 (1701)	—	1	—	—	—	—	—	—	30	—
40 (1702)	5	3	—	—	—	—	—	2	—	sim
41 (1705)	—	—	—	—	—	—	—	—	20	—
42 (1706)	2 1/2	2	—	—	—	—	—	—	—	sim
43 (1706)	5	3	—	—	—	—	—	—	15	sim

lares, de uma proteção e ternura obsessivas, como se pode apreender a partir desses pensamentos alimentares feitos às portas da morte, quase como uma imaginação visível da própria esposa, que continua numa vida solitária, serena e melancólica, a tecer, a criar galinhas e a cozinhar sua própria comida.

Existia, porém, para além da particularidade de certos casos, uma opinião padrão sobre o sustento necessário, que é relativamente independente das diferenças sociais e econômicas dos autores dos testamentos (tabela 3).

Tabela 3 — Valores calóricos do sustento anual deixado para as viúvas nos testamentos:

Vinho:	5 *brente*	=	246 litros	=	147.600 calorias	12,8%
Grãos:	3 *sacchi*	=	259 quilos	=	854.700 calorias	74,2%
Queijo:	2 *rubbi*	=	18 quilos	=	69.660 calorias	6,1%
Óleo:	1 *rubbi*	=	9 quilos	=	79.560 calorias	6,9%
Madeira:	2 *carre*					

O total era de 1.151.520 calorias por ano, ou seja, uma dieta de 3.155 calorias por dia.[6] Este é um dado aproximativo, já que os verdadeiros conteúdos calóricos dos vários alimentos, cujas qualidades não conhecemos, são fortemente hipotéticos. Todavia, isso não era pouco, se considerarmos a integração com ovos, carnes de suíno, verduras do horto ou dos prados, frutas e produtos selváticos colhidos esporadicamente. Decerto os grãos representavam três quartos da alimentação básica, o vinho tinha um peso relevante, a carne de boi ou de carneiro era ausente e ainda não haviam aparecido, nesse momento, alguns alimentos que foram fundamentais no século posterior (o milho e as batatas). É uma dieta impressionantemente semelhante à dos trabalhadores esporádicos e dos operários agrícolas, cujo cálculo foi feito para a Sicília daqueles mesmos anos.[7] Entretanto, tratava-se, aqui, da alimentação de

mulheres em idade avançada, portanto não mais sujeitas ao duro trabalho agrícola e que tinham, ainda, a possibilidade de integração com outros produtos, já que essa era apenas uma base alimentar uniforme.

Para nós, esses dados são úteis a fim de podermos dar um suporte concreto às quantidades que citei, anteriormente, quando narrei as biografias dos arrendatários. Na verdade, agora nos resta perguntar quanta terra cultivada era necessária para produzir o sustento de uma pessoa. Naturalmente, seria melhor que pudéssemos responder, também, a outros problemas ligados a este: quanta terra um homem adulto podia cultivar? Quais eram as modificações na quantidade produzida que podiam dar uma intensidade diversa de trabalho? Mas estas perguntas exigem uma contabilidade tão minuciosa que não podemos esperar respondê-las diretamente. E, de qualquer forma, mesmo a economia agrária de hoje se utiliza de cálculos não menos hipotéticos. Em todo caso, já não é pouco sabermos quanta terra era necessária para produzir o sustento mínimo para um adulto, ainda que este seja um cálculo aproximado, dada a diversa qualidade das terras e a variedade dos homens que a cultivavam.

2. Dispomos de dois tipos de medida para a produtividade da terra nessa época e nessa zona. O primeiro deles é a pesquisa preliminar para a Perequação (ou seja, para preparar os cadastros de Vittorio Amedeo II)[8], que foi feita em Villastellone, Chieri e Cambiano em julho de 1701.[9] O segundo são as avaliações de quanto, em dinheiro, podiam render alguns pedaços de terra, segundo as estimativas feitas por especialistas locais em Santena, em diversas ocasiões.

Vejamos, portanto, na tabela 4, o que nos diz a Perequação quanto aos produtos por *giornata*, segundo a fertilidade da terra e a destinação de seus produtos.

Trata-se da produção líquida sujeita a impostos e, portanto, se refere apenas às partes sob domínio e estão excluídas as despesas de lavra. Os dados compõem uma média aproximada obtida através do testemunho de camponeses sobre os resultados da última década. É considerada a rotação, bienal ou trienal, segundo a qualidade do terreno e são deduzidas as des-

pesas com o trabalho e a colocação de sustentações das videiras nos *alteni*. São, portanto, estimativas muito baixas, que avaliam as contas de forma bondosa, tanto porque se baseiam nos depoimentos daqueles mesmos camponeses que tiveram, depois, que pagar os impostos, quanto porque a intenção era chegar a uma avaliação justa dos preços de uma terra em relação à outra da mesma comunidade e não de uma comparação entre as terras de todo o Estado. A finalidade fiscal era perequativa e a base sujeita a impostos foi depois usada apenas como estimativa à qual referir o multiplicador do peso fiscal a ser estabelecido anualmente.

Tabela 4 — Produção agrária em Chieri, Villastellone e Cambiano, de acordo com a qualidade dos terrenos, 1701 (parte sob domínio).

	Chieri	Villastellone	Cambiano
Campos de 1ª qualidade			
frumento (heminas)	8 1/2	7	7 2/3
Campos de 2ª qualidade			
frumento (heminas)	6	5	2 1/2
barbariato (heminas)			
Campos de 3ª qualidade			
barbariato (heminas)	1 1/2	1 1/2	1 1/6
centeio (heminas)	1 1/2	1 1/2	2 1/2
Campos de 4ª qualidade			
centeio (heminas)	2		
Alteni de 1ª qualidade			
frumento (heminas)	6	6	6
vinho (*brente*)	7	6	9
Alteni de 2ª qualidade			
frumento (heminas)	2	4	2
barbariato (heminas)	2		2
vinho (*brente*)	5	4	6
Alteni de 3ª qualidade			
centeio (heminas)	2	3	2
barbariato (heminas)			1
vinho (*brente*)	3	3	3

É possível supormos que os terrenos dos pequenos condutores, ou em propriedade direta, rendessem, pelo menos, três vezes os produtos taxados que, é importante lembrar, diziam respeito apenas ao produto da parte sob domínio, que nos contratos de arrendamento e de colônias de parceria eram calculados por volta de um terço da produção real bruta e, tudo isto tendo em consideração a semente, que tinha sido avaliada em um terço, uma média alta demais para esta zona na qual a regra eram rendas cinco vezes superiores à semente.

Se considerarmos que quase nenhuma terra de primeira qualidade estava em mãos camponesas, chegamos à conclusão de que menos de uma *giornata* de segunda qualidade era suficiente para manter, à base de grãos, uma pessoa adulta (15 heminas) e que uma *giornata* de *alteno* produzia grãos suficientes, enquanto que o vinho bastava até mesmo para três pessoas. Para comprar queijo, óleo e sal para o consumo anual de uma pessoa eram necessárias 17.5 liras e para 2 *carre* de bosque, 19 liras aos preços correntes em Chieri nos anos 80.[10] Estas quantidades deviam ser compradas e requeriam a venda da produção de cerca de meia *giornata* de campo ou pouco menos de *alteno* (*brente* de vinho ou heminas de grão). Eram, enfim, necessárias, de uma a uma e meia *giornata* de terra para manter, com certa abundância, uma pessoa durante um ano. Transformando estas quantidades nos preços médios dos anos 80, eram necessárias 86 liras para este sustento.

Resultados muito semelhantes a estes podem ser obtidos através de outros dados, nas avaliações da produção da terra ou em documentos tabelionais análogos. Por exemplo, Giovan Battista Torretta, em 1686, para pagar 70 liras de dívidas, cedeu o usufruto do grão e das uvas de uma sua *giornata* de *alteno* respectivamente por um e por dois anos. Apesar do trabalho que o usufrutuário teve que colocar, a estimativa é muito semelhante à precedente tanto no que concerne à quantia em dinheiro quanto no que diz respeito ao cálculo do modo de produzi-la.[11] Ou ainda: em 1687, em uma avaliação da renda produzida pelos bens de duas pessoas importantes, o reverendo Negro e o cirurgião Tesio, obteve-se uma estimativa média de 56 liras por *giornata*.[12] Poderíamos citar, ainda, outros casos, mas tudo parece confirmar os dados do cadas-

tro, já que até mesmo fontes diferentes apontam para quantias sempre, mais ou menos, próximas. O quadro assume, deste modo, uma coloração relativamente definida. O dote, por exemplo, cobria, em valores absolutos, pouco mais de um ano de sustento e os seus juros anuais não pagavam sequer o presigo. O sustento dos pequenos proprietários devia ser inferior àquele aqui descrito sobre as viúvas de famílias relativamente mais ricas, mesmo levando em consideração que a integração com os produtos do horto ou com as filas de legumes plantados nas bordas dos campos devia ter um peso significativo na dieta. Uma família de quatro adultos deveria possuir pouco mais de quatro *giornate* de terra para viver em pleno autoconsumo, ou seja, sem precisar procurar trabalho fora ou, na melhor das hipóteses, se limitando a trocar produtos (vinho e grão) para comprar sal e queijo.

3. Entretanto, esta dimensão reduzida da terra necessária para a subsistência foi, ainda, drasticamente diminuída em função da introdução de duas novas culturas, que o cadastro não leva em consideração mas que foram de tal forma importantes que transformaram completamente a economia camponesa piemontesa, nos seus resultados produtivos e na sua intensidade: o milho e a amora. A sua ausência nas estimativas cadastrais confirma a hipótese — sobre a qual ainda voltarei a falar — de que os rendimentos monetários avaliados pela Perequação eram enormemente inferiores àqueles reais.

Não possuímos nenhuma medida da difusão do milho nesta zona. Ele, com certeza, existia e já o encontramos na história da família Domenino. A viúva do último Domenino havia deixado para seu pai (Stefano Scalero) o produto de um campo cultivado, justamente com o milho. Esta cultura, com altíssimos rendimentos, se torna no século XVIII a base alimentar essencial da população camponesa. Todavia, a sua difusão no Piemonte ocorreu durante o século XVII, com duas fases de aceleração: a primeira depois da peste de 1630 e a outra durante os anos da crise alimentar de finais do século, ou seja, exatamente a época que estamos estudando. Uma sociedade em alvoroço, a qual os quadros antigos se descamam, é uma

sociedade mais disponível e mais indefesa diante da inovação técnica e mais capaz de se adequar a novas condições produtivas.[13] É possível acreditarmos que a presença do milho em Santena já não fosse mais esporádica e que as referências não-sistemáticas que encontramos nos atos tabelionais fossem o reflexo de uma cultura em vias de generalização, uma vez rompidas as barreiras psicológicas que a tinham feito lutar durante muitas décadas depois do seu primeiro aparecimento.

Por outro lado, dispomos de mais documentos no que se refere às amoreiras, que serviam para a criação do bicho-da-seda. As descrições dos pedaços de terra que passavam pelo mercado mostram, freqüentemente, a presença das amoreiras como uma característica difundida e à frente do cultivo.

A criação do bicho-da-seda permitia um emprego intensivo de mão-de-obra infantil e feminina e aparecia como uma contribuição monetária importante ao lado das produções mais estritamente relacionadas com a subsistência. Poucos quilos de sementes podiam resolver os problemas relacionados com o pagamento de taxas, com a compra de animais e, em geral, com os gastos em ocasiões extraordinárias, particularmente difíceis para as famílias camponesas.

Também neste caso o cadastro não nos diz nada, apesar do fato de que a difusão das amoreiras dissesse respeito, de forma generalizada, a todo o Piemonte, na planície ou no morro. Tivemos acesso a alguns vestígios posteriores, relacionados à zona de Chieri.

Tratava-se de duas culturas diametralmente opostas. O milho não entrava nas avaliações senão nos casos de algumas realidades específicas de difusão mais antiga (especialmente o *canavese*). Os seus altíssimos retornos em relação à mercantilização, que era mais fraca do que a do frumento, a do centeio e a do *barbariato*, estavam mudando a alimentação, e sua principal destinação era o consumo familiar. Em várias áreas, nas quais a sua presença era relevante, ele não passava pelo mercado. Não tinha sido possível, portanto, fazê-lo entrar no cômputo monetário do rendimento da terra.

O que havia reduzido o papel completamente mercantil das atividades relacionadas ao ciclo serial na medida dos agrimensores era, pro-

vavelmente, uma motivação econômica específica, fruto de uma vontade de incentivação mais do que de um limite das técnicas de avaliação agronômica. A criação dos bichos-da-seda era, na verdade, excluída das estimativas dos rendimentos, como também as amoreiras eram excluídas dos cálculos e das descrições, e não eram quase nunca organizadas em plantações especializadas, e sim cultivadas ao redor da casa, das eiras, das estradas, dos cursos de águas e dos pedaços de aratórios. É muito difícil medir, em nível local, a sua enorme difusão e a cronologia da sua presença crescente. Nas transações de compra e venda aparece, como já dissemos, a indicação "com amoreiras" na descrição de aratórios e ao lado da principal destinação dos pedaços de terra, e este fato diz respeito a mais de 40% dos casos. Entretanto, a sua freqüência está sujeita a demasiadas variações para que possa ser considerada uma quantificação, de algum modo, significativa. A impressão que se apreende da declaração dos contemporâneos era, porém, de uma intensificação rápida, principalmente depois dos anos 60 do século XVII, mesmo na zona de Chieri. Um exemplo significativo concernente exatamente a esta zona foi a carta que o nobre Antonio Garagno, auditor-mestre do Tribunal de Contas, escreveu, em 24 de novembro de 1676, ao conselho comunitário de Chieri. Ele afirmou "que a cada ano se vê um aumento maior da produção de seda pela quantidade de amoreiras que vêm se multiplicando cotidianamente".[14] A produção altamente fragmentada, a colheita de folhas, a criação do bicho-da-seda e a fiação a domicílio faziam da seda um recurso generalizado e fundamental para os balanços camponeses. Todavia, por outro lado, era difícil o controle e a medida, família por família, do significado econômico desta atividade complexa e multifária, que ocupava os camponeses em seu tempo livre.

Ela já era uma atividade tão importante ao ponto de constituir uma parte essencial da lógica do sistema que estamos examinando, ou seja, uma lógica seletiva, que estava atenta ao cálculo das vantagens e desvantagens que as mudanças técnicas podiam acarretar para a estratégia complexa da família camponesa. Vale a pena, portanto, que nos detenhamos brevemente na tentativa precoce de Antonio Garagno de introduzir a nova roca de tipo bolonhês nas cercanias de Chieri.

A rede complicada que envolvia a aquisição e a concentração em mãos de poucos grandes comerciantes de seda seguia, mais do que em outras manufaturas, canais locais complexos que opunham uma resistência passiva à difusão de técnicas mais avançadas de fiação, pelo menos em áreas como a nossa, na qual a tradição do algodão não tinha pesado concorrencialmente para a difusão de instrumentos para a fiação da seda nas casas camponesas. Tinha havido, aí, um tipo de especialização local, pela qual a fiação e a tecelagem do algodão e do linho a domicílio ficaram limitadas a Poirino e Riva, com a exclusão de Cambiano, Villastellone e Santena. Em 78% dos inventários de Santena aparece algum instrumento para a fiação da seda, e são muitos os casos de dotes e heranças para viúvas que nos demonstram que deste setor derivava uma parte relevante da participação feminina para a produção monetária do balanço familiar.

Este não era, certamente, um fenômeno exclusivo desta zona, mas dizia respeito a todo o Piemonte. A especialização em Racconigi e o sucesso das novas técnicas centralizadas,[15] aqui localizados, podem nos levar a crer que se tratasse de uma iniciativa isolada de alguns empreendedores particularmente capazes, que inovavam antes dos outros, e não no movimento de um fenômeno mais geral. Ao que tudo indica, entretanto, esse deslocamento foi o resultado de uma série de tentativas ocorridas mesmo em outros lugares, mas lá falidas exatamente em função da vitalidade da atividade doméstica, da resistência camponesa e da inércia de um sistema baseado na colheita do produto, e neste sentido a nossa área é um exemplo.

Na realidade, foi diante deste conjunto de fatores que Antonio Garagno teve que se render, depois de ter introduzido em 1669 em Chieri (muito cedo, até mesmo em relação aos Peyrone de Racconigi) uma "fábrica e moinhos de seda com suas rocas de tipo bolonhês". Depois de quatro anos de atividade, durante os quais tinha perdido cerca de 1.600 *doppie*, "não sei se pela pouca experiência do mestre, ou seja, diretor, que trouxe de Milão ou se pela minha pouca sorte", teve que parar o moinho, apesar do fato de que "este tipo de instrumento se quebrasse mais facilmente parado do que trabalhando", e vendê-lo em Racconigi ou em Asti.[16] Este episódio, embora certamente secundário em relação aos aconteci-

mentos narrados aqui, me parece importante para enfatizar a força de uma organização doméstica da produção que, pelo menos durante algum tempo, foi vitoriosa em relação a uma prática tecnologicamente muito mais eficiente. E, voltando ao cadastro, a importância da seda confirma a provável subestimação que os cálculos para a medida do rendimento da terra demostram, se desejarmos conhecer a extensão do aratório necessária para manter uma pessoa durante um ano. Pode-se, portanto, concluir que uma família (de quatro pessoas adultas) podia viver em um nível suficiente, do ponto de vista do autoconsumo alimentar, em dimensões em torno de um hectare. São dimensões mínimas, o que explica os conflitos e tensões causados pela disputa de pedaços de terra extremamente pequenos. Os documentos nos mostram um movimento contínuo de proprietários, de trocas, de discussões e de confiscos. Um mercado reduzido e vorticoso que os camponeses talvez medissem em termos de meses de subsistência e não em valores monetários.

4. Mas este era realmente um mercado? No capítulo anterior falei a respeito dos arrendatários como grupos familiares cuja compra de terras era um fator essencial no jogo da diversificação das atividades e, ao mesmo tempo, um instrumento que tornava mais elástica a dependência da autoridade e do poder dos proprietários. Se descermos na escala social, encontraremos situações sempre mais vinculadas à necessidade alimentar e à sobrevivência: uma propriedade de mínimas dimensões talvez intensamente cultivada com milho, um trabalho assalariado esporádico e a criação de bichos-da-seda e de porcos. A gama das possibilidades de diversificação profissional se reduz: ela é inversamente proporcional à riqueza.

E é em relação à propriedade da terra e a sua rápida circulação que apreendemos uma parte importante dos valores da comunidade, especialmente no que concerne às famílias dos camponeses mais pobres. O nosso olhar pode ser desviado do fato de que a maior parte da documentação diz respeito exatamente às transações relativas às terras e às casas (para Santena, respectivamente 506 e 258 atos em cerca de trinta

anos) e, ainda mais, quando se trata de pobres. As famílias que raramente se apresentavam diante de um tabelião apareciam quase que exclusivamente nas ocasiões de transações imobiliárias. Todavia, a satisfação das necessidades materiais básicas estava ligada à terra e é difícil duvidar da relevância destas transações no quadro geral do sistema cultural dos camponeses de Santena.

Não podendo, portanto, levarmos adiante a pesquisa prosopográfica quando se trata das famílias mais pobres e, talvez, também mais instáveis da comunidade, é a esta estreita rede de indicações documentais que devemos nos dirigir.

Entretanto, não são poucos os problemas que se nos apresentam. Antes de mais nada, perguntamo-nos por que neste setor, mais do que nos outros, é evidente a impossibilidade de fazermos uma leitura de todo formal dos comportamentos econômicos nos quais cada troca de terras através do mercado seja impenetrável unicamente em termos de maximização das vantagens econômicas. Na verdade, sob o aparente mecanismo de mercado que preside esta grande quantidade de transações com terras se esconde o problema geral dos recursos, do poder, da sobrevivência, da solidariedade, da manutenção ou da transformação das relações e dos valores sociais existentes, e, em relação a tudo isto, a tendência a maximizar a própria posição econômica pode percorrer os caminhos da convivência, mas, também, os dos conflitos. É um resultado e não um objetivo aquilo que rege todo o sistema. O elemento imediatamente visível nestas transações é, além do seu imponente número, a enorme gama dos preços. Existe, portanto, uma intensa mercantilização da terra, mas o funcionamento deste mercado não nos diz o suficiente sobre a maneira pela qual a terra se torna mercadoria e nos deixa perplexos em relação ao conteúdo das transações.

As hipóteses que terei que assumir, para desfazer a incongruência que deriva da enorme e aparentemente arbitrária oscilação no nível dos preços da terra, são as seguintes:

a) As equivalências entre bens não se apresentavam sem vínculos mas exprimiam proporções determinadas pelas condições existentes na

comunidade e contribuíam para a manutenção destas mesmas condições. O preço era, assim, uma equivalência determinada segundo as condições da situação social concreta e não somente fruto do jogo impessoal da demanda e da oferta de bens escassos.[17]

b) As equivalências entre os bens não tinham o mesmo significado para todos os membros da comunidade. O significado variava de acordo com a posição dos contratantes na escala da riqueza e do *status*. Esta diversidade social de significado criava uma situação de intercâmbio da terra com vários circuitos, todos presentes, porém diferentes. A dimensão dos pedaços de terra negociados criava uma primeira e fundamental dicotomia. Aqui, nós nos ocuparemos apenas da fragmentadíssima terra camponesa. Mais de 80% das transações tinham por objeto pedaços de terra inferiores a 1 *giornata*, ou seja, a um terço de hectare e nenhuma superava 4 *giornate*. Durante todo o período aqui estudado nenhuma terra pertencente aos senhores havia passado pelo mercado. Dentro deste circuito de pequenas parcelas de terra, a parentela, a vizinhança e a estraneidade dos contratantes tinham um papel determinante na definição do nível dos preços e na natureza da transação.

c) A situação que reinava em Santena em finais do século XVII não era uma exceção. Era, na verdade, um exemplo dos mecanismos de mercado da terra comuns a muitas outras áreas do Piemonte no Antigo Regime.[18] O período do final do século XVII, em relação a uma pressão exercida pela monarquia absolutista no sentido de uma uniformidade fiscal e mercantil da terra, foi provavelmente uma fase específica de rápida transformação, mesmo que não-linear, na direção da criação de mercados com preços flutuantes em modo mais homogêneo, e em condições de expressar, em termos mais imediatos, os movimentos de oferta e procura. Permaneciam, porém, presentes e, para certos grupos sociais, dominantes considerações de justiça (e de preço justo) e outras relevâncias, cujas conseqüências eram equivalências que resultavam de elementos sociais concretos. E, nestes anos, no interior de cada operação de intercâmbio, o preço devia ser, ainda, largamente estabelecido através da contratação pessoal entre comprador e vendedor (e não pela concorrência entre compradores e vendedores anônimos) e levar em consideração o contexto das relações no qual se estabelecia a transação.

5. Estas são as hipóteses. A situação que estamos examinando é a de uma comunidade piemontesa de finais de século XVII. A herança não está ligada a vínculos de primogenitura e é divisível entre todos os filhos em partes iguais, ainda que a prática testamentária tendesse a excluir as mulheres da propriedade imobiliária, monetizando os dotes e exigindo, em troca, a renúncia formal a qualquer posterior pretensão à terra da família. E, ao lado deste mecanismo hereditário que fragmentava muitas propriedades, uma presença maciça de contratos de compra e venda parece indicar uma situação abertamente mercantil no que concerne à terra.

É exatamente o livre comércio da terra que constitui um problema que gerou muitas discussões. Ele não tem somente implicações teóricas quanto à aplicabilidade de modelos de sociedade camponesa que descrevam os comportamentos econômicos como comandados e travados pelos vínculos senhoris, parentais ou comunitários, mas, também, sobre a elasticidade consentida por uma fácil passagem de propriedade da terra que permitia sua adequação à rigidez demográfica e, em geral, ao papel das estruturas fundiárias em relação aos acontecimentos sociais. O modelo de Chayanov, por exemplo, criado a partir da realidade russa entre os séculos XIX e XX, considerava muito mais vinculantes os fatores demográficos e a estrutura familiar do que a quantidade de terra disponível. A terra, muito abundante, podia continuamente aumentar ou diminuir segundo as rígidas regras demográficas do ciclo de vida da família.[19] E é exatamente supondo uma grande mobilidade mercantil da terra, já em finais do século XVIII na Inglaterra, que Postan utilizou hipóteses semelhantes, sublinhando a dimensão do grupo doméstico como o maior vínculo na determinação da estratificação social entre os camponeses.[20] A rigidez da terra, os direitos senhoriais sobre a posse do camponês e sobre sua transferência, mantidas por outros,[21] deixava todavia aberta a questão da precocidade do intenso intercâmbio mercantil

da terra, abrindo uma passagem através da qual se estendiam explicações de forte ideologia, levadas ao paradoxo por Alan Macfarlane. Uma mercantilização precoce para uma terra cujos posseiros individuais tinham uma livre disponibilidade, sem vínculos jurídicos e sociais, comunitários e familiares, fez do caso inglês um modelo alternativo às viscosas sociedades camponesas da Europa Continental e foi uma das colunas de sustentação do nascimento do individualismo, da mercantilização generalizada e impessoal e do mundo capitalista. Naturalmente, eu não pretendo discutir aqui estas possíveis conseqüências de uma das posições em debate. Sem dúvida, porém, as teses de Macfarlane se baseiam substancialmente em uma única consideração: os camponeses compravam e vendiam terras. Isto lhe basta para descartar as dúvidas quanto ao significado do fenômeno, e para descobrir a torrente de conseqüências de um anacronismo límpido e coerente.[22]

A situação de Santena está afastada, tanto no espaço quanto no tempo, daquela discutida sobre a Inglaterra: em finais do século XVII o comportamento camponês não parecia ser mais redutível a caracteres autônomos de um modo de produção específico. A inserção em uma sociedade mais ampla, a redução do autoconsumo, a presença dos mercados de cereais e, até mesmo, o hábito da utilização da moeda e do cálculo monetário parecem ter tornado remota a realidade viscosa que foi objeto de discussão quanto à Idade Média inglesa.

Entretanto, o exame dos preços da terra nos aponta muitas dúvidas. Na verdade, as teses quanto ao caráter impessoal do mercado na Inglaterra na época da peste negra eram essencialmente rebatidas por um dado específico: o parentesco. A terra circulava em um âmbito familiar e a percentagem de parentes que apareciam nas transações serve para medir a proximidade da realidade moderna do mercado impessoal. Todavia, não é simples reconstruir os parentescos em um período no qual os registros de estado civil não existiam e os sobrenomes eram transitórios. A venda entre pessoas que tinham o mesmo nome de família excluía, desta forma, todas as relações entre parentes por afinidade, todas as ligações nascidas através da passagem de uma mulher de uma estirpe para outra. Reabria-se, assim, a incerteza.

Mas mesmo superados estes obstáculos documentais, as coisas se tornaram realmente mais concretas? Em um nível discriminatório de 30% das transações entre parentes que não eram mais alcançadas desde o século XIV, um estudo recente de Zvi Razi contrapõe a situação de Halesowen, a oeste de Birmingham, onde 63% das vendas de terra entre 1270 e 1348 ocorreram no interior das famílias. Mesmo não havendo fortes vínculos legais para a apropriação e a disponibilidade individual, fortes regras morais limitavam o livre comércio da terra, personalizavam-no e o deixavam travado em razão de uma série de obrigações e de deformações.[23]

Ainda que a reconstrução das genealogias seja extraordinariamente sutil, o problema permanece. É, na realidade, *como* se compra, e não *de quem* se compra, o que caracteriza o aspecto impessoal do mercado. É por essa razão que a concorrência ampla e incontrolável de compradores e vendedores se torna o elemento que determina o preço e caracteriza o mercado moderno, além de diferenciá-lo da transação na qual a prevalência da relação entre os contratantes sobre o elemento mercantil a isola de todas as outras, e na qual é a contratação a dois a determinar seu aspecto.[24] Enfim, não foi demonstrado que o capitalismo, o mercado impessoal ou o mercado auto-regulável não possa conviver com as transações entre parentes. A pequena dimensão das comunidades camponesas nos leva a encontrar, na Idade Média, como também hoje, um alto percentual de transações entre parentes, e que é tão maior quanto menor é a comunidade e quanto mais marginal é a terra. É mais forte a demanda potencial de terras por parte dos residentes do que por parte de pessoas de fora da comunidade. Isto pode ser suficiente para afirmar ou negar a existência de um livre mercado da terra? O fato é que se hoje algum de nós compra a terra de seu irmão é provável que a pague como se a comprasse de um estranho, porque mesmo entre parentes prevalecem os preços determinados pelo mercado generalizado e impessoal.

O ponto fundamental é, portanto, o seguinte: não é tão importante colocar em evidência quem vende e quem compra, e sim o mecanismo central da transação, *a formação do preço*. É no mecanismo de mercado que se verifica realmente o peso do parentesco nas transações.

Partamos, portanto, da seguinte hipótese: a forma que o mercado da terra terá aparecerá expressa em seu preço. É somente em um mercado perfeito e impessoal, no qual são a demanda e a oferta que determinam os níveis dos preços e onde apenas a qualidade criará uma escala de valores, que poderemos, realmente, falar da afirmação de uma economia governada pela maximização dos resultados monetários.

6. Voltemos a Santena e nos perguntemos o que devemos esperar, do ponto de vista abstrato, das transações que ocorriam, relativamente à compra e venda de terras, em um mercado repleto de relações parentais e sociais que não eliminavam os preços mas os alteravam. Tomemos em consideração o gráfico II, que indica o preço da terra arável na nossa comunidade em finais do século XVII. Como se pode ver, os preços unitários por *giornata piemontesa* (1/3 de hectare) sofrem uma oscilação incrível, variando entre 20 e 500 liras, ou seja, 25 vezes.

Trata-se, apenas de uma pequena parte, de uma questão de qualidade do solo ou de destino cultural: os dados recolhidos nos gráficos se referem todos ao cultivo puro,[25] sem fileiras de videiras ou árvores, em tal quantidade que pudessem alterar a cultura dominante de cereais. São igualmente excluídos os terrenos especializados em cultivos muito intensos (hortos) ou cobertos de cascalho para as inundações. É uma terra relativamente homogênea, mesmo do ponto de vista das dimensões dos pedaços colocados em venda, todos por volta de 1 *giornata*, mesmo que com uma prevalência de pedaços ainda menores. Excluem-se do gráfico as frações de terras que não tinham uma autonomia de cultivo, compradas ou vendidas para ampliar outros pedaços e cujos preços podiam ser de uma arbitrariedade incontrolável, exatamente por causa da irrelevância das quantias pagas ou recebidas.

Um problema ainda maior são, naturalmente, as diferenças quanto à fertilidade do solo; mas mesmo este fator não parece poder incidir profundamente na amplidão quanto à disposição dos preços. As terras de Santena eram todas mais ou menos homogêneas e assim eram consideradas até nas estimativas cadastrais. Como já disse, as terras melhores eram dis-

GRÁFICO II
Preços das terras aráveis, 1669-1702 (liras por *giornata*)

postas em forma de colônias de parceria, de propriedade dos nobres ou de entes eclesiásticos, e em trinta anos não apareceram quase nunca nas compras ou nas vendas. As terras que compunham o mercado que estamos examinando eram aquelas camponesas, mais do que fragmentadas e consideradas de 3º e 4º níveis nos cadastros do século XVIII.[26]

Além disto, se recorrermos às estimativas em uso no século XVII, encontraremos uma hierarquia de valores que oscilava, apenas, de cerca de 25%, em relação à avaliação modelo, em cinco níveis de estimativa.[27] Mas este era, ainda, um levantamento muito parcial e que compreendia exclusivamente a moradia: esta sensação de uniformidade podia ser enganosa. Porém, certamente, uma base fiscal muito diferente da realidade teria levado a conseqüências fortes no interior da comunidade, agindo de forma demasiadamente punitiva em relação às terras piores, atingidas quase tanto quanto aquelas de melhor qualidade, o que teria levado a tensões e protestos.

Todavia, não ha dúvidas de que a questão, embora complexa, fosse semelhante às medidas praticadas na metade do século XVII, segundo

o que nos demonstram os cadastros de Vittorio Amedeo II. As intenções deste levantamento fiscal eram ambiciosas: elas objetivavam não apenas uma perequação interna a cada comunidade mas, também, uma possibilidade de comparar as rendas dos produtos da atividade agrícola para todo o estado. As hierarquias para as estimativas de Santena parecem confirmar exatamente uma oscilação muito pequena em torno de uma quantia modelo, porque a grande maioria das terras camponesas (sobre as quais se baseia o gráfico precedente) pertencia aos 3º e 4º níveis e, portanto, em uma gama restrita de avaliações fiscais. Entretanto, embora os valores parecessem próximos nos cadastros, eles refletiam preços muito diferenciados na prática do mercado.

A Perequação de Vittorio Amedeo nos interessa, também, sob um outro aspecto problemático: a discussão dos técnicos que organizavam as medidas quanto à avaliação das rendas sobre as quais basearam suas estimativas. Ao longo dos trinta anos, durante os quais se faziam os levantamentos, recorreu-se, na verdade, a três tipos diferentes de avaliação: primeiramente, a avaliação feita pelos agrimensores (1698-1711) da renda média de uma década em cada lugar; depois o pedido sucessivo (a partir de 1716) aos intendentes que fizessem uma verificação corretiva; e, enfim (a partir de 1718) a ordenação da apuração de todos os contratos de compra e venda entre os anos 1680-90 e 1700-17. O resultado dos três sistemas foi impressionante: as diferenças eram tão profundas e, aparentemente, tão inexplicáveis que, no final, se teve que voltar à primeira medida, feita diretamente pelos agrimensores, sem se pensar em podê-la corrigir com os dados recolhidos sucessivamente.[28]

O que me parece ter um interesse particular é a apuração feita a partir dos contratos de compra e venda: era, evidentemente, uma fonte muito pouco homogênea e as descrições insuficientes das condições específicas de cada contrato teriam exigido uma análise minuciosa, caso a caso, difícil de ser feita para tantas comunidades.[29] Entretanto, talvez existisse alguma coisa, ainda mais inexplicável na aparente arbitrariedade dos preços e nas oscilações desreguladas da expressão monetária das transações. Despreparados para avaliarem as regras de

troca de uma terra fragmentada e marginal em relação ao mercado mais movimentado das cidades ou das terras administradas com base nas lógicas econômicas maximizantes, os agrimensores, na sua mentalidade precocemente mercantil, não encontravam explicações para as oscilações arbitrárias nos preços. Eles, portanto, não conseguiram compreender as leis reais do mercado da terra e, assim sendo, propuseram uma abstrata: a do livre mercado auto-regulado. Mais tarde veremos as conseqüências que isto causou sobre a avaliação e o sucessivo destino do mercado da terra. Por enquanto, é suficiente observarmos que a nossa surpresa diante da oscilação dos preços realmente pagos no comércio da terra é, talvez, a mesma que tiveram os técnicos do duque de Savóia.

Havia, portanto, alguma coisa que alterava os preços; e acreditamos que o elemento perturbador deva ser procurado na complexa realidade social que estava por trás deste mercado. Parentela, vizinhança, amizade, clientela e caridade modificavam os preços; a solidariedade e os conflitos da comunidade tinham um peso determinante não só para ativar as transações quanto para determinar-lhes o preço. Em qual direção?

7. Partamos da sugestão de Karl Polanyi de classificarmos as economias de acordo com as formas prevalecentes de integração, ou seja, segundo os movimentos institucionalizados que põem em contato os elementos do processo econômico. Não se trata, portanto, de isolar a economia, e sim de colocá-la no âmbito das relações entre o fluxo material dos bens e as esferas político-culturais e das relações sociais em geral.[30]

Uma boa parte do comércio de Santena, naqueles anos, parece ter uma função de tipo instrumental: o fluxo material dos bens, da terra em particular, sanciona as relações sociais e é condicionado por elas.

São, portanto, os movimentos bilaterais de reciprocidade que devem ser examinados. A utilização do conceito de reciprocidade, na verdade, nos permite levar em consideração as transações mas não como se fossem sempre trocas paritárias e expressão de um equilíbrio entre iguais. A reciprocidade que age no mercado da terra, de fato, nos revela

que a norma é o desvio de um comércio equilibrado; e é, precisamente, através deste desvio que podemos perceber a interação entre reciprocidade, relações sociais e circunstâncias materiais.

Marshall Sahlins sugeriu uma distinção dos tipos de reciprocidade de acordo com um *continuum* definido pelo modo como se inicia o comércio, pelo caráter da contrapartida, pela relação quantitativa entre os bens comercializados e pelo tempo que separa a passagem inicial e a contrapartida.[31]

Usando esta tipologia no caso do comércio de um único bem, certamente nos arriscamos a criar deformações, considerando que toda a interação material entre os habitantes de Santena se resumisse na transferência de terras. Todavia, se levarmos em consideração este limite, o uso de um esquema simplificado nos permite observar as formas pelas quais a distância social entre aqueles que comercializam condiciona o próprio comércio: tanto a distância parental quanto a da hierarquia dos estratos sociais determinam a forma de reciprocidade implicada na transferência de terras no mercado.

Poderíamos pensar que o nível dos preços tenda a se modificar progressivamente à medida que nos afastamos da parentela mais estreita em direção a parentes mais longínquos, vizinhos e estranhos. Passa-se da reciprocidade generalizada das relações entre parentes, ou seja, das transações esculpidas, pelo menos em parte, sobre a solidariedade e a assistência, a transações de reciprocidade equilibrada, com o comércio simultâneo de bens equivalentes, chegando até uma reciprocidade negativa, o tipo mais agressivo de comércio, no qual a relação é colocada em jogo com o objetivo de obter alguma coisa em troca de pouco ou nada.

Portanto, se adotarmos as definições de reciprocidade enunciadas por Sahlins, podemos supor que a transformação do tipo de reciprocidade tenda a modelar, de forma específica, a transação abstratamente. Podemos imaginar que ela seja a expressão de uma escala de preços que tendem a subir na medida em que nos afastamos do parentesco estreito.[32]

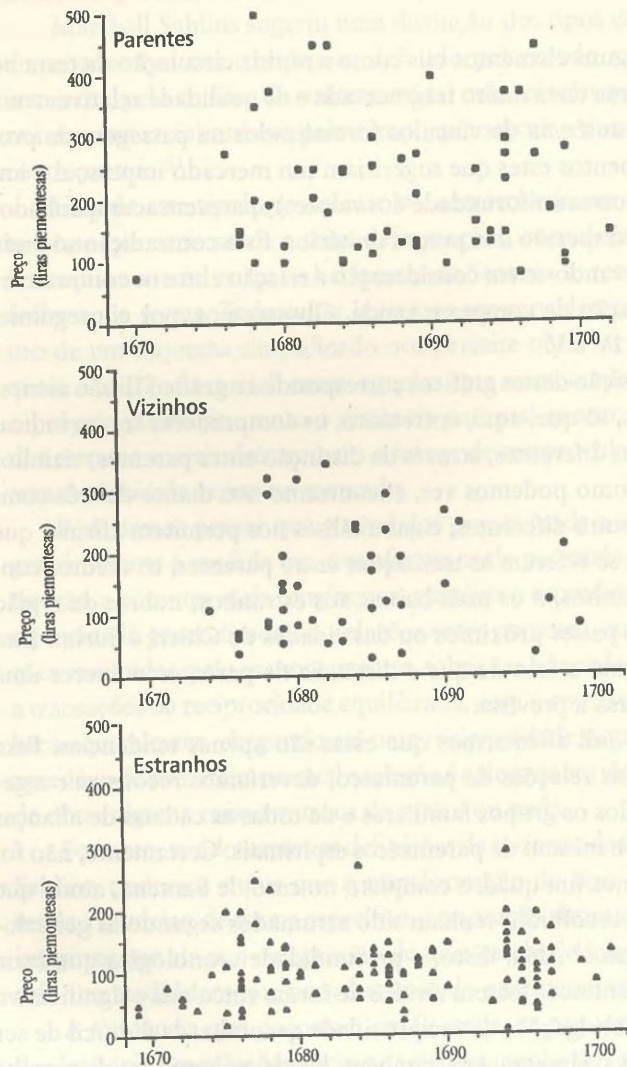
A tendência que encontrei em Santena, se por um lado confirmou a relevância das relações sociais na determinação dos preços, por outro mostrou também, inesperadamente, um *trend* ao contrário: os preços

diminuíam progressivamente, na medida em que as transações envolviam pessoas sempre mais distantes.

8. Portanto, alguns elementos tais como a rápida circulação da terra no mercado (de uma terra muito fragmentada e de qualidade relativamente uniforme) e a ausência de vínculos formalizados na passagem da propriedade (elementos estes que sugeririam um mercado impessoal e implicariam uma certa uniformidade dos valores) aparecem acompanhados por uma forte dispersão dos preços unitários. Esta contradição só pode ser resolvida levando-se em consideração a relação entre os contratantes em cada transação de compra e venda. Observemos, por conseguinte, os gráficos III, IV e V.

A sobreposição destes gráficos corresponde ao gráfico II: são as mesmas transações, só que, aqui, entretanto, os compradores foram indicados de maneiras diferentes, através da distinção entre parentes, vizinhos e estranhos. Como podemos ver, encontramo-nos diante de três comportamentos muito diferentes, cujas análises nos permitem afirmar que os preços altos se referem às transações entre parentes, os médios concernem aos vizinhos, e os mais baixos aos estranhos, nobres da região ou pessoas dos países próximos ou das cidades de Chieri e Turim. Esta situação confirma o fato de que a distância de parentesco exerce uma influência inversa à prevista.

Todavia, é útil afirmarmos que estas são apenas tendências. Para identificarmos as relações de parentesco, deveríamos reconstruir a genealogia de todos os grupos familiares e de todas as cadeias de alianças matrimoniais ou mesmo de parentescos espirituais. Certamente, não foi possível obtermos um quadro completo no caso de Santena, ainda que todos os dados recolhidos tenham sido arrumados segundo as genealogias e as alianças.[33] Além disto, a profundidade cronológica que fazia com que os parentescos fossem vividos de forma vinculada e significativa na ativação de obrigações de reciprocidade generalizada é difícil de ser avaliada e, provavelmente, era, também, ligada a elementos de escolha subjetiva e que variavam de uma estirpe para outra.

GRÁFICOS III-V
Preços das terras aráveis na venda entre parentes, entre vizinhos e entre estranhos, 1669-1702 (liras por *giornata*)

Uma outra situação de incerteza diz respeito à vizinhança: não se tratava de uma vizinhança de moradia — não me parece relevante em uma aldeia pequena e populosa, que levava tais relações a ultrapassarem as de parentesco — mas definida pelas fronteiras dos pedaços de propriedade e que, portanto, mais do que a fatores de relacionamento, se referia a interesses econômicos puros, a vantagens na administração destes pedaços de terra e à tendência sutil ao assenhoreamento até mesmo de mínimas frações de propriedade.

A relação com os estranhos pode ser mais bem verificada. Na maioria dos casos, os compradores são diferentes dos vendedores, em relação à condição de residência e origem, embora a reconstrução prosopográfica possa ter deixado escapar algumas pequenas redes de relações.

Trata-se, portanto, de tendências, mas os resultados me parecem bastante claros para nos sugerirem a existência de uma regra ativa e operante nas transações com as terras: o *continuum* das reciprocidades influía no nível dos preços e no caráter das negociações.

9. Tentemos, então, esclarecer os elementos que compõem este modelo. Estamos em uma situação de terra relativamente marginal e de preços instáveis e indeterminados, na qual, em geral, a circulação da terra era fragmentada em um grande número de transações não ligadas entre si e baseadas nas relações entre indivíduos, ou melhor, entre famílias. A relação entre a oferta e a procura era casual e cada troca se resolvia não na concorrência entre vendedores, e sim na relação pessoal entre vendedor e comprador. Entretanto, percebemos algumas regras neste mercado sem demanda que permitem explicar uma diferença na escala de valores, de acordo com a distância social. Antes de tudo, devemos repetir que a terra aqui em análise era superfragmentada, e que a hipótese de empreender uma estratégia de assenhoreamento era, via de regra, ausente, porque impossível. As distâncias freqüentemente impediam o cultivo de frações de terra longínquas e, especialmente, dificultavam a vigilância das colheitas: eram, portanto, comuns os casos de terras vendidas porque eram difíceis de ser administradas. A lógica do assenhoreamento só

apareceu nos casos de negociações entre vizinhos ou nos raros casos de troca entre pessoas que, de alguma forma, conseguiam, assim, aproximar pequenos lotes, antes dispersos. Como regra, as vendas eram sempre forçadas pela necessidade de alimentos, crises durante o ciclo de vida da família ou a desagregação de grupos domésticos agredidos pela doença ou pela morte. Imaginemos, portanto, o nosso vendedor oferecendo a sua terra no mercado. Quem teria interesse em comprá-la?

A esta altura os parentes já tinham usado outros meios para ajudar o vendedor, como empréstimos em dinheiro ou *in natura*, para que ele pudesse enfrentar uma conjuntura desfavorável. Não era permitido a ninguém se aproveitar das condições difíceis de um parente e, além disto, apropriar-se de sua terra não resolveria o problema da ajuda recíproca que existia no interior de uma relação de parentesco. Vejamos um exemplo. Em 1681 um indivíduo pagou a seu primo por 37.3 *tavole* de terras um preço muito alto (113.5 liras) mas este era apenas o último ato de uma série de trocas e dívidas passadas. Em 1680 foram cedidas e nunca pagas 45 liras em porcos, 9.10 por um resíduo de dívida desde 1678 relativo a outros porcos, 6 liras por remédios, 20.10 liras por um empréstimo em dinheiro, 4.10 liras por uma dívida de 3 heminas de ração, 1 lira tinha sido paga ao agrimensor para medir a terra, 0.10 lira tinha sido destinadas às despesas com o tabelião e, finalmente, apenas 26.5 liras tinham sido entregues diretamente no momento do contrato.[34]

Um outro exemplo: a sogra de Stefano Borgarello devia-lhe 265 liras "referentes às despesas com alimentação durante nove meses do ano anterior, 1695. Tais despesas compreendiam 17 liras para a compra de uma pele; 11 liras pagas ao cobrador de impostos; 6 heminas de grão avaliadas em 28 liras e outras despesas feitas em ocasião de sua doença, que durou sete meses; e ainda 20 liras pagas ao farmacêutico local pelas receitas e compras em sua loja". O genro solicitou "várias vezes" o reembolso e ela, "não sabendo como pagá-lo, esperou, diante das calamidades da época e os danos sofridos pela guerra", decidiu pagá-lo, vendendo-lhe, a um preço exorbitante, um pequeno pedaço de seu prado.[35]

Estes são só alguns exemplos que ilustram a história precedente ao ato de venda. Todavia, muitos atos são, certamente, semelhantes a este,

ainda que menos explícitos. O tabelião apenas registrou a sanção final de uma série de contratos silenciosos, de transações formalizadas ou verbais, de apoios ou de trocas que se concluíram com um ato de venda. Foi esta, portanto, a única fase da transação que deixou vestígios, criando, assim, um véu que obscureceu as fases concretas da reciprocidade entre parentes. Elementos simbólicos e que confirmaram posições e papéis levavam à formação de um preço fictício, já que recorrer ao tabelião era a ratificação final de uma transação na qual o lado social prevaleceu sobre o material. Não era por acaso que se chegava à venda somente depois de um prolongado fluxo unidirecional, que testemunha a indeterminação temporal, quantitativa e qualitativa com a qual eram vividas a espera e a obrigação do intercâmbio.

Em suma, no âmbito familiar, o preço era apenas a conclusão de uma série de prestações, mais ou menos monetárias, que se desenvolviam sob os panos. Esta situação nos é confirmada pelo fato de que um altíssimo percentual de atos de compra e venda não ocorreu através de uma transação monetária. O ato tabelional representava a passagem nominal da terra por quantias ou prestações já recebidas no passado. O preço nos parece alto porque podemos relacioná-lo somente à ultima transação referente à terra e que, geralmente, era a única documentada no ato tabelional. Uma reciprocidade generalizada entre parentes nos deixou apenas vestígios semelhantes aos da reciprocidade equilibrada, de uma troca impessoal de bens: apenas o nível dos preços nos sugere a diferença.

10. Eram os vizinhos aqueles que se moviam em uma lógica mais semelhante à da reciprocidade equilibrada. Quando falamos de vizinhos, referimo-nos àqueles que possuíam um pedaço de terra fronteiriça com aquele objeto da transação. Eles tinham um interesse definido em criar uma demanda assim que se apresentava a ocasião para a configuração de um assenhoreamento. Em um mercado com pouca ou nenhuma demanda, os vizinhos tinham sempre motivos para pretenderem uma terra que podia cair em mãos de outros: mesmo sendo este mecanismo apenas artificialmente semelhante ao de um mercado impessoal, aqui, mais do

que em qualquer outra transação, a oferta tinha a probabilidade de encontrar compradores interessados. Naturalmente a dispersão dos preços nos confirma que este era um processo amplamente artificial, até porque a categoria social dos vizinhos era mais sobreposta a outros tipos de relações e mais contraditória porque, de um lado, estava envolvida em tensões e conflitos por problemas de fronteira e, de outro, em solidariedades e ajudas mútuas no trabalho.

Apesar disto, até o preço era mais *puro*, a transação expressava uma reciprocidade equilibrada, próxima à de um mercado impessoal, em seus efeitos ainda que não em suas causas. Isto ocorria não porque a relação não fosse personalizada, mas porque o aspecto material da transação não era menos decisivo do que aquele relacional sustentado por um interesse econômico mais fácil de ser isolado do que no caso da reciprocidade entre parentes.

Entretanto, o preço caía quando o comprador era um estranho. Em anos de crise, os camponeses não encontravam compradores nem entre os parentes, nem entre os vizinhos, porque eles também estavam sentindo os efeitos da crise. Mesmo assim eles colocavam em venda a sua terra marginal, não desejada por ninguém. Como criar uma demanda? Era nestas ocasiões que apareciam nos contratos os nobres da aldeia ou as pessoas importantes das cidades vizinhas, aos quais os camponeses estavam ligados por mil laços de dependência, de clientela e de prestações. Estes personagens tinham um outro nível de riqueza e um papel mais amplo de poder. Eles podiam ajudar com a distribuição direta de dinheiro ou de alimentos. Mas isto não era possível com todos, e quando a relação não era muito nítida em referência à compra de uma terra não-desejada — difícil de cultivar, de alugar ou de dar em colônia devido a sua ínfima dimensão ou pela sua localização — a transação se tornava uma ação política que fazia parte do quadro de uma administração paternalista e clientelar do seu prestígio de plebeu rico. Todavia, o preço se tornava fruto da caridade, um preço baixo que correspondia a uma reciprocidade negativa.

Se considerarmos os aspectos assistenciais presentes nas compras de terras por parte dos senhores locais ou dos burgueses das cidades, as

características da reciprocidade generalizada parecem reapresentar-se. Não são mais aquelas sociais da solidariedade de parentesco, e sim aquelas mais frias que confirmam o prestígio e a classe através da generosidade e da assistência às necessidades. Devemos, porém, repetir que, neste exame, a perspectiva é artificialmente limitada somente a um bem — a terra — e outras formas de caridade mais desinteressadas não são consideradas. Assim, as relativas indeterminações no tempo e nas respostas que caracterizavam a reciprocidade entre parentes eram substituídas por uma caridade controlada, cuja dimensão temporal é definida pela dupla direção do fluxo dos bens, pouco dinheiro por uma terra marginal. O compromisso de ambas as partes se definia em uma espécie de recíproca extorsão. Outros atos simbolizavam melhor o significado pleno da solidariedade generalizada, ligada às distâncias entre classes: aqui a subtração da terra paga a um preço mínimo aproximava estes atos à violência impessoal da reciprocidade negativa.[36] É uma caridade deturpada pela sociedade que caminhava em direção à plena mercantilização, na qual os participantes se defrontavam com interesses hostis, cada um tentando obter o seu lucro a partir do dano dos outros. Classe e prestígio contra subsistência imediata e sobrevivência.

11. No gráfico II está representada a curva das tendências dos preços da terra. Aqui os preços ainda não estão diferenciados e a dispersão parece se restringir um pouco com a crise dos anos 90. De forma geral o *trend* parece crescer e se reagrupar. Paro brevemente neste ponto para chamar a atenção sobre uma outra ilusão de ótica da nossa documentação. Se repetirmos a leitura precedente e passarmos aos gráficos III e V, teremos, na verdade, uma surpresa: os preços da terra vendida a parentes e estranhos, se tomados em separado, demonstram andar paralelamente e de forma ascendente. Nos anos de crise, o mercado sofreu uma nova modificação, ou seja, as vendas entre parentes diminuíram porque as famílias esgotaram grande parte das reservas que poderiam ter sido utilizadas na ajuda mútua. As vendas a estranhos, pelo contrário, aumentavam. Os camponeses pobres recorriam, com mais freqüência, aos senhores para

obter o socorro necessário. Talvez eles tenham colocado à venda terras ligeiramente mais atraentes ou, então, a reciprocidade negativa da caridade estava disposta a pagar mais, contradizendo, novamente, a lei do mercado impessoal. Esta mudança no número dos compradores, com a diminuição relativa dos parentes em favor dos estranhos, trouxe como resultado a redução geral dos preços, mesmo em presença de um aumento real destes, sendo tal efeito relativo a ambas as categorias de compradores consideradas separadamente.

E era exatamente durante esta situação, em finais do século, que os medidores da Perequação começaram seus trabalhos. Como já dissemos anteriormente, eles possuíam uma mentalidade muito mais mercantil do que aquela que encontraram na comunidade. Talvez porque fossem leitores de manuais abstratos de agrimensura, criados com base na grande empresa que produzia para o mercado, eles procuraram definir o preço da terra pressupondo a demanda e a oferta de um mercado impessoal autorregulado. É possível, ainda, que, em função da vontade de incentivar a produção e a troca de produtos agrícolas, eles não tenham considerado a dificuldade de aplicar conceitos deste tipo a economias camponesas com mercado parcial. Qual o preço dos grãos que não passavam pelo mercado porque eram consumidos pelos próprios produtores? Do trabalho que o camponês empregava em seu próprio campo e da terra que não era vendida e, às vezes, nem sequer podia ser vendida? Até mesmo os historiadores que se ocuparam dos cadastros de Estado do Antigo Regime não levaram em consideração este problema. Tal cadastro foi sempre lido como uma preparação para uma imposição fiscal que atingia um percentual definido de uma renda fundiária realmente calculável e existente.[37]

O exame profundo deste problema poderia nos levar longe demais. Entretanto, ao definirem o preço e o rendimento da terra, os medidores do duque de Savóia devem ter-se encontrado em maus lençóis antes de chegarem a um compromisso: monetizar tudo, até mesmo como estímulo a um envolvimento geral dos campos no mundo mercantil, mas monetizar em um nível muito baixo, o único que, mesmo mentindo sobre a realidade, estava em condição de compreendê-la inteiramente. No fundo, era uma fantasia inocente, porque o objetivo era estabelecer

uma estimativa homogênea sobre a qual calcular uma imposição que variasse a cada ano.

Mas antes do cadastramento de finais do século XVII, qual era a relação que existia entre os preços da terra, sobre os quais discutimos longamente, e os rendimentos desta mesma terra? Podemos avaliar os preços em relação aos rendimentos, assumindo os dados fornecidos por todas aquelas análises feitas pelos *experts* da aldeia, nos casos em que foram feitas trocas de terras. São algumas dezenas de avaliações que aplicam sobre um preço fictício (criado, como já dissemos) um rendimento talvez real e, de qualquer forma, calculado com maior atenção. Esperávamos que o rendimento da terra girasse em torno de 5% de seu valor, uma relação considerada normal pelos economistas dos séculos XVII e XVIII e que permitia "recomprar" a terra a cada vinte anos.

Os dados recolhidos pelos nossos analistas são muito diferentes: oscilam entre 6,5 e 37,28%, com valores médios por volta de 15%. Certamente estes valores devem ser diminuídos, se considerarmos só a parte sob domínio, mas no cálculo camponês, ainda que provavelmente não tenham sido feitos em termos monetários e sem que tivesse sido considerado o valor do trabalho empregado, a terra rendia o suficiente para recriar o seu próprio valor em cerca de sete anos. Todo o nosso exame deve ser visto, portanto, dentro deste quadro: preços calculados em função de amplas variações, determinadas pela distância social entre os contratantes; mas também preços muito baixos, se considerados em relação à quantidade de moeda real ou teórica que as propriedades podiam gerar com a sua produção bruta.

Preços e avaliações baixas estavam, portanto, na base da determinação do peso das estimativas da Perequação piemontesa e esta era, de certa forma, a condição que consentia aos funcionários de Vittorio Amedeo II compreender em uma única medida e em um só modelo econômico, amplamente mercantil, o conjunto não-uniforme das regras sociais através das quais os vários estratos da população viviam a sua relação com a terra.

12. Estamos apenas aparentemente longe dos valores que regiam as solidariedades familiares descritas sobre os arrendatários. Através dos pequenos camponeses era difícil apreender as estratégias de cada estirpe. Um escasso recurso ao tabelião, a sujeição aos riscos criada pela fome e miséria, que freqüentemente cortavam os fios da continuidade biográfica e documental, e uma difícil abertura das atividades me obrigaram a medir o significado e a amplidão do seu mundo de relações através do comportamento geral concernente à terra, base da subsistência. A forte ligação entre fluxos materiais e relações sociais me parece colocar o mercado da terra significativamente ao lado de outros mecanismos da comunidade para demonstrar a predominância da busca de segurança na solidariedade de grupo relativamente às formas aventurosas da afirmação individual. Todavia, procurei mostrar que o comportamento em relação à terra não exprimia uma realidade ideológica uniforme: outros grupos, internos e externos à comunidade, propunham modelos diferentes, sem que existisse uma consciência plena da distância dos pressupostos e das conseqüências. A sociedade complexa se organizava em configurações sujeitas a transformações, na difícil comunicação entre sistemas de normas e comportamentos, que conviviam sem se sobreporem, ligados pela aparente rigidez de grupos sociais com delimitações definidas.

A análise estrutural de dois aspectos basilares, como o mercado da terra e as estratégias familiares, sugere alguns dos princípios normativos sobre os quais a comunidade se organizava: uma uniformidade moral que os interesses contrapostos fragmentavam, em comportamentos diversos e ainda não homogêneos, na prática da ação concreta de cada estrato social. A ausência da grande família co-residente não representa uma comunidade modernizada, na qual a complexidade do sistema é acompanhada por uma crescente especialização institucional. Da mesma forma, a presença da moeda e a velocidade de circulação da terra não representam a predominância de um sistema de maximização das rendas monetárias. Na verdade, a comunidade de Santena parece ter sido protagonista de uma estratégia ativa de proteção contra a incerteza que a ampla imprevisibilidade do ciclo agrário e a dificuldade de controle do mundo político e social criaram

continuamente. Foi, portanto, uma estratégia: o objetivo não era somente o de enfrentar a natureza e a sociedade, correndo o menor número de riscos possível, mas o esforço contínuo de melhorar a previsibilidade dos fatos, de evitar a fatalidade de um mundo de famílias ou de indivíduos isolados, para desenvolver ativamente uma política de relações que desse frutos permanentes de relativa segurança, sobre os quais construir uma dinâmica social e um crescimento econômico.

Entretanto, como em qualquer outra sociedade, esta também era amplamente dominada pela incerteza quanto ao futuro. Ela organizava a sua própria proteção, mas teve que enfrentar determinadas situações: os perigos de um ciclo agrário particularmente incerto, de um contexto político particularmente incontrolável, de uma mortalidade particularmente alta e de uma técnica relativamente pouco elástica.

O que ela teve de específico foi, portanto, a maneira como se manifestou esta proteção, que privilegiou as relações pessoais de solidariedade e de apoio, de dependência e de desigualdade, de dívida e de reciprocidade. E o funcionamento do mercado da terra dá um testemunho concreto.

Foi uma maneira de aumentar as certezas diferente daquela que se manifestou nas sociedades nas quais a concorrência entre indivíduos ou grupos foi abertamente aceita como ética e técnica econômica. Na aldeia de Santena parece que foram admitidos todos os comportamentos que não diminuíssem a quantidade de informações à disposição de cada membro da comunidade e fossem julgados positivos os comportamentos que aumentassem a previsibilidade do futuro, que incrementassem as informações social e individualmente disponíveis.[38] O que, do ponto de vista geral, homogeneizou o sistema político em cada estado, o sistema religioso em cada culto e o sistema econômico em uma crescente impersonalidade dos comportamentos mercantis, requerendo, do ponto de vista local, um esforço intenso de criação de canais permanentes e eficientes de informação. As reservas agrícolas estavam sempre mais sujeitas a trocas que exigissem um conhecimento maior a respeito do andamento de mercados sempre mais longínquos e coordenados. O poder político local teve que negociar novas relações administrativas e fiscais com o poder central: e só conseguindo saber limitadamente como reorganizar as pretensões dos feudatá-

rios e as do estado, mudar o exercício da justiça e enfrentar o perigo da guerra. Também o sistema religioso local foi sempre menos autônomo: os controles centrais impunham uma conformidade de comportamento que a história de Chiesa ilustra dramaticamente.

Uma leitura desta sociedade que colocasse ênfase demasiada no aspecto econômico acentuaria, sobretudo, a busca direta do enriquecimento e esconderia um grande esforço coletivo e cotidiano para satisfazer as instituições que garantissem uma maior previsibilidade. Este tipo de aldeia camponesa não se limitava a repropor fragmentos residuais da sua economia moral passada, mas trabalhava seletivamente para criar instituições, estruturas e situações de controle do mundo natural e social.

Nesta fase fluida da formação do estado moderno no Piemonte, grandes espaços ficaram abertos para o exercício de mediação entre os grupos e entre as realidades e os poderes políticos locais e centrais. A história de Giovan Battista Chiesa, à qual podemos voltar agora, aconteceu durante estes intervalos, ulteriormente abertos pela crise dos anos 90, que serviu para quebrar muitos dos mecanismos protetores da comunidade. O primeiro deles, como vimos, foi a venda de terras entre parentes que, além de ter um significado de solidariedade, foi bruscamente suplantada pela venda a estranhos. A vida política local expressou, de forma dinâmica, o processo contínuo de adaptação, que resultou do encontro de um sistema estrutural relativamente rígido e o conjunto fluido das vontades individuais.

NOTAS

[1] O melhor exemplo que conheço é A. Poitrineau, *Minimum vital catégoriel et conscience populaire: les retraites conventionnelles des gens agés dans le pays de Murat au XVIII^e siècle*, in "French Historical Studies", XII (1981), pp. 165-76. Poitrineau utiliza os contratos de casamento, as pensões para as viúvas e aquelas para os filhos que vão embora de casa. Porém, o artigo é mais uma proposta do que uma pesquisa realmente completa.

[2] É possível considerarmos esta alimentação como sendo superior ao mínimo vital do ponto de vista biológico; não àquele cultural. Isto porque estes "sustentos" indicam a alimentação mínima socialmente admissível para uma categoria social que está em níveis médio e alto na hierarquia de riqueza e prestígio da aldeia.

[3] Por exemplo, Antonio Perrone declarou não ter tido dote da segunda esposa. Mas, visto que teve com ela uma filha, deixa-lhe duas *doppie* (moeda da época) e um *sacco* de *barbariato* (tipo de cereal) por ano, "durante o tempo em que esta sua esposa cuidar de sua filha" (ASCC, Insinuação, *Villastellone*, vol. 17, c. 353, 13 de janeiro de 1701).

[4] Ivi, *Santena*, vol. 3, c. 374r, *Testamento di messer Gioanni Romano di Santena*, 12 de abril de 1686.

[5] Ivi, c. 191r, *Testamento di messer Gio. Domenico Perrone di Santena*, de 23 de dezembro de 1678.

[6] O peso específico do grão, o rendimento do pão etc. fazem com que as estimativas utilizadas devam ser consideradas aproximativas. Isto vale ainda mais para o vinho, cuja qualidade e conteúdo de álcool e açúcar variam enormemente. Entretanto, para a discussão destes problemas, aconselho o dossier *Histoire de la consommation*, número monográfico dos "Annales ESC", XXX (1975), pp. 402-632, e particularmente as contribuições metodológicas de B. Bennassar e J. Goy e de M. Aymard. Cf. também L. Randoin, P. Le Gallic, Y. Dupuis e A. Bernardin, *Tables de Composition des Aliments*, Paris, 1973; G. Galeotti, *Problemi metodologici sulla riduzione dei consumi alimentari ad unità comparabili. Contributo statistico alla definizione di standards alimentari e di scale dei coefficienti di fabbisogno consumo*, Istituto Nazionale della Nutrizione, Roma, 1968.

[7] Cf. M. Aymard e H. Bresc, *Nourritures et Consommation en Sicile entre XIV^e et XVIII^e siècle*, in "Annales ESC", XXX (1975), p. 597. Para outras comparações e para uma importante discussão sobre os problemas econômicos correlatos, ver C. Clark e M. Haswell, *The Economics of Subsistence Agriculture*, Macmillan, Londres, 1964.

[8] Sobre a Perequação, cf. C. e F. A. Duboin, *Raccolta per ordine di materia delle leggi, cioè Editti, Patenti, Manifesti, etc. emanate negli Stati di Terraferma sino all'8 dicembre 1798 dai Sovrani della Real Casa di Savoia*, tomo XX, vol. 22, pp. 149-371, Arnaldi, Turim, 1854; G. Prato, *La vita economica in Piemonte a mezzo il secolo XVIII*, Sten, Turim, 1908, pp. 186-209; G. Quazza, *Le riforme in Piemonte nella prima metà del Settecento*, Stem, Modena, 1957, pp. 125-204; G. Bracco, *Terra e fiscalità nel Piemonte sabaudo*, Giappichelli, Turim, 1981; G. Symcox, *Victor Amadeus II. Absolutism in the Savoyard State. 1675-1730*, University of California Press, Berkeley, 1983, pp. 118-33.

[9] AST, seções reunidas, Cadastro, anexo I, maço I, *Villastellone*; maço 2, *Chieri* e *Cambiano*.

[10] ASCC, *Contabilità dell'Ospedale Maggiore di Chieri* (pedidos), média dos anos 1680-89.

[11] ASCC, Insinuação, *Santena*, vol. 3, c. 373, *Retrocambio fra Gio. Battista Torretta e Gio. Michel Tosco di Santena*, 4 de março de 1686.

[12] Ivi, c. 250, *Permuta o sia cambio tra il Molto Reverendo sig. Dom Vittorio Horatio Negro e il Signor Gio. Antonio Tesio, cirogico di Santena*, 26 de abril de 1687.

[13] Cf. G. Levi, *Innovazione tecnica e resistenza contadina: il mais nel Piemonte del '600*, in "Quaderni Storici", XIV (1979), pp. 1092-100.

[14] ASCC, 58, *Ordinati*, 1676.

[15] Sobre o assunto, cf. C. Poni, *All'Origine del sistema di fabbrica: tecnologia e organizzazione produttiva dei mulini da seta nell'Italia Settentrionale (sec. XVII e XVIII)*, in "Rivista storica italiana", LXXXVIII (1976), pp. 444-97; Id., *Misura contro misura: come il filo di seta divenne sottile e rotondo*, in "Quaderni Storici", XVI (1981), pp. 385-422; P. Chierici, *Il "Sistema di fabbrica" in una città dell'Ancien Régime sabaudo: Racconigi. Appunti per una lettura del fenomeno urbano*, in "L'Ambiente storico. Archeologia industriale in Piemonte", ns. 1-2, 1979, pp. 45-82. Os Peyrone, comerciantes franceses, realmente se transferiram para Racconigi nos anos 1672-73.

[16] ASCC, 58, *Ordinati* cit.

[17] Cf. K. Polanyi, *The Livelihood of Man*, Academic Press, Nova York, 1977 (trad. it. Einaudi, Turim, 1983, pp. 95-105); E. Grendi, *Polanyi*, Etas Kompass, Milão, 1979.

[18] Tenho verificado, por exemplo, um problema análogo para Felizzano, no Alexandrino, in G. Levi, *Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del '700*, in "Quaderni Storici", XI (1976), pp. 1095-121.

[19] A. V. Chayanov, *The Theory of Peasant Economy*, Irwin, Homewood, 1966.

[20] O debate sobre o mercado da terra na Inglaterra medieval é exemplar, especialmente no que concerne à sua riqueza. Todavia, ele é dominado pelo equívoco de que a presença de um intenso intercâmbio mercantil da terra coincida, por si só, com a existência de um mercado impessoal. Por um longo período o debate girou em torno da existência ou não de um mercado livre da terra, após a publicação de M. M. Postan e C. N. L. Brooke, *Carte Nativorum, A Peterborough Abbey Cartulary of the Fourteenth Century*, Northamptonshire Record Society, 1960, na qual resultavam as vendas de terras entre camponeses. A posição mais extremada no que diz respeito à existência de um mercado impessoal da terra culminou com o livro de A. Macfarlane, *The Origins of English Individualism. The Family, Property and Social Transition*, Blackwell, Oxford, 1978, que suscitou um debate talvez excessivo dada a superficialidade da tese apresentada.

[21] O próprio Postan: M. M. Postan, *Essays on Medieval Agriculture and General Problems of the Medieval Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1973. E, ainda, P. R. Hymans, *The Origins of a Peasant Land Market in England*, in "The Economic History Review", 2ª série, XXIII (1970), pp. 18-31; R. H. Hilton, *The English Peasantry of the Later Middle Ages*, Oxford University Press, Oxford, 1975.

[22] Macfarlane, *The Origins* cit., pp. 80-130.

[23] Z. Razi, *Family, Land and the Village Community in Later Medieval England*, in "Past and Present", 93 (1981), pp. 3-36. Sustentaram um declínio das transações entre

parentes depois da peste negra, R. J. Faith, *Peasant Families and Inheritance Customs in Medieval England*, in "The Agricultural History Review", XIV (1966), pp. 77-93; B. Harvey, *Westminster Abbey and its Estates in the Middle Ages*, Oxford University Press, Oxford, 1977; C. Howell, *Land, Family and Inheritance in Transition. Kibworth Harcourt 1278-1700*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983; e, ainda, Macfarlane, *The Origins cit.*

[24] Clifford Geertz descreveu em *Peddlers and Princes. Social Development and Economic Change in Two Indonesian Towns*, The University of Chicago Press, Chicago, 1963, este mecanismo de formação dos preços, chamando-o de *Sliding price system*: "o *sliding price system* tende a criar uma situação na qual a tensão competitiva principal não é entre vendedores, como normalmente acontece em uma economia de empresas, mas entre compradores e vendedores" (p. 33). Na verdade, este esquema de contratação tende a isolar a transação como relação única entre duas pessoas, porque a fragilidade da demanda faz com que o problema primário seja o de criar, aos poucos, as condições que tornem possível a venda. Assim, o encontro entre vendedor e comprador não é impessoal, mas altamente personalizado, e o preço final se forma em seguida a uma contratação que aproxima, gradativamente, o preço pedido àquele oferecido. Este mecanismo é primordial na economia do *bazaar*, sobre a qual cf. também C. Geertz, *Suq*: *The bazaar economy in Sefrou*, in C. Geertz, H. Geertz e L. Rosen, *Meaning and order in Maroccan society*, Cambridge University Press, Cambridge, 1979, pp. 123-264. O modelo de contratação que Geertz utiliza foi representado graficamente in R. Cassady, *Negotiated Price Making in Mexican Traditional Markets*, in "América Indígena", 28 (1968), pp. 28-51.

Nos próximos parágrafos me proponho a acrescentar alguma coisa a este modelo. Acredito que se possa ir além da pura consideração da anarquia dos preços no *sliding price system*, para propor regras sociais que permitam uma medida mais exata.

[25] Aqui, todo o discurso é referido somente ao aratório. Não excluímos a possibilidade de que terras com outras finalidades, mais mercantis ou mais especializadas, porque menos ligadas à subsistência imediata, apresentem outros comportamentos. Existe evidentemente uma conexão entre a formação da empresa e o ciclo de vida da família, que tentei reconstruir em *Terra e strutture* cit.

[26] Cf. A tabela 4, relativa aos diferentes níveis de estimativa na Perequação para esta zona do Piemonte.

[27] ASCC, 143/1, Cadastros, vols. 85-93, *Estimi, consegne trasporti*, 1664-82.

[28] Na realidade, a edição da Perequação definitiva de 5 de maio de 1731 se baseou também em uma avaliação e revisão feita por *experts* em 1729. Mas, no final, como base, permaneceu a estimativa inicial dos agrimensores. Cf. Bracco, *Terra e fiscalità* cit., pp. 43-54.

[29] Prato, *La vita economica* cit., pp. 192-201, pensou poder utilizar estas pesquisas de preço, pelo menos nas suas médias por qüinqüênio (in AST, seções reunidas, Finanze 2ª arch., c. 21, ns. 292 e segs.). Ele observou: "A forte disparidade que se nota entre as médias gerais por província. Estas disparidades podem ser encontradas de forma ainda mais im-

pressionante, nas notáveis variações que se verificam de uma aldeia para outra" (p. 198). Entretanto, não devemos duvidar da pureza mercantil dos dados levantados pelos empregados. Mas o seu extraordinário livro já tem quase oitenta anos.

[30] Cf. K. Polanyi, *The Great Transformation*, Holt, Rinehart and Winston, Nova York, 1944 (trad. it. Einaudi, Turim, 1974, pp. 88-98); Id., *Primitive, Archaic and Modern Economies*, Doubleday, Londres, 1944 (trad. it. Einaudi, Turim, 1980, pp. 5-26; 58-75; 113-98).

[31] M. Sahlins, *Stone Age Economics*, Aldine-Atherton, Chicago, 1972, pp. 185- 230 (trad. it. Bompiani, Milão, 1980).

[32] É o que sugere Sahlins, *Stone Age Economics* cit., particularmente na representação gráfica da reciprocidade na p. 199 (fig. 5.1)

[33] Foram reconstruídas, durante três gerações, oitenta e duas estirpes. Todavia as lacunas dos registros matrimoniais, os casamentos contraídos fora de Santena e a escassa presença diante de um tabelião de alguns grupos deixaram muitas incertezas e áreas obscuras nas quais não é possível avaliar sequer as dimensões.

[34] ASCC, Insinuação, Cambiano, vol. 16, c. 487, *Compra di messer Gio. Francesco Converso fu Matteo di Santena da Sebastiana fu Antonio Grosso e vedova fu Gio. Battista Cortazza di Santena residente sulle fini di Chieri*, 4 de outubro de 1681.

[35] Ivi., vol. 20, c. 368, *Dazione in paga fatta da madama Andrea e Gio. Battista, madre e figliolo Romano a favore di messer Stefano Borgarello di lire 265*, 22 de outubro de 1696.

[36] Os aspectos altruísticos por parte do comprador nos teriam feito acreditar que estas compras caridosas estivessem mais próximas, no esquema de Sahlins, da reciprocidade generalizada. Na verdade, não se deve excluir uma agressiva vontade de apropriação de recursos que, ainda que não pudessem ser utilizadas produtivamente pelo comprador, podiam entrar no sistema complexo das proteções, das vendas clientelares e das doações. É por isto que usei a definição de reciprocidade negativa, que no esquema primitivo de trocas de Sahlins (*Stone Age Economics* cit., pp. 165-66) está toda do lado anti-social da compra de alguma coisa por alguém em troca de nada (por exemplo, com o roubo, a fraude etc.).

[37] R. Zangheri, *I Catasti*, in *Storia d'Italia Einaudi*, V/1, Turim, 1973, pp. 759-806, ilustrou muito bem os caracteres políticos, incentivantes e punitivos do cadastro como instrumento de parte das intervenções estatais. O artigo é ainda um ótimo resumo dos estudos sobre o assunto. Sobre o Piemonte, particularmente, cf. as pp. 778-84. O entusiasmo pelos funcionários piemonteses que fizeram os cadastros, condividido por todos os historiadores, e até mesmo por mim, ainda não produziu, entretanto, um estudo específico. Algumas referências podem ser encontradas em G. Romano, *Studi sul paesaggio*, Einaudi, Turim, 1978.

[38] Geertz, *Suq: The bazaar economy* cit., pp. 97 e segs., colocou em relevo o papel da teoria da informação para compreender a lógica da concorrência no mercado do Suq: a distorção e a ambigüidade da comunicação são elementos significativos para se entender o controle e o conflito quanto a este recurso fundamental. Cf. também D. M. Lamberton (org. por), *Economics of Information and Knowledge*, Penguin Books, Harmondsworth, 1971.

CAPÍTULO IV

A autoridade de um homem ilustre: Giulio Cesare Chiesa

1. Muito da história de Giovan Battista Chiesa ainda deve ser investigado. A atenção sobre as relações sociais como foco do mecanismo de proteção, em torno da qual a comunidade se tinha organizado, nos sugere uma direção diferente e um aprofundamento da análise do mundo familiar de Chiesa. Como logo veremos, seu pai teve um papel central na história política da aldeia e, conseqüentemente, a história de Giovan Battista está ligada à estratégia política de Giulio Cesare Chiesa nos cinqüenta anos precedentes. Eles têm em comum pelo menos uma característica: a de tentarem um caminho em direção ao poder na comunidade totalmente diferente da acumulação de terras e, talvez, de riquezas. Um caminho que apostou no prestígio, nas relações e na capacidade de intermediação entre a comunidade e o mundo exterior.

Durante a aceleração da inserção no complexo estatal, a realidade local via seus limites modificados. Os limites dentro dos quais se localizava a informação necessária para prever os acontecimentos futuros com alguma margem de certeza eram os mesmos daqueles psicológicos e constitutivos do sentimento local de segurança e identidade. A brusca modificação destas fronteiras trazia problemas imediatos e impunha uma reorganização das experiências. O fluxo de informações devia se dilatar e dirigir-se a problemas políticos e econômicos sempre mais vastos. O espaço local ficava, assim, disponível à ação política de um novo tipo de indivíduos de relevo, especializado em fornecer notícias vindas do mundo externo, em simplificá-las e em adaptá-las às situações internas da comunidade.

Neste capítulo, através da biografia do pai de Giovan Battista, ten-

tarei descrever um aspecto bastante dinâmico, a relação entre a comunidade e um líder político local. A minha intenção é mostrar o significado da adesão voluntária a uma política e à importância que ela tem na sociedade em questão. Nela nos habituamos a considerar como únicas dinâmicas possíveis as modificações geradas pela iniciativa externa e a vermos a resposta local como um simples reflexo passivo das transformações do mundo social como um todo.

As tendências a longo prazo na direção de sistemas políticos mais centralizados e a formas de organização mais complexas foram concebidas como tendências à passagem de sistemas hereditários de estratificação social e de poder político a sistemas mais elásticos e personalizados, nos quais fossem relevantes as posições adquiridas em forma de carreiras individuais. Este é um pensamento bastante próprio. A história que contaremos aqui se propõe exatamente a sugerir que, mesmo em uma sociedade profundamente hierarquizada e com mecanismos de sucessão de papéis e *status* sociais amplamente predeterminados através de formas generalizadas de inserção, existem espaços para personalidades empreendedoras e para dinâmicas que exprimam uma forte capacidade de inovação e de ruptura.[2] Mesmo sendo estes papéis móveis freqüentemente destinados à falência — não conseguiram solidificar formas permanentes de poder familiar ou de grupo, a não ser que entrassem no mecanismo claro e difundido da sociedade na qual se inseriam —, é através destas situações que as lógicas de escolha permaneciam abertas como possíveis modelos de modificação do quadro social rigidamente proposto. Assim, tais situações contribuíam para a conservação de um espaço de transformação contínua das instituições.

Neste caso, o jogo entre vários sistemas normativos contraditórios era particularmente evidente. A capacidade de Giulio Cesare Chiesa esteve interligada às garantias de relativa segurança que a sua presença deu aos camponeses de Santena. A mediação clara e o uso explícito dos espaços locais abertos pelos conflitos entre feudatários, comunidades e autoridades centrais foram a área da sua atividade e a fonte do seu sucesso.

A história da família Chiesa nos deixou poucos documentos, mesmo tendo sido Giulio Cesare a figura mais importante de Santena entre 1647

e 1690. Como freqüentemente acontece com a documentação sobre a vida cotidiana do Antigo Regime, as fontes passaram por uma seleção não apenas casual mas também ligada às estruturas da propriedade. O pouco interesse pela propriedade imobiliária e a dimensão da estratégia da família Chiesa contribuíram, mais do que em outros casos, para a criação em torno dela de uma atmosfera nebulosa, como se fossem personagens que aparecessem apenas esporadicamente em cena, quando, na verdade, tinham-na ocupado estavelmente durante meio século. É todo um quadro de pequenos personagens locais de relevo que é marcado por esta hierarquia distorcida (e temos, em geral, poucas notícias precisamente sobre esta gama de pequenos estrategistas, móveis e cheios de iniciativa), a não ser que tivessem convertido em terras todo o seu sucesso na luta pelo poder local. Exatamente esta clandestinidade involuntária, uma presença que nos é revelada pelos documentos mais difundidos, acentuou a imagem estática que temos da sociedade política dos campos do Antigo Regime, na qual a rígida divisão de estirpe, a escassa mobilidade social, os papéis e *status* parecem, por um *trompe l'oeil* documentário, dominar incontestavelmente.

Giulio Cesare Chiesa era um destes protagonistas um tanto misteriosos na transformação política da vida local do século XVII. Nascido em Ceresole, uma minúscula aldeia nos feudos da família Roero em 1618,[3] ele era filho de Gian Galeazzo, um audacioso empreiteiro da moenda, que em 1622 foi processado e obrigado a prestar contas da sua administração pelo fiscal do duque de Savóia.[4]

Gian Galeazzo, que talvez tenha morrido na peste de 1630 ou nos anos imediatamente posteriores, tinha negócios em Carmagnola e em Turim, mas a casa da família era em Ceresole e as relações com os feudatários locais eram fortes e talvez ditadas pelo interesse comum quanto à comercialização dos cereais nos mercados da planície. Deixou dois filhos: Giulio Cesare, o mais velho, que ingressou na profissão de tabelião, e o segundo, Giovanni Maria, que era padre. Aparentemente não possuía terras e, em 1647, os bens imobiliários dos Chiesa em Ceresole se limitavam à casa onde viviam, com eira, horto e seus pertences. Até o ano de 1647 não encontramos outras notícias sobre a família. Nesse

ano, porém, o representante feudal de Santena escolheu Giulio Cesare como corregedor e juiz da sua jurisdição. Nenhum documento nos diz por que justamente ele teria sido escolhido e o relatório senatorial daquele ano[5] não nos oferece nenhuma indicação.

Para compreendermos não apenas a razão desta nomeação, como também o que esperavam os senhores de Santena do novo corregedor, devemos retroceder até 1643. Naquele ano, havia se instaurado um conflito entre Santena e Chieri. Como já dissemos, Santena estava às portas de Chieri. Esta cidade têxtil estava em decadência e possuía metade da população que tinha tido um século antes, quando era a primeira cidade do Piemonte, com uma população até maior do que a de Turim, que ainda não era a capital. Os próprios nobres da cidade tinham começado a se transferir para mais perto da corte, a produção de algodão tinha sofrido uma crise e o poder das corporações estava provavelmente ameaçado pela tecelagem nos campos. As pretensões de autonomia de Santena talvez estivessem relacionadas com este declínio relativo de Chieri. Deste forma, o conflito de 1643 refletia uma acentuação de problemas que se inseriam em um processo mais longo e explodiam em um momento particular de desordem política, no final da guerra civil, entre *principisti* e *madamisti*. De fato, entre 1637 e 1642 o partido que apoiava os espanhóis e aquele que apoiava os franceses haviam guerreado no Piemonte: e a guerra tinha atingido em cheio a região de Chieri especialmente ao longo de 1639, quando as tropas francesas, comandadas por Enrico de Lorena, conde de Harcourt, ocuparam a cidade.[6]

As coisas, portanto, vinham se arrastando havia muito tempo, mas, nesta situação, tinha-se aberto uma outra fase crítica na luta entre Chieri e Santena com o objetivo de definir a dimensão da jurisdição da cidade sobre o território da aldeia e limitar a sua relativa autonomia e a amplidão da isenção de impostos em relação aos bens dos feudatários. O problema não era fácil: eram feudais e isentas apenas as terras com os castelos, de ponte a ponte, num total de pouco mais de 50 *giornate*, todas com hortos, ou o conjunto de todo o território agrícola de Santena, com mais ou menos 3.000 *giornate*. Este era um problema antigo que envolvia muitos aspectos do estado jurídico ambíguo desta pequena aldeia, em que havia cinco famílias feudais organizadas, com poderes que ultrapassavam os territórios de Santena, Chieri e, até mesmo, Turim, à corte ducal. Santena tinha uma paróquia autônoma, um corregedor, um juiz, um direito feudal sobre o forno, o pedágio, a justiça e a administração dos campos: tudo contribuía para lhe dar a imagem de uma comunidade que estava fora das pretensões de inclusão requisitadas pela cidade, como se fosse um simples aglomerado de casas camponesas. Entretanto, não era claro quando o conjunto dos direitos feudais surgiram, porque os documentos do arquivo do bispo de Turim, do qual o feudo de Santena dependia, ou nada falavam ou eram contraditórios a este respeito. Até mesmo a cura das almas da paróquia de San Pietro era incerta, tanto que a visita pastoral de Peruzzi em 1584 "fala da contestação sobre a natureza do benefício, simples ou interligado à cura das almas".[7] Podemos supor que tenha sido um benefício incorporado em um antigo monastério (na verdade, falou-se em priorado) e, sucessivamente, transformado em comenda.[8] Este é um aspecto muito relevante de toda a nossa história, que se desenrola em uma atmosfera juridicamente indefinida e marcada por conflitos, pretensões, defesas e astúcias em relação aos poderes e às jurisdições.

Em 1643 a crise tinha se tornado mais aguda: às pretensões de Chieri de controlar, como parte do seu território, todas as terras cultivadas que dependiam de Santena, havia se somado uma súplica enérgica de vinte indivíduos da aldeia. Esta súplica se caracterizava por apoiar a tese da cidade e romper abertamente com os senhores feudais do local,[9] agrupados em uma defesa extremada da autonomia de seu poder sobre a aldeia. O conflito jurisdicional se misturava a uma forte tensão social interna ao vilarejo, que já não se apresentava em bloco para enfrentar as ameaças que vinham de fora.

Portanto, em 25 de fevereiro,[10] vinte habitantes de Santena tinham se apresentado ao senhor Roberto Biscaretto dos senhores de Cervere, juiz da cidade de Chieri. Entre eles estavam os Megliore, os Cavagliato, os Converso, os Tosco, os Romano, os Rasetto, os Tesio, os Gaude, os Porta, os Piovano, os Bosco, os Torretta, os Sarotto, os Griva, os Ressia e os Taschero. Todos entre as melhores famílias de Santena: médios

proprietários que tinham terras nos campos na direção de Chieri e que afirmavam falar em seu próprio nome e de "qualquer outro indivíduo, mesmo aquele que habitava apenas nas fronteiras de Santena com suas casas e terras". Eles expuseram suas lamentações: "Os senhores deste local de Santena, com o pretexto da proximidade, pretenderam tratá-los como seus súditos e os homens de Santena, por esta razão, pretenderam aglomerá-los, do mesmo modo que, indevidamente e contra qualquer razão e justiça, haviam feito, em tempos passados, com os quartéis reunidos pelos senhores ministros de Sua Alteza Real Ducal no já citado local de Santena." Não sei o que Roberto Biscaretto pensou destas reclamações nem se ele estava em condições de perceber que estes vinte personagens não eram apenas alguns proprietários de terras na fronteira com Chieri, mas eram todos, sem exceção, os maiores proprietários plebeus de terras não-nobres da região. Provavelmente ele ficou contente com a conclusão das súplicas deles e não terá sido muito sutil: na verdade os camponeses de Santena, ao final, tinham pedido para "ficarem sempre juntos e unidos como membros do corpo da cidade de Chieri, cumprindo todas as obrigações que a cidadania requeria" e, particularmente, pagarem todos os impostos pela cidade. Porém, nem neste nem em outros documentos sucessivos (a causa se arrastou, ainda, por outros cem anos) se consegue entender exatamente se se tratava de restabelecer uma posse perdida ou de criar uma separação nova do "feudo eclesiástico, dependente dos bens arquiepiscopais de Turim, um corpo separado desta cidade de Chieri". Talvez a iniciativa tenha nascido com a intenção de escapar ao peso de uma taxação extraordinária (ligada à guerra) que se somaria aos impostos feudais, criando uma situação fiscal desfavorável, mesmo em relação às possíveis vantagens.

Não precisamos pesquisar a fundo o resultado estabelecido, em finais do século XVIII, contra os senhores de Santena, em favor da cidade de Chieri. De qualquer forma, este clima de contestação contribuiu para criar aquela atmosfera de incerteza que fez de Santena uma aldeia escondida do fisco. Giulio Cesare foi chamado para ocupar o lugar de tabelião e, como juiz e corregedor, administrar esta situação.

2. Todavia não podemos nos limitar a esta constatação, pois Giulio Cesare foi chamado para ocupar um cargo importante em um momento difícil. O representante que o nomeou deve tê-lo considerado particularmente capaz de agir em uma situação de conflito. É, portanto, necessário perguntarmos, na medida do possível, em que havia mudado o poder senhoril e em qual direção ele se tinha reforçado, suscitando a rebelião aberta dos vinte proprietários plebeus. Antes de mais nada, devemos reafirmar a forte homogeneidade daqueles que assinaram a petição ao juiz de Chieri: eram todos proprietários e plebeus ricos da aldeia que não dependiam, por contrato de colônia ou por necessidades salariais, dos senhores locais.

Algumas das causas de conflito com os senhores eram evidentes. A vigilância sobre os bandos, em casos de danos nos campos, era entregue a um campeiro nomeado pelo representante dos feudatários. Através deles, os senhores podiam recolher as multas pelos danos que os camponeses fizessem em seus bens, quando pisavam a erva ou os campos cultivados ou, ainda, quando cortavam os campos passando por eles a pé ou com seus carros. Podiam, também, fingir que não viam semelhantes comportamentos da parte de seus arrendatários nas pequenas terras camponesas. Mas este era um conflito tradicional e, nem mesmo a súplica de 43 fez com que o território em volta de Santena ficasse sob a vigilância dos campeiros de Chieri: nenhum habitante de Santena aparece nos registros da cidade por ter sido condenado em função de danos causados nos campos. Entretanto, é exatamente em um setor deste tipo que encontramos, nesses mesmos anos, um fato novo: a pretensão dos senhores de aplicar a todos que possuíam bens e aos arrendatários de Santena um "Edital baseado em práticas anteriores, que determinava que só os senhores podiam ter rebanhos de cabras e ovelhas.[11] Os territórios de Chieri, de Santena, de Cambiano e de Villastellone eram, no Antigo Regime, a base invernal para os criadores de ovelhas e, particularmente, para os de Entracque, no Cuneese, feudo dos Tana e principal centro, juntamente com Briga, de criação ovina nos estados dos Savóia de Terraferma. O adubo produzido, o pagamento em queijo ou em dinheiro pelas ervas e restolhos roídos e o comércio do feno eram uma

fonte muito importante, entre as poucas à disposição, para integrar a renda produzida pelas terras que os senhores tentavam manter em seus próprios domínios. Não somente o preço pedido para uma estação se mantinha mais alto, dada esta forma de exclusividade que impedia a concorrência camponesa, mas também a relativa estabilidade dos rebanhos e das manadas dentro dos grandes domínios permitia que se evitassem danos às colheitas e se controlassem os comportamentos dos homens e dos animais.

Em relação a este problema polarizou-se grande parte da tensão social da aldeia e muitas das causas criminais julgadas neste período diziam respeito exatamente a atos de violência ligados à presença de criadores de ovelhas do Cuneese. Nos processos de que temos notícia nos cinqüenta anos sucessivos, a tensão decorrente da guerra das ovelhas parece endêmica, com algumas fases críticas, não só quando o edital é reproposto, como vimos antes, mas também no final do período, quando Giovan Battista Chiesa foi pároco de Santena. Mesmo depois de seu desaparecimento esta tensão perdurou. Ainda em 1684 Giovan Tommaso Torretta foi processado por "ter querido ferir um criador de ovelhas que estava nos domínios do marquês Balbiano, conhecido como o teto de Busso"; e em 1699, quando houve uma nova publicação do edital, Carlo e Lorenzo, irmãos Megliore, foram processados porque "tinham levado algumas ovelhas seqüestradas ao corregedor, em respeito à justiça".[12]

De qualquer forma temos certeza de que a tensão na aldeia era particularmente forte quando Giulio Cesare foi chamado para ser corregedor e que, de algum modo, aos feudatários e a seus arrendatários e trabalhadores — muitas vezes camponeses proprietários de terras mínimas — se contrapunha toda uma gama de camponeses médios, que viviam, em parte, do produto de seus campos, ou uniam a base agrícola e a propriedade às profissões liberais (médicos, padres), atividades mercantis (os Romano eram grandes comerciantes de couro) ou a comercialização de cereais e transportes. Um interesse específico os empurrava a se aliarem à cidade de Chieri, rica no tráfico de todo o tipo, e a se defenderem do isolamento um tanto arcaico que os senhores propunham como modelo de uma administração equilibrada dos campos.

Nos anos 40 a estrutura estatal piemontesa tinha sofrido, depois da crise econômica e demográfica que culminara com a peste de 1630 e as graves devastações da guerra civil, um enfraquecimento notável. As famílias feudais e nobres, por um lado, tinham enfrentado problemas complexos de aliança e, por outro, tentado tudo para favorecer a autonomia dos feudos que controlavam, ampliando, o mais que podiam, seu poder sobre a jurisdição do condado, sobre os direitos discutidos e sobre rendimentos que já tinham sido contestados pelos camponeses ou pela administração estatal.[13] E é neste clima que o representante dos senhores de Santena tinha vivido uma fase de coesão ditada pelos interesses comuns e por uma ocasião particularmente favorável de fraqueza da capacidade de controle do poder central e de reação e defesa contra uma tendência restauradora que viesse de baixo. Neste caso, tratava-se, além do mais, de um feudo especial, porque dependia dos benefícios eclesiásticos do arquiepiscopado de Turim, e no qual, portanto, era difícil a intervenção do fisco ducal. Assim sendo, existia uma difícil relação entre os poderes dos quais partiam os direitos do feudo de Santena e o limite da área feudal, restrita apenas ao centro — ou seja, as casas e hortos entre as duas pontes. Esta área foi sancionada em 1721 com a Perequação. Além disto, houve uma diminuição dos direitos de domínio dos benefícios eclesiásticos de Turim, que dificilmente atuava antes, fora do conflito entre Roma e Vittorio Amedeo II.[14]

3. Nunca é fácil saber com clareza qual a estratégia destas famílias nobres, mesmo tendo seu modelo se tornado conhecido para nós através da literatura histórica.[15] A impressão é que na fina rede de alianças matrimoniais que os ligavam, nos sistemas complexos de transmissão dos patrimônios e dos feudos, nas relações com a corte de Turim ou com as cortes européias, na grande produção de filhos — o orgulho, no nosso caso, é particularmente dos Tana, que em várias gerações foram isentos de impostos porque tinham tido mais de doze filhos[16] —, a lógica predominante fosse a de multiplicar os setores de interesse, as áreas nas quais se dedicar, especialmente em política, e de evitar uma escolha

aberta de alianças por parte da totalidade de uma estirpe. As famílias, como um todo, colocaram cada representante seu em um campo, e até mesmo em campos opostos, quando graves conflitos feriram o ducado de Savóia ou as monarquias européias. Na verdade, este não é um comportamento diferente daquele que descobrimos sobre os arrendatários no Capítulo 2. É sempre um modo de diversificar os setores de intervenção, de contrabalançar os riscos, que, porém, neste caso, se dirigiam ao setor dos compromissos políticos. A interpretação romântica da honra dos nobres ou da hagiografia familiar às vezes tem confundido a lealdade pessoal com a grupal, mas as escolhas individuais que implicaram uma coerência estritamente relacionada com a honra eram, na verdade, irrelevantes, se comparadas com a permanência da família em seu complexo, fruto de uma estratégia ambígua. Esta é, enfim, uma lógica que segue um modelo formal comum a outros grupos sociais do Antigo Regime, mas que teve como cenário um tabuleiro de xadrez internacional, em vez da pequena realidade da aldeia sobre a qual operavam os camponeses.

Francesco, sétimo filho (mas segundo entre os de sexo masculino) de Lelio Tana, ficou a serviço do cardeal Maurizio no partido *principista*; talvez, também por esta razão, o sucessor no feudo foi Carlo Emanuele, o décimo filho, porque os outros membros, durante a guerra civil, parecem ter sido *madamisti*. E veremos que, mesmo cinqüenta anos mais tarde, em uma situação bem mais dramática, a aliança de um membro da família Tana com os franceses, inimigos em uma guerra que se desenrolou no ducado de Savóia, não causou danos à família e nem perturbou seu principal protagonista em sua esplêndida carreira no século XVIII, sob o domínio de Vittorio Amedeo II.

Muitas dessas histórias deveriam ser estudadas de forma bem mais ampla do que nos interessa aqui. Limito-me a afirmar, voltando a Santena, que entre os representantes dos senhores se encontravam, na segunda metade do século XVII, um ramo dos Benso, com pouco menos de um terço da jurisdição, os Broglia com um sexto, os Tana de Entracque com um terço, os Tana de Santena e os Fontanella, unidos por uma aliança matrimonial, com um oitavo; o resto era dividido de uma forma

difícil de ser reconstruída porque não havia tomadas de posse no século XVII, entre os Simeone e os Balbiano (mas era apenas uma vigésima quarta parte). Nesta divisão o poder dos Tana e dos Benso era nítido e foi, ainda, mais completo no início do século XVIII, porque os Tana de Entracque compraram a quota dos Broglia e os Benso adquiriram grande parte da dos Tana de Santena, após um período de fortes tensões internas que terminou com um acordo assinado em 1713.[17]

Santena não era certamente um grande feudo e as carreiras militares, diplomáticas e eclesiásticas de todas essas famílias ou a posse de outros feudos ou propriedades davam-lhes um brilho muito maior. Também o centro de suas residências e de suas ações políticas mais cotidianas eram Chieri e Turim. Santena era uma espécie de reserva de prestígio, o local onde eram enterrados e a sede de seus antigos castelos, nos quais se tinham originado seus títulos nobiliares. A política centralizadora do ducado já havia eliminado o interesse por esses feudos e por estas residências isoladas nos campos povoados por rudes camponeses.

Segundo um inventário de 1660, que diz respeito à herança do conde Emanuele Filiberto Benso em favor de seu filho Luigi Antonio, um quarto mais um décimo sétimo da jurisdição de Santena, com os direitos de forno, mandato, justiça, pedágio, caça e pesca, valiam 13.500 liras.[18] Uma boa quantia somente se considerarmos a pouca dimensão da aldeia e o fato de que a cota dos Benso era de menos de um terço. Mas talvez ela tenha sido supervalorizada pelo perito que fez esta estimativa levando em consideração o título e a isenção fiscal sobre estes bens. Uma isenção que, como já dissemos, era muito mais importante naquela época de quanto o foi depois da Perequação. Portanto, o feudo possuía, somando todas as cotas, um valor total aproximado de 45.000 liras, mesmo que, infelizmente, não possamos avaliar a renda anual porque muitas coisas não foram documentadas e outras monetarizadas. Só o pedágio, em 1648, tinha sido avaliado em 23 *doppie*, ou seja, mais ou menos 340 liras.[19]

Todavia, a presença dos feudatários em Santena não era rara: eles participavam de cerimônias religiosas, de atos de compra e venda, e construíam grandes residências de veraneio. Muitas vezes a sua presença se fazia necessária nas cerimônias de reafirmação do poder que possuíam

como representantes dos senhores, cerimônias estas que, talvez, não agradassem aos camponeses, mesmo quando eram gratificados com presentes e esmolas que, em sua maior parte, diziam respeito à repartição das rendas provenientes dos direitos feudais. O ritual mais importante era a divisão anual, entre os senhores, das rendas do forno, feita em público e segundo as cotas de feudo.

No castelo dos Tana, em Santenotto, morava o juiz, confirmando uma presença contínua do poder feudal, sempre fisicamente visível. Quem morava ou passava pelo território da comunidade devia ficar impressionado com as numerosas torres e castelos que a fragmentação da jurisdição entre muitas famílias havia criado e conservado e que se uniam à competição contínua pelo prestígio feito através de restaurações, de insígnias, de ampliações, de bancos de igreja, de capelas camponesas, de direitos de precedência nas procissões, de vestidos, de esmolas e de doações para a igreja paroquial.

O Gamenario, o Santenotto, o castelo dos Benso, San Salvà dos Balbiano, Ponticelli; os capões que anualmente deviam ser pagos para cada casa, cada horto e cada curral; as relações de servidão, o aluguel das terras, o trabalho assalariado e os contratos de arrendamento teciam não só a trama na qual se baseava o poder local dos senhores mas também a hostilidade que, como vimos, tinha levado vinte chefes de família a tentarem se refugiar no poder mais anônimo da cidade de Chieri. E foi nesta situação que Giulio Cesare Chiesa foi chamado para exercer as funções de corregedor e juiz da aldeia pelos órgãos de representação senhoril.

4. Mas se agora ficam mais evidentes os motivos que haviam levado os representantes de Santena a procurarem um homem hábil e audacioso para lhes representar e expressar na aldeia a sua solidariedade, além de enfrentar uma fase difícil das relações com os camponeses mais ricos da comunidade, com a cidade de Chieri e com o estado, devemos mudar de perspectiva e verificar por que Giulio Cesare Chiesa havia se dirigido para Santena, uma pequena aldeia, cheia de problemas reais ou poten-

ciais, em vez de seguir o caminho do pai, dedicando-se à tributação pública e à coleta de impostos.

Na verdade, muitos motivos o levaram a Santena: a sua família era certamente ligada aos Roero, uma vez que o patrimônio em terras que financiou a carreira eclesiástica do filho Giovan Battista, protagonista da nossa história, foi constituído por esta família de nobres feudatários de Ceresole.[20] Todavia os Roero, que controlavam, através de seus vários ramos, um vasto grupo de aldeias feudais relativamente próximas de Santena, eram também aparentados com os Tana. Lorenzina, viúva de Lodovico Tana, tinha se casado em segundas núpcias com Teodoro Roero di Sciolze e Delfina, filha de Luigi Felice Tana, neta de Lorenzina, era esposa de Troiano Roero della Vezza.[21] Mas estes fios, que estão ligados a outros que não conhecemos, são muito finos.

Um outro indício difícil de ser verificado é a presença dos Tana em Ceresole, como proprietários dos "domínios e dos bens conhecidos como da Monferrina, e que se localizavam no território de Ceresole". As testemunhas chamadas para dizer se tinham sido lesados os direitos de primogenitura, vendidos estes bens, falaram "de um conjunto de domínios com 105 *giornate* hipotecado em favor da comunidade" mas especificaram que eram "terras com pouca qualidade e renda, com o plantio arruinado pelos vermes, os prados sem água, exceto as da chuva, e que as fábricas estavam ameaçadas e precisando de grandes consertos". Elas foram, portanto, vendidas, juntamente com outros bens, pelo conde Carlo Amedeo Maurizio, em 1689, para pagar uma dívida com o casal Favetti Demeral de 2.378 liras e o grande dote de 4.000 liras pelo fato de sua irmã Barbara Maria Teresa ter se tornado freira. O comprador foi Giovanni Ferrero de Moncalieri, provedor da casa e da escuderia de Madama Reale, por 3.100 liras. Ao solicitar a permissão ducal para a venda, o conde Tana disse "não ter nenhum interesse naquele local" e, portanto, "não pretender esses domínios";[22] e esta declaração parece ter acenado para uma ligação remota com Ceresole, que havia sido extinta depois da morte de seu pai, o conde Carlo Emanuele, 12 anos antes, um distanciamento talvez semelhante ao da família Chiesa em relação a sua aldeia de origem.

Entretanto, havia uma ligação mais forte entre os Tana e os Chiesa,

que deixou marcas menos precisas e mais misteriosas, e que eu exponho agora: a esposa do tabelião Giulio Cesare Chiesa se chamava Angela Margherita, mas o sobrenome da sua família paterna de origem não aparece em nenhum dos numerosos documentos tabelionais que se referem a ela. Não encontrei certidões de nascimento, de morte e nem de casamento, por mais que as tenha procurado nas paróquias de Turim, de Santena e de Carignano, onde provavelmente encontraria aqueles relativos a Angela Margherita e a Giulio Cesare. E os testamentos do avô materno dela, senhor Giovanni Francesco Magistri de Carignano, da senhora Maria Magistri (portanto sua mãe, embora solteira, já que ainda usava o sobrenome da família paterna no momento da sua morte), da tia materna, senhora Genevra Magistri,[23] mesmo tendo todos feito de Angela Margherita sua herdeira universal, não dão nenhuma indicação sobre seu pai. Todavia, duas certidões fazem com que acreditemos que ela fosse filha ilegítima do conde Giovan Battista Tana de Santena. Uma delas é clara: uma venda dos seus bens em 1669, registrada pelo tabelião Stuerdo de Poirino, define-a como "filha do senhor conde Giovan Battista Tana".[24] Porém não há qualquer outra referência sucessiva até um documento, muito mais recente, do administrador dos bens dos Tana, Gian Giacomo Piatto, que define Giulio Cesare, marido de Angela Margherita, "senhor marquês", como em uma alusão a um parentesco nobre.[25] Angela Margherita parece, ainda, ter sido muito rica, por herança paterna ou, talvez possamos supor, por uma doação do conde Tana que não foi registrada em nenhum documento público. Mas esta é uma riqueza de origem clandestina, tanto que cada imóvel ou censo no qual ela apareceu como proprietária teve sempre uma origem de linha materna, ou seja, dos Magistri.

Na falta da data de casamento é impossível localizarmos essa ligação com os Tana, que parece mais provável, no período anterior ou naquele sucessivo à chegada de Giulio Cesare Chiesa em Santena, em 1647. Fruto de uma dupla estratégia, do senhor e do burguês, criava-se uma ulterior aura de prestígio e de irregularidade em torno deste tabelião quase nobre, casado com uma rica senhora, que vinha de uma vida luxuosa em uma pequena cidade para viver nestes campos, talvez filha

ilegítima do conde, como terão dito os camponeses e os plebeus ricos. Os Chiesa, segundo direito por tradição e sinal de autoridade como corregedor, se instalaram em uma ala do castelo feudal dos Tana de Entracque, outro ramo, e o mais importante, da família senhoril.

Mas a inserção dos Chiesa na aldeia só se deu graças ao suporte da sua própria estrutura de parentesco: já se tinha transferido para Santena um ramo de menor sucesso dos Chiesa de Ceresole, uma família de arrendatários descendentes de Ubertino, irmão do avô de Giulio Cesare. Este também era um ramo muito ligado aos Tana em uma relação clientelar de dependência das mais típicas: Bartolomeo, morto em 1657, morava em Santenotto, o castelo do marquês Tana, assim como seu filho, Giovanni, morto em 1678, e eram, ao mesmo tempo, arrendatários e colaboradores na administração. Uma neta de Bartolomeo casou-se com Gian Giacomo Piatto, de quem já falamos antes, administrador dos bens dos Tana até os primeiros anos do século XVIII. Depois, a família se dispersou, afastando-se de Santena, ou para administrar os arrendamentos do presidente Garagno, na fronteira de Chieri e, mais tarde, do advogado Mayno em Poirino, ou então para administrar as terras adquiridas em Villastellone, e não mais os encontramos entre as famílias de Santena nem mesmo nas gerações sucessivas. Permaneceu, porém, uma forte devoção em relação aos Tana, mesmo depois da dispersão nos domínios de outras comunidades, talvez vivida como uma decadência, já que Maria Margherita Chiesa di Ubertino, neta de Bartolomeo, ao morrer em 1704, em Cambiano, dedicou cinco linhas do seu breve testamento para expressar o arrependimento pela perda daquela dependência. Como um título honorífico imperecível ela diz "ter estado em casa de sua excelência o ilustríssimo marquês Tana e que continua a rezar para sua Divina Majestade pela conservação e prosperidade da casa dos citados ilustríssimos senhores".[26]

De qualquer forma, os Chiesa de Ubertino formavam uma família de muito menos prestígio do que a estirpe de Gian Galeazzo, que tentava de forma diversa uma ascensão social. Pagaram e receberam dotes de 100 a 150 liras (os dos primos oscilavam entre 500 e 2.500), ainda que sua rede de relações sociais fosse confirmada em cada casamento pelo alto nível das

benisaglie, ou seja, os dons em dinheiro que as noivas Chiesa ganhavam de amigos e parentes, durante o almoço nupcial, e que oscilavam entre 25 e 66% do dote recebido, em uma espécie de declaração pública do papel importante da família na hierarquia do prestígio local.

A presença deste ramo da família em Santena deve ter sido importante para facilitar a inserção de Giulio Cesare, mesmo tendo só uma prova concreta desta solidariedade: os Chiesa Ubertino, da geração que se casou na década de 1650, eram ligados por dois casamentos à família Varone, camponeses proprietários que não eram dos mais ricos da aldeia. Foi exatamente um Varone, Lazzarino, dito Antonio, casado com uma mulher da família Chiesa, quem — também em nome das irmãs Maria e Lorenzina (a primeira casada com um dos irmãos Chiesa) — fez uma doação à família de Giulio Cesare de 2,80 *giornate* de terra arável. Isto aconteceu em 1656.[27] No documento não está especificado o motivo, mas podemos interpretar esta doação como declaração pública da íntima ligação entre as três famílias, possivelmente em uma relação de dependência por parte dos parentes mais pobres de seu primo, o já poderoso corregedor; talvez seja a confirmação de um prestígio consolidado, no qual a terra ia dos menos elevados na hierarquia social para o ramo de maior sucesso, em um sistema de reciprocidade que trocava terra por proteção.

Não é uma hipótese arbitrária a de que esta doação tivesse um caráter simbólico e que confirmasse o relacionamento que dissemos; na verdade a terra não interessava a Giulio Cesare. Este pedaço que havia sido doado foi a única terra declarada no cadastro de 1656[28] e, ao que nos consta, não foi aumentada durante o resto da sua vida. Os seus bens foram mobiliários, os seus investimentos foram na área menos palpável do prestígio e das relações, foram as proteções e lealdades dadas e recebidas, foram os dotes das filhas, os estudos dos filhos. A herança que lhes deixou foi um papel procurado e acumulado em quarenta anos de administração política dos conflitos internos da comunidade e da representação nobiliar, ou aqueles voltados para fora, com a cidade de Chieri e a administração fiscal do estado.

Nós o encontramos freqüentemente como vendedor de bens imó-

veis: da casa paterna em Ceresole em 1669 por 1.013 liras, em um momento em que a sua transferência para Santena já estava tão consolidada a ponto de ele poder contar com um Tana e um Benso, contemporaneamente, como testemunhas deste documento. E o encontramos, ainda, no momento em que vende os bens de sua esposa: a casa em Carignano herdada da mãe Maria e da tia Ortensia em 1671; e, em 1673, o crédito de 100 *doppie* com a comunidade de Venaus, que também tinha sido herança de Maria Magistri.[29]

Enfim, em 1679, ele procurou se desfazer até mesmo da terra que recebeu em doação dos Varone, dando-a como parte do dote de sua filha Vittoria, que se casou com o médico Giovan Battista Massia, filho do advogado Giuseppe Antonio, de Martinengo. Um pedaço de terra longe do local onde a filha foi residir certamente não foi um dote muito apreciado, e o casal Massia nunca se ocupou dele, obrigando Giulio Cesare a administrá-lo de novo. Em 1687, ele decidiu, então, vender esta terra ao padre Dom Vittorio Negro (que já vimos em sua relação com Giovan Battista) por 260 liras (no dote tinha sido avaliada em 300 liras). Somente em 1695, quando Giulio Cesare já estava morto, o casal Massia procurou recuperá-la, dirindo-se a Cinquati, o novo corregedor. Tudo se concluiu com um acordo que obrigava Dom Negro a pagar 30 liras em troca da confirmação da posse das terras em questão.[30]

5. Fora estes documentos que se referem justamente a transações com bens imobiliários e que, por isto, deixaram vestígios duradouros no cartório, não encontramos neste tipo de documentação mais nada que diga respeito a Giulio Cesare; ele era o tabelião de Santena e, talvez por isso, seus familiares não pudessem procurá-lo quando estipulavam documentos e, menos ainda, quando os lavravam. Mas também os tabeliães de Chieri, Cambiano, Carignano, Villastellone, Ceresole, Poirino, Turim e Moncalieri não deixaram registros sobre o modo como agiram, nem a indefinida condição administrativa de Santena produziu documentos públicos autônomos, e, finalmente, nem os arquivos das famílias nobres fornecem informações diretas. Mesmo que os vestígios mais consistentes

tenham desaparecido graças ao acaso, ao direito ou a uma vontade ativa, importa é que devemos avaliar a sua administração do poder naquele período, tomando como base os resultados obtidos no campo político. Vejamos, portanto, o que sabemos sobre o modo de agir de Giulio Cesare ou, pelo menos, do que aconteceu no período sucessivo à sua nomeação.

Antes de mais nada, desapareceram os conflitos entre Chieri e Santena. A comunidade parece escondida. Não paga mais os impostos à cidade e os seus habitantes aparecem muito esporadicamente nos registros de Chieri — pelo sal ou por outra coisa —, e não se fala mais a este respeito no conselho comunitário. Chiesa conseguiu afirmar, rapidamente, o poder da representação da nobreza e, portanto, o espaço no qual desempenhava as suas funções de juiz e corregedor, aumentando a área da simples aldeia de ponte a ponte, visto que na reabertura da causa jurisdicional os seus atos como juiz são a prova de um poder que recobria, de fato, se não de direito, todo o território de Santena. Prisões e condenações dizem respeito a ações criminais, ferimentos e homicídios ocorridos até mesmo em domínios isolados e ao longo de toda a área rural, nos Tetti Agostini, em Ponticelli, em San Salvà e nos Tetti Girò.

Em segundo lugar, os senhores parecem ter conservado a sua solidariedade por todo o período da administração de Chiesa, e romperam-na apenas na última década do século, depois da morte de Giulio Cesare. Antes de tudo, algumas discussões hereditárias ou relativas às fronteiras dos campos e dos pastos não impediram o exercício de um forte controle sobre os camponeses, proibidos, como já vimos, de hospedarem os nômades pastores de ovelhas.

Durante mais de quarenta anos não houve protestos por parte dos proprietários camponeses de Santena: as aspirações dos vinte chefes de família parecem ter emudecido, só reaparecendo, e de forma vigorosa, depois da morte de Giulio Cesare.

E ter imposto seu filho Giovan Battista como pároco não foi, certamente, o menor de seus sucessos: esta posição permitia um controle moral sobre a comunidade, sobre as companhias paroquiais e sobre a sua capacidade de canalizar os conflitos na aldeia, além de um controle material sobre as esmolas, sobre os bens da Igreja e dos priores e sobre

questões importantes para a sociedade local, relacionadas com as sepulturas e as missas de réquiem, os casamentos e os batizados. Enfim, parece que o desaparecimento de toda a documentação sobre conflitos na aldeia confirmou ter sido este um período de paz e de equilíbrio, que sumiram com a morte de Giulio Cesare, como se ela tivesse reaberto problemas que estavam enterrados, mas não resolvidos. E é exatamente no último período do século, quando os testemunhos falam sobre Chiesa com saudades, admiração e respeito, que temos uma confirmação do sucesso da sua administração de quarenta anos.

6. Pouco antes de sair de cena, Giulio Cesare foi convocado pelo tribunal, devido a um episódio simbólico da sua concepção do poder. Esperava-se que ele controlasse as imunidades fiscais para as famílias com mais de doze filhos vivos. Esta era uma prática que requeria, no momento do décimo segundo parto, a presença do corregedor e de um funcionário enviado pelo Senado. Entretanto, no caso de Santena, as coisas tinham ocorrido de forma diferente: Giulio Cesare havia declarado, antes de 1677, que três famílias se encontravam nesta situação, sem que tivesse havido nenhuma verificação por parte de funcionários externos à comunidade. Talvez ele tenha contado com o caráter juridicamente incerto de Santena e, portanto, com o seu próprio poder de corregedor. Pode ser, ainda, que as práticas centrais de verificação não fossem uniformes e consolidadas, e por isto não tenha vindo a Santena nenhum funcionário de Turim a fim de verificar as declarações do corregedor. Todavia, em 13 de abril de 1677, o Senado de Turim começou um processo. Não tinham sido encontradas as patentes ducais que concediam a imunidade fiscal para as três famílias de Santena e para outras quatro de Chieri, sendo pedidas, portanto, aos interessados. Esta era, porém, uma prática longa e, mesmo depois de doze anos, em 19 de setembro de 1689, o funcionário encarregado declarou "não ter podido resolver".[31] De quem se tratava? Antes de mais nada, dos Tana, que inicialmente não tinham comparecido ao Senado, quer pessoalmente, quer através de um procurador, já que eram realmente imunes e suas patentes

eram regulares. Os doze filhos de Federico, os quatorze de Lelio e os doze de Carlo Emanuele tinham sido legalmente declarados e reconhecidos, e as terras dos Tana tinham sofrido isenção legal de impostos e de outros encargos. É provável que tenha sido exatamente este fato que sugeriu a Giulio Cesare uma manipulação do direito, o que demonstra sua tendência, de certa forma maníaca, pela simetria e pela fraude. As três famílias declaradas por ele imunes, em virtude de terem doze filhos, eram, primeiramente, a sua (com cinco filhos), a do conde Luigi Antonio Benso Santena (com o mesmo número) e Dom Cesare Amedeo Broglia (com apenas dois), o que no total perfazia doze filhos. Como estratégia de concórdia e igualdade e símbolo de prestígio, ele havia acrescentado as pequenas famílias dos poderosos à sua. Agia assim, não porque os seus impostos fossem altos (já vimos que quase não tinha terras), mas por pura manifestação de poder, e simbólica participação em um gesto de ilegalidade petulante, que ele talvez acreditasse aproximá-lo primeiramente das famílias aristocráticas que estavam além dos vínculos fiscais do estado. Ao mesmo tempo, talvez acreditasse afastar-se, juntamente com sua recusa em possuir terras, da condição subalterna dos camponeses ligados a estas posses, sujeitos aos impostos fiscais do estado e aos impostos feudais dos senhores. Não é possível verificar com maior exatidão o motivo que tenha levado Chiesa a este tipo de afirmação de um poder diferente daquele da lei ducal. Contudo, aos lentos funcionários do Senado, a coisa toda deve ter parecido surpreendente, exatamente pelo encaixe das coincidências e das simetrias. Era possível que em Santena os únicos imunes fossem os principais feudatários e o corregedor? Eles foram chamados para prestar contas em agosto de 1689 e, no final, todos tinham se apresentado diretamente ou através de um procurador. Apenas um não se defendeu e foi, justamente, Giulio Cesare Chiesa. Talvez porque já tivesse sido acometido pela doença que o matou poucos meses depois ou talvez porque tivesse medo de ser preso. Com esta primeira convocação, em 1690, a causa abrandou, quando a guerra com a França já havia movido muitos exércitos em direção ao Piemonte.

Em 4 de novembro de 1690, a morte, aos 72 anos, de Giulio Cesare, tabelião e corregedor de Santena, foi registrada pelo filho Giovan Battista

no *Liber mortuorum* da paróquia.[32] Com todos os documentos acumulados como juiz, corregedor, tabelião, plebeu rico e homem de poder, a casa de Giulio Cesare deve ter ficado repleta. Quando estes documentos foram procurados para verificar os limites do seu exercício de jurisdição na nova briga com Chieri, constatou-se a sua inexistência e foi necessário recorrer à memória dos habitantes de Santena. Aumentando a atmosfera já informe deste personagem, acrescente-se, ainda, a dispersão documentária: "a maior parte dos seus escritos se perdeu por ocasião do saque feito pelos franceses quando tomaram Carmagnola (19 de junho de 1691), e dentre estes escritos havia muitos que diziam respeito a documentos da justiça".[33]

7. Estamos habituados a imaginar a formação do estado moderno nas sociedades européias do Antigo Regime com a atenção toda voltada para os vértices sociais, para as figuras que tenham tido um papel institucional definido e uma relação com a propriedade da terra e com as atividades mercantis. A história de Giulio Cesare Chiesa mostra, ao contrário, a atividade concreta de um empreendedor político local, que desenvolve uma ação transformadora das regras reguladoras de uma sociedade de ordens, através da realização de uma carreira individual e de atividade inovadora, ocupando os espaços deixados pelas regras imprecisas e contraditórias desta sociedade aparentemente estruturada em instituições rígidas. Giulio Cesare Chiesa era uma espécie de pequeno líder, de funcionário de aldeia, em cansativa atividade de mediação entre o estado e a comunidade, entre os diversos feudatários e entre os camponeses e os senhores. Sua riqueza advinha das redes de relações que possuía. O dinheiro era investido não em terras e no comércio mas no problema, ainda indefinido, de manter e aumentar um prestígio que não era totalmente reconhecido pelas leis e pelos usos, e no problema de transmitir para as gerações sucessivas um patrimônio fluido, feito de relações e de posições instáveis, uma herança feita de reservas concretas mas imateriais.[34]

O que aconteceu em Santena foi um episódio particular. Existe, porém, um significado geral para as perguntas que surgem a partir desta história. Estas dizem respeito aos espaços abertos nos conflitos

e à convivência entre grupos sociais, entre centros de poder que produziam sistemas de normas diversos (sistemas estes sobrepostos em certos aspectos e contrapostos em outros) e entre uma nobreza fluida. Esta nobreza se criava e agia em campo político, em mil pequenos episódios, fragmentando a sociedade de ordens, em um esforço para abrir um campo informal que empurrasse a hierarquia social na direção de certa mobilidade dos papéis adquiridos. O estado de Savóia se voltou para várias questões: a solidificação de seus sistemas de governo, as relações com as aristocracias nova e velha, os sistemas de coleta fiscal, a mercantilização da terra e o controle político do centro sobre uma periferia variada e herdeira, havia cinqüenta anos, de crises políticas e econômicas. Todavia, contemporaneamente, em finais do século XVII, a sociedade nos parece em condições de sugerir, de fazer propostas, de se defender e de corrigir o que o poder central propunha. Esta classe política local tinha, portanto, um amplo espaço de iniciativa. Mais do que o visível quadro das relações entre cortes, feudatários, funcionários públicos, comerciantes e clero foi uma fina rede de manipulações políticas que colocou os limites na possibilidade de centralização e controle do estado absoluto. Esta rede de manipulação não propôs respostas uniformes a uma pressão uniforme. Organizou, no entanto, as relações entre os vértices da sociedade (já amplamente mercantilizada nos seus circuitos principais e nas cidades) e as complexas e fluidas estratégias camponesas, imersas em uma ativa cultura social de solidariedades e conflitos, de proteção e submissão, significativamente diferente daquela das classes dominantes.

Nos vértices do estado, as coisas pareciam voltadas para si mesmas. Os grandes empreendedores de impostos, a burguesia que se enobrecia e as atividades manufatureiras do início do século XVII pareciam ter sido apagadas. O estado afirmava, com força, sob Vittorio Amedeo II, o seu poder contra uma aristocracia já sabidamente inserida, até como ideologia e cultura, no âmbito dos modelos da administração do estado. Todavia, a nova estruturação do poder central só muito lentamente conseguia organizar as próprias relações com uma sempre viva capacidade local de encontrar saídas diante de situações de retração.[35]

A liderança local nunca se tornou um grupo autônomo, que expressasse amplas solidariedades. Isto teria sido uma contradição em relação ao papel especializado da relação entre comunidade e estado, entre grupos sociais e realidades econômicas separadas. Tampouco esta liderança demonstrou uma capacidade para se organizar em áreas geográficas, mesmo que muito extensas. Os líderes locais deixaram para outros grupos, nobres ou burgueses, a capacidade de intervenção política e econômica geral. Chamados pelas suas origens para se movimentar dentro dos espaços deixados pelas leis e pelas forças sociais, eles tiveram que enfrentar pequenos e dramáticos problemas de continuidade. Antes de tudo, o de transmitir através das gerações um poder construído sobre o prestígio, as mediações, o clientelismo e os compromissos. Para Giulio Cesare Chiesa, o problema se colocou de forma aparentemente simples: como conservar e transmitir a seu filho Giovan Battista aquilo em que ele mais confiava, a herança imaterial da sua posição? Fez dele um padre, pároco e vigário da mesma comunidade. Tinha, por isso, nas mãos as rédeas da vida social que fluía pelos canais associativos e morais da vida religiosa. Tinha relações com os Roero e com os Tana e possuía algum dinheiro. Mas isto bastava diante da posição dos outros sacerdotes das famílias mais nobres de Santena? E o equilíbrio teria sido mantido entre os aristocratas quando fosse nomeado um outro corregedor? Sobre Giovan Battista sabemos ainda pouco: violinista, caçador, padre, sempre tinha vivido sob a sombra do pai. Em nenhum documento, até 1690, ele aparece como protagonista direto.[36] Entretanto, ele se considerava difícil de ser atacado, e devia sentir-se coberto pelo mesmo poder sem regras que o pai parecia ter exercido na comunidade.

NOTAS

[1] A antropologia política trabalhou muito neste problema, particularmente nas sociedades mediterrâneas e latino-americanas. Mas, em geral, o discurso sobre a patronagem e os mediadores, referido a sociedades contemporâneas, tem acentuado muito o papel

deste tipo de plebeu rico na conservação da ordem social. Quero propor aqui um ponto de vista ligeiramente diferente: em uma sociedade de ordens no Antigo Regime, o seu papel é muito mais dinâmico porque propõe modelos de ascensão social que devem, necessariamente, colocar em discussão a rigidez estruturada de uma situação dominada pelo *status* e pelos papéis desempenhados. Naturalmente, isto não quer dizer que na sua atividade não tenha um papel importante a utilização de valores hierárquicos relacionados com a ordem social vigente, além de uma prática mais ou menos abertamente violenta. Todavia, acredito que a capacidade dilacerante desta figura não permita igualá-la aos *caciques* ou chefes mafiosos das sociedades contemporâneas; e que, portanto, seja impróprio aplicar com rigidez para o século XVII modelos interpretativos construídos para situações diferentes. De qualquer forma, cf.: F. Barth, *Political Leadership among Swat Pathans,* Athlone Press, Londres, 1959; M. J. Swartz, V. W. Turner e A. Tuden (organizado por), *Political Anthropology,* Aldine, Chicago, 1966; M. J. Swartz (organizado por), *Local Level Politics. Social and Cultural Perspectives,* Aldine, Chicago, 1968; P. Friedrich, *Agrarian Revolt in a Mexican Village,* The University of Chicago Press, Chicago, 1970; J. Boissevain, *Friends of Friends. Networks, Manipulators and Coalitions,* Blackwell, Oxford, 1974; A. Blok, *The Mafia of a Sicilian Village,* Blackwell, Oxford, 1974; P. Schneider, J. Schneider e E. Hansen, *Modernisation and Development: the role of regional élites and non corporate groups in the European Mediterranean,* in "Comparative Studies in Society and History", XIV (1972), pp. 328-50.

[2] Sobre este conceito de empreendedor, cf. F. Barth, *Process and Form in Social Life,* Routledge and Kegan Paul, Londres, 1981, pp. 157-86; Id. (organizado por), *The role of the Entrepreneur in Social Change in Northern Norway,* Universitetsforlaget, Bergen, 1963. Utilizei amplamente este conceito para reconstruir a história de um empreendedor de Felizzano que tem uma história semelhante à de Giulio Cesare Chiesa, in G. Levi, *Strutture familiari e rapporti sociali in una comunità piemontese fra Sette e Ottocento,* in *Storia d'Italia Einaudi, Annali,* I: *Dal feudalesimo al capitalismo,* Turim, 1978, pp. 617-60. Cf. P. Bigi, A. Ronchi e E. Zambruno, *Demografia differenziale di un villaggio alessandrino: dall'analisi quantitativa alle storie di famiglia,* in "Quaderni Storici", XVI (1981), pp. 11-59.

[3] Não existem em Ceresole os registros dos batizados neste período. O ano de nascimento foi deduzido a partir da idade em que o indivíduo morreu.

[4] AST, seções reunidas, seção III, art. 496. *Atti del Regio Patrimonio contro particolari,* maço C/9, 1622, *Atti del Patrimoniale contro Gian Galeazzo Chiesa di Ceresole per redditione del conto della sua esazione della macina.*

[5] AST, seções reunidas, *Registro patenti finanze,* 29 de abril de 1647.

[6] Cf. G. Quazza, *Guerra civile in Piemonte, 1637-1642,* in "Bollettino storico bibliografico subalpino", LVII (1959), pp. 281-321 e LVIII (1960), pp. 5-63.

[7] A. Erba, *La Chiesa Sabauda tra Cinque e Seicento. Ortodossia tridentina gallicanesimo savoiardo e assolutismo ducale (1580-1630),* Herder, Roma, 1979, p. 89. A visita de Peruzzi em Santena é de 5 de agosto de 1584 e se encontra em AAT, 7.1.5, f. 387. Na

verdade a indeterminação chega a tal ponto que o visitante chama a igreja de San Pietro, em vez de San Paolo como era chamada pela consagração de 1531 ou Santi Pietro e Paolo como se chamou posteriormente. Cf. G. Bosio, *La Chiesa Parrocchiale di Santena. Studio storico,* Tip. Artigianelli, Turim, 1896, pp. 20-21.

[8] Ibid., pp. 15-17: o priorado foi sustentado pelos canônicos de Vezzolano e foi transformado em comenda em uma data imprecisa da segunda metade do século XV.

[9] A representação era composta pelos Benso, os Birago, os Broglia, os Tana e os Simeone de' Balbi: mas as famílias há muito tempo importantes, em função das parcelas de feudo que lhes pertenciam, eram os Tana e os Benso. Todas as investiduras documentadas se encontram em AAT, 5.13, Feudo de Santena, *Sommario della causa del signor marchese don Michel'Antonio Benzo di Cavor, Gentiluomo di Camera di S. M., Cavaliere Gran Croce dell'Ordine Militare de' Santi Morizio e Lazzaro contro il Signor marchese Filippo Ignazio Solaro di Moretta, gentiluomo di Camera di S. M., secogiunta la Mensa Arcivescovile della presente città,* parte II, Stamperia Reale, Turim, 1762.

[10] ASCC, 22, par. 1, n. 39, *Atto giudiciale di sottomissione e dechiarazione fatta dalli particolari del finaggio di Chieri habitanti appresso il luogo di Santena li 25 febraro 1643.* Cf. também a Ordine Ducale del 4 de marzo 1643 (ivi, 22.1.40) em apoio à tese da cidade; e nova carta de protesto dos habitantes de Santena de 5 de junho de 1643 (ivi, 22.1.41).

[11] Não encontrei cópia deste edital. A referência está em ASCC, art. 22, par. 2, n. 19, cart. 64.

[12] Não existem os atos criminais julgados em Santena. Existe, porém, uma reconstrução dos episódios da violência feita durante a causa jurisdicional entre Santena e Chieri. Os processos são reconstruídos através dos depoimentos memorizados pelos habitantes de Santena e cobrem o período 1657-99. O objetivo era demonstrar que o juiz de Santena tinha exercido a sua jurisdição mesmo no território da aldeia e não só no centro entre duas pontes. Cf. AAT, 5.13, Feudo de Santena, *Sommario della causa* cit., pp. 247-53. Uma lista levemente diferente e referida ao período precedente, ou seja, às violências relacionadas à publicação do edital em 1643, in ASCC, art. 22, par. 2, n. 18. *Fatto per la giurisdizione e territorio di Santena;* ivi, n. 19. *Sommario di diverse ragioni che competono alla città per diverse controversie tra la Città et li homini e consortile di Santena.*

[13] Cf. L. Bulferetti, *Considerazioni generali sull'assolutismo mercantilistico di Carlo Emanuele,* in "Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia e di Magistero dell'Università di Cagliari", XIX, 1952, pp. 3-93, Id. *La feudalità e il patriziato nel Piemonte di Carlo Emanuele II (1663-1675),* ivi, XXI (1953), pp. 2-85; S. J. Woolf, *Studi sulla nobiltà piemontese nell'epoca dell'assolutismo,* Accademia delle Scienze, Turim, 1963; E. Stumpo, *Finanza e Stato moderno nel Piemonte del Seicento,* Istituto Storico Italiano, Roma, 1979.

[14] Cf. L. Einaudi, *La finanza sabauda all'aprirsi del secolo XVIII e durante la guerra di successione spagnola,* Sten, Turim, 1908; F. Venturi, *Saggi sull'Europa illuminista,* I: *Alberto Radicati di Passerano,* Einaudi, Turim, 1954, pp. 63-126; Quazza, *Le riforme* cit., pp. 125-204 e 347-80; Symcox, *Victor Amedeus* II cit., pp. 190-225.

[15] Para o Piemonte cf. Woolf, *Studi* cit. O caráter do estado de Savóia faz da nobreza

piemontesa um caso provavelmente muito particular. O peso da autoridade ducal a enfraqueceu muito rapidamente na sua autonomia, mas a coloca profundamente nas estruturas burocráticas do Estado. São, portanto, muitas as diferenças com relação a outras nobrezas italianas. Sobre isto cf. M. Berengo, *Patriziato e nobiltà: il caso Veronese*, in "Rivista Storica Italiana", LXXXVII (1975), pp. 493-517; C. Mozzarelli, *Stato, patriziato e organizzazione della società nell'Italia moderna*, in "Annali dell'Istituto storico italo-germanico in Trento", II (1976), pp. 421-512; C. Capra, *Nobili, notabili, élites: dal modello francese al caso italiano*, in "Quaderni Storici", XIII (1978), pp. 12-42.

[16] Sobre a família Tana nos restou um arquivo em 27 maços (AST, seções reunidas, Arquivos privados, *Archivio Tana*). As notícias genealógicas foram extraídas de um destes maços, mas também os maços de 2 a 7 contêm informações sobre casamentos, alianças etc. As isenções pelos 12 filhos estão em ASCC, art. 49, par. 2, cart. 139, fasc. 50, *Atti civili dell'Illustrissima Città di Chieri contro li Signori particolari immuni per il numero di 12 figlioli*, 1689. Sobre os Tana no século XVII cf. também Bosio, *Santena* cit., pp. 147-57, e Manno, *Il Patriziato* cit., *ad vocem*.

[17] Pelas partes de feudo concernentes a cada família cf. ASCC, art. 22, part. 2, n. 19, *Sommario* cit., pp. 123-37.

[18] ASCC, art. 22, part. 1, n. 33.

[19] ASCC, Insinuação, *Santena*, vol. I, c. 397, *Delibera a messer Gio. Megliore del pedaggio di Santena per 23 doppie d'Italia*, 3 de maio de 1647.

[20] AST, seções reunidas, Insinuação, *Tappa di Carmagnola, Ceresole*, vol. 25, c. 269, *Costituzione di patrimonio del Reverendo Chierico Don Gio. Battista Chiesa*, 21 de maio de 1681. O conde Francesco Antonio Roero, um dos senhores de Ceresole, constitui "os seus bens feudais... um patrimônio suficiente que lhe permite continuar a sua boa e louvável intenção": são pelo menos 32 *giornate* feudais em Ceresole.

[21] Os feudos dos Roero estavam na zona que une Ceresole a Alba, um grupo de prefeituras que, ainda hoje, se chama "Os Roero". As notícias sobre relações matrimoniais entre os Tana e os Roero in AST, seções reunidas, Arquivos privados, *Archivio Tana*, maço I.

[22] Ivi, maço 5, *Confessione di debito del signor conte Carlo Amedeo Tana verso i signori Claudio e Vittoria giugali Favetti*, 10 de dezembro de 1689.

[23] AST, seções reunidas, Insinuação, Turim, 1658, 1-10, vol. I, c. 325, *Testamento della signora Maria Magistris*, 6 de outubro de 1658; ivi, c. 327, *Codicillo della stessa*, 14 de outubro de 1658. Neste ato, faz-se referência, também, aos outros dois testamentos que fizeram de Angela Margherita herdeira universal.

[24] ASCC, Insinuação, *Santena*, vol. 2, c. 261, *Accompra del Molto Reverendo signor Gio. Giorgio e Teodoro fratteli Sibona di Ceresole del Signor Giulio Cesare Chiesa*, 23 de julho de 1669. O contrato foi feito no palácio dos Benso. Angela Margherita foi chamada "filha do senhor conde Gio. Battista Tana, esposa do vendedor".

[25] ASCC, Insinuação, *Cambiano*, vol. 20, c. 473r, *Testamento di messer Gio. Giacomo Piatto*, 15 de março de 1698. Faz-se referência a Giulio Cesare Chiesa que, como tabelião,

recebeu o documento do dote da esposa de Piatto. Ele aparece definido como "senhor marquês", mas já tinha falecido havia oito anos, e também Giovan Battista já tinha ido embora de Santena havia um ano.

[26] Ivi, vol. 21, c. 315, *Testamento di Maria Margherita Chiesa de Santena*, 6 de agosto de 1704.

[27] ASCC, Insinuação, *Chieri*, vol. 92, c. 744, *Donatione al signor Giulio Cesare Chiesa*, 22 de dezembro de 1656.

[28] ASCC, 143.1, *Quartiere Gialdo*, c. 666r, 22 de dezembro de 1656.

[29] Cf., ASCC, Insinuação, *Santena*, vol. 2, c. 261, 23 de julho de 1669; c. 317, 17 de março de 1671; c. 345, 9 de outubro de 1673.

[30] ASCC, Insinuação, *Villastellone*, vol. 17, c. 74, *Renontia a favore del M.to Rev.do Dom Vittorio Negro*, 6 de agosto de 1695.

[31] ASCC, 49.2, fasc. 50, *Atti civili* cit.

[32] APS, *Liber mortuorum*, 1, 1690.

[33] ATT, *Sommario della causa* cit., pp. 251-52. Os atos tabelionais de Santena apresentam uma lacuna no período 1687-93: faltam os documentos do último período de Chiesa, provavelmente ainda não registrados no tempo da sua morte. É provável que a partir daquele momento até 1694 nenhum tabelião tivesse se estabelecido em Santena. Existe em AST, seções reunidas, Tabeliães, 1º pagamento, uma minuta de Giulio Cesare Chiesa dos anos 1687-90 (até 16 de fevereiro); há apenas uma parcial sobreposição com os atos registrados.

[34] Além dos já citados estudos sobre a política local, foram-me muito úteis os estudos antropológicos sobre a transmissão dos cargos: J. Goody (organizado por), *Succession to High Office*, Cambridge University Press, Cambridge, 1966; R. Burling, *The Passage of Power. Studies in Political Succession*, Academic Press, Nova York, 1974; W. A. Shack e P. S. Cohen, *Politics in Leadership. A Comparative Perspective*, Clarendon Press, Oxford, 1979.

[35] É o termo que Bailey usa para definir a situação de inserção das realidades locais na sociedade complexa, mesmo sem que o poder central conseguisse mudar completamente os mecanismos locais de competição política: F. Bailey, *Stratagems and Spoils: A Social Anthropology of Politics*, Blackwell, Oxford, 1969 (trad. it. Officina, Roma, 1975, pp. 217-68).

[36] Depois de se tornar clérigo em 31 de março de 1681 (AAT, 10.1.1681, *Provvisioni*), provavelmente ele foi pároco vigário de Ternavasso, como aparece em um ato tabelional de 1683 (ASCC, Insinuação, *Santena*, vol. 2, c. 169). Logo depois da morte do pai ele recebeu a herança de Giovanni Maria Chiesa, seu tio, padre que morava em Borgaro (ASCC, Insinuação, *Villastellone*, vol. 16, c. 462, *Testamento del Molto Rev.do Prete Sig. Don Gio. Maria Chiesa abitante in Borgaro*, 13 de novembro de 1690). Não consegui encontrar nos documentos do arquiepiscopado vestígios da sua posterior carreira eclesiástica.

CAPÍTULO V

A herança imaterial: o processo de 1694

1. A infância e a juventude de Giovan Battista se desenrolaram à sombra desta história local: a batalha jurisdicional, o poder dos senhores e a ascensão do pai. Se a descrição estrutural da comunidade nos havia sugerido uma visão um pouco estática da estratégia camponesa (que punha em seu centro primeiro as relações sociais e, segundo, a procura de informações como base sobre a qual construir-se a limitada previsibilidade da sua ação), a história do pai ilustra um aspecto relevante da dinâmica dessa mesma comunidade.

A inclusão e o mascaramento das realidades locais em um sistema político, jurídico, administrativo e econômico mais vasto e homogêneo foi um fenômeno lento que sofreu, durante o reinado de Vittorio Amedeo II, uma drástica aceleração. Foram de várias espécies as respostas locais diante destas inovações. Em termos de liderança, contudo, o resultado imediato foi a multiplicação e afirmação de um tipo novo de especialista político: um indivíduo capaz de relacionar e articular as necessidades, as aspirações, as reservas e as tradições da comunidade local com as correspondentes demandas, ofertas e reservas do sistema político e administrativo da sociedade mais ampla. Especialistas como estes representaram um fenômeno de grandes dimensões: a autoridade e a influência destes mediadores foi o resultado da incoerência dos sistemas de valores, normas e princípios que operavam nos vários níveis da sociedade, nas atividades e processos políticos.

Aqui nasceu um problema de legitimidade, de confirmação do poder em termos jurídicos e morais: se a nomeação de Giulio Cesare, por parte

da representação dos senhores, e a retificação do Senado lhe deram um papel oficial, o cargo de corregedor foi exercido no esforço de derivar uma nova legitimidade da defesa ambígua dos valores fundamentais da comunidade. A superação dos conflitos internos parece ter sido um objetivo relevante, amplamente dividido com o conjunto dos habitantes de Santena. A incerteza das relações sociais que as tensões entre a representação senhoril, os proprietários mais ricos e os camponeses pobres geravam estava, de fato, em contradição com os valores da comunidade. Isto não quer dizer que se tivesse criado uma situação sem conflitos; no máximo se havia criado uma maior unidade corporativa da comunidade contra o mundo externo. Este era o objetivo da política de Chiesa. As tensões entre famílias encontraram, como distribuição diversa de vantagens, uma paz momentânea.

O papel de Giulio Cesare foi, portanto, legítimo, no modo como foi eleito, mas a aceitação pública da sua ação reforçou progressivamente este papel aos olhos da comunidade e dos senhores, exatamente pelo apelo à solidariedade local. Esta nasceu como conseqüência da ilegalidade com que foram introduzidas as relações externas, com Chieri e com Turim.

A história de Giovan Battista está de novo relacionada com a liderança de um mediador. Entretanto, as motivações técnicas e a legitimidade eram muito diferentes, ligadas, como estavam desde o início, a um problema geral de passagem dos poderes em situações relativamente pouco formalizadas, como era a destes mediadores. Para compreendermos melhor a história que levou Giovan Battista diante dos juízes do arquiepiscopado de Turim, devemos analisar a crise da década de 1690. A coincidência da morte do pai com a maior crise política e econômica que o Piemonte enfrentou, depois de mais de trinta anos de retomada, tornava particularmente árduo o problema da sucessão nos pontos de prestígio na comunidade.

Vittorio Amedeo II esteve fortemente ligado à França, em particular durante a campanha contra os Valdeses que terminou em fevereiro de 1687. Mas no período posterior ele se aproximou da Liga de Augusta entre o Império Austríaco, a Suécia, a Espanha, a Baviera e os estados menores

da Alemanha, especialmente depois que, com a adesão da Holanda e da Inglaterra, foi constituída a Grande Aliança (1689) para enfrentar o predomínio da França de Luís XIV na Europa. A ocupação francesa de Pinerolo, o controle sobre o lugarejo, a esperança de adquirir os feudos imperiais e de ter o título régio foram estímulos importantes para esta mudança de alianças. O pedido francês de que entregasse Verrua e a fortaleza de Turim, acompanhado pela recusa por parte do duque de Savóia, abriu, assim, o conflito no Piemonte e, em 18 de agosto de 1690, Catinat venceu em Staffarda as tropas espanholas, imperiais e de Savóia.

Iniciou-se, assim, um período dramático para o Piemonte: o investimento financeiro foi muito maior do que o da guerra de sucessão espanhola;[1] a mortalidade da população foi terrível, particularmente durante a grande carestia de 1693-94, que afetou toda a Europa.[2] Entre 1691 e 1693, Carmagnola e Turim estiveram continuamente no centro da guerra, com as tropas das duas partes percorrendo os campos, destruindo as colheitas e queimando as aldeias.

Todavia, o início da guerra não havia provocado danos graves na região de Chieri: as tropas de Catinat, depois da batalha de Staffarda, em 18 de agosto, chegaram até os subúrbios de Carmagnola mas se retiraram rapidamente em direção a Pinerolo. No ano seguinte, porém, a partir de 9 de junho, a cidade foi ocupada pelas tropas francesas até 8 de novembro, quando foi liberada e reocupada pelo exército piemontês, espanhol e imperial. Os campos ao sul de Chieri foram devastados pelas bandas dos dois exércitos e, particularmente, Villastellone foi quase completamente destruída pelo fogo, enquanto grupos de soldados incendiavam, saqueavam e matavam até mesmo em Santena.[3] Eram os meses de amadurecimento dos grãos e das uvas, e a colheita de 1692 foi a mais pobre que o homem pode se lembrar.

Para Santena, entretanto, o ano de maior mortalidade de todo o decênio foi o de 1691, com uma diferença em relação às outras áreas, que só mais tarde foram atingidas pela guerra, pelas crises e pela carestia de 1693-94 que assinalou o pico do saldo demográfico negativo. Os desastres destes dois anos não foram causados somente pelos soldados, mesmo que as contínuas e devastadoras passagens das tropas se somas-

sem aos duros impostos militares extraordinários. As coisas se tornaram mais dramáticas em função da neve e das tempestades. Em 28 de junho de 1692, o gelo se abateu sobre os campos de grãos desta zona (onde as espigas já estavam maduras) e sobre os cachos ainda verdes dos vinhedos nas colinas. O senhor Vittore Villa, um plebeu rico de Andezeno, de 49 anos, nos deixou esta descrição: "No dia 28 do passado mês de junho, na véspera da festa dos santos apóstolos Pedro e Paulo, por volta das 20h, o tempo escureceu de tal maneira que o céu, trovejando e relampejando terrivelmente, fez descer, primeiro, uma tempestade seca e, depois, uma grandíssima quantidade de chuva" que "tinha causado grandes danos nos campos da cidade de Chieri. Os estragos foram ainda maiores nos vinhedos (...). Quando o tempo clareou, da minha casa pude ver o terreno todo branco como se estivesse coberto de neve... as videiras estavam tão destruídas que ficaram sem folhas, bosques e uvas; os cereais, juntamente com o resto, ficaram tão amassados na terra como se os cavalos lhes tivessem passado por cima. Tudo estava de uma tal forma que não valia a pena sequer recolher o que ficou para a palha. Esta situação era a mesma no resto dos campos."[4]

Após a batalha de Marselha, a guerra recomeçou na região entre Cumiana e Volvera. Depois houve uma trégua na região. Durante um ano, esta área viveu somente os efeitos dos conflitos ocorridos em outros lugares. Mas, no ano seguinte, um dos administradores do Hospital Geral de Chieri assinalou em seu registro de contas: "Em 27 de dezembro (1694) nevou intensamente e isto se repetiu no ano seguinte, na estação dos meses de janeiro, fevereiro e março, e inclusive em 8, 9 e 10 de abril." Neste mesmo ano: "A colheita de grãos foi tão pequena que não foi possível recolher as sementes. Recolheram-se poucos cereais e milho de verão, mas os grãos colhidos são bonitos. Acrescento que o preço do grão oscilava entre 5,50 e 5,15 liras a *mina*, e o valor máximo era de 6 liras. Cada hemina de fava valia 4.10 liras. E esta situação não disse respeito somente a nós, mas também a todas as terras fronteiriças: todos faliram."[5]

A própria freqüência destas histórias meteorológicas mostra a excepcionalidade deste período. Elas são ainda as únicas fontes narrativas

referentes a esta área ao longo do período de guerra, excluídas as referências mais estritas, nos atos tabelionais de vendas de casas e terras. As vendas destas propriedades apontam para as ruínas e misérias como causa recorrente da necessidade de privar-se inesperadamente de bens freqüentemente necessários à sobrevivência. Não é possível medir com exatidão os efeitos demográficos desse período terrível em Santena. Os registros paroquiais foram mantidos por Giovan Battista Chiesa de maneira sempre caótica e as notícias seguiram uma cronologia tão extravagante que é fácil imaginarmos serem os registros frutos da transcrição de folhetos de nascimentos, casamentos e sepulturas feitos sem nenhuma organicidade e de forma incompleta, além de conservados desordenadamente. Com certeza, o ano de 1694 assinalou um novo pico de mortalidade, mas, depois, predominaram as lacunas.[6]

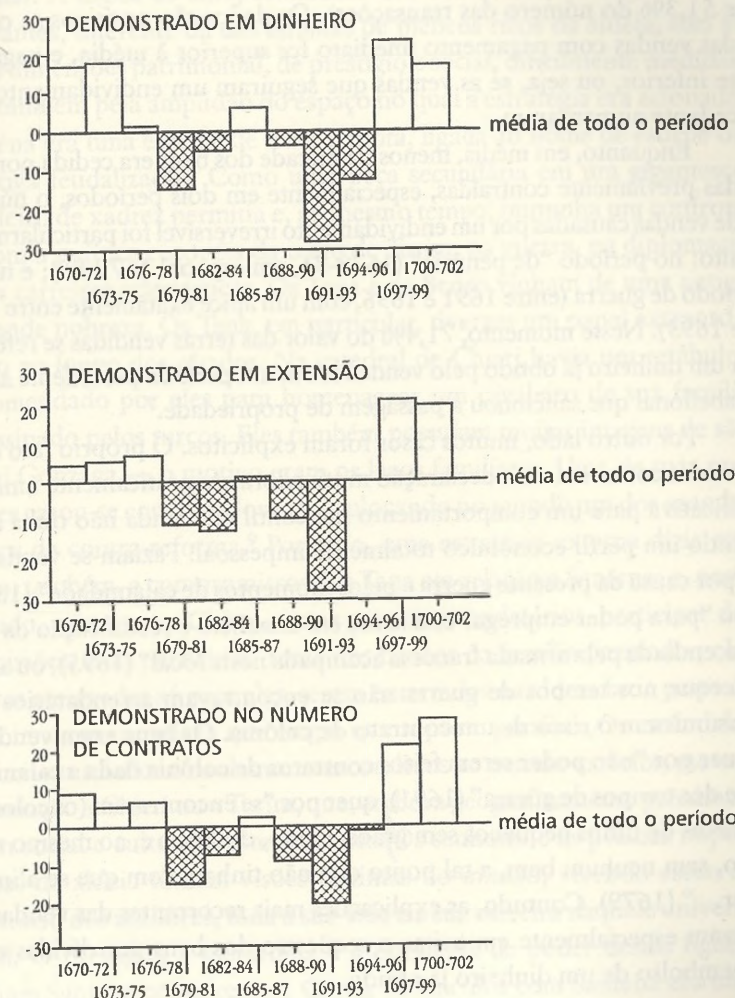
2. Não dispomos, portanto, de nenhum indicador estatístico localizado na comunidade de Santena: é por isto que tive que recorrer a um instrumento de medida precário. Tal precariedade advém de dois fatores: da influência de muitas variáveis — que permitem uma leitura limitada — e da imperfeição dos elementos nos quais se baseiam os instrumentos de medida. De qualquer forma, trata-se de um indicador serial que, no fim das contas, parece bastante expressivo para que se possa ler o desenrolar do ciclo. Refiro-me às vendas de terras, que nos atos tabelionais indicavam se o pagamento já tinha sido feito no momento da escritura ou se o dinheiro foi depositado somente naquela ocasião (ou, até mesmo, em um momento posterior). Não se trata, portanto, da quantidade em valores das transações nem da extensão total das terras que passavam de mão em mão, para o que teria bastado uma venda muito grande ou o uso de tabeliães, que fogem à nossa pesquisa, para alterar o *trend*. Além disto, o próprio modo como funcionava o mercado (o que já discutimos no terceiro capítulo) mostra o caráter enganoso das transações mercantis, se tomadas ao pé da letra. O indicador que escolhi me pareceu mais significativo e coerente com a lógica do mercado da comunidade, porque parte do princípio de que a venda fosse o mais evitada, postergada e

lenta possível, e nos permite, através do *modo de pagamento*, selecionar as vendas de certa forma voluntárias (que seguiam uma dívida precedente e que se tornavam mais freqüentes em períodos de crise). A relação temporal entre o dinheiro pago e a passagem da propriedade da terra é o sinal de um endividamento precedente, no qual a venda é apenas um ato obrigatório final, quando a dívida já tinha crescido demais. É a retificação tabelional da esperança perdida de devolver (ou de reaver) o dinheiro ou os bens já recebidos (ou já dados) anteriormente. O próprio texto dos atos declara explicitamente que é a dívida que obriga à venda.

Tabela 5 — Dinheiro entregue antes do contrato de compra da terra (demonstrado em pontos percentuais pela média)

	demonstrado em dinheiro	demonstrado em extensão	demonstrado no número de contratos
1670-72	+16,9	+ 4,9	+ 8,7
1673-75	+17,7	+ 5,5	+ 5,2
1676-78	+ 0,4	+ 6,5	+ 5,5
1679-81	−14,0	− 10,3	− 14,3
1682-84	− 4,2	− 11,6	− 5,7
1685-87	+ 6,0	+ 0,2	+ 2,2
1688-90	− 3,1	− 8,5	− 8,4
1691-93	−27,8	− 27,9	− 20,0
1694-96	−11,8	− 0,3	− 0,4
1697-99	+ 23,9	+ 20,9	+ 21,2
1700-02	+ 17,1	+ 19,9	+ 28,7

Deviam ser considerados os atrasos no registro tabelional ou as mil causas que podiam ter feito com que o pagamento precedesse à passagem da propriedade. De qualquer forma, o resultado me parece muito significativo e é recolhido por triênio (exatamente para tornar óbvia a viscosidade da passagem da propriedade) nas tabelas que demonstram em pontos, pela média de todo o período, o peso percentual dos contratos

GRÁFICO VI

de venda nos quais o pagamento aconteceu no momento do ato, em relação ao total dos contratos (média que corresponde a 56,4% no que concerne ao valor em moeda dos bens transferidos, 54,2% da extensão e 51,3% do número das transações). Os dados são positivos se o peso das vendas com pagamento imediato foi superior à média, e negativo, se inferior, ou seja, se as vendas que seguiram um endividamento precedente aumentaram.

Enquanto, em média, menos da metade dos bens era cedida por dívidas previamente contraídas, especialmente em dois períodos, o número de vendas causadas por um endividamento irreversível foi particularmente alto: no período "de penúria" (1679-81, em especial 1679-80); e no período de guerra (entre 1691 e 1696, com um ápice exatamente entre 1691 e 1693). Neste momento, 71,4% do valor das terras vendidas se referiam a um dinheiro já obtido pelo vendedor em um período precedente ao ato tabelional que sancionou a passagem de propriedade.[7]

Por outro lado, muitos casos foram explícitos. O próprio fato de as vendas conterem uma declaração motivadora era praticamente uma justificativa para um comportamento mercantil que ainda não tinha assumido um perfil econômico totalmente impessoal. Faziam-se vendas ou "por causa da presente guerra e pelos momentos de calamidade" (1693), ou "para poder empregar esta soma em benefício e reedificação da casa incendiada pela armada francesa acampada neste local" (1695), ou ainda porque nos tempos de guerra não se encontravam arrendatários que assumissem o risco de um contrato de colônia. Os bens eram vendidos quer por "não poder serem feitos contratos de colônia dada a calamidade dos tempos de guerra" (1691), quer por "se encontrarem (os colonos) cheios de filhos pequenos sem grãos, vinho, dinheiro e, ao mesmo tempo, sem nenhum bem, a tal ponto que não tinham com que se alimentar..." (1679). Contudo, as explicações mais recorrentes das vendas falavam especialmente em evitar o seqüestro dos bens por dívidas e no reembolso de um dinheiro já obtido.

3. Muitas coisas mudaram em Santena depois da morte do corregedor, durante a guerra: a principal delas foi a coesão interna da representação nobiliar. A lógica de comportamento dos nobres era, em alguns casos relevantes, diferente da das famílias de plebeus ricos da aldeia, não só pelas dimensões patrimonial, de prestígio e social, dificilmente medidas, mas também pela amplidão do espaço no qual a estratégia era acionada. Santena era uma espécie de terra remota, ligada ao nome de estirpe ou à antiga feudalização. Como uma peça secundária em um gigantesco tabuleiro de xadrez permitia e, ao mesmo tempo, impunha um confronto com a política européia da corte de Turim, na guerra, na diplomacia e nas carreiras eclesiásticas. Os Tana e os Benso vinham de uma antiga e grande nobreza. Os Tana, em particular, tiveram um papel extraordinário ao longo dos séculos. Na catedral de Chieri havia um retábulo[8] encomendado por eles para homenagear um cavaleiro de sua família assassinado pelos turcos. Eles também possuíam muitas imagens de são Luigi Gonzaga — o motivo eram os laços familiares. Uma de suas mulheres casou-se com um Gonzaga, colocando no mundo um dos grandes santos da contra-reforma.[9] Portanto, uma estratégia externa dizia respeito, também, a compromissos dos Tana em relação a Santena; e, neste sentido, proteger os Chiesa, tratar com os arrendatários, participar das procissões, ir às paróquias, rezar nos bancos da família passando pelas portas reservadas só para eles, serem enterrados na aldeia fazia parte de uma imagem complexa que exigia este suporte pacífico. Os escândalos deviam ser selados e os clamores escondidos ao mundo exterior, mesmo em relação a Chieri ou a Turim, que, embora geograficamente próximos, eram social e culturalmente distantes. Os senhores e as pessoas importantes da aldeia tinham visões distintas do mundo, vivendo estas, ao contrário dos senhores, toda a sua vida e a sua carreira naquele universo local. O prestígio, a hierarquia e a estratégia de poder destas figuras tinham Santena como centro. Cortar os vínculos com Santena era uma aventura, um risco que pouquíssimos desejavam correr. Desta forma, a má sorte de um feudatário repercutia na cidade sem que nada se pudesse opor diretamente. As proteções, vividas como imutáveis, como sólidas

ligações na política da família, podiam, ao contrário, mudar o destino em pouco tempo.

E foi o que aconteceu a Giovan Battista Chiesa: enquanto ele pensava que podia se impor na sociedade local como sucessor de seu pai, sob a proteção da família Tana, vivendo entre a sacristia e o castelo dos nobres, os senhores que o protegiam estavam envolvidos em uma situação terrível longe do Piemonte. Vittorio Amedeo II não podia admitir, neste momento, a infidelidade entre seus feudatários, na guerra devastadora contra a França. Os limites da sua corrida pelas cortes européias, à procura de glória e experiência, estavam colocados, agora, em evidência pela guerra que exigia alianças claras. E eram muitos os nobres piemonteses que estavam "sob a bandeira do rei da França, contra a ordem de Sua Alteza". Dentre estes, destaca-se o conde Carlo Amedeo Maurizio Tana, filho de Carlo Emanuele e herdeiro de uma pequena parte do feudo de Santena.[10]

Desde o início da guerra, em 8 de junho de 1690, o duque de Savóia tinha dado ordem para que todos os nobres piemonteses que se encontravam no reino inimigo retornassem. Muitos eram, na verdade, oficiais do rei cristianissimo. E, no início de 1691, uma nota do duque, de 16 de fevereiro, inaugurava uma investigação (iniciada no dia 23) para verificar quem não havia obedecido à ordem de retorno. Na realidade, durante a desordem da guerra, não ficou bem claro quem havia permanecido na França, quem havia voltado e quem havia ido para outro país amigo ou neutro.

E, mais uma vez, alguns funcionários vieram de Turim para coletar informações. Este era o simplório sistema de verificação administrativa que consistia no interrogatório de espectadores oculares de algum fato reprovável; uma práxis de investigação difundida em uma administração rígida, mas ainda não suficientemente centralizadora, como era a do Estado absoluto. Uma investigação que novamente encheu de curiosidade e de fofocas as conversas dos camponeses de Santena nas praças e bares.

Nós possuímos apenas alguns fragmentos que deixam dúvidas sobre quantos e quais foram os Tana que ficaram na França. O capitão Marc'-

Antonio Gambetta de Turim, depois de dois anos servindo o rei da França no regimento de Nice, recebida a ordem de retorno, partiu imediatamente, junto com o nobre de Santena Broglia di Revello, chegando ao Piemonte em 9 de janeiro de 1691. Porém, ele se lembrava que um conde de Santena, coronel de infantaria, tinha ficado aos serviços do rei cristianissimo sob o comando de um regimento chamado "regimento de Santena". Um outro soldado, ao contrário, acreditava que se tratasse de um marquês, ou seja, do segundo filho do falecido marquês Federico Tana.

Um outro capitão, o ilustríssimo senhor Michelangelo Lodi, tinha militado exatamente no regimento de Santena a serviço de sua majestade cristianissima. Quando chegou a ordem de voltar, o regimento estava em Lille. Quem mostrasse esta ordem ou demonstrasse a intenção de obedecer era preso. Este foi, também, o seu destino: esteve três meses e meio na prisão e, depois, uma vez libertado, não o tinham deixado sair da cidade de Betune durante quinze dias. Ele não sabia qual dos Tana esteve com ele e o comandou. Sabia apenas que era um conde, fornecendo sua descrição: "E durante os já mencionados quinze dias vi o dito conde de Santena, que era, ainda, coronel do mesmo regimento. Vestia casaca e cinto de cobre com uma corrente. A barba era longa. Ele comia com os padres de San Filippo na mesma cidade de Betune, onde morava em um quarto que se comunicava com os dos citados padres."

Foi assim que, em junho, em Santena e em Chieri, se interrogaram algumas pessoas para descobrir qual dos Tana esteve ausente.[11] Michelangelo Montú se referiu ao primogênito do falecido conde Carlo Emanuele, primeiro escudeiro da princesa Lodovica de Savóia. Ele vivia no palácio da princesa, em Turim, com Margherita, sua mãe. Tinha alugado uma casa "próxima ao convento de San Tommaso". Todavia, dois anos antes, casou-se com uma nobre estrangeira e foi para a França. A partida com a esposa, que era da família d'Alvernia dos Condillac (na verdade se tratava de Giovanna de Belfort Camilline), foi também confirmada por Tommaso Rosso de Chieri.

No final, os resultados das investigações parecem ter sido bastante sólidos. E, por ordem do duque, em 23 de setembro de 1694, entre ameaças e adiamentos, os bens do conde Carlo Amedeo Tana foram

seqüestrados, inclusive as terras e o palácio de Santena, com todos os móveis, vasilhas e 26 *carre* de vinho, além das terras de Cambiano, o palácio de Chieri e outras propriedades feudais e não-feudais. Enfim, tudo aquilo que o conde Tana havia recebido, na condição de primogênito, através do testamento do pai, em 1678, quando tinha 19 anos. Durante todo o período da guerra, até 1695, uma parte desta família caiu, portanto, em desgraça, ainda que a mãe e os irmãos, o cavaleiro de Malta Dom Francesco Luigi e o cavaleiro Amedeo, tivessem permanecido fiéis aos Savóia, tendo sido o primeiro até mesmo capitão do regimento da Crocebianca, no ducado de Aosta.

O final da história dos Tana, embora não diga respeito diretamente ao nosso relato, merece ser lembrado brevemente. Já em 1695 a "mão do rei" tinha "liberado os bens" sob a promessa de Carlo Amedeo de voltar, no máximo, em um ano. Depois que ele voltou, com toda a família, obteve, em 4 de junho de 1697, através de um decreto, a total liberação dos bens, "dada a segurança representada pela sua presença no Piemonte". Mas mesmo este decreto foi revogado em 25 de fevereiro de 1699.[12] Como se pode ver, a infidelidade de um membro da família não tinha comprometido definitivamente a sua carreira e o seu poder, nem a de sua estirpe nos estados dos Savóia, mas, ao contrário, os Tana tiveram grande peso na nobreza mais ligada à corte no século XVIII. Entretanto, a temporária desgraça tinha tido graves conseqüências no pequeno mundo político de Santena. A sorte dos Chiesa tinha sido afetada repentinamente sem que Giovan Battista tivesse percebido que a situação tinha virado contra ele.

Também com os Benso muitas coisas tinham acontecido. Os cinqüenta anos de paz entre os senhores foram pontilhados de causas, brigas e discussões, transformando uma certa condescendência artificialmente recíproca em uma difícil solidariedade. Ocorreram tensões internas com cada estirpe e foi necessária a intervenção dos juízes, chamados para permitir uma sucessão feminina, a fim de recuperar um patrimônio eclesiástico ou definir um primogênito. Todavia, entre os Tana e os Benso algumas alianças matrimoniais tinham promovido solidariedades internas até inícios da década de 1660, depois da morte de Lelio Tana e de

sua esposa Zenobia Benso, casados em 1603. Estas famílias foram aliadas durante o conflito jurisdicional com Chieri e, em 1680, na causa contra os coletores de impostos da comunidade de Cambiano, que quiseram fazê-los pagar taxas até mesmo relativas a cotas atrasadas sobre terras pseudofeudais.[13] Suas relações se deviam a uma dívida e a uma breve briga, logo encerrada com um acordo, em 1685. O abade Carlo Giovan Battista Benso, chamado diante dos juízes por causa de um empréstimo de 750 liras não devolvidas, obteve uma prorrogação do pagamento por sete anos concedida pelo abade Dom Giulio Cesare Tana (por este pagamento tinha sido condenado com uma sentença arquiepiscopal de 2 de junho de 1685).[14] Na década de 1690, porém, tinham retornado as tensões. Vinha ocorrendo um processo de concentração das cotas do feudo nas mãos dos Benso e nas de um ramo dos Tana, o que se tornou um conflito aberto no início da década sucessiva. E, certamente, a entrega dos bens de Carlo Amedeo Maurizio ao domínio ducal tinha sido um potente estímulo à ruptura da paz: os Benso tentaram se impor como incontestáveis controladores, se não únicos proprietários, do feudo de Santena. Por enquanto nos basta dizer que, se nada tinha sido ainda abertamente descoberto ou, pelo menos, se não restou nenhum documento a respeito, o clima no qual Chiesa operava também tinha se complicado graças a esta diminuição da solidariedade senhoril, que envolvia o campo local em um inesperado quadro de posicionamentos externos.

4. Giulio Cesare Chiesa morrera às vésperas deste período dramático. A longa calma durante o período da sua administração, a aldeia escondida, as tensões suspensas em uma realidade na qual os caracteres corporativos tinham sido reforçados pela relação política conflituosa com a sociedade externa talvez não tivessem sido os mesmos se ele tivesse sido corregedor nos tempos difíceis de uma crise extraordinária. Este questionamento era naturalmente supérfluo. No momento da sua morte pareceu que o seu papel de homem ilustre pudesse ser passado integralmente a Giovan Battista, o primogênito. Esperava-se que ele soubesse agir nesta nova situação.

Na verdade, Giovan Battista ocupava um lugar de destaque na hierarquia da comunidade: ele deve ter-se perguntado como poderia obter algumas vantagens. Santena não era uma grande paróquia. As missas solicitadas pelas quatro companhias do Corpus Domini, do Rosario, do Suffragio e dos Disciplinanti e, ainda, das Umiliate não eram muito ricas, as terras anexas à paróquia não davam uma grande renda e o dinheiro da família não era muito. A morte de Giulio Cesare, a guerra, a crise agrícola e a miséria devastadora podiam, de forma geral, ameaçar a sua posição. O desaparecimento do seu pai podia ser sentido, imediatamente, como uma perda de prestígio. A relação com os Tana, o prestígio da família e o papel de pároco eram toda a sua riqueza e Giovan Battista durante quatro anos deve ter acreditado que isto bastasse, que o prestígio pudesse ser transmitido e transformado em riqueza material do modo mais mecânico possível. Pedia mais dinheiro do que o devido pelas suas prestações, impunha doações àqueles que julgava devessem fazê-las espontaneamente e supunha que, talvez, em momentos mais prósperos, tivessem feito tais doações a seu pai. Na tentativa de monetarizar um papel social, um prestígio acumulado e herdado como se fosse um elemento mensurável, ele ignorou que tal prestígio variava segundo o comportamento e a opinião dos habitantes de Santena e acreditou que fosse uma herança transportável para o mundo exterior. Tal maneira de ver as coisas era coerente com os mecanismos ideológicos que envolviam toda a esfera econômica. Os bens materiais e as reservas imateriais eram entendidos como se não pertencessem a gêneros separados. O primeiro era visto com todas as suas ligações com o mundo personalizado das relações; o segundo, como se fosse tangivelmente concreto, indiferente às suas raízes na subjetividade das relações sociais. O fato é que, quatro anos depois da morte de Giulio Cesare, Giovan Battista tinha conseguido criar muitos inimigos em Santena. Produziu uma ruptura numa comunidade martirizada pela guerra e pela carestia, até o ponto de sofrer um processo diante do tribunal arquiepiscopal acusado de atos bastante embaraçantes, que diziam respeito ao modo prevaricador com o qual exercia o papel de pároco. Vamos aos fatos.

O tribunal episcopal talvez tenha recebido denúncias anônimas ou pressões da família Benso, considerando que os fatos bastante graves eram merecedores de uma investigação, mesmo com o risco de multiplicar e alimentar a rede de fofocas entre os habitantes de Santena. Em 10 de agosto de 1694, o vigário do foro da cidade e da província de Chieri, reverendo senhor Carlo Bernardino Talpone, doutor colegiado da sacra teologia, padre do importante colegiado de Santa Maria della Scala, da cidade de Chieri, com a ajuda de Dom Antonio Torretta, nativo de Santena, representando o fisco daquele foro e, sendo provavelmente, um conhecedor da situação local, chegou a Santena para iniciar as investigações.[15]

Foram oito os interrogados que representaram a estrutura social da comunidade de maneira bem variada: dois miseráveis que declararam trabalhar nos campos mas sem possuírem terras, um costureiro, um cirurgião, um hoteleiro, um negociante, um arrendatário e um proprietário. Não houve, portanto, nenhuma representação dos camponeses pobres, que mais adiante veremos terem denunciado o mau comportamento de Giovan Battista. Devemos observar, antes de tudo, que os fatos referidos diziam respeito ao período seguinte à morte de Giulio Cesare, de fins de 1690 até julho de 1694.

As acusações eram recorrentes e tinham por objeto as sepulturas, a intervenção ilegítima na administração dos fundos e dos bens das companhias, e as missas que ele não realizava. As pessoas envolvidas aparecem várias vezes nos depoimentos dos interrogados, demonstrando que se falou muito a respeito na aldeia. Cada episódio foi comunicado e comentado, tornando-se objeto de um senso comum.

Antonio Cervetto, conhecido como Marghero, de 35 anos, um homem do campo, miserável e analfabeto, fala a respeito do fato mais antigo dentre aqueles narrados pelas testemunhas, um fato ocorrido nos últimos meses de 1690: "Há quatro anos, quando minha mãe Margherita passou desta vida para melhor, procurei o reverendo Dom Giovanni Battista Chiesa, pároco deste lugar, e lhe pedi para, dada a minha pobreza, ele me fazer a caridade de sepultar minha mãe e, depois, com o tempo, eu faria o possível para lhe pagar. Obtive como resposta que o

sepultamento só seria feito se antes ele fosse pago. Eu lhe fiz ver que tudo que podia lhe oferecer eram duas liras, mas ele persistia em não fazer o sepultamento e alegava que eu possuía algumas coisas. Quando lhe disse que me restavam apenas dois lençóis da defunta, ele replicou afirmando que sabia que eu possuía um fuzil que poderia valer 12 liras, que, juntamente com as duas que eu lhe havia apresentado, somavam 14 liras, com as quais ele sepultaria minha mãe. Eu mandei buscar o fuzil, entreguei-lhe as duas liras que lhe havia mostrado e só assim ele sepultou minha mãe." O alfaiate Francesco Griva, o hoteleiro Martino Torretta e o farmacêutico senhor Bartolomeo Tesio também reafirmaram o episódio de Antonio Cervetto, o que, juntamente com os casos apresentados posteriormente, contribuiu para criar "a fama de que o pároco deste lugar, em situações de sepultamento, exige ser pago primeiro, não importando se se trata de pessoas ricas ou pobres". Todavia, depois deste caso de 1690, vieram à tona ainda outros.

O senhor Francesco Griva, filho do falecido Matteo, de 21 anos, alfaiate alfabetizado, conta: "Há três anos, em sua última doença, minha avó Cattarina Griva ficou bem perto da morte e foi visitada pelo senhor reverendo Dom Giovan Battista Chiesa, dizendo-lhe formalmente: 'Senhor pároco, se eu vier a morrer, Vossa Senhoria não me deixe sem sepultura porque por ela lhe pagarei com as meus objetos.' Tendo-se seguido a este fato a morte de minha avó, entreguei-lhe os referidos bens que, avaliados naquele momento, eram suficientes para o pagamento da sua sepultura e, também, das de minhas irmãs que foram enterradas também por ele; porém, ao fazer as contas com o referido pároco, ele me fez saber que os bens valiam apenas oito liras, não me dando nenhuma explicação quanto a esta avaliação, já que, segundo os meus cálculos, estes bens valiam mais."

Segundo os depoimentos das testemunhas, Chiesa ficou, depois, em 1693, muito doente e foi substituído. Retomou suas atividades somente no início de 1694 e, certamente, com o mesmo comportamento de antes.

De fato, outros dois casos mais recentes foram causas de possíveis denúncias. Martino Tosco di Guglielmo, de quarenta anos, um homem

do campo, sem cultura e sem bens de "nenhum tipo", conta: "Nesta primavera, tendo perdido um filho e uma filha com menos de três anos, um em um dia e o outro no dia seguinte, procurei o senhor reverendo Dom Giovan Battista Chiesa, pároco deste local, para lhe pedir que, dada a minha miséria, fizesse a caridade de sepultar meus filhos, tendo ele me respondido que exigia ser pago, mesmo depois que lhe apresentei várias provas da minha miséria. Nestas circunstâncias procurei obter sete liras com as quais paguei o referido pároco, e ele então sepultou meus filhos." Pouco tempo depois morreu também sua esposa, Bartolomea, e a mesma história se repetiu. O pároco se recusou a "fazer o referido sepultamento, a menos que lhe entregasse uma camisa vermelha que tinha sido de minha esposa e que na época em que lhe comprei tinha me custado 17 liras. Ele recebeu a dita camisa como pagamento pela sepultura, mas afirmando que eu lhe devia, ainda, 15 liras que podiam ser pagas em peixes ou em trabalhos".

Foi ainda mais macabra a história contada por Gaspare Sarotto, um negociante de 55 anos, alfabetizado e possuidor de bens que valiam mais de 500 liras: "Há aproximadamente quarenta horas veio a falecer Anna Ciecha. Antes de sua morte, ela recebeu o reverendo senhor Giovan Battista Chiesa e, depois que ele lhe deu o Santíssimo Sacramento, ela lhe disse que o faria herdeiro de todos os seus bens, desde que ele a sepultasse e lhe celebrasse muitas missas. Depois de sua morte, e visto que eu não era um homem de muitas posses, embora morasse em uma casa minha e de meu irmão, fiz com que o senhor pároco procedesse ao sepultamento. Ele quis que eu assumisse a responsabilidade pelo sepultamento, ao que referi não desejar ser envolvido nesta situação já que era ele o herdeiro. Entretanto, mesmo assim, ele não procedeu à cerimônia e me vi obrigado a intimá-lo e a protestar, dada a miséria dos meus filhos. Apesar dos meus protestos, o citado pároco nada fez, o que me obrigou a levá-la até a igreja pelos coveiros. Mesmo assim o referido pároco se recusou a fazer qualquer cerimônia, deixando aos coveiros o trabalho de sepultá-la. Diante deste fato, pretendeu o dito pároco que ela fosse desenterrada, o que não foi possível porque os coveiros já haviam desaparecido."

Estas histórias sobre sepultamentos, contadas por várias testemunhas, constituem apenas uma das acusações movidas contra Giovan Battista Chiesa. A segunda é mais especificamente ligada à indevida intervenção na administração financeira das companhias de devoção. Foram os administradores que, em várias épocas, tinham gerenciado as esmolas e as práticas cerimoniais das associações paroquiais que levantaram tais acusações. Chiesa pretendia "ser reembolsado pelos arrendatários (...) de todas as esmolas que se exigem dos irmãos para a manutenção das confrarias, com o pretexto de celebrar missas. Não tinha, porém, nenhuma justificação para tal pretensão, particularmente naquele ano, que por sua doença não havia celebrado quase nenhuma missa". O vigário Talpone interrogou alguns dos arrendatários das companhias. Particularmente, Giovan Bartolomeo Mosso, colono do conde Benso, de 25 anos, inculto e com bens que valiam mais de 400 liras, membro da companhia do Suffragio desde março de 1694, afirmou que "várias vezes foi pedido pelo senhor pároco que lhe informasse se tinha dinheiro desta companhia que lhe cabia por ter rezado tantas missas, tendo sido obrigado a dar-lhe muitas vezes duas *doppie*, ou seja, 30 liras (...) Aliás, o mesmo pároco me disse várias vezes que da coleta que fazia na companhia lhe devia dar a metade das esmolas para ajudar aos pobres, ficando com a outra metade para a manutenção da companhia. Na verdade, porém, ao tomar o encargo de dirigir a companhia, não recebi nem uma lira do meu antecessor". Foram ainda mais graves, dadas as quantias, as declarações do administrador da companhia Corpus Domini, Martino Cavagliato, de 40 anos, homem do campo, com bens no valor de mais de 300 liras. Encerrou o seu encargo de administrador na última festa do Corpus Domini, e possuía 30 *ducatoni* (165 liras) de fundos. Entregou-os ao pároco, "mesmo sabendo que ele não tinha celebrado uma quantidade de missas que chegasse a tal valor, por ter ficado doente por muito tempo".

Por fim, mais duas acusações. A primeira é relativa a um roubo na igreja paroquial, mais especificamente na capela do Corpus Domini. O alfaiate Griva contou que Gabriele, irmão de Giovan Battista, levou, na primavera de 1694, "um pedaço de tapeçaria tingido para fazer um par

de meias, o que, de fato, foi feito. Das meias e dos pedaços que delas sobraram, tanto eu quanto alguns clientes reconhecemos ser uma tapeçaria da capela do Corpus Domini, que tinha sido roubada". Gaspare Sarotto também confirma este fato.

A segunda acusação foi movida por Martino Torretta, Giovan Bartolomeo Mosso e Bartolomeo Tesio nos seus depoimentos. Eles contaram que "a maior parte do povo deste lugar, no primeiro domingo deste mês (agosto de 1694), ficou sem a missa normalmente celebrada pelo citado pároco, que se encontrava ausente por ter ido, segundo o que foi dito, à caça".

Até 3 de novembro, Giovan Battista não foi chamado a Turim para explicar o seu comportamento. Quando foi convocado, apresentou-se diante de Giovan Battista Basso, tabelião apostólico, canônico da Metropolitana e vigário geral do arcebispo de Turim, e do reverendo Dom Giovan Francesco Leonetti, procurador fiscal geral da cúria. Todavia, o processo foi breve e sem graves conseqüências. Giovan Battista negou todas as acusações que lhe foram movidas quanto ao sepultamento dos seus paroquianos, embora tenha admitido o episódio das meias de Gabriele, que teriam sido feitas com a tapeçaria do Corpus Domini, que já estava velha e devia ser substituída. Quanto às esmolas das companhias, ele fez uma nítida distinção: "Não é verdade que eu tenha me metido ou pretendido me meter nos negócios da companhia dos Disciplinanti; quanto às outras, faço conforme fizeram os meus antecessores; e se recebi para rezar uma missa, ela foi celebrada em tempo." Enfim ele admitiu ter estado ausente no primeiro domingo de agosto; tinha ido a Vezza no penúltimo dia de julho para ver seu cunhado, o médico Carlo Francesco Massia, "já que me encontrava doente. E fui levado (...) à casa do citado senhor médico acompanhado por meu irmão e sobrinho, que para ali levaram cães de caça que o senhor médico, meu cunhado, me havia pedido. Quanto ao fato de não ter sido celebrada a missa, não foi minha culpa, e sim do padre que deixei em meu lugar". Depois de dois dias preso, e graças ao parecer condescendente do advogado Pascal, de Turim, ele foi perdoado desde que se comprometesse a não mais cometer

ações semelhantes. Foi-lhe exigido um juramento e que ele desse "todos os seus bens como garantia de um bom comportamento".

À primeira vista, temos dificuldades em ver neste Giovan Battista aquele mesmo homem que encontramos no primeiro capítulo e que três anos depois destes fatos iniciou a sua pregação nas aldeias em torno à sua paróquia. Muitas coisas mudaram nos três anos seguintes e, talvez, também, na cabeça de Giovan Battista: pelo menos no que diz respeito ao que é lícito ou ilícito e quanto ao seu papel de figura relevante em uma comunidade camponesa. Entretanto, antes de chegarmos a este ponto, devemos levar em consideração como a morte de Giulio Cesare e a guerra contra a França tinham dado uma nova estrutura às alianças, não só no interior da representação dos senhores mas também entre todos os habitantes do lugarejo.

A deterioração da situação econômica, a guerra e a crise de representação tinham tido uma conseqüência: o uso da autoridade se tornava sempre mais aleatório e suscitava contrastes nos diversos níveis da sociedade local. Cada grupo foi estimulado a tomar novas posições, a mudar estratégias e a procurar novos e mais vantajosos equilíbrios. Assim, deu-se início às denúncias contra Giovan Battista. Provavelmente anônimas em um primeiro momento, logo tornaram-se bandeira de uma evidente aliança. Um grupo social específico agia, ainda que em um quadro mais designativo de um faccionalismo reemergente que envolvia toda a aldeia e que levava até mesmo um arrendatário, cliente dos Benso, a tomar posição ao lado de plebeus ricos, contra o vigário.

NOTAS

[1] Esta comparação em Stumpo, *Finanza* cit., pp. 149-55; G. Prato, *Il costo della guerra di successione spagnola e le spese pubbliche in Piemonte dal 1700 al 1713*, Bocca, Turim, 1910; Einaudi, *La finanza* cit.

[2] Sobre a crise demográfica dos anos 90 do século XVII no Piemonte cf. M. Dossetti,

Aspetti demografici del Piemonte occidentale nei secoli XVII e XVIII, in "Bollettino storico bibliografico subalpino", LXXV. (1977), pp. 127-238. De forma mais geral L. Del Panta e M. Livi Bacci, *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1650-1850*, in "Population", XXXII (1977), pp. 401-46.

[3] Sobre a história da guerra no Piemonte e na região de Chieri, cf. D. Carutti, *Storia del regno di Vittorio Amedeo II*, Paravia, Turim, 1856, pp. 91-199; G. F. Guasco, *Vittorio Amedeo II nelle campagne dal 1691 al 1696*, Bellatore e Bosco, Turim 1914; Symcox, *Victor Amedeus II* cit., pp. 106-17.

[4] ASCC, art. 48, *Visite per corrusione e tempesta, Visita di tempesta fatta dall'Ill.mo Sig. Mastro Audittore del Ponte nel finaggio dell'Ill.ma Città di Chieri nell'anno 1692.*

[5] ASCC, *Fondo Ospedale Maggiore* (a ser pedido), *Memoria del Anno 1694.*

[6] Eis os dados retirados da APS, *Liber Mortuorum I:*

1688	21 mortos	1695	25 mortos
1689	18	1696	19
1690	35	1697	23 (com lacunas)
1691	84	1698	23
1692	21	1699	33
1693	35	1700	24
1694	70		

[7] Refiro-me especialmente às despesas em dinheiro porque a extensão pode variar muito, dependendo que se vendam terras aratórias ou hortos, por exemplo. O problema do resto era exatamente o de tentar obter *dinheiro* ou de saldar dívidas *em dinheiro.*

[8] Trata-se do retábulo Tana, na Catedral de Chieri, para comemorar Tommaso Tana, morto em 1503. Cf. A. Cavallari Murat, *Antologia monumentale di Chieri*, San Paolo, Turim, 1969, p. 77.

[9] San Luigi Gonzaga era filho do marquês Dom Ferrante Gonzaga, primo do duque de Mantova e da marquesa Marta Tana, filha de Baldassarre Tana de Santena. Cf. V. Cepari, *Vita di San Luigi Gonzaga*, Mairesse, Turim, 1762. Em 1661 nasceu Marianna Fontanella, filha de Gio. Donato e de Maria, filha de Fortunato Tana, que foi beatificada com o nome de Santa Maria degli Angeli. Cf. Bosio, *Santena* cit., pp. 151-52.

[10] AST, seções reunidas, seção III, art. 494, *Atti del Patrimoniale Generale per rappresaglia*, maço A, 1691, *Fisco contro diversi vassalli et altri militari sotto gli stendardi del re di Francia contro l'ordine di S.A.R.* Este fascículo inclui toda a investigação e os interrogatórios das testemunhas.

[11] A história se complica pela presença do conde Ludovico Felice, segundo filho do marquês Federico Tana d'Entracque. Ela nos é contada por Bosio, *Santena* cit., pp. 153-57: "Ele se tinha desviado tanto que parecia não poder voltar ao bom caminho (...) Indo com o seu regimento de Lilla a Bethune (...) e para passar o tempo punha-se a ler a história de José no Antigo Testamento." Assim ele converteu-se e chegou à abadia da Trappa, onde pareceu-lhe que um frade morto, que ele estava velando, lhe dissesse para tomar o seu nome e o seu lugar. "Em julho de 1692 fez os seus votos. Em 9 de novembro de 1694,

depois de longos sofrimentos suportados com serenidade e prostração, como era de costume, em cima de uma cruz de cera coberta por pouca palha sobre a terra nua, deu seu espírito a Deus." Não me foi possível ler a *Relation de la vie et de la mort de Frère Palemon religieux de l'Abbaye de la Trappe, nommé dans le monde Le compte de Santena*, Josset, Paris, 1695.

[12] O confisco, a restituição e a correspondência relativa estão em AST, seções reunidas, Arquivos privados, *Archivio Tana*, maço 5.

[13] Cf. ibid., maço 24 para as brigas; maço 1 para os casamentos.

[14] ASCC, Insinuação, *Chieri*, 1685, *Transazione tra l'Ill.mo e M.to Rev.do canonico Giulio Cesare Tana e l'Ill.mo e M.to Rev.do Sig. Abate Carlo Giovan Battista Benzo Santena*, 13 de setembro de 1695.

[15] AAT, 9-4, caderno 17, *Acta criminalia Fisci Archiepiscopalis contra Chiesam*, 1694.

CAPÍTULO VI

A definição do poder: as estratégias locais

1. Quem eram os inimigos de Chiesa na comunidade? Como já vimos nos anos que precederam a nomeação de seu pai como corregedor da aldeia, vinte famílias de proprietários haviam-se aliado contra a representação dos senhores. Não parece estranho que algo semelhante tenha ocorrido neste momento, mas em uma situação diferente do ponto de vista jurisdicional: não se tratava mais de um conjunto senhoril compacto que desejava tirar o feudo do controle da administração e do fisco da cidade de Chieri, assim como não eram mais os seus funcionários que praticamente ocultavam a existência da aldeia. A política centralizadora de Vittorio Amedeo II, a crise agrária, a guerra, a aventurosa história do conde Tana e a prepotência do pároco mudaram o quadro. Tesio, Sarotto, Griva, Mosso, Torretta, um grupo de plebeus ricos, um arrendatário e alguns artesãos denunciaram o pároco às autoridades episcopais. Todos os sobrenomes que apareceram nesta ocasião já estavam presentes na carta que os proprietários de Santena, em desacordo com a representação senhoril, haviam escrito em 1643 para pedir a incorporação à cidade de Chieri. Algumas famílias desapareceram neste meio tempo (os Ressia, os Taschero), outras estão ligadas àquelas que vimos nos depoimentos. Mais uma vez o grupo mais importante da aldeia tomou uma posição em comum acordo.

Uma pequena aldeia exemplifica de forma um tanto episódica as categorias sociais. Os plebeus ricos, dos quais já falamos tanto, eram só aparentemente a classe menos definida, ou mais residual, dentre aqueles

que agiam na sociedade de Santena. A diversidade das atividades; a ausência na cena política de um grupo capaz de permanecer, depois da efêmera articulação quanto ao problema do pasto das ovelhas; enfim, a fragilidade das relações verticais faz com que elas tenham aparecido de forma um tanto apagada em um espaço político e social intermediário e inerte.

Os camponeses mais miseráveis tinham uma dependência contínua em relação às necessidades alimentares, que se transformava facilmente em uma dependência clientelar em relação aos nobres, arrendatários e proprietários que forneciam trabalho eventual e esmolas. A sua incapacidade de autoconsumo, gerada pelas mínimas dimensões de seus pedaços de terra, fazia com que se tornassem um grupo à margem da presença política ativa. Eles foram duramente explorados por Chiesa entre 1690 e 1694 com os custos arbitrários dos sepultamentos e das missas, mas foram também aqueles que o seguiram nas pregações até 1697. Os arrendatários, por outro lado, tinham uma caracterização social de grupo, por definição, ligado a uma dependência clientelar dos nobres, proprietários das grandes terras que lhes davam para colonizar, ainda que — como vimos — tivessem um comportamento sempre vigilante e preparado para eventuais conflitos. E os próprios nobres não tinham, neste caso, na comunidade de Santena, uma hierarquia de níveis. Na verdade não existia uma pequena nobreza. A participação na representação era entre pares que se diferenciavam somente pela posse de partes diversas de jurisdição, mas que tinham outros feudos, outras terras, outras posses fora de Santena.

No meio se localizavam exatamente estes plebeus ricos. Eles baseavam a sua economia na propriedade da terra e no exercício de profissões específicas, muitas vezes misturando atividades diferentes, ligadas à terra, ao artesanato, ao comércio e às profissões liberais e eclesiásticas, com um excedente pouco maior do que o próprio autoconsumo. A presença de um poder senhoril constituído, com uma sua corte de funcionários, impedia que estas figuras assumissem atividades na administração, no interesse de sua própria potência local. Se qualificamos como de relevo "aquelas pessoas que estão em condições, em virtude da sua situação

econômica, de agir com continuidade no interior de um grupo, dirigindo-o e administrando-o, como profissão secundária, e que gozam de uma consideração social fundamentada, não importa sobre quais bases, e que lhes dá a possibilidade de aceitar ofícios",[1] encontramo-nos, em Santena, diante de um grupo que não pode realizar esta sua vocação, com a agravante de que a falta de definição jurídica de uma autonomia deixava a comunidade ao livre-arbítrio do poder dos senhores. Chieri, como outras cidades e aldeias, já era diferente: tinha uma representação comunitária por classes, em condições de compatibilizar corporativamente os intereses aristocráticos e mercantis, e era certamente um modelo político aos olhos destes importantes cidadãos de Santena, porque possibilitava a realização de formas autônomas de poder e de prestígio.

A administração de Giulio Cesare Chiesa tinha criado, por um longo período, uma situação que tornava a exclusão destes plebeus ricos mais aceitável. Tratava-se de um regime todo voltado para a defesa dos seus patrimônios, com as vantagens econômicas que derivavam do desaparecimento de uma fiscalização centralizada em favor de um peso econômico mais leve dos direitos tradicionais dos senhores. Na verdade, a aldeia se mantinha escondida por trás da incerteza jurisdicional que o corregedor tentava preservar. Na década de 1690, esta longa pausa de cinqüenta anos tinha terminado. A política centralizadora de Vittorio Amedeo II e as exigências financeiras do estado, que havia passado por uma guerra terrível, ameaçavam, de novo, a separação desta aldeia. Aos importantes se recolocavam os mesmos problemas que os tinham feito aliar-se a Chieri contra a representação senhoril em 1643.

Uma certa hostilidade por parte destes plebeus ricos deve ter existido mesmo em relação a Giulio Cesare, ainda que de forma apenas latente. Ele permaneceu sempre afastado da estratégia usual destas famílias porque se recusava a acumular terras, a recorrer à posse imobiliária como garantia de um prestígio local a ser transmitido sob a forma de símbolo materializado do seu sucesso. Com maior razão ainda, eles deviam estar prontos a se aliarem contra Giovan Battista. Dentre estas famílias, a mais rica e prestigiosa em Santena era a Tesio. Bartolomeo, o chefe da família na última geração, esteve entre aqueles que depuseram

contra Giovan Battista. E Giovanni Antonio, seu avô, tinha sido, cinqüenta anos antes, um dos que assinaram a carta dirigida ao corregedor de Chieri. É, portanto, interessante que examinemos a história desta família que, por tantas razões, foi exemplo da estratégia econômica e social de todo o grupo. Além disto, ela foi particularmente representativa porque muitos laços horizontais a ligaram a outras famílias importantes de Santena e das aldeias próximas: aos Romano, aos Razzetto, aos Castagna, aos Negro.

2. Novamente — como no caso dos arrendatários — a estratégia dos plebeus ricos em geral era coletiva, por estirpe, e não por famílias conjugais isoladas, ainda que resultassem separadas por núcleos nos documentos fiscais, relativamente à residência ou aos bens. Formalmente, eles tinham uma administração coordenada e uma política de prestígio comum. Isto consentia um determinado tipo de ação social, com uma hierarquia de núcleos e de indivíduos organizados como uma pirâmide. Os recursos tendiam a se concentrar em torno de um grupo conjugal ou, mais freqüentemente, a um indivíduo, a partir do qual estes recursos, o prestígio e a segurança retornavam a toda a estirpe. Este não é um modelo específico apenas deste grupo. Na verdade, temos visto que políticas de parentesco semelhantes eram extraordinariamente difundidas entre as famílias de camponeses ou entre as burguesas, e não, exclusivamente, nesta comunidade. Trata-se de um modelo de desigualdade latente em um esquema de igualdade jurídica na devolução dos bens no qual se aposta em um irmão em particular, que, partindo teoricamente em condições paritárias em relação à distribuição dos bens materiais, se torna um homem de prestígio em torno do qual o resto da família se organiza de forma hierárquica sob uma paridade jurídica.

Uma análise das redes de relações centralizadas ao redor de um indivíduo ou, como neste caso, a análise de todo um conjunto de parentesco nos fornece um quadro bem mais complexo do que aquele que nos pode ser oferecido por uma tipologia das estruturas formais que relegue a segundo plano certa atenção quanto às relações de cada núcleo

com o mundo exterior. De fato, se considerássemos separadamente os descendentes de Giovanni Antonio Tesio, muitas coisas nos passariam despercebidas, especialmente a curiosa oscilação de atividades entre pais e filhos. Ao contrário, elas são importantes e demonstram todo o seu significado, se descrevemos os papéis e posições de cada um como parte de uma política complexa.

A estirpe é composta por quatro filhos (três homens e uma mulher) de Giovanni Antonio. Quando os Tesio começam a ser observados, em 1673 (o meu arquivo tem início na década de 1670), a mulher, cujo nome não nos foi dado conhecer, tinha se casado com o médico Gian Giacomo Castagna, originário de Cambiano e personagem de grande riqueza e prestígio em Santena, onde seu tio, Giovanni Francesco, havia se tornado pároco em 1631, permanecendo aí até a sua morte em 1659. Dos três irmãos homens, Francesco, o primogênito, farmacêutico de profissão, já havia morrido e deixado quatro filhos e uma filha. Matteo, o segundo filho, tinha se transferido para Villastellone, onde era proprietário e comerciante de grãos e onde morreu entre 1668 e 1674, deixando um filho e uma filha. Tommaso, o terceiro, morrera em 1689, deixando um filho e três filhas. Ele possuía uma propriedade bastante vasta (de mais de 8 *giornate*), uma casa com jardim e horto, era comerciante de grãos e chamado de Badon. Como se pode ver, apesar dos dados serem esporádicos, já nesta geração (sobre a qual não conhecemos todas as alianças) a família dispunha de uma certa quantidade de terras, uma atividade de farmacêutico, uma atividade mercantil e certa inserção em uma rede de médicos ricos e influentes através do casamento com os Castagna. As atividades eram diferenciadas. A estratégia da família se baseou, como veremos, na transmissão e ampliação das profissões, das terras e das relações que possuía.

A nova geração pode ser mais estudada porque agiu em um período sobre o qual dispomos de melhores meios de análise.

Eis o que faziam os filhos do farmacêutico Francesco: Carlo Tommaso, o primogênito, nascido em 1631, se dedicou às terras da família. O segundo filho, nascido em 1634, foi padre, o reverendo Dom Giovanni Amedeo. O terceiro foi o cirurgião Giovanni Antonio e o quarto,

- Giovanni Antonio, morto antes de 1673, casado com Bartolomea, morta antes de 1673
  - Francesco, morto antes de 1673, farmacêutico e casado com uma Razzetto
    - Carlo Tommaso (1631?-91), proprietário e comerciante de grãos, casado com Maria (1634-94)
      - Carlo Francesco, padre
      - Leonora Margherita, casada em 1681 com Luigi Avataneo, arrendatário dos Tana, morto em 1695
      - Anna, casada com Giovanni Battista Villa, arrendatário e proprietário
    - Giovanni Amedeo (1634-93), padre
    - Giovanni Antonio, cirurgião, morto em 1694, casado com Lucia Piovano em 1665 e com Anna Bosio em 1671
      - Giovanni Bartolomeo, nascido em 1667, farmacêutico, casado em 1700 com Angela Maria Castagna (consangüíneos)
      - Francesco Amedeo, nascido em 1671, comerciante de grãos e proprietário
      - Lucia Maria, nascida em 1672
      - Caterina (1674-97)
      - Margherita, morta em 1700
      - Domenica
      - Giuseppe, nascido em 1691
      - Carlo Francesco, nascido em 1694
    - Giovanni Battista, morto em 1693, proprietário e comerciante de grãos, casado com Margherita Torretta (1650-95)
      - Giovanni Antonio, comerciante de grãos, assassina em 1698 Giovan Domenico Megliore
      - Giovan Pietro, aprendiz de cirurgião em Turim em 1705
      - Carlo Francesco
      - Giovanna e Paolo, *gêmeos, nascidos e mortos em 1693*
  - Matteo, morto antes de 1674, proprietário e casado com Gionina de Villastellone
    - Tommaso, casado em 1668 com Lucia Domenino e, depois, com Agata Romano de Villastellone
    - Bartolomea
  - Tommaso, chamado Badon (1634-94), proprietário e comerciante de grãos
    - Anna Maria, casada com Giovanni Domenino Gaude
    - Giovanni Antonio, nascido em 1669, farmacêutico, casado em 1701 com Maria Razzetto (consangüíneos)
    - Maddalena, casada com Agostino Razzetto (consangüíneos)
    - Bartolomea, casada em 1694 com Giovanni Andrea Domenino, viúvo
  - (?) Mulher, casada antes de 1673 com Gian Giacomo Castagna, médico
    - Angela Maria Castagna, casada em 1700 com Giovanni Bartolomeo Tesio (consangüíneos)

Giovanni Battista, comerciante de grãos e proprietário. A profissão de farmacêutico foi transmitida a um neto, também chamado Giovanni Antonio, filho de Tommaso, que cultivava a terra da família. O filho de Matteo, Tommaso, foi menos ligado à política da família depois da transferência de seu pai para Villastellone, e se aparentou com os Romano, riquíssimos comerciantes de couro, proprietários e arrendatários em Santena e em Villastellone, cujo ramo mercantil transferiu-se, depois, para Chieri. Como vemos, as atividades se conservam e se ampliam no interior do núcleo de parentesco, mas são transmitidas não tanto de pai para filho, e sim de tio a sobrinho, segundo as exigências de idade, ciclo de vida e sucessão que pareçam mais oportunas.

As alianças também devem ser lembradas. Ao ramo dos Tommaso foi, de certa forma, confiada a tarefa de confirmar o parentesco, já muito estreito, com os Razzetto, outro ramo muito importante do local, também composto de proprietários, médicos e eclesiastas, e de onde provinha a esposa de Francesco. Maddalena casou-se com Agostino Razzetto, o maior espoente da família, mas o casamento durou pouco em virtude da morte de Maddalena. Uma nova confirmação destas ligações se teve com o casamento consangüíneo de terceiro grau do farmacêutico Giovann'Antonio com Giovanna Maria Razzetto em 1701.[2]

A nova geração foi dominada pelo reverendo Giovanni Amedeo, que administrou uma propriedade ligada a uma capela dos Benso mas que não conseguiu (se é que aspirou a este encargo) se tornar pároco, ao contrário de Giovan Battista Chiesa.

A ele foi confiada a prática dos registros tabelionais das tantas aquisições e poucas vendas feitas pela família. Ele não tinha, evidentemente, herdeiros diretos, e a acumulação de terras foi feita exatamente visando a um reforço da estirpe, levando em consideração que as terras de um padre escapavam mais facilmente aos impostos feudais e comunitários. Entre 1673 e 1693 ele comprou ou trocou, sozinho ou com seus irmãos e primos, em cinqüenta contratos, 27,89 *giornate* de terras e 5 casas, e vendeu 10 e 5 casas, desembolsando 3869.13 liras contra 1880.10 entradas. Ao que parece não houve um grande giro de empréstimos, como aconteceu com outros plebeus ricos. Ele apostou, sobretudo, nas rela-

ções de prestígio. Consideremos, por exemplo, que os Tesio inseriam-se na rede dos médicos e padres da região. Mantinham relações com os Castagna de Cambiano, visto que o tio adquirido se tornou tutor do sobrinho cirurgião Giovanni Antonio e do sobrinho farmacêutico, depois da morte dos respectivos pais. Relacionavam-se, também, com os Razzetto ambas as famílias associadas ao trinômio médico-padre-proprietário. Entretanto, isto não é tudo. Na década de 1670 o reverendo Tesio foi tutor do médico Ottavio Negro de Pecetto, filho de um oficial e irmão do padre Dom Vittorio Negro, que acompanhou Giovan Battista Chiesa em suas atividades de exorcista.

Não foi apenas a forte presença de Giovanni Amedeo nas aquisições da família a nos indicar o seu papel. Ele foi protagonista de uma contínua política de sustentação e redistribuição — doações de terras aos irmãos, aos primos, aos sobrinhos — que culminou na passagem em bloco de 27,50 *giornate* do irmão cirurgião em 1680, em troca de 3.000 liras em uma operação fictícia, já estas mesmas terras voltaram ao cirurgião como herança. De resto, o que houve entre o padre e seu irmão cirurgião foi um tandem, que funcionou como o centro de toda uma rede econômica e de relações da família, porque Giovanni Antonio também esteve sempre no mercado de terras da comunidade. Foram 21 contratos de compra de 32.89.9 *giornate* (por 3444.13.7 liras) e de venda de 18.78.7 *giornate* (de péssima qualidade, já que as entradas foram apenas de 330 liras).

Esta estirpe também viveu um período difícil nos anos de crise da última década do século. Entre 1691 e 1694 morreram sucessivamente Carlo Tommaso, o padre Giovanni Amedeo e o cirurgião Giovanni Antonio, ocasionando uma complexa redistribuição dos bens e das profissões. O filho de Carlo Tommaso se tornou padre graças ao patrimônio que o tio Giovanni Amedeo lhe tinha constituído em 1680 e que o tornou clérigo com oito *giornate* de terra. O primogênito de Giovanni Antonio, Giovanni Bartolomeo, foi farmacêutico, enquanto o segundo filho, juntamente com seus irmãos, se tornou comerciante e camponês. Todos os bens em terras foram formalmente deixados para o padre Carlo Francesco, tanto pelo pai quanto pelo tio, que também era padre. Os bens móveis foram deixados para o farmacêutico, que, por sua vez, os

transmitiu a seus filhos. Criou-se assim um novo ciclo farmacêutico-padre-comerciante, que foi reforçado em 1698 com uma doação, por parte do padre, da maior parte de seus bens em terras em favor de seus primos.

Não é facil seguirmos uma semelhante trama de personagens, profissões e homonímias. Todavia podemos propor uma formalização que resuma as linhas estratégicas seguidas por esta família:

a) Quatro profissões reapareceram de geração em geração (comerciante de grãos, médico, cirurgião ou farmacêutico, padre e camponês). O problema da transmissão de geração em geração foi resolvido, quando necessário, passando não tanto de pai para filho, e sim de tio para sobrinho.

b) A cada geração verificamos uma concentração de terras em torno de duas figuras. A principal delas foi o padre, que não tinha herdeiros diretos e possuía certas facilidades fiscais. Os bens circulavam com grande fluidez no interior das famílias sem levar tanto em consideração quem as cultivava nem quem era beneficiado nos cadastros.

c) A propriedade tinha uma concentração relativa maior do que o número de núcleos que compunha a estirpe, mais móveis e sujeitos à dispersão e ao desaparecimento se comparados à complexa solidez do grupo.

d) Uma forte endogamia entre esta e outras famílias importantes tinha por base a mesma configuração: médicos (ou farmacêuticos e cirurgiões), padres, proprietários e comerciantes de grãos.

3. A prevalência da estirpe sobre os núcleos que a compunham e destes sobre os indivíduos singularmente tinha como conseqüência óbvia a desigualdade entre os destinos pessoais. Nem sempre foi possível manter uma alta condição econômica para cada um, e até mesmo a separação de alguns membros da estirpe se tornava parte integrante da estratégia. Acima de tudo percebemos a medida desta política diferenciada através dos casamentos. A dificuldade em encontrar casamentos que fossem úteis à política familiar podia levar a formas reais de exclusão, não tanto

através do confinamento nos monastérios, o que era custoso e mais destinado às carreiras estéreis das moças nobres, quanto por meio de casamentos com pessoas de *status* inferior, sem que isto prejudicasse o prestígio da estirpe em seu conjunto. No caso dos Tesio, são exemplares as duas irmãs do reverendo Carlo Francesco, sucessor no prestígio, na liderança e na concentração nominal das terras da família do tio Dom Giovanni Amedeo. Foi como um ramo sufocado pela carreira eclesiástica do único filho homem. Eleonora Margherita e Anna casaram-se com dois arrendatários de fora da aldeia (Avataneo de Villastellone e Villa de Andezeno) com dotes muito pequenos relativamente à estirpe de proveniência e aos dotes das primas, perfeitamente adequados àqueles das famílias de colonos. Os dotes de Eleonora e Anna foram de pouco menos de 200 liras, compreendidos também os dons nupciais e a cota da herança materna, já que legalmente estavam excluídas de qualquer outro direito hereditário. Elas desapareciam, assim, da história da família: o ato que determinava o dote possuía uma cláusula específica de renúncia a qualquer ulterior pretensão quanto aos bens da família, e a sua aceitação parecia representar um ato voluntário em nome de uma política de prestígio que não conseguia incluí-las.

Não sabemos como elas viveram esta situação, ainda que possamos imaginar que a ausência de documentos que demonstrem a sua desilusão não queira dizer uma adequação indolor à estratégia familiar. Entretanto, as resistências pessoais deixaram, mesmo que raramente, algum sinal e, no caso da família Tesio, exatamente na ocasião de um casamento prestigioso e aparentemente menos excludente. É, como aquele de Maria Scalero Domenino, um dos poucos documentos em que uma mulher aparece como protagonista, naquele caso ativa e, aqui, derrotada. A dimensão do papel feminino, a solidariedade entre as mulheres, a influência direta e indireta exercida pelos maridos e sobre os filhos não deixaram muito mais do que fragmentos que podemos utilizar apenas como uma série de alusões a algo que, pelo menos em nível de uma única comunidade, é difícil descrever e avaliar. Giovanni Bartolomeo se casou com Angela Maria Castagna em 1700. Este também foi um casamento consangüíneo[3] que renovou uma relação fundamental para ambas as famílias e sobre a qual já falamos anteriormente. O dote foi relativamente alto (850 liras) mas não teve qualquer relação com a riqueza dos dois grupos aliados. Angela Maria foi uma mulher lutadora. Não sabemos o que pensasse a respeito de seu marido, um brilhante farmacêutico, nem de seu casamento, mas o dote lhe pareceu insuficiente e ela o declarou explicitamente, recusando-se a assinar a renúncia aos bens a que teria tido direito em uma divisão mais justa. Nasceram por isso algumas tensões, hostilidades e ameaças. Todas as pressões possíveis foram exercidas sobre ela; já de início, não foi mais recebida na casa paterna e nenhum dos Castagna lhe dirigiu mais a palavra. Os atos tabelionais refletem, para além da sua frieza, todo o seu tormento. Às 16h do dia 30 de março de 1700, Angela Maria se encontrava no cartório de Borgarello em Cambiano, ou seja, no tabelião que havia selado o acordo entre seu pai e seu marido. Todavia, ela não foi até lá para aceitar o acordo. Pelo contrário, em um ato explícito, ela se recusou a assiná-lo "por lhe ser muito prejudicial" e afirmando que se o assinasse "seria apenas como forma de reverenciar o pai e não atrair maior indignação por sua parte, visto que depois de seu casamento (...) não mais tinha tido o privilégio de falar com o senhor seu pai e muito menos de ser recebida em sua casa, nem receber dele qualquer sinal de benevolência paterna".[4] O tabelião registrou todas estas declarações e, no final, Angela aceitou assinar, "mantendo, porém, as suas razões". Ela deve ter passado por uma tarde terrível: quatro horas depois, às 20h, ela voltou ao tabelião e fez um segundo *protesto*, no qual escreveu "nunca ter dado ou pretendido dar o seu consentimento ao instrumento legal que ela, em tal data, havia assinado".[5] Não ficou nenhum registro sobre o desenrolar-se sucessivo desta história, mesmo sendo este um documento importante para a demonstração da rigidez da meticulosa estratégia que tentei reconstruir.

4. Na verdade, Santena era cheia de tensões, mesmo nas relações entre os homens mais importantes. Vejamos um outro exemplo que tem os

Tesio como protagonistas, do núcleo de Giovan Battista. Mais à sombra do núcleo central da família, o mais novo dos irmãos sobreviveu à morte dos outros e ficou às margens das transações, mesmo contribuindo para os dotes das filhas de Carlo Tommaso, suas sobrinhas, agindo como parte integrante de um grupo indivisível. Entretanto, ele apareceu muito raramente nos atos tabelionais de compra, até mesmo daqueles feitos por seus irmãos em seu nome e a seu favor. Apesar disto, ele foi titular de uma propriedade notável e administrou as terras dos irmãos, juntamente com o seu primogênito Giovanni Antonio. Ele teve mais animais do que seus irmãos e declarou possuir um casal bovino em 1690,[6] que provavelmente usou para cultivar as terras de seu irmão padre e para o transporte dos grãos. O comércio dos grãos era uma atividade importante para a família e objeto de tensões entre os comerciantes, produtores e transportadores em direção às localidades de Turim e Asti, além daquela, talvez menos favorável, de Chieri. Em 8 de junho de 1698, o jovem filho de Giovan Battista, Giovanni Antonio, encontrou Giovan Domenico Megliore "pelo caminho, mais ou menos em Poirino, vindo de Asti". Eles eram rivais na coleta dos grãos dos pequenos produtores de Santena. Giovanni Antonio aproveitou a ocasião para provocar verbalmente Megliore, "dizendo que não temia nenhum comerciante de grãos de Santena". Mas Giovan Domenico não queria brigas. Os Tesio eram uma família maior e mais influente do que a dele, e ele já tinha problemas com a justiça por ter perturbado os pastores de ovelhas que passavam pelas terras dos feudatários,[7] além de possuir muitas relações de solidariedade com os Tesio. Tentou, portanto, evitar o conflito. Ele "se lamentou, afirmando que não se achava importante", mas a resposta de Tesio foi negativa. Foi assim que, "irritados um com o outro", se agrediram com mãos e facas, até que Giovanni Antonio "esfaqueou no ventre Giovan Domenico, que dois dias depois passou desta para melhor". Até os equilíbrios sociais aparentemente mais sólidos eram, portanto, rompidos pela violência e pelos conflitos. Entretanto, a solidariedade de grupo não era rompida, mas, pelo contrário, se tornava ainda mais clara ao esconder os conflitos, quando não era capaz de evitá-los. Giovanni Antonio fugiu e os Megliore, "por causa desta morte, cultivaram um certo

ódio e rancor pelos Tesio", mas todo o grupo dos homens mais importantes se empenhou em refazer a paz. Os amigos comuns (que eram três, cujos nomes podemos quase adivinhar mesmo não aparecendo em nenhum registro) convenceram-nos a "eliminar o ódio e qualquer tipo de má vontade pelo puro amor de Deus e para que vivessem como verdadeiros cristãos".

Um equilíbrio difícil de ser conservado não se apresentava, portanto, apenas no interior de cada família, mas também no âmbito mais frágil do grupo dos indivíduos de relevo. A intervenção dos amigos para trazer de volta a paz funcionava, aqui, como um verdadeiro tribunal de grupo que substituía a intervenção paterna dos feudatários na paz entre os arrendatários, como já falamos no segundo capítulo.

Em 1º de outubro a paz foi assinada: os Tesio e os Megliore se abraçaram "uns aos outros, como sinal verdadeiro de uma paz verdadeira, prometendo, também, esquecer tudo e voltar a viver como bons amigos como antes, rezando a Deus para que lhes concedesse uma paz eterna". Como era de costume, uma condição simbólica (nestes atos privados se passava por cima dos poderes local e central) recriou o equilíbrio rompido pelo assassinato. Anna Maria, a viúva de Giovan Domenico Megliore, pediu que "Giovann'Antonio ficasse fora de Santena durante um ano, começando a partir do dia do homicídio".[8]

5. Como já dissemos, a estratégia das famílias deste grupo seguia muitos dos princípios que vimos atuar nos modelos traçados para outros grupos sociais. Todavia, algumas diferenças em relação aos arrendatários foram significativas e os colocaram, de certa forma, mais próximos das famílias nobres:

a) Um maior afastamento profissional e o tipo de profissões exercidas tornavam as dependências clientelares em relação às famílias senhoris mais fracas e casuais, quando por acaso existissem;

b) as diferenças internas aos grupos familiares eram mais acentuadas, mesmo permanecendo uma substancial unidade de intenções. A

diferença entre os dotes pagos e o significado mais instrumental das alianças matrimoniais eram uma evidência deste fato. A forma mais compacta demonstrava, até mesmo figurativamente, o sentido da diferença em relação aos arrendatários;

c) as aspirações ao setor da política local, independente do poder feudal, parecem ter sido uma conseqüência quase automática do caráter, no fundo, ambíguo deste grupo, em uma sociedade ao mesmo tempo por demais camponesa e por demais senhoril para lhe dar algum espaço.

Neste sentido, não é necessário falarmos de outras famílias que já apareceram esporadicamente: Castagna, Razzetto, Negro, Romano, Tosco, Sarotto, Megliore e Torretta foram, junto com os Tesio, as famílias deste grupo.

A dimensão da sua propriedade, a moradia na praça, diante da igreja, as construções com tijolos e os tetos de telhas, mesmo nas estalas e nos celeiros, e, talvez, o modo de se vestirem indicavam a diferença social relativamente às famílias camponesas mais pobres, que não podiam diversificar suas atividades e que permaneciam à mercê da sorte e das oscilações, a cada ano, dos ciclos da colheita, e cujas casas eram freqüentemente de terra seca e com os tetos de palha. A imagem física da aldeia devia dar, de imediato, uma noção da estratificação social, do centro para a periferia, dos castelos para as casas de tijolos e, depois, para as de teto de palha. Entretanto, estes plebeus ricos, médicos e padres, hoteleiros e alfaiates, permaneciam camponeses. Se visitássemos a casa de Giovanni Bartolomeo Tesio no momento da sua máxima riqueza,[9] depois de ele ter recebido as heranças do pai cirurgião e do tio padre, este aspecto se tornaria evidente: a primeira coisa que o tabelião registrou foi a grande quantidade de estrume no quintal da casa. Ele possuía 4 casas com 2 lojas (morava naquela que dava para a praça, perto dos tios e dos sobrinhos). Tinha 41 *giornate* de terras, 2 bois, 2 vacas, 4 porcos, 1 porca e 4 ovelhas. No armazém ele tinha 80 sacos de trigo e centeio, 4 sacos de favas, 12 de rações. Ele tinha 32 objetos de estanho, entre pratos e talheres, 17 objetos de cobre, muitos de ferro e de latão,

e poucos de barro, que, pelo contrário, abundavam nos inventários das casas dos camponeses. Os seus 5 colchões eram de lã, e não de plumas ou de folhas. Ele tinha 2 fuzis, 2 pistolas, 3 espadas e 2 punhais, e não apenas uma espécie de estilingue que se encontrava nas casas mais pobres. Os seus móveis eram de nogueira, e não de ácer ou outras madeiras mais pobres, e ele possuía lençóis e jóias. O prestígio dos ricos, portanto, era medido pela quantidade e qualidade das coisas que possuíam. Uma qualidade visível, diferente daquela urbana, caracterizada, também, pelo grande número de imagens na parede e pela quantidade de livros, que em Santena eram completamente ausentes. As medidas também eram feitas através do conjunto de objetos que mostrassem a relação cotidiana com o trabalho da terra (pás, enxadas, enxadas menores, arados, enterradores, tridentes, carros triplos) e com o trabalho manual das mulheres em casa (ou de servas, que não eram muitas), porque a cada nove famílias que nos deixaram registros de inventários, em oito encontramos bacias para trabalhar a seda e instrumentos para a fiação, além de ferros para passar e recipientes onde deixar levedar o pão, que era depois cozido nos fornos senhoris.

Era esta a casa de Giovanni Bartolomeo e foi ele a principal figura acusatória contra Giovan Battista Chiesa em 1694. Das oito testemunhas, quatro tinham falado de forma mais decidida e tinham citado outros que talvez tenham tido menos disposição para acusar abertamente o pároco. Eram eles o hoteleiro Torretta, o alfaiate Griva, o negociante Gaspare Sarotto e, justamente, o farmacêutico senhor Giovanni Bartolomeo Tesio. As proteções senhoris, as carreiras inauditas dos Chiesa, o poder pouco controlado dos funcionários nomeados pela representação nobiliar, o pequeno preço pago, em geral, em cabras, pelas casas e hortos se misturavam para fazer renascer, depois de cinqüenta anos, as aspirações deste grupo de plebeus ricos de se abrirem à vida das cidades e a eliminarem da comunidade os efeitos mais incontroláveis do poder dos senhores. Entretanto, sob outros aspectos não podemos qualificá-los como um grupo subversivo. Para eles, como para os senhores, tratava-se de direitos, riquezas e de poderes ligados indissoluvelmente a uma hierarquia social que eles viam como estática ou, no máximo, empurradas

pelas aspirações de aventureiros que vinham de fora para transtornar a ordem eterna das coisas, para confundir os poderes e para mediar as estratégias locais e as novas pretensões do poder central.

6. Uma aldeia aparentemente indefinida do ponto de vista jurisdicional talvez pudesse mostrar uma face de plácida coesão. Todavia, esta era evidentemente uma situação difícil de ser mantida, e sob a qual se enredavam conflitos de interesse entre estirpes e grupos verticalmente definidos pelas adesões e solidariedades opostas em relação às duas famílias feudais, os Tana e os Benso, diferentes em suas políticas e comportamentos. A impressão que temos é a de que durante todo o período aqui estudado cada família de Santena teria tido motivos para preferir que os dispositivos estruturais que organizavam a vida social fossem diversos e que o *status quo* fosse aceito quase como um compromisso, na falta de coisa melhor. Um forte potencial de mudança se escondia por trás das hierarquias afirmadas, em parte interiorizadas, e rígidas. Messianismos e milagres viviam freqüentemente neste clima ambíguo de trégua e de insatisfação, de paz exterior e de conflito latente, no qual os equilíbrios nunca tinham nada de definitivo e de estável.

Para nós, muitos dos acontecimentos, despidos da emotividade com que eram vividos pelos seus protagonistas, ficam mais fáceis de ser classificados com base em objetivos precisos, definidos por papéis e funções, por hierarquias e por posições. Entretanto, os motivos, os modos e as conseqüências das ações têm, nos fatos, uma complexidade que transcende a coerência funcional das motivações que nos parece agora poderem ser lidas nas entrelinhas dos documentos tabelionais. A mistura de tensões e equilíbrios, de identificações com a própria estirpe e de adesões a facções nobiliares em uma estrutura vertical governava os impulsos à solidariedade e à ruptura nesta realidade política.

Uma evidente expressão deste ambíguo mundo de escolhas é a adesão às associações religiosas paroquiais, sobre as quais dispomos de muitos dados mas que continuamente afastam qualquer coerência com princípios uniformes de qualificação. Isto porque a inserção em

uma determinada companhia, em vez de uma outra, podia ser um canal de criação de solidariedades, de definições de identidades e, ao contrário, de diferenças, de conflitos e de hostilidades. Não podemos esquecer que, no fundo, o próprio Giovan Battista Chiesa nos sugeriu uma diversidade entre as companhias, governadas por um princípio seletivo nas suas simpatias e nos seus gastos agressivos dos fundos para missas e esmolas. No processo de 1694, ele afirmou que nunca havia pretendido "penetrar na companhia dos Disciplinanti"; e nos fica a dúvida se algum tipo de proteção senhoril ou algum capricho para nós indecifrável tenha dirigido esta sua escolha ou, talvez, que ela possa ter sido fruto da vontade de utilizar alianças já constituídas ou a serem criadas.

Como fonte, possuímos os testamentos, já que, para o século XVII, não nos restaram as listas dos adeptos nem dos que tinham algum cargo. No momento em que morriam, 83,6% dos habitantes de Santena deixavam uma oferta às companhias da paróquia, pedindo para serem acompanhados à sepultura e acolhidos nos mausoléus que cada companhia possuía ou, simplesmente, implorando preces. Nem sempre aqueles que não deixavam nada eram os mais pobres, e sim os mais móveis, ou seja, os menos integrados à sociedade local: imigrantes recém-chegados, pessoas com uma residência instável na aldeia e soldados. Existe uma mistura entre o sagrado e o profano que complica um pouco as coisas. As companhias de devoção também eram a expressão de uma vontade associativa para a qual confluíam as redes que na vida cotidiana eram criadas pelos interesses, amizades e parentescos. Elas não eram fruto de rachaduras políticas na comunidade, mas uma realidade social segmentada horizontal e verticalmente podia encontrar nos rituais de associação e exclusão das companhias um caminho natural para expressar facções cujas bases se encontravam em outro lugar. Entretanto, as companhias também podiam ter um sentido oposto, tornando-se associações nas quais os inimigos se encontravam nos limites do espaço das práticas de devoção, nas quais as solidariedades da vida cotidiana se transformavam em relações mais leves e onde se relacionavam as pessoas que não se freqüentavam nos am-

bientes de trabalho.[10] Os documentos que possuímos quanto a Santena não nos conduzem a conclusões diretas, mas nos dão a sensação de que, pelo menos no leito de morte, se dava às companhias um significado de solidariedade reforçada, de regulamentação e canalização de tensões sociais relativas à questão do prestígio. E é este um aspecto que freqüentemente encontramos no universo normativo ambíguo desta sociedade camponesa. Ter sido, em vida, inscrito a uma sociedade paroquial pode ter misturado devoção, luta pelos cargos nas companhias e expressão simbólica de uma aliança profana. Não eram, todavia, raros os casos em que o dinheiro era deixado a mais de uma companhia, mesmo que se fosse inscrito a uma só ou, ainda, que se fosse inscrito a uma determinada companhia e se deixasse o dinheiro a uma outra. Pelo menos no momento da morte, parece que o sentimento solidário prevalecia. Eram cinco as companhias: Suffragio, Rosario, Disciplinanti, Corpus Domini e Umiliate. A tabela 6 mostra, através de 146 testamentos, a quantas companhias era deixado algo em cada um deles.

Tabela 6 — Doações às companhias (1678-1707)

	casos	%
a nenhuma	24	16,5
a uma só	24	16,5
a duas	31	21,2
a três	32	21,9
a quatro	30	20,5
a cinco	5	3,4

São muito mais numerosos os casos em que era deixado dinheiro a mais de uma companhia mesmo que o morto fosse inscrito apenas a uma delas. Talvez, além das próprias companhias, fossem também privilegiadas aquelas com as quais se tinha sido mais hostil e se tinha feito um uso mais profano e faccioso, como uma espécie de reequilíbrio favorecido

pelo momento da morte. Entretanto, apesar desta indeterminação quanto às alianças, 53 testamentos indicam que havia sempre uma companhia privilegiada com doações maiores (em 24 casos eram doações feitas a uma só companhia e em 29 eram favorecidas mais de uma, mas com doações diferenciadas). Esta preferência favorecia, em mais da metade dos casos, a companhia Corpus Domini (28 casos) e somente em 11 os Disciplinanti. Se tentarmos estabelecer uma relação entre grupos sociais e doações, obteremos algumas frágeis indicações. Os arrendatários preferiam a Corpus Domini para fazerem as suas ofertas, mas suas doações aos Disciplinanti também não eram muito raras. Já os homens mais importantes favoreciam os Disciplinanti mas sem fazerem grande diferença relativamente ao Corpus Domini. Os camponeses mais pobres e o resto da população preferiam nitidamente o Corpus Domini. Enfim, as mulheres, logicamente, demonstravam uma predileção marcante em relação às companhias privadas, o Rosario e as Umiliate, independentemente do seu grupo social. Podiam, às vezes, deixar alguma coisa à Corpus Domini, mas praticamente nunca aos Disciplinanti.[11]

Uma última observação geral: ao longo do tempo se verificou um fluxo relativamente constante das esmolas e, portanto, ao que parece, o peso que as várias companhias exerceram sobre os habitantes de Santena que fizeram testamento não variou muito no tempo com uma única exceção, para nós muito importante: no período entre 1687-96, no qual Chiesa exercia a sua política em favor dos Disciplinanti (se acreditamos em suas palavras), os testamentos que recordavam esta companhia caíram drasticamente e a colocaram logo abaixo do Santissimo Sacramento e das Umiliate, que sempre tiveram pouco peso na vida devocional da comunidade. Este fato parece acentuar o papel de controle que os fiéis exerceram sobre o pároco através das companhias. Portanto, se as ocasiões de aliança e associação eram fracamente usadas na vida social da aldeia, havia-se manifestado uma resposta nítida, fruto de uma sensibilidade, digamos, negativa, em relação aos abusos de Chiesa.[12]

Se fizermos uma análise minuciosa, alguns comportamentos de família vêm à tona. Por exemplo, a total ausência dos Disciplinanti nos testamentos dos Tesio, dos Razzetto, dos Romano e dos Castagna, famí-

lias que, como vimos, eram muito ligadas entre si e hostis a Chiesa. Todavia, os arrendatários dos Benso eram freqüentemente dos Disciplinanti e os dos Tana do Corpus Domini, ao contrário do que poderíamos supor a partir da ligação de Chiesa com os Tana.

Este é um quadro, em linhas gerais, útil, dada a leitura da ambigüidade do jogo político e das alianças. A luta das facções tendia continuamente a fechar-se e a reabrir-se em uma alternância de aspectos latentes e de movimentos que faziam com que uma ocasião fundamental para a organização das facções, como as associações paroquiais dos leigos, não fosse utilizada univocamente a não ser na forma frágil do controle exercido pela coletividade dos associados às companhias e expresso através da seleção das esmolas e das doações.

Apesar disto, os grupos e facções existiram e deixaram sinais muito evidentes. O termo facção, que uso aqui para indicar o caráter móvel, não permanente, destas agregações,[13] era uma manifestação típica do modo de organizar politicamente a concorrência pelas reservas disponíveis em uma situação de transformações rápidas como era aquela de Santena em fins do século XVII. O caráter ao mesmo tempo horizontal para os estratos sociais e vertical para as clientelas, nas divisões internas, e os impulsos de solidariedade e corporativismo em relação à sociedade externa faziam com que ocasionalmente aparecessem alianças contrapostas. Todavia, elas eram normalmente ligadas à afirmação de interesses específicos em um esquema social estável, e não diziam respeito à luta por uma organização diferente do sistema de autoridade e de liderança. A aparição de facções e a sua coagulação informal em uma expressão pública eram, portanto, fatos episódicos, ligados a momentos e acontecimentos, ainda que expressassem interesses profundos e duradouros de um grupo. O caso mais evidente já foi por nós relembrado. As famílias importantes que organizaram as denúncias contra Chiesa em 1694 eram as mesmas que haviam assinado o pedido de unificação com Chieri cinqüenta anos antes, ou seja, os Tesio, os Sarotto, os Torretta, os Tosco e os Griva.

NOTAS

[1] É a definição que dá M. Weber, *Economia e società*, vol.1, Comunità, Milão, 1961, pp. 287-88.

[2] AAT, 10.1, *Provvisioni semplici*, 1700, c. 92.

[3] Ibid., 1, 1699, c. 77. Devemos notar que a consangüinidade em Santena é bem alta: o cálculo se torna complicado em virtude das lacunas dos *Registra matrimoniorum*, que faltam durante o período entre 1672 e 1692; mas deve ser de cerca 10 a 12%. É importante sublinharmos, porém, que estes números são particularmente altos para as famílias mais importantes: dos 15 casos verificados nos registros episcopais entre 1679 e 1701, dez se referem a alianças entre famílias de relevo. Mas, na verdade, o custo do carimbo pontifício era de quase 100 liras, ou seja, excedia o nível de muitos dotes dos camponeses pobres. Isto me faz discordar da explicação que se dá para a alta consangüinidade nas comunidades camponesas: a vontade de economizar nos dotes.

[4] ASCC, Insinuação, *Cambiano*, vol. 21, *Protesta della Signora Angela Maria Tesea del Molto Ill.mo Sig. medico Gio. Giacomo Castagna, moglie del Signor Bartolomeo Teseo di Santena, 30 marzo 1700; Cambiano a ore sedeci.*

[5] Ivi, *Seconda Protesta, 30 marzo 1700, Cambiano a hore vinti.*

[6] ASCC, 149.3.13, *Quinternetto bocche umane e giogatico per l'anno 1690.*

[7] Não sabemos quando aconteceram os fatos, mas o processo a Megliore se concluiu em 1699 quando Giovan Domenico já estava morto. Um funcionário da prefeitura seqüestrou as ovelhas que Romano estava levando para o pasto, por violação do decreto. Mas "quando cheguei aos domínios chamados de Tetto del Givo, ou seja, de Miniotto, os irmãos Megliore, Giovan Domenico, Carlo e Lorenzo, retiraram as referidas ovelhas em desprezo pela justiça" (AAT, 5.13, c. 28, *Feudo de Santena* cit., p. 249).

[8] ASCC, Insinuação, *Santena*, vol. 4, *Pace fra Anna Maria vedova del fu Gio. Domenico Megliore et Gio. Antonio Tesio, figlio di Gio. Battista, di Santena,* 1º de outubro de 1698.

[9] Restam dois inventários de Bartolomeo, o primeiro com os bens ainda declarados em conjunto com seu irmão; e o segundo, idêntico porém mais resumido, no qual os mesmos bens são declarados todos pertencentes a Bartolomeo (mais uma prova da indiferença da propriedade de bens que são sempre considerados propriedade coletiva de uma família): ASCC, Insinuação, *Chieri*, vol. 188, cc. 393-94, *Inventaro delli signori Bartolomeo, Francesco Amedeo, Giuseppe e Carlo Francesco fratelli e figlioli del fu signor Gio. Antonio Thesco di Santena*, 6 de agosto de 1703; Ivi, *Cambiano*, vol. 21, cc. 313-15, *Inventaro del Signor Bartolomeo Thesio fu Sig. Gio. Antonio di Santena*, 14 de agosto de 1704.

[10] As organizações de devoção me parecem particularmente exemplares dentro deste sistema político. Elas aumentam as interligações entre as solidariedades de estirpe (horizontais) e as solidariedades de grupo ou facções (verticais), sendo o elemento devocional, por sua vez, expressão de relações de grupo e, contemporaneamente, de superação, nas práticas religiosas, do conflito cotidiano. A tentativa de Chiesa foi a de dar uma orientação política precisa para as fraturas que eram expressas pela associação às diversas companhias

de devoção. Foi uma tentativa falida: se as companhias entravam indiretamente na competição local pelo prestígio que derivava da participação em seus encargos ou nas coletas das esmolas, das doações e das procissões, eram inertes diante do impulso para a criação de facções que demonstravam abertamente suas alianças. Este fato era ainda mais claro se considerarmos o papel que as companhias tendiam a assumir na concorrência em relação à paróquia e à administração paroquial. Para certos aspectos aqui considerados cf. E. Grendi, *Morfologia e dinamica della vita associativa urbana. Le confraternite a Genova fra i secoli XVI e XVIII*, in "Atti della Società Ligure di Storia Patria", n.s., v (1965), pp. 241-311; F. Ramella e A. Torre, *Le associazioni devozionali*, in G. Romando (organizado por), *Materiali sulla religiosità dei laici. Alba 1698-Asti 1742*, Regione Piemonte, Turim, 1981, pp. 41-138; R. F. Weissman, *Ritual Brotherhood in Renaissance Florence*, Academic Press, Nova York, 1982. Sobre a mistura entre as relações políticas e as religiosas cf. Barth, *Political Leadership* cit.

[11] De 1678 a 1707 as ofertas às companhias, nos testamentos, têm esta distribuição, segundo os grupos sociais:

	Arrendatários	Plebeus ricos	Outros	Mulheres	Total
Nenhuma	10,9	3,2	5,6	7,6	6,8
Suffragio	8,2	14,5	15,1	16,3	13,9
Rosario	23,3	25,8	22,2	29,3	24,9
Disciplinanti	27,4	29,0	22,2	8,7	21,0
Corpus Domini	30,1	27,4	31,7	25,0	28,9
Umiliate	–	–	3,2	13,0	4,5
Total	100	100	100	100	100

[12] Eis a distribuição percentual das ofertas às várias companhias nos testamentos, antes, durante e depois do período em que Chiesa exerceu o cargo de vigário:

	1678-1686	1687-1696	1697-1707
Suffragio	7,5	11,1	15,5
Rosario	27,1	22,4	24,2
Disciplinanti	27,6	19,6	26,4
Corpus Domini	34,4	45,4	32,5
Umiliate	3,3	1,5	1,4
Total	100	100	100

A queda dos Disciplinanti é particularmente drástica no período 1690-94, quando as ofertas para a companhia foram de apenas 12,9% do total.

[13] Cf. R. W. Nicholas, *Segmentary Factional Political Systems*, in Swartz, Turner e Tuden (organizado por), *Political Anthropology* cit., pp. 49-60; Swartz (organizado por), *Local Level Politics* cit., pp. 271-421.

CAPÍTULO VII

As aparências do poder: a paz no feudo

Podemos agora voltar ao início desta pesquisa. Em 1697, três anos depois do processo que o tinha colocado diante do foro eclesiástico pelo uso indevido do seu cargo de pároco vigário, Giovan Battista sofreu um segundo processo e foi a partir deste que as minhas investigações começaram.

Não sabemos o que aconteceu após a absolvição no primeiro processo e da volta de Chiesa a Santena em 1694. Temos certeza de que ele começou imediatamente a sua atividade de curandeiro, primeiro com algumas tentativas e depois de forma mais sistemática; antes nos campos fora da sua paróquia e posteriormente também em Santena; primeiro com as massas de miseráveis, paralíticos e vítimas de artrite e depois com pessoas de estirpe mais alta, como médicos, padres e farmacêuticos. Sabemos, ainda, que ele iniciou suas atividades cuidando apenas de pessoas e, em seguida, também de animais e que primeiro ele trabalhou sozinho e, depois, foi seguido por dois eclesiastas, o padre Vittorio Negro e o clérigo Biaggio Romano, ambos de famílias importantes de Santena. Tudo isto já foi contado anteriormente e existe pouco a ser acrescentado, talvez apenas que também Chiesa tenha entrado naquele mecanismo que descrevi, de simplificação e explicação a qualquer custo das causas dos males e das desgraças. Não desejo, portanto, pensar que ele tivesse se dedicado ao exorcismo como forma de manter o prestígio e o poder — que tivesse criado tão mal um modo de se garantir depois da morte do pai. É muito provável que, na medida que as pregações iam alcançando certo sucesso, ele também tivesse começado a acreditar realmente no

novo poder de cura que lhe atribuíam. A insistência com a qual prosseguia nos exorcismos, mesmo depois de ter sido considerado um fora-da-lei pelas autoridades eclesiásticas e a tentativa de encontrar proteção na diocese de Asti, não revela a ação obtusa de um enganador que, mesmo depois de ter sido descoberto, não sabe mudar de vida, mas, ao contrário, demonstra um envolvimento que já era total e sem retorno.

Algumas coisas também podem ser acrescentadas sobre aqueles que o haviam seguido. Os 27 habitantes de Santena exorcizados por Chiesa aparecem em seu registro durante um breve arco de tempo, entre 23 de julho e 5 de agosto. Dois deles eram seus parentes, Franceschino Varone e Giovan Domenico Chiesa, e pertenciam a famílias camponesas relativamente pobres, famílias que vimos receber Giulio Cesare em sua chegada a Santena cinqüenta anos antes. Cinco deles pertenciam a famílias de arrendatários, quatorze a famílias de camponeses pobres e seis a famílias importantes. Eles tinham em comum o fato de serem personagens secundários em seus respectivos grupos de parentesco. Nunca aparecia um chefe de família ou um primogênito; só no caso dos camponeses mais pobres (os Scalero, os Vercellino, os Camandona) foram núcleos completos que procuraram Chiesa. O farmacêutico Giovanni Antonio Tesio foi, sem dúvida, o personagem mais prestigioso dentre os clientes de Giovan Battista: ele sofria de dores no baço e não sabemos até que ponto a hostilidade da sua família em relação aos Chiesa tenha sido um obstáculo para que ele pedisse para ser exorcizado. Ele o fez, porém, no momento em que os sucessos de Giovan Battista eram ao máximo. Tal cura parece ter sido eficaz porque o encontramos em boa saúde quatro anos depois, quando se casou com a prima Giovanna Maria Razzetto.

Mais uma vez o caráter político ambíguo da comunidade foi determinante para definir o caráter social dos seguidores de Chiesa. Primeiro os pobres e desesperados, que tinham mais necessidade de justificar o porquê de suas desgraças. Depois uma comunidade socialmente mais indiferenciada na qual estavam presentes também muitos plebeus ricos e até mesmo aqueles pertencentes a famílias hostis a seu pai e a ele (o farmacêutico Tesio, por exemplo), o que demonstra como, por um tempo ainda que muito breve, a sua pregação foi capaz de anular e transformar as alianças das facções da comunidade. Depois, veio o abandono e a seleção dos seguidores. A esta altura somente uma massa de miseráveis e desgraçados formou a multidão que o seguiu a Turim e que assediou por três dias o arquiepiscopado. Tratava-se de uma multidão que apareceu nos depoimentos do processo, toda uniformemente caracterizada por este aspecto de humanidade abandonada. Teria sido necessária uma carroça inteira apenas para levar até Turim todas as muletas das quais estes miseráveis se serviam. E quando Chiesa desapareceu novamente — e em definitivo — a comunidade teve que se colocar o problema do equilíbrio, do assentamento, das relações com Chieri, com o Estado e com os senhores, depois que esta desagradável turbulência havia adiado, escondido e desviado estes problemas que, porém, tinham permanecido abertos mais dramaticamente do que antes. A representação dos senhores, os plebeus ricos e os camponeses de Santena se encontravam diante da necessidade de estabelecerem um novo equilíbrio, uma nova organização institucional. Os últimos cinqüenta anos tinham transformado as possibilidades e as relações de força e, a esta altura, tudo indicava que a aldeia devia entrar na ordem administrativa que Vittorio Amedeo II impunha às tantas realidades políticas locais.

Em 1697 a situação deve ter chegado ao máximo da confusão. Chiesa tinha desaparecido; a guerra e a fome vinham perseguindo as populações do campo havia mais de seis anos. O aumento dos impostos para manter os exércitos vinha contribuindo para tornar ainda mais terrível a situação causada pela grande mortalidade. Somente os feudatários podiam tentar um restabelecimento do seu poder para criar uma nova política local. Seus problemas eram, por um lado, concentrar partes da jurisdição em um número menor de mãos e, por outro, recolocar de pé o funcionamento da aldeia com um novo corregedor, um novo juiz e um tabelião que renunciasse às aventuras pessoais e garantisse uma relação mais clara entre camponeses e senhores, entre Santena e Chieri, entre feudo e Estado.

Vários tinham sido os corregedores depois de 1690, mas não era fácil se mover no furor da guerra, na crise dos Tana, nas alianças senhoris e na batalha jurisdicional. Tudo então parava, sem que nenhum funcionário

pudesse assumir o cargo de forma plena. Não por acaso, quando se retomou a discussão sobre a jurisdição, foi o período de administração de Giulio Cesare Chiesa a ser tomado como exemplo de uma administração normal. Aquele tinha sido o último período em que os aspectos sobre os quais o poder local se exercia haviam sido claramente determinados e os limites da soberania da autoridade feudal tinham sido concebidos com clareza e definição. Foi, portanto, sua área de atuação aquela que se tentou medir para mostrar, contra a política anti-senhoril agressiva de Vittorio Amedeo II, a amplidão do poder jurisdicional da representação dos senhores de Santena e a grande autonomia do feudo. Já lembramos que os processos criminais por ele operados foram reconstruídos não com base em documentos mas através da memória dos habitantes de Santena, já que seus papéis tinham sido destruídos em 1691 pelo fogo provocado pelos franceses em Villastellone e em várias casas de Santena.

Todavia, não era mais possível deixar o problema da jurisdição em aberto: os medidores da Perequação deviam começar a verificação preliminar das taxações fundiárias para o trabalho de cadastramento de Vittorio Amedeo II e precisavam definir de quem fiscalmente dependia o território de Santena e quais eram as fronteiras com Chieri.

As medidas para a Perequação tinham sido iniciadas em muitas comunidades em 1698 e não foi por acaso que exatamente a partir daquele momento o corregedor de Santena, o tabelião Ludovico Cinquati de Cambiano, nomeado pela representação senhoril, havia feito os atos mais clamorosos para reafirmar a jurisdição autônoma de Santena da forma mais ampla possível. Em 1699 seqüestrou um "burro" a Giovan Battista Villa "aos Tetti Agostini" sob o pretexto de que "Villa não tivesse obedecido a uma citação verbal para comparecer em Santena diante de seu tribunal. Villa, afirmando não ser obrigado a comparecer por não estar sujeito à sua jurisdição, sofreu pelas mãos de Cinquati a execução citada acima".[1] Porém, Villa recorreu ao Senado e obteve a restituição do animal, pagando, entretanto, uma caução, porque naquele momento nem o Senado ousava enfrentar abertamente o poder senhoril. A incerteza quanto às dimensões do feudo não era, contudo, diminuída. Neste meio tempo, a causa continuava com extrema lentidão, em uma confusão jurídica fundada sobre uma documentação relativa à posse do feudo nos últimos cinco séculos.

No ano seguinte, aproximando-se o momento de medir o território de Chieri, foram os mesmos senhores de Santena que recorreram ao duque e ao Senado, em abril de 1700, para obter a confirmação da sua "calma, pacífica e imemorável posse da jurisdição tanto civil quanto criminal de Santena e de seus domínios".[2] E logo depois levaram o seu corregedor a agir de novo. Em 1º de maio, "depois da missa paroquial celebrada em Santena e com Chiesa presente, à saída do povo, o senhor Ludovico Cinquati, corregedor deste lugar, com o enviado de Villastellone, fez com que este pronunciasse em alta voz, diante do dito corregedor, uma proibição para que nenhum habitante de Agustini, Massera, Bus, Gamenario, Lucerne, lago de Cremes, Broglietta, Alberassa, Vignasso, Benne, Girò, Cabbanone e outros... de agora em diante reconheça o corregedor (de Chieri) como seu juiz, e fez, ainda, com que tal proibição fosse afixada no forno local". É isto que os arrendatários Baldassar Cavagliato e Giacomo Antonio Camandona declararam no seu testemunho no processo pela jurisdição em 3 de maio de 1700.[3]

O Senado de Turim provavelmente ficou preocupado que as coisas levassem a um conflito mais grave. Renunciou, portanto, a qualquer decisão, até mesmo provisória e em nível administrativo, e, por enquanto, proibiu que a cidade de Chieri molestasse os habitantes de Santena até que a causa não chegasse a uma sentença, pedindo, porém, que a medição fosse feita *sub conditione*. Todavia, os senhores declararam abertamente que a impediriam, sustentando que Santena estava sob o domínio direto do arcebispo de Turim e que não podiam aceitar que fossem medidos nem os bens feudais nem os alodiais porque, "com a medição, a cidade poderia pretender a extinção de seus direitos". Era 25 de agosto de 1701. Mais uma vez o Senado não tomou decisões definitivas, mas não podia admitir que o caso, por si só de pouca relevância, se tornasse um modelo para outras resistências à Perequação. Pediu, portanto, com uma decisão cujo aspecto simbólico de aceitação da autoridade central prevaleceu sobre a utilidade prática, que fosse

permitida a medição apenas dos bens alodiais, garantindo que isto não prejudicaria em nada a definição dos direitos jurisdicionais.[4]

A partir de fins de 1700 o novo corregedor passou a ser Giuganini de Carmagnola: um homem extremamente decidido, que, justamente por isto, foi escolhido pela representação dos senhores. Os arrendatários dos domínios nas fronteiras se encontraram na linha de fogo. Cada ação da cidade de Chieri para incluí-los no próprio sistema de taxações recebia uma imediata réplica por parte do corregedor de Santena e vice-versa. Em março de 1701, os funcionários da cidade recolheram as contribuições dos homens entre 18 e 40 anos para o serviço militar e, no dia seguinte, chegou o corregedor de Santena e lhes pediu que repetissem este ato diante dele enquanto única autoridade legítima em nível administrativo. Quem se recusou foi preso: "tendo o dito senhor corregedor ido ao domínio de Albrassa", conta aos funcionários da cidade em 16 de março de 1701 Baldassar Cavagliato, um rico arrendatário de 43 anos que recebeu as duas visitas nos domínios de Luserna, onde morava, e que foi testemunha dos acontecimentos ocorridos nos domínios próximos, "fez instância e ordenou ao arrendatário que fizesse sua contribuição, tendo este respondido já tê-la feita aqui em Chieri. O dito corregedor replicou que devia fazê-la a ele e não a outros e, por isto, o prendeu e a Luigi Camandona" (este também arrendatário do conde Robbio em Luserna).[5] Passaram-se alguns meses e em julho foi feita a Perequação. Antes que fosse iniciada, o enviado Gian Giacomo Piatto, agente deputado em nome dos senhores de Santena, "protesta que o que quer que fosse dito ou feito em ocasião do reconhecimento dos termos e da medição geral (...) não devesse levar a nenhum prejuízo quanto às razões dos Ilustríssimos e Excelentíssimos senhores deste lugar, quanto ao território e direitos deste local de Santena, que a todo o título pertenciam a eles (...), visto que a este respeito ainda permanecia um conflito diante do Excelentíssimo Senado".[6]

Como se pode ver, esta foi uma guerra com muitos interesses entrelaçados: a cidade, a representação dos senhores, os camponeses, o Estado e o arcebispo de Turim. E foi, também, uma guerra de posições, na qual todos os movimentos eram demonstrativos, à espera de uma decisão do Senado, que não quis se manifestar a favor de Chieri para não ofender os senhores do lugar, nem a favor dos senhores porque Santena representava apenas um dos numerosos casos em que os poderes senhoris eram incertos, as isenções fiscais indevidas e as autonomias judiciárias não tinham controle. Tudo levava a problemas complexos que diziam respeito à administração de todas as comunidades do Estado. Tratava-se de um conjunto heterogêneo, nascido em momentos diversos e contra os quais a política centralizadora de Vittorio Amedeo II combateu para afirmar o poder central do Estado.

O que aconteceu nos anos seguintes, até 1705, podemos somente supor. O Piemonte estava de novo envolvido em uma guerra, combatida no seu território, a guerra de sucessão espanhola. Portanto, não é provável que o Senado pudesse tomar uma decisão que descontentasse alguém em um momento no qual a corte precisava do máximo de lealdade ao seu redor. Talvez, porém, a cidade tenha continuado com a sua política de absorção, porque quando os acontecimentos reemergiram do silêncio dos documentos a situação tinha se tornado mais extrema e violenta. E o corregedor Giuganini, que administrou a aldeia por conta da representação senhoril durante mais de quatro anos, mostrou com seu comportamento que a causa dos senhores havia perdido qualquer solidariedade entre os habitantes de Santena e que só a força podia ser jogada, como última cartada, para mostrar ao Senado a amplidão de um poder que, a esta altura, todos em Santena recusavam. Atentemos agora para as palavras de um protagonista que nos conta, até mesmo, um diálogo seu com o corregedor: "Ontem, por volta das 23h", narra em 20 de abril de 1705 Giovan Battista Villa, homem do campo, analfabeto, com mais ou menos quarenta anos, relativamente rico, posto que seus bens valiam mais de 500 liras e que já encontramos antes como marido de uma Tesio, "encontrando-me em Santena, onde tinha vindo para tratar de negócios, fui advertido que o enviado deste lugar havia estado na minha habitação (nas terras dos Agostini) por ordem do senhor Giuganini, corregedor deste lugar, para o pagamento do regimento daqui de Santena... Sabendo disto, fui imediatamente ao hotel de Martino Torretta, onde se encontrava o senhor corregedor, e lhe pedi que me dissesse o que me ordenava. Ele me respondeu que queria que eu

pagasse a minha porção da cota e que o seu valor era de duas liras. Eu, ao ouvi-lo, respondi que não estava obrigado a nenhum pagamento, já que continuava a morar nestas terras e pagava os encargos tanto reais quanto pessoais a esta cidade. Ele me respondeu que era ele quem decidia e eu lhe disse que nunca o corregedor de Santena tinha dado ordens aos habitantes desta cidade e lhe expliquei, ainda, que quando Tommaso, meu irmão, também habitante das terras dos Agostini, alcançou 12 filhos, no mês de dezembro passado, quem tinha vindo comprovar o testemunho dos citados filhos tinha sido o senhor juiz de Chieri[7] e que se ele realmente tivesse poder para dar ordens nesta localidade teria vindo ele a dar os ditos testemunhos." Villa, porém, era ligado aos Tesio e, portanto, esta discussão se misturou com a tensão entre os plebeus ricos e os senhores. E, por isto, ela degenerou: "Neste momento, o senhor corregedor me disse que eu queria saber demais e que não passava de um bêbado, e enquanto eu conversava com os outros e dizia que não pretendia receber ordens de dois lugares, o mesmo senhor corregedor me pegou pelos cabelos dizendo que iria me levar preso ao castelo de Santenotto, puxando-me para fora do lugar pelos cabelos. Em tal circunstância lhe disse que não deveria me tratar de tal forma e ele me deixou em liberdade. E, tendo vindo ao nosso encontro o muito reverendo Dom Carlo Francesco Teseo, meu cunhado, disse ao dito senhor corregedor que não me tratasse daquela forma e que me deixasse em liberdade porque ele se ocuparia de me representar toda vez que o corregedor assim o desejasse."[8]

A intervenção de uma autoridade eclesiástica da família Tesio não diminuiu as pretensões e prepotências de Giuganini, que, na manhã seguinte, encontrando Villa, que se dirigia a Chieri para denunciar os fatos do dia anterior, e tendo Villa afirmado "que ele não tinha o direito de ter feito aquilo que me fez ontem", ele respondeu: "Espere pelo mandado e verá o que acontecerá." Na verdade, o corregedor tinha agora um pelotão de cinco soldados a seu serviço e com eles procedeu, nos dias posteriores, a verdadeiras e próprias incursões nos domínios do território, executando seqüestros àqueles que se recusavam a pagar. A Bernardo Tamiato, arrendatário, ele levou embora um lençol e uma camisa de homem; a Anna Maria, esposa de Giovan Battista Villa, dois

fios de cobre e um *sacco*; e outras coisas a Giacomo Antonio Gambino, a Michele Lisa, a Baldassar Cavagliato, a Giacomo Antonio Camandona, todos nomes recorrentes nas tensões que marcaram este período, de pessoas que formavam quase um verdadeiro partido adversário da representação dos senhores, composto por plebeus ricos e agora, também, por arrendatários. Não eram, todavia, os arrendatários dos Tana, dos Benso ou dos outros senhores, e sim os dos proprietários leigos ou eclesiásticos de Chieri. Outras clientelas e relações verticais se juntaram na arena local nesta última fase do conflito jurisdicional.

Durante muitas décadas não foi possível resolver definitivamente esta briga e os atos das causas, carimbados, que são a fonte da qual extraí muitos dos documentos que utilizei, são de 1762.[9] A causa se arrastou e a sentença, portanto, tardou. Entretanto, depois dos acontecimentos de 1705, houve uma sistematização de fato, em favor da cidade e contra as pretensões da representação senhorial, que havia preferido esta derrota parcial à continuação de uma desordem perigosa. A comunidade tinha tido uma definição fiscal específica. Pagavam-se os impostos à cidade e os pequenos aluguéis de casas e hortos aos senhores. Este era o fim de muitas das perspectivas de autonomia que esta pequena aldeia tinha confusamente vivido ao longo da história aventurosa do corregedor Chiesa e de seu filho Giovan Battista.

Era, com certeza, a desordem de seu pequeno feudo que havia convencido os senhores a renunciarem, aos poucos, às pretensões jurisdicionais que a corte de Turim não via com bons olhos. A longa luta que dividia os Benso e os Tana pela supremacia na representação tinha ficado em segundo plano diante dos perigos externos que vinham da política centralizadora de Vittorio Amedeo II. Derrotados neste *front*, o conflito para conquistar posições em detrimento dos outros senhores retornava abertamente. Provavelmente não foi bem vista pelos Benso a compra, por parte dos Tana d'Entracque, da cota de jurisdição dos Broglia com um contrato de 19 de fevereiro de 1699. Tratava-se de mais um doze avos que acrescia à sua parte, já em vantagem de quase um terço.[10] A falta de sorte do outro ramo dos Tana era, assim, compensada, e, de resto, o fracionamento da jurisdição já tinha ido muito longe, dada a

pequena extensão do feudo. Entretanto, a supremacia na aldeia não se consolidava apenas em função da maioria dos pontos da jurisdição, mas também das relações externas com o poder ducal e com o arcebispo de Turim. De qualquer forma, nos primeiros anos do século XVIII, com cinco doze avos de jurisdição, o poder dos Tana parecia destinado a prevalecer, reforçado pelo fato de que era em seu castelo, em Santenotto, que, por tradição, o corregedor morava e administrava a justiça.

O monsenhor Vibò, em sua visita pastoral de 1702-704 (a documentação que nos restou é muito incompleta), havia encontrado uma situação dramática na igreja de Santena.[11] Até mesmo o prédio corria riscos e ele ordenou — mas sem oferecer os meios necessários — a sua reedificação. É provável que ele tenha querido verificar como ficaram as coisas depois da história de Chiesa e não podia deixar de se preocupar com o fato de que um protegido dos Tana tivesse tido que se afastar por ter provocado tanta desordem na administração espiritual e temporal desta paróquia camponesa. Podemos até mesmo supor que, antes de demitir Giovan Battista Chiesa, ele tenha discutido o assunto com o marquês Carlo Giovanni Battista Giuseppe Tana de Entracque e que tenham sido feitas promessas recíprocas.

O fato é que em 10 de maio de 1708 ele acabou escrevendo uma carta para Santena. Não se dirigia a todos os senhores, e sim pessoalmente ao marquês Tana, pedindo-lhe que terminasse, à sua custa, a reedificação da paróquia e da sacristia, permitindo-lhe, em troca, "a colocação dos seus brasões" sobre o altar-mor.[12]

A família Benso tinha sido suplantada. Não sabemos se isto aconteceu pela vontade concreta de resolver a turbulência na aldeia e na representação senhorial, privilegiando uma família sobre as outras, ou como recompensa aos Tana pela remoção de Chiesa ou, ainda, por um simples ato político pouco diplomático. O conde Benso, porém, reagiu ameaçadoramente, falando em rupturas da harmonia e da paz na representação e colocando-se contra a decisão do monsenhor Vibò, "fomentadora de discórdia entre os representantes dos senhores", e declarando estar preocupado que "tal prerrogativa possa levar a problemas ao nível do feudo". Tratava-se de uma situação confusa, se considerarmos que

um feudo eclesiástico já era relativamente malvisto no Piemonte de Vittorio Amedeo II mesmo quando as coisas transcorriam tranqüilamente. Aqui as preocupações do arcebispo deviam ser maiores porque os aspectos jurídicos eram confusos e suas decisões corriam o risco de serem contestadas não só pelas famílias dos senhores mas também pelo Senado e pelo duque. Provavelmente foram muitas as fofocas e comentários entre os nobres e os membros da corte, onde os Tana e os Benso tinham cargos militares e administrativos de grande importância.[13] Uma tal confluência de pressões e circunstâncias deve ter, no final, convencido o arcebispo a encontrar um acordo entre as duas famílias. Com uma carta de 6 de junho de 1711, em troca do privilégio que tinha sido conferido aos Tana, dava aos Benso a permissão para retomarem uma prática simbólica[14] do prestígio da família na aldeia e que tinha sido abolida cinqüenta anos antes: "E como o senhor conde Benso expôs, que há cinqüenta anos possuía um cômodo com uma abertura, ou seja, uma janela em forma de tribuna, da qual, dada a proximidade do seu castelo, podia ouvir a missa na igreja antiga, sem que precisasse entrar, e visto que esta abertura foi fechada durante a visita dos monsenhores Bergera e Beggiamo, nossos antecessores, e, por isto ele tenha feito instância para que lhe fosse restaurado aquele antigo costume, nós, não podendo permitir semelhantes aberturas e tribunas porque são contrastantes com as disposições canônicas, nós desejamos permitir, como de fato permitimos, que em lugar dela, e para comodidade do senhor conde e de seus sucessores, seja aberta na muralha, no flanco esquerdo da capela, uma porta pela qual possam entrar, desde que ele a construa à própria custa, mas de maneira tal que ela só possa ser aberta ou fechada do lado interior da igreja e a chave permaneça sempre com o pároco e o vice-pároco."

Enfim declarava oficialmente "que a concessão que fizemos ao senhor marquês Tana do altar-mor e da colocação de seus brasões não possa em nenhum momento induzir a uma maior proeminência no feudo em prejuízo dos outros senhores, nossos vassalos".

Os dois senhores de Santena podiam, assim, colocar um fim às suas desavenças e o fizeram com um acordo assinado em 15 de março de 1713.[15] A igreja paroquial se encheu de símbolos do seu poder. Tiveram

que renunciar, em favor da cidade de Chieri, a grande parte de sua jurisdição, agora limitada às fronteiras de ponte a ponte. Todavia, tiveram como recompensa uma anacrônica restauração dos sinais formais do seu prestígio. Uma inscrição dos Benso com os seus brasões ficava sobre a porta que dava acesso direto da igreja ao seu castelo; e o marquês Tana fez o mesmo sobre a porta do *Sancta sanctorum*, enquanto os seus brasões eram pintados sobre o altar-mor. O marquês Tana ficou com o banco em *cornu Epistulae* e o conde Benso, paralelamente a este, em *cornu Evangelii*, e "não foi mais possível colocar nenhum banco diante destes dois aqui indicados".

Enfrentaram, também, alguns problemas que causaram desigualdades e conflitos entre as duas famílias. A sede do tribumal do corregedor não mais se localizou no Santenotto, mas "em uma terceira casa"; nas procissões vinham à frente aqueles que pertenciam à ordem da Annunziata e depois os outros em ordem de idade, sendo este mesmo processo seguido para a nomeação do corregedor, que deveria, porém, ser sempre aceito por todos.

Este acordo foi aprovado por Vittorio Amedeo II, demonstrando que ele deve ter exercido algum tipo de pressão para colocar ordem neste pequeno pedaço do seu reino.[16] Os camponeses tiveram que aceitar a Perequação como habitantes do território de Chieri. As suas pequeníssimas propriedades foram minuciosamente medidas e sujeitas a um rigoroso sistema de taxação, que, provavelmente, favorecia uma associação mais uniforme de valores monetários à terra. E isto trazia uma modificação substancial nas próprias bases do cálculo econômico e, portanto, de todo o sistema da racionalidade e da imaginação do modo produtivo dos pequenos proprietários. Os camponeses continuaram a pagar aos senhores os pequenos aluguéis sobre as casas e os hortos, eram sujeitos à obrigação custosa de usarem o forno da representação senhorial para cozinhar o pão, eram julgados pelo juiz escolhido pelos senhores de Santena e aprovado pelo Senado de Turim, e seus prados e campinas não podiam ser alugados aos pastores de ovelhas de Entracque, que se abrigavam apenas nos grandes domínios feudais durante suas passagens invernais.

Uma aventura política que durou cinqüenta anos, em uma forma tão particular mas, também, tão indicativa do modo de agir e de pensar do mundo camponês do século XVII, tinha se fechado definitivamente. Prefiro imaginar que toda esta multidão que passou diante de nós tenha contado alguma coisa não somente para si mesma. Espero que com a sua pobre prática cotidiana tenha contribuído para determinar, no bem e no mal, o caráter do Estado moderno, as escolhas e os compromissos das suas classes dominantes.

NOTAS

[1] ASCC, art. 22, par. I, n. 45, *Rescritto del Senato in favore di G. B. Villa*, 1699.

[2] Ivi, par. 2, n. 6, *Atti dell'Ill.ma Città di Chieri contro il Sig. marchese Tana et altri Signori del consortile di Santena per fatto di giurisdizione avanti l'Ecc.mo Senato*, 1700.

[3] Ivi, n. 7, *Informazioni prese per fatto di giurisdizione*, 16 de março de 1701.

[4] Ivi, n. 6, cit.

[5] Ivi, n. 7, cit.

[6] AST, seções reunidas, Cadastros, anexo I, maço 1, *Villastellone*, 7 de julho de 1701.

[7] Isto aconteceu em 11 de dezembro de 1704: cf. ASCC, art. 22, par. 1, n. 61.

[8] Ivi, par. 2, n. 8, *Informazioni per il fatto del podestà di Santena nel Tribunale di Chieri*, 20 de abril de 1705.

[9] Neste meio tempo a estrutura da representação senhorial mudou muito e os Benso de Cavour sucederam os Benso de Santena e a briga envolveu, também, um sobrinho do arcebispo de Turim, Rovero di Pralormo. Todavia, em AAT, 5.13, *Sommario* cit., está resumida toda a discórdia quanto à jurisdição e também aquela sobre a qual falaremos entre os Benso e os Tana.

[10] Ibid, p. 131.

[11] AAT, 7.1.21, *Visita dell'arcivescovo Michele Antonio Vinò*, 1702-70. Mas a coleta dos documentos sobre a história Tana-Benso está em AAT, 5.13, *Sommario* cit., pp. 237-46; AST, seção I, *Benefizi di qua da' monti*, maço 25, *Santena*; ASCC, art. 22., par. 2, ns. 18-19; cf. também, Bosio, *Santena* cit., pp. 36-57; Id., *La Chiesa* cit., pp. 26-31.

[12] AAT, 5.13, *Sommario* cit., p. 237.

[13] O conde Carlo Ottavio Benso se dirigiu diretamente ao Senado, que disse, porém, que o problema não era da sua competência: cf. AST, seção I, *Benefizi* cit.

[14] Chama-o "*jus honorifico*", em AAT, 5.13, *Sommario* cit., p. 239.

[15] Ibid., pp. 140-42. Em 1720 o feudo foi dividido assim: o marquês Tana 9/24 menos

1/17, mais 2/24 obtidos dos Broglia; o conde Tana 2/24; o conde Benso 6/24 mais 1/17; o marquês Balbiano 4/24; o conde Fontanella 1/24 (cf. Bosio, *Santena* cit., p. 170).

[16] Estava presente à assinatura do acordo, a encargo de Vittorio Amedeo II, o conde de Vernone.

"Foi desta forma que escolhi um lugar banal e uma história comum. Santena é uma pequena aldeia e Giovan Battista Chiesa é um tosco padre exorcista. Entretanto, é exatamente esta cotidianidade de uma situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais mas, ao mesmo tempo, interligadas a fatos políticos e econômicos que fogem a seu controle direto, a nos colocar problemas bem interessantes no que concerne às motivações e estratégias da ação política. O que espero tenha me permitido mostrar, onde aparentemente nada há, não é uma revolta aberta, nem uma crise definitiva, uma heresia profunda, ou uma inovação extraordinária, e sim a vida política, as reações sociais, as regras econômicas e as reações psicológicas de uma cidadezinha comum."

ISBN 85-200-0497-0